

A Anarquia nas Teorias das Relações Internacionais: Hegemonia de Paradigmas ou Necessidade Conceptual?

Rui Fernando Pires Henrique Santos

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
Especialização em Relações Internacionais**

Outubro de 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – área de
especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Ana Santos Pinto.

Aos meus pais, Maria Júlia e Alberto Helder

AGRADECIMENTOS

A realização de uma longa caminhada, começa com o primeiro passo. A frase, talvez apócrifa e atribuída ao “lendário” Lao Tsé estatui de forma soberana o percurso académico ora findado.

Esta tese constitui-se como o resultado das dúvidas, questões e provocações que o estudo das Relações Internacionais me evoca.

E isso, devo-o ao corpo docente da FCSH que julgo inigualável na sua capacidade de ensino. A eles, enquanto comunidade académica heterodoxa, o meu primeiro agradecimento.

À Professora Ana Santos Pinto, minha orientadora (embora prefira o epíteto de “supervisora”), o meu reconhecimento de verdadeiro exemplo de docência. A reunião única de um conjunto exemplar de qualidades – conhecimento, frontalidade e uma dedicação ao ensino invulgar – só é suplantada pela sua capacidade e “tolerância” em trabalhar com um “impertinente realista empedernido”.

À família presente e em memória. Aos amigos e amigas indispensáveis e inestimáveis, de ontem e de hoje, dos mais diversos percursos pessoais, profissionais e académicos. Ao Dr. Luís Prats, a quem estarei eternamente grato. Ao P. e à P.

A todos os livros que me faltam ler.

A ANARQUIA NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: HEGEMONIA DE PARADIGMAS OU NECESSIDADE CONCEPTUAL?

Rui Fernando Pires Henrique Santos

[RESUMO]

PALAVRAS-CHAVE: Anarquia; Hegemonia; Paradigma; Teorias das Relações Internacionais

Esta tese visa interrogar o conceito-chave das Teorias sistémicas das Relações Internacionais, a Anarquia.

Numa disciplina científica recente e eivada de ontologias e epistemologias díspares, a mencionada conceptualização anárquica tem-se sabido impor e resistir ao tempo e a várias investidas teóricas.

Foi o Realismo Estrutural (ou neo-realismo) de Kenneth Waltz e o seu *“Theory of International Politics”* (1979) que permitiu trazer uma “determinada” configuração Anárquica para o âmago das Relações Internacionais.

As sistematizações teóricas Realista, Liberal e Construtivista (nas suas múltiplas abordagens) partilham esta mesma assunção, baseada no pressuposto da inexistência de uma autoridade superior ao Estado.

A Anarquia assume-se como uma necessidade conceptual paradigmática e “naturalizada”.

Utilizando uma gama de ferramentas teóricas críticas – suportadas pela análise da Hegemonia Gramsciana e neo-gramsciana bem como na ligação da tríade conhecimento-poder-linguagem que existe em Foucault e na “escola” da Análise Crítica de Discurso – visamos argumentar que a Anarquia se estatuiu com formato de Hegemonia ideacional no edifício disciplinar das Relações Internacionais.

Apresentamos para o efeito – como complemento ao enquadramento teórico – uma pesquisa quantitativa que valida a proeminência de autores e textos geograficamente “ocidentais”, epistemologicamente racionalistas, editados em língua inglesa e posteriores à marca do volume Waltziano (1979) que funciona como paradigma indispensável.

Esta “tipologia” de autores e textos, reflectindo ademais posicionamentos e influências académicas e científicas, potencia uma caracterização hegemónica, apta a estabelecer, mesmo que de forma tácita e difusa, “regras de acesso” e “regimes de verdade” em torno do princípio basilar desta disciplina, a Anarquia.

THE ANARCHY IN THE THEORIES OF INTERNATIONAL RELATIONS: HEGEMONY OF PARADIGMS OR CONCEPTUAL NEED?

Rui Fernando Pires Henrique Santos

[ABSTRACT]

KEYWORDS: Anarchy; Hegemony; Paradigm; Theories of International Relations

This dissertation aims to interrogate the key concept of the systemic Theories of International Relations, Anarchy.

In a recent scientific discipline based on disparate ontologies and epistemologies, the aforementioned anarchic conceptualization has been able to impose and resist time and several theoretical assumptions.

It was Kenneth Waltz's Structural Realism (or neo-realism) and his *"Theory of International Politics"* (1979), which allowed for a "determined" Anarchic configuration of international relations.

The theoretical, Realistic, Liberal and Constructivist systematizations (in their multiple approaches) share this same assumption, based on the presupposition that there is no authority superior to the State.

Anarchy is assumed to be a paradigmatic and "naturalized" conceptual need. Using a range of critical theoretical tools - supported by the analysis of the Gramscian Hegemony and the linkage of the knowledge-power-language triad that exists in Foucault and the "school" of Critical Discourse Analysis - we aim to argue that Anarchy was modeled as Hegemony in the disciplinary building of International Relations. For this purpose – and as a complement to our theoretical framework - we present a quantitative research that validates the prominence of writers and works geographically "western", epistemologically rationalist, published in English and subsequent to Waltzian volume (1979), which functions as an indispensable paradigm.

This "typology" of authors and texts, reflecting in addition academic and scientific positions and influences, fosters a hegemonic characterization, capable of establishing, even tacitly and diffusely, "rules of access" and "regimes of truth" around the principle of this discipline, Anarchy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
I CAPÍTULO – A ANARQUIA.....	7
1. A ANARQUIA NA DISCIPLINA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	7
1.1 Historiografia das Relações Internacionais.....	8
1.2 Teorias sistémicas.....	13
1.3 Realismo.....	13
1.4 Liberalismo.....	17
1.5 Construtivismo.....	20
2. A(S) ANARQUIA (S).....	26
2.1 A Anarquia Neo-realista.....	27
2.2 A Anarquia Neo-liberal.....	30
2.3 A Anarquia Construtivista.....	33
3. CONTESTAÇÕES TEÓRICAS AO PARADIGMA ANÁRQUICO.....	37
3.1 Teoria Crítica.....	38
3.2 Pós-Modernismo.....	44
3.3 Pós-Colonialismo.....	49
3.4 Alternativas em Geografias variáveis?.....	52
II CAPÍTULO – OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS.....	56
4. Kuhn, Popper e Lakatos e as Relações Internacionais.....	56
III CAPÍTULO – A HEGEMONIA.....	69
5. A Hegemonia Gramsciana.....	69
5.1 A Hegemonia Neo-Gramsciana.....	76
5.2 O Poder no Conhecimento e na Linguagem.....	81
5.2.1 Foucault.....	81
5.2.2 Análise Crítica de Discurso.....	85
5.2.3 A Hegemonia da Língua Inglesa.....	92

IV CAPÍTULO – O CONTRIBUTO EMPÍRICO E A PESQUISA QUANTITATIVA.....	94
6.1 Metodologia.....	94
6.2 O Software “ <i>Publish or Perish</i> ”	95
6.3 Considerações técnicas.....	96
6.4 Considerações éticas.....	97
6.5 Parametrização e Resultados da pesquisa.....	99
6.6 Pesquisas adicionais.....	104
 CONCLUSÃO.....	 113
 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	 119
 ANEXOS.....	 135
A – Como replicar pesquisa no software “ <i>Publish or Perish</i> ”	135
B – Quadro dos resultados obtidos	140

“Gentlemen, you can't fight in here! This is the War Room!”
Presidente dos EUA Merkin Muffley (Peter Sellers) in
“Dr. Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb”
Realizado por Stanley Kubrick (1964)

INTRODUÇÃO

“A Anarquia é uma das mais vagas e ambíguas palavras da linguagem” (Lewis, 1832 apud Milner, 1991: 67).

No campo científico das Relações Internacionais é este o conceito que funda e influencia os três paradigmas principais de teorização: Realismo, Liberalismo e Construtivismo.

Embora com diferentes significados, nexos de causalidade, comportamentos e consequências, a Anarquia constitui-se na razão de ser da Guerra e da Paz no Sistema Internacional.

Etimologicamente, a palavra Anarquia deriva de uma dupla raiz do grego antigo: “*archon*”, que significa “governante”, e o prefixo “*an*” que indica “sem”, sendo assim definida como viver ou estar sem governo¹.

Tal conceptualização pode ser já encontrada longe do seu nascimento vocabular em vários autores modernos que referem uma edificação anárquica doméstica onde a mesma não pressupõe ausência de ordenação “*tout court*”, antes lei e liberdade sem poder (Kant et al. (1996) [1798]: 248), que discorre sobre as formas de governo e que encontraremos “*a posteriori*” nas tipologias de anarquias “Wendtianas”) ou a tentativa da sociedade procurar voluntariamente a ordem sem soberano (Proudhon et al. (1994) [1840]: 209).

¹ No “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” (1913) de Cândido Figueiredo, filólogo e escritor português: (Gr. *anarkhia*) “Falta de govêrno, de chefe. Negação do princípio de autoridade. Desordem; Confusão”. Em: “anarquia”, in Figueiredo, C. (1913) Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Dicionário Aberto. Disponível em: <http://www.dicionario-aberto.net/dict.pdf> [Consultado a 1 Nov. 2016].

Segundo o dicionário online Priberam: (grego *anarkhía*, -as, falta de chefe) Sistema baseado na negação de autoridade; Desordem ou confusão, motivada por falta de direcção; Sociedade constituída sem governo. Em: “anarquia”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/anarquia> [Consultado em 5 Nov. 2016].

Para a Infopédia, também online: (Do grego *anarkhía*, «sem governo», pelo francês *anarchie*, «idem») Falta de chefe; falta de governo; regime em que não há governo; negação do princípio da autoridade; concepção política que exclui da sociedade todo o direito de coerção sobre o indivíduo; desordem; confusão. Em: “anarquia”, in Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora. Infopédia, Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/anarquia> [Consultado em 1 Nov. 2016].

Na comunidade académica de Relações Internacionais define-se a Anarquia como o quadro onde na ausência de um soberano central e hierárquico, os estados independentes se comportam no Sistema Internacional sem uma autoridade que lhes seja reconhecidamente superior.

E é este corpo definidor tido como Anarquia que por evidentes razões alfabéticas se apresenta “*ab initium*” num largo espectro de manuais conceptuais de Relações Internacionais (Bode et al. 2011; Griffiths e O’Callaghan, 2002; Elias e Sutch, 2007) merecendo de imediato destaque inaugural no léxico da disciplina e quase que servindo para o incauto leitor se sentir apresentado às complexidades da política internacional.

De forma mais ligeira (e irónica), recorreremos também a um artigo de Stephen Walt² na *Foreign Policy* (2014) onde o professor de Harvard aconselha que o termo primo e essencial a apreender para se obter uma licenciatura em Relações Internacionais é precisamente este nosso objecto de estudo:

“You don’t have to be a realist to recognize that what makes international politics different from domestic politics is that it takes place in the absence of central authority. There’s no cop on the beat, no authoritative judge or courts to which states can appeal, and no 9-1-1 to call if you get into trouble.” (Walt, 2014)

Face ao panorama, digamos que as Relações Internacionais “contaminaram” a definição inicial vulgar e etimológica anárquica velando para que esta mesma palavra se passasse a produzir em forma de conceito primordial de uma disciplina científica intrigada pelas questões da conflagração ou da harmonia e cooperação internacionais.

A questão principal que nos orienta nesta dissertação surge pois pela nuclear relevância deste conceito para os três principais paradigmas³, tentando inquirir se esta primazia foi obtida face a outras conceptualizações num contexto hegemónico, somando ao nosso exercício postulações da Teoria Crítica “alargada” seja num “*tandem*” Gramsciano-Coxiano, bem como pela elaboração Foucaultiana e da Análise Crítica de Discurso.

² Walt, S. (2014). How to Get a B.A. in International Relations in 5 Minutes. In *Foreign Policy*. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2014/05/19/how-to-get-a-b-a-in-international-relations-in-5-minutes/> [Consultado a 30 Out. 2016].

³ A este propósito, sublinhemos o mais recente inquérito da TRIP – Teaching, Research, and International Policy – iniciado a 9 de Setembro de 2014 e divulgado a 30 de Setembro de 2015 – promovido em 32 países e respondido por 4659 académicos ao questionar qual o paradigma elegido pelos inquiridos. As respostas: Construtivismo, 22, 62%, Realismo, 18,33%, Liberalismo, 12%, Escola inglesa, 4,14%, Marxismo, 3,99%, Feminismo, 1,8%, Outro 10,88%, Não utiliza abordagem paradigmática 26,23% . Em: Maliniak, D. [et al.] (2014) TRIP 2014 Faculty Survey. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations. Disponível em: <https://trip.wm.edu/charts> [Consultado a 01 Nov. 2016].

Com base nesta problemática central e de partida, ressalta lógica a elaboração de examinações derivadas para esclarecimentos adicionais onde visamos (1) apurar semelhanças e diferenças entre as três abordagens sistémicas face à conceptualização de Anarquia; (2) se o mesmo conceito é igualmente patente nos mesmos paradigmas em geografias variáveis; e (3) se então a permanência conceptual pode ser validada como um processo hegemónico ideacional ou antes por uma necessidade ontológica/epistemológica disciplinar?

Os eixos problemáticos da nossa investigação assumem-se em componentes que se articulam, a saber: “Anarquia”, “Teorias Sistémicas”, “Hegemonia” e “Paradigma”.

A Anarquia como conceito-chave a explorar e que é átomo de toda a problemática a ser entendida e minuciada, merece “prova de vida” face ao que supomos ser necessário esclarecer, ou seja, a hipótese de uma sustentação paradigmática e hegemónica. Para o efeito chamaremos à colação ferramentas críticas desenvolvidas inicialmente por Gramsci (e posteriormente por Cox) e de narrativas construídas no Discurso e mantidas de forma dominante por poderes vários, como apanágio de Foucault e da Análise Crítica de Discurso.

Elaborando sobre a Anarquia nas Relações Internacionais, podemos considerar que a actual configuração do Sistema Internacional surge com o fim da Guerra dos 30 anos (1648), a consolidação do modelo Westefaliano, e a assunção da Soberania Estatal (Sutch e Elias, 2007: 21).

É esta realidade Estatal – legal e política – que cria o “*design*” apropriado para a introdução do actor fundamental (se bem que em diferentes gradações para as diferentes teorias) no Sistema Internacional, enquadrado no que Wight (1995:23) considera “*independent political units acknowledging no political superior, and claiming to be ‘sovereign’; and secondly, there are continuous and organised relations between them. This is the modern states-system. We have the independent units, which we call states, nations, countries or powers, and we have a highly organised system of continuous relations between them, political and economic, diplomacy and commerce, now peace, now war*”.

Apesar deste quase axioma disciplinar, existem críticas que não nos escapam, e sobre as quais destacamos Donnelly (2015), Horta Fernandes (2012) e Osiander (2001)⁴.

⁴ O primeiro argumenta que a anarquia não é o princípio estruturante do Sistema Internacional, antes uma condição enquadadora que constrange ou habilita as escolhas políticas ou estratégias de segurança dos actores internacionais, como o autor considera apanágio do período pré-Waltziano; o académico da FCSH,

Torna-se, contudo, essencial introduzir e referenciar Kenneth Waltz, fundador do Realismo Estrutural e a sua *opus magnum* “*Theory of International Politics*” (1979) como arquétipo de tudo o que tem sido escrito – dentro dos vários cambiantes do Realismo e nas suas respostas Liberais e Construtivistas – após essa mesma data.

Com a edição da obra Waltziana, a Anarquia é retirada da mera consequência externa da soberania (Donnelly, 2015: 396) e colocada como núcleo ordenador e explicativo das causa-efeitos do SI.

Mais significativo ainda para o nosso estudo se assume, pois, como argumentado por Donnelly (2015:393) até 1980 tal percepção académica ser “raramente utilizada como conceito de análise central”, assumindo assim uma construção recente e contingente, embora universal, acrescentamos nós.

As teorias sistémicas de Relações Internacionais – os paradigmas enunciados – têm na Anarquia a sua configuração central.

O Realismo, onde a Anarquia define o próprio Sistema Internacional fazendo com que os Estados se centrem na procura da sobrevivência.

Para o Liberalismo “a condição universal da política internacional é a sua globalização” (Moravcsik, 2010:1), embora assumindo a inexistência de autoridade superior reguladora, levando a práticas de auto-ajuda (Moravcsik, 2010:2).

E no Construtivismo, que mais que uma teoria é uma ontologia, enceta-se uma visão da Anarquia, iniciada por um pensador da “Escola Inglesa” Hedley Bull (1977), desenvolvida por Onuf (1997) entre outros e que culmina com os trabalhos da “primeira fase” de Wendt (1999) com distinção de três tipologias de Anarquia; Hobbesiana, Lockeana e Kantiana, argumentando que o mundo social não pode ser estudado nem interpretado de forma isenta de valores e onde a “anarquia é aquilo que os Estados fazem dela” ou seja, existe uma construção social da política internacional, onde contam normas e valores, bem como processos de convivência entre Estados na definição da realidade e dos agentes, bem como nas identidades e interesses.

Verificando esta permanência duradoura da Anarquia como continuidade interparadigmática, aqui fazemos a ponte para as Hegemonias de Gramsci e Cox e para

visa sobretudo a desconstrução filosófica da Anarquia – incidindo com destaque na descendente do traço Realista – embebida na impossibilidade permanente de conflito e na rejeição liminar de Hobbes como o *pater familias* pretendido pelos seus defensores Realistas; e Osiander argumenta sobretudo para a necessária distinção histórica da Soberania como entendida em 1648 e a que acreditamos moldar desde então o Sistema Internacional.

os “Regimes de verdade” como articuladas por Foucault e teóricos vários da Análise Crítica de Discurso (estes visando as “narrativas dominantes”) em torno da tríade poder, conhecimento e discurso, face ao que até consideramos como uma espécie de “anarcofilia” instalada, como indicam Buzan e Little (2010: 197), e que se traduz na assunção da inevitabilidade anárquica do Sistema Internacional, que tal como refere Chong (2010: 117) permite que “o pensamento intelectual ocidental (no estudo das Relações Internacionais) atinja uma Hegemonia Gramsciana”.

Em Gramsci (1971: 57) a Hegemonia destaca “a habilidade do grupo social de liderar a sociedade tanto política como moralmente”, com utilização de estratégias complementares seja de coerção ou dominação seja de consenso ou liderança intelectual-moral.

Foucault (1980) visará o aparato disciplinar que se articula em torno do conhecimento e sua difusão e institucionalização e com a Análise Crítica de Discurso, e autores como Fairclough (1989; 1992; 1995; 2001), Wodak (2003; 2005; 2009) e Van Dijk (1985; 1993; 2008) na esteira do trabalho de Gramsci, Cox e Foucault, entre outros, consegue-se um agregado crítico que sublinha a construção de um quadro intelectual heterodoxo, de contributos científicos multidisciplinares e sem uma metodologia estanque, sobre como os diversos tipos de discurso se estabelecem e como o poder social (acesso privilegiado a recursos que no caso específico do nosso estudo podemos entender como a produção e divulgação de conhecimento científico) e relações de dominação influenciam e constroem o conhecimento e a maneira como o mesmo se articula e se reproduz.

Quer no pensamento neo-marxista Gramsciano, em Robert Cox, Michel Foucault ou na diversificada Análise Crítica de Discurso ressaltam compromissos progressistas, emancipatórios e normativos, tentando apontar que a cultura ou o “discurso” dominantes têm papel crucial na manutenção ou modificação das assimetrias de poder social e cultural e na (re)produção das ideologias que as legitimam.

Mas aqui, esclareçamos que o primaz objectivo desta investigação é inserir estas análises como gama de ferramentas críticas num contraditório a uma sólida e quase inexorável evidência de um conceito (a Anarquia) definidor de uma disciplina inteira, apesar de várias interpretações teóricas que a perpassam.

E por isso, temos também que incidir a nossa investigação no paradigma Kuhniano, enunciado logo no posfácio à segunda edição de “*The Structure of Scientific Revolutions*” (1970) como as “práticas que definem uma disciplina científica – suas

metodologias e pesquisas, bem como a “linguagem” na qual os seus membros trabalham - em certo momento”; o enunciado não requer sofrer de “*rigor mortis*”, permitindo flexibilidade na manipulação dos paradigmas.

Contrastaremos necessariamente Kuhn com abordagens de Popper e Lakatos para mais vasta compreensão.

Trabalhando em Ciências Sociais, não nos podemos furtar á apresentação das variáveis como fundamentais para aquilatar da dinâmica entre as mesmas.

A variável independente assume-se como a construção teórica Waltziana e as variáveis dependentes as formas como essa construção teórica influencia outras teorias e sobressai na pesquisa quantitativa a efectuar, onde atentaremos a factores como a nacionalidade dos autores, número de referências bibliométricas, ano e língua de edição e partilha de “escolas de pensamento” de forma a determinar a existência dessa mesma hegemonia.

Ou seja, visaremos inquirir se uma dada construção ideacional se estabelece como hegemónica e assente em características de poder disseminadas em contextos e narrativas (empiricamente a validar) e se possui capacidades de definir um conceito – o Anárquico – que resulta “final” e prevalecente, independente do paradigma de Relações Internacionais.

A estrutura do trabalho passa por quatro fases, com a metodologia assente em abordagens descritiva e explicativa, iniciando-se com os conceitos referidos, bem como pela elencagem teórica das teorias sistémicas.

Uma primeira, que a assume como Paradigma, pretende apresentá-la como se dá ao Realismo, Liberalismo e Construtivismo, identificando a sua contextualização histórica, ontológica e como instrumentaliza operacionalmente o conceito em distintos horizontes epistemológicos, verificando comunalidades e distinções.

Integrar-se-á a necessária contestação ao estabelecido Paradigma, com o caminho a ser efectuado pela apresentação das alternativas teóricas que nos surgem como relevantes na disciplina, e aqui falamos das Teorias Críticas (Pós-colonialismo e Pós-modernismo) e possíveis alternativas em geografias variáveis, fora do designado “Ocidente”.

A segunda parcela traz-nos a indispensável historiografia do pensamento paradigmático em sede de Ciências Sociais e particularmente nas Relações Internacionais. Visaremos um simultâneo que intercepção os debates disciplinares com os contributos de Kuhn, Popper e Lakatos.

A terça parte desta vereda abre alas às ferramentas críticas que utilizamos na nossa inquirição, e por isso, introduziremos os eixos problemáticos da Hegemonia como pensada por Antonio Gramsci e posteriormente por Robert Cox, aos quais adicionamos os trabalhos de Michel Foucault e da Análise Crítica de Discurso, como modo de questionar o impacto da conceptualização e ligações entre poder e conhecimento, bem como o necessário enquadramento do que se significa como Paradigma e a sua análise e aplicação à Anarquia, como trabalhada em sede de Relações Internacionais, sendo circular aqui a sua interpenetração com Gramsci, o pensamento Foucaultiano e a Análise Crítica de Discurso.

Já a quarta fracção deste périplo dissertativo chama a si a Contribuição da Empiria, onde se realizará uma pesquisa quantitativa (temporalmente definida no pós II Guerra Mundial), com a adequada justificação e explicação do modelo efectuado, os resultados obtidos e a indispensável análise dos mesmos face às nossas questões.

O recurso a utilizar quantitativamente será uma Base de Dados de pesquisa bibliométrica que reflecte os recursos disponíveis no “Google Scholar”, designada de “Publish or Perish”⁵ desenvolvida por Anne-Wil Harzing e que produz através da instalação de um software gratuito uma “forma excepcionalmente fácil” (Dunleavy, 2011) de extrair resultados e estatísticas sobre os objectos de pesquisa, sejam temas, autores, ou conteúdos específicos.

Esta quarta parte – face aos resultados que se estabelecerem – necessitará de aferir relações causais face às hipóteses levantadas, tentando perscrutar se o *dominium* teórico da conceptualização Anárquica em sede de Relações Internacionais é suportado empiricamente e se pode então ser equacionado á sombra de uma conceptualização hegemónica a que se liga uma “naturalização” académica.

Em síntese, visamos propor um périplo de interrogações contumazes em torno da Anarquia. E para isso, partimos da proposição e alicerce fundacional que fornece corpo e lastro científico, e no qual julgamos encontrar uma dúvida – a sua aceitação sistémica, consensual e académica – que nos interpela.

⁵ Harzing, A. (2016). Publish or Perish. Harzing.com. Disponível em: <http://www.harzing.com/resources/publish-or-perish> [Consultado a 20 Out. 2016].

Capítulo I – A ANARQUIA

1. A Anarquia na disciplina das Relações Internacionais

Neste primeiro capítulo trataremos de encetar uma necessária contextualização do conceito de Anarquia na disciplina das Relações Internacionais e particularmente nas três teorias sistêmicas que visamos: Realismo, Liberalismo e Construtivismo.

Como forma de enquadrar esta temática, há que providenciar uma genealogia das Relações Internacionais enquanto disciplina científica, além de diferenciar os paradigmas que invocamos, do ponto de vista das suas origens e dos debates internos salientados pela literatura.

Visamos entender como a Anarquia se instrumentaliza nos distintos corpos sistêmicos, e como é possível caracterizar causas e consequências desta operacionalização, consoante a leitura, evidenciando com destaque as vertentes contemporâneas, sobre as quais trabalharemos a respectiva edificação anárquica.

1.1 Historiografia das Relações Internacionais

É tido quase como axioma que o berço institucional das Relações Internacionais foi o contexto histórico entre Guerras na Europa do século XX e que a primeira Universidade onde se leccionou a disciplina foi a galesa Aberystwyth, com a constituição em 1919 da cátedra “Woodrow Wilson” (Ashworth, 2013; Burchill e Linklater, 2005; Devetak, 2012).

A premência na análise dos horrores vivenciados na “Grande Guerra” de 1914-18 e a compreensão dos “porquês” da mesma catalisou uma massa crítica de académicos para os assuntos da política internacional (Ashworth, 2013: 121).

Aberystwyth foi o passo inicial, seguida ainda no mesmo ano nos Estados Unidos pela Universidade de Georgetown, a que se seguem em 1923 e 1930 a abertura de regências idênticas na London School of Economics (LSE) e na Universidade de Oxford na Grã-Bretanha.

A primeira Universidade europeia continental com este desiderato foi o Graduate Institute of International Studies, sediado em Genebra, na Suíça, em 1927.

Em Portugal, só com o regime democrático saído do 25 de Abril de 1974, na Universidade do Minho, nasce a primeira licenciatura (Mendes, 2013: 6) em Relações Internacionais⁶, no ano de 1978.

O corpo específico inicial de ensino nas décadas de 1920 e 1930 encontrava-se disperso em disciplinas de História, Direito, Geografia e outras matérias académicas já consolidadas autonomamente (Devetak, 2012:6).

Seria a institucionalização académica que permitiu e alcandorou às Relações Internacionais – cumulando ensino, investigação e criação de conhecimento, além de convocar interesses e recursos variados para divulgação e publicitação – desenvolvimentos e repercussões cada vez mais significativos.

Em alternativa a esta evolução cronológica da disciplina, Schmidt (2013: 6-7) tem uma visão mais ampla da sua iniciação. O autor aponta o carácter multidisciplinar, debate os vários caminhos da “pré-história” das Relações Internacionais que se podem trilhar⁷, diferencia a institucionalização académica⁸, e sublinha as marcas matriciais anglo-saxónicas da disciplina, como aliás Stanley Hoffman (1977 apud Schmidt, 2013:7) fez questão de sublinhar com o apontar de que as Relações Internacionais “são uma ciência social norte-americana”.

Data da narrativa Tucidídiana sobre a Guerra do Peloponeso toda uma preocupação em compreender a actividade bélica, de forma a “prevenir a sua ocorrência, reduzir a sua frequência e mitigar consequências” como aponta Levy (2013: 581), e como salienta Aron (1966:150) estabelecer um entendimento disciplinar entre guerra e paz, sendo a última o “objectivo racional” de qualquer sociedade.

Devetak (2012:1-2) recorda que em todos os registos históricos da actividade humana o interesse pelas matérias da guerra e da paz sempre esteve presente, mas a constituição das Relações Internacionais num corpo próprio merece definição como a “necessidade de ir além do efémero e do lugar-comum: por uma reflexão profunda em acontecimentos, estruturas, processos e actores, de forma a oferecer explicações,

⁶ O autor, Pedro Emanuel Mendes (2013: 6) refere, contudo, a “excepção pioneira do trabalho de Adriano Moreira”, já na década de 60 no “ISCPU com a licenciatura de Política Ultramarina e Ciências Sociais, que poderá ser considerada a primeira tentativa, académico-institucional, de abordar temas de Relações Internacionais”.

⁷ Recordando a propósito Wæver (1998: 692 apud Schmidt, 2013: 7) como forma de elucidar o que muitas vezes é mais assumido do que questionado: “*Any good practitioner can tell the history of the discipline*”.

⁸ Diferente consoante a estrutura institucional, como se constata no exemplo norte-americano, onde as Relações Internacionais progrediram “à sombra” da Ciência Política.

interpretações e análises normativas”, estabelecendo pontes e ampliação multidisciplinar, acrescentamos.

Um outro assunto que nos merece relevância – face ao tema desta dissertação – é a tendência polissémica e heterodoxa que a disciplina “parece” sofrer nos seus “paradigmas” teóricos.

Burchill e Linklater (2005:11) recordam as propostas em torno de termos como “perspectivas”, “discursos”, “escolas de pensamento”, “imagens” ou “tradições”, como matizes que visam confrontar os cânones do enunciado “teoria”, densificando assim os variados programas epistemológicos.

O complexo xadrez teórico fomentou leituras e interpretações consoante o ensejo de arrumar o quadro disciplinar em esquemas com geometrias variáveis.

Este campo de conhecimento sempre foi atravessado por fracturas, constituindo-se num manancial de confrontos teóricos, “uma disciplina dividida”, no dizer de Holsti (1985 apud Burchill e Linklater, 2005: 4).

Bull (1972) sublinha três vagas de actividade teórica: a Idealista ou Progressista; a Realista ou Conservadora e a Social-Científica; Wight (1991) distingue três tradições, a Realista, a Racionalista e a Revolucionária; Walt (1998:30) refere que o estudo da política internacional é entendido como uma competição entre as tradições Realista, Liberal e Radical; já Goldstein e Pavese (2014) dividem as teorias sistémicas em Realista, Liberais e Sociais, enquanto que Viotti e Kaupi (2012:12) apresentam o Realismo e o Liberalismo como perspectivas e o Construtivismo como “*interpretive understanding*”.

Estas parametrizações são resultado de leituras distintas dos chamados “Grandes Debates” em sede de Relações Internacionais, onde se realiza a evolução da disciplina (Schmidt, 2013: 13), e em torno dos quais a história do seu progresso científico tem sido efectuada.

O primeiro debate⁹ deu-se da década de 1920 até vésperas da II Guerra Mundial entre as “facções” idealista e realista. Os primeiros, identificados com posturas pacifistas e utópicas, pugnavam por uma espécie de “paz eterna” assente na reforma e consenso como regras da política global sediada em instituições internacionais; a facção realista requer a análise resultante das evidências da luta pelo poder na política entre Estados, além das perenes regras que conduzem e instrumentalizam as capacidades e recursos das

⁹ “O mito fundacional da disciplina” (Kehler, 1997 apud Schmidt, 2013: 13).

nações, à “sombra” da natureza humana. Neste debate deu-se a vitória do campo “Realista” (Fox, 1949; Guzzini, 1998; Thompson, 1960; Waldo, 1954 apud Schmidt, 2013: 13-14).

O segundo debate dá-se entre as décadas de 1950 e 1960 e sucedeu entre “tradicionalistas” e “behavioristas”. Esta fricção surgiu pela necessidade sentida por académicos – particularmente nos EUA – de evoluir na capacidade científica da disciplina (Schmidt, 2013: 14), nomeadamente como resposta face aos critérios de análise históricos nos quais se baseavam os Realistas. Ou seja, se paradigmaticamente o Realismo permitia um enquadramento adequado, a sua argumentação principal de que a luta pelo poder se baseava na “natureza humana” e a sua metodologia suportada em exemplos históricos, obrigava à necessidade de um caminho que exigisse uma envolvimento científica mais consolidada no campo de estudos.

A contenda colocou a discussão entre os que propunham os métodos das ciências naturais aos que entendiam que o mundo social não é redutível à metodologia estritamente empiricamente das referidas ciências (Knorr e Rosenau, 1969; Morgenthau, 1946; Nicholson, 1996; Reynolds, 1973; Rogowski, 1968 apud Schmidt, 2013:14). Segundo Puchala (2003:10), esta disputa não foi ganha por nenhuma das partes.

O terceiro grande debate é uma discussão interparadigmática no início dos anos 80 do século passado entre Realistas, Pluralistas e Estruturalistas. A causa para esta disputa surge pela aparente incapacidade dos Realistas – em meados da década de 1970 – em contornar temas como a crescente interdependência económica e assuntos relacionados com a paz e segurança (Smith, 1987 apud Schmidt, 2013:15).

Schmidt (2013:15) sustenta que dentro deste terceiro debate surgiu ainda – já no decorrer dos anos 1980 – uma acentuada crítica, efectuada por abordagens pós-positivistas (ou críticas) às teorias “*mainstream*”, nomeadamente pelos “herdeiros” da Escola de Frankfurt, correntes “feministas” e pós-estruturalistas, sobre as fundações epistemológicas positivistas da disciplina.

Destaque-se aqui a leitura de Robert Cox (1981) um dos pioneiros da Teoria Crítica, que nomeou Realismo e Liberalismo (e as suas versões “neo”) como teorias de cariz “conservador”, destinadas somente ao “*problem-solving*”, “tendentes a favorecer a estabilização das estruturas preexistentes da ordem mundial e a manter as desigualdades de riqueza e poder” (Devetak, 2012: 13).

Assim, seria dever da Teoria Crítica (aqui incluindo-se para o efeito, segundo Devetak (2012) o marxismo, o pós-modernismo e por vezes o construtivismo¹⁰) trabalhar com base no princípio que a “teoria é sempre em prol de alguém e por alguma intenção” (Cox: 1981: 128), numa lógica de emancipação e inclusão social.

Wæver (1996:155) sustenta que toda esta terceira refrega intelectual deve ser: *“Seen as a debate not to be won, but a pluralism to live with”*.

Embora o colorido e as polémicas impeçam apontar um vitorioso indiscutível, o livro de Kenneth Waltz, *“Theory of International Politics”* (1979), permitiu de certa forma um recolocar do Realismo (sob a forma de neo-realismo) no centro da disciplina, e é sobretudo a obra Waltziana que “obriga” apaniguados e críticos a produzirem respostas (Brown e Ainley, 2005: 40).

Recorda Wohlforth (2008:138) que “alternativas” como o institucionalismo de Keohane e o construtivismo de Wendt são argumentações construídas com bases no trabalho de Waltz.

Quando Wæver apresenta a síntese “neo-neo” (1996) intenta ir mais além, propondo a convergência das versões actualizadas de realismo e liberalismo – afastando-se o Marxismo – em torno do racionalismo (1996:163) e das premissas Waltzianas de protagonizar a cientificidade da disciplina.

Uma consequência assinalável desta síntese – que supera os grandes debates e as os conflitos paradigmáticos – pode em nosso entendimento ser encontrada na “paz teórica” que Dunne et al. (2013:406) destacam.

À junção da síntese de Wæver e a conclusão da tríade de autores supramencionados, acrescentamos o nosso objecto de estudo anárquico como dispositivo que merece interrogação, por nele encontrarmos o ponto comum entre as teorias que gravitam com maior intensidade na disciplina das Relações Internacionais.

Cumpre assim serem evidenciados os corpos sistémicos que reúnem “paradigmas” de como se vislumbra o mundo, e adiante como se “conhece” o mesmo, em sede de Relações Internacionais.

¹⁰ Devetak (2012:14) excepciona o Construtivismo da apologia central de uma visão emancipatória.

1.2 Teorias sistémicas

No âmbito desta dissertação propomos uma apresentação de teorizações sistémicas em torno do Realismo, Liberalismo, e Construtivismo, e em capítulos posteriores teremos oportunidade para confrontar estas com o que consideramos ser um corpo crítico constituído e baseado em torno das Teorias Críticas, do Pós-Colonialismo e do Pós-Modernismo, de molde a permitir um diálogo “interno” que amplie a nossa investigação e um contraponto teórico a realidades que estão muitas vezes espartilhadas em torno de fronteiras epistemológicas.

Neste ponto visamos de forma sintética assinalar o trilha histórico e intelectual das teorias sistémicas e a sua conceptualização basilar.

1.3 Realismo

Para Richard Ned Lebow (2013: 60) apesar da sua perspectiva crítica à teoria, o Realismo (sobretudo na sua versão “clássica”) possui uma unidade de pensamento que tem sido evidenciada em 2500 anos de História.

Por isso, consideramos como Elman (2007:11) a obra em sânscrito com cerca de dois milénios, o “*Arthashastra*” de Kautilya, como o enquadramento realista inicial de um sistema de equilíbrio de poder. Até Wendt (2000 apud Elman, 2007: 12) reconhece que essa cosmovisão realista tem dominado a vivência humana, apesar do seu formato “constrangedor” se levarmos em consideração o pessimismo antropológico e a tríade assinalada por Dunne e Schmidt (2008:100-1) em torno de “Estado, Sobrevivência e Auto-ajuda”, que interpretam a anarquia que se verifica no plano externo como causa-efeito das inseguranças e incertezas vivenciadas entre actores soberanos.

Autores como Chiaruzzi (2011), Donnely (2005), Elman (2007), Lebow (2013) e Wohlforth (2008) traçam uma tradição histórica realista que encontra os seus “pais fundadores” em nomes como Tucídides¹¹ e a sua “Guerra do Peloponeso” no século quinto (Elman, 2007:11, Lebow, 2013:59, Wohlforth, 2008:132) – onde é efectuada uma análise das oscilações de poder entre Atenas e Esparta como motivo para o conflito – e em Hobbes e no “*Leviathan*” (1651) – onde a política num estado de natureza pré-social

¹¹ Donnely (2005:30) considera que as “vestes” realistas lidas em Tucídides são cada vez mais discutidas pela Academia.

determina três elementos: a igualdade¹² entre os Homens que interagem em ambiente anárquico guiados por “competição, desconfiança e busca por glória”, surgindo uma consequência inexorável de conflito entre todos (Donnelly, 2005:32) – além de autores marcantes no campo da condução estratégica ou dos assuntos estatais como Maquiavel (1532) e Clausewitz (1832) (Donnelly, 2005:30; Lebow, 2013:59-60; Wohlforth:2008:132).

Para Donnelly (2005: 29-30), o Realismo é a mais antiga e mais adoptada Teoria das Relações Internacionais, sendo possível encontrar várias definições, que, contudo, compartilham alguns elementos chave: Uma visão pessimista da natureza humana¹³ (destacando-se o “egoísmo”), a centralidade do actor estatal, aos quais se adiciona a ausência de governo internacional (anarquia), exigindo a “primazia consequente do poder e segurança” na vida política.

É possível traçar uma genealogia do realismo contemporâneo, apesar de se considerarem taxonomias diversas:

- Elman (2007: 12-20) apresenta-nos duas variantes nucleares (“clássica” e “neo”) e quatro derivadas contemporâneas (“*rise and fall*”¹⁴, “neo-clássica”¹⁵, “estrutural defensiva”¹⁶ e “ofensiva”¹⁷);

- Chiaruzzi (2012:36) assume uma estruturação mais modesta – e que cabe no desenho “nuclear” de Elman, distinguindo dois tipos de realismo: o clássico e o neo-realismo (ou estrutural); e

- Wohlforth (2008: 132-133) aponta quatro gerações realistas: i) a que viveu em conflitos militares, como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, com intérpretes como

¹² Considere-se esta “igualdade” como contextual e não similar à da “Modernidade”.

¹³ “*Ultimately, conflict and war are rooted in human nature*” (Waltz 1991: 35).

¹⁴ O realismo “*rise and fall*” tem em 1981 com “*War and Change in World Politics*” de Gilpin a obra de referência, e cuida sobretudo do que podemos considerar como uma elaboração histórica sobre transições no Sistema Internacional entre as grandes potências, dadas as alterações nas capacidades que podem levar à disputa pela liderança sistémica, criando guerras hegemónicas.

¹⁵ O realismo neoclássico (onde nos permitimos destacar Randall Schweller) reintroduz a abordagem doméstica ausente no pensamento estrutural da “*Theory of International Politics*” e previamente apanágio de Morgenthau, reforçando a distinção entre Estados revisionistas e defensores do “*status quo*”.

¹⁶ O realismo defensivo tem para Elman três diferenças face ao neo-realismo – Mearsheimer (1994) engloba ambos – a sua preferência pela “escolha racional”, a introdução do equilíbrio “ofensivo-defensivo” como variável e a conjugação destes dois elementos que traduz o favorecimento do “*status quo*”, ou seja, a balança de poder, que é a resposta adequada a concentrações de poder ameaçadoras, através de alianças, como estatuído por Waltz.

¹⁷ O realismo ofensivo enunciado por Mearsheimer, afasta a menção de uma modesta procura de poder Waltziana, e tem em “*The Tragedy of Great Power Politics*” (2001) a obra referencial.

Para o professor de Chicago, somente a geografia pode impedir o alcançar da hegemonia global (sendo assim recomendada a hegemonia regional), e a maximização de poder é a forma mais adequada de garantir a sobrevivência (Mearsheimer, 2001:40).

Niebhur e Carr; ii) uma posterior a 1945 e que é contemporânea da Guerra Fria onde sobressaem Morgenthau, Kennan, Aron e Herz; iii) a que vivencia a “*détente*”, com Waltz e Gilpin e a geração do pós Guerra Fria com Mearsheimer, Walt, Schweller e Glaser, com estes últimos a desenvolverem teorias complementares ou que visam superar a componente Waltziana, mas com base nas premissas encetadas em “*Theory of International Politics*”.

Concordamos com Wohlforth (2008:136) na consideração de ser o neo-realismo da década de 1980 que leva à definição do realismo clássico “anterior”, marcando a nosso ver a divisão entre estes dois campos de um mesmo “corpo”, nomeadamente na distinção estrutural definida pelos “neo”.

A temática anárquica que visamos questionar é a encetada por Waltz. No entanto, assumimos, de acordo com a literatura referida, uma divisão assente em realismo clássico e neo-realismo, que urge complementar histórica e intelectualmente.

O realismo clássico nasce em 1939 com o “*The Twenty Year’s Crisis*” de E.H. Carr, que responde às então dominantes teorias liberais, à tentativa de promover uma “ciência” das Relações Internacionais que se permitisse superar as “boas intenções” liberais, que afastavam a realidade do poder e suas consequências na arena internacional, e consolida-se com o “*Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*” de Morgenthau em 1948 (Salmon e Imber, 2008:20).

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, o Realismo teve em Hans Morgenthau o seu corpo de pensamento predilecto (Brown e Ainley, 2005: 40-42), apesar de alguma imprecisão no seu teorizar¹⁸.

Morgenthau considerava que a política e a sociedade são conduzidas por regras universais inerentes à natureza humana e que a política internacional, como toda a política, é uma constante luta pelo poder (Salmon e Imber, 2008: 21), onde não pode ser dissociada uma certa componente Nietschiana, que aborda a trágica presença do “mal” (Chiaruzzi, 2012:39) na acção política e que é afastada, a nosso ver na sua forma mais ponerológica, no realismo estrutural.

¹⁸ Destaquemos, contudo, que Wohlforth (2008: 136) cita Morgenthau como o primeiro que sistematiza a tradição realista para uma construção académica e política, com realce para o primeiro capítulo da sua “*Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*”, chamado “*A realist theory of international politics*”. Para Wohlforth, Morgenthau é o que se pode chamar o “*santo Graal*” de uma eventual construção teórica realista, apesar de não referir aspectos económicos, ou das indefinições sobre conceitos como o “interesse nacional” ou a “balança de poderes”.

O neo-realismo é fruto da “*Theory of International Politics*”¹⁹ de 1979 de Kenneth Waltz, e substitui “*Politics Among Nations*” como credo realista, visando estabelecer uma “teoria do sistema internacional” (Brown e Ainley, 2005:41-42), sendo este composto por uma estrutura e pelas suas unidades em interacção.

Afasta-se a “natureza humana” da consideração dos factos, e destaca-se a arquitectura estrutural e anárquica – onde não existe a garantia de que um Estado não ataque outro, dependendo este apenas de si em “*ultima ratio*” para defesa e sobrevivência – do Sistema Internacional (Elman, 2007: 13; Mearsheimer, 2013:77).

Waltz proporciona três imagens com as quais analisa a política e que se coadunam com as três esferas da existência humana (o indivíduo, o Estado e o Sistema Internacional) numa abordagem positivista e que percorre a sua construção.

O foco passa a assentar no impacto da anarquia e na distribuição das capacidades entre as unidades de análise, os Estados (Donnelly, 2005:34).

Para Waltz (Donnelly, 2005:35, Brown e Ainley, 2005:43) a interpretação que o Sistema Internacional merece centra-se na compreensão das diferenças qualitativas entre Hierarquia e Anarquia, leia-se, nas relações entre unidades estatais que se faça em autoridade e subordinação (ambiente doméstico) ou na sua ausência (plano internacional).

Afastam-se diferenças culturais ou políticas (Elman, 2007: 13; Mearsheimer, 2013: 78), residindo nos incentivos criados pelo próprio Sistema Internacional o “arguido” contumaz da procura por mais poder.

Para Lebow (2013:65-67) os neo-realistas definem o “interesse” em termos de “poder”, sendo este equacionado em termos de capacidades materiais, classificando o Sistema Internacional consoante a verificação da polaridade do mesmo (uni, bi ou multipolar), e discernindo as mudanças sistémicas quando o numero de pólos varia, em resultado de alterações no equilíbrio das capacidades materiais.

Cisões mais recentes dentro da escola realista, originam uma divisão baseada na variável do “Poder” e de saber quanto poder é suficiente.

Os chamados “realistas defensivos” (na linha de Waltz) sustentam que a maximização de poder, a conquista hegemónica, não é opção, face aos constrangimentos que o sistema cria levando a tentativas de balancear o poder, enquanto que os ofensivos laboram no sentido inverso, considerando que a tentativa de alcançar a hegemonia é a garantia última da própria sobrevivência (Mearsheimer, 2013:78).

¹⁹ Não esquecendo “*Man, the State and War*”, de 1959, do mesmo autor.

O realismo teve uma tendência de declínio na década de 1990 (Elman, 2007: 14) dada a contextualização histórica – com o desaparecimento da URSS, a permanência da integração europeia e a expansão de uma vaga democrática liberal em latitudes várias (Elman, 2007:14) –, além do que se via como o “fim da história” repercutido numa consolidação da ordem internacional liberal e suas ferramentas “demoliberais” como sustentado por Fukuyama (1992b).

1.4 Liberalismo

O Liberalismo tem as suas raízes históricas no Iluminismo Europeu nascido no século XVIII (Burchill, 2005: 55; MacMillan, 2007:24; Richardson, 2012: 49; Salmon e Imber, 2008: 19).

A seguir à Primeira Guerra Mundial, os idealistas ou “utopistas” (Carr, 1939) pretendiam alcançar a paz global através da criação da Liga das Nações (MacMillan, 2007:21; Richardson, 2008:223; Salmon e Imber, 2008:18) que visaria resolver eternos diferendos entre os Estados; garantir a instituição de um instrumento de segurança colectiva e assegurar a consolidação de uma ordem pacífica de cariz liberal, marcada pela diplomacia transparente, o direito à autodeterminação, o comércio livre e o desarmamento (MacMillan, 2007:21, Richardson, 2012:53; Salmon e Imber, 2008:20).

O virulento ambiente internacional que conduziu à Segunda Guerra Mundial – marcado, desde o Tratado de Versalhes (1919), com a militarização e expansionismo germânico, italiano e nipónico – e o breve hiato que no concluir desta levaria ao eclodir da “Guerra Fria” permitiu um sobressair das críticas e teses realistas sobre o elaborado utópico/idealista (MacMillan, 2007:21).

No pós Segunda Guerra Mundial, o Liberalismo não fugiu à preocupação ocidental com a URSS (MacMillan, 2007:23; Richardson, 2012: 53) e defendeu a política de “*containment*” como forma de combater a expansão dos regimes comunistas.

Adicionalmente, a construção de instituições internacionais – como a ONU, Banco Mundial, FMI – e o percurso histórico que levaria à actual União Europeia – constituíram novas etapas para um institucionalismo de cariz liberal (Richardson, 2012: 49; Stein, 2008: 202) dada a ordenação política e económica conseguidas, mas no que consideramos um ambiente marcadamente realista.

É a queda da União Soviética (o desmoronar pacífico do “Império do Mal”²⁰ que Reagan apontava em 1983) e o fim da Guerra Fria (Burchill, 2005: 55; Richardson, 2012:53) que possibilitam a reentrada pujante do Liberalismo nas Relações Internacionais.

Para Fukuyama, o capitalismo liberal e o regime democrático liberal, constituíam em si um modelo indiscutível, e o culminar do desenvolvimento político e económico (Burchill, 2005: 56), numa caminhada evolutiva onde a Humanidade atingiria o seu apogeu com a democracia liberal.

O liberalismo enquanto filosofia política pugna pelo governo limitado, racionalidade científica e pela crença de que o indivíduo deve ser livre de poderes arbitrários e persecutórios, promovendo a democracia e respectivas liberdades políticas e económicas, os mercados livres, o constitucionalismo e a igualdade legal (Burchill, 2005:55; Richardson, 2012:49).

Como destaca Richardson (2012: 51), a teorização liberal com contornos empíricos pode ser encontrada na “paz democrática”, no “institucionalismo” e na “interdependência”.

A democracia e suas instituições, e o comércio livre e a sua expansão, atenuarão a violência ou a propensão para o conflito, em nome do interesse geral.

Os liberais tendem a considerar a proeminência do endógeno com reflexo no exógeno, ou seja, a ordem adequada interna é – ou visa ser – espelhada beneficentemente no exterior (Burchill, 2005:81, MacMillan, 2007: 24).

A paz é assim consequência do estabelecimento de ordens domésticas legítimas que se espalharão como um “vírus benigno” à escala mundial, eliminado a excrescência que é a guerra: “*When the citizens who bear the burdens of war elect their governments, wars become impossible*” (Doyle 1986: 1151 apud Burchill, 2005:59).

Esta conclusão leva-nos a uma das mais arraigadas convicções liberais: as democracias liberais não travam – ou têm menos razões para tal – guerras entre si (Burchill, 2005:60), embora não se inibam de tal face a Estados autoritários.

Além da “teoria da paz democrática”, o comércio livre está também no âmago da moderna “teoria da interdependência” (Burchill, 2005: 64), onde o exemplo da União Europeia é assinalavelmente repercutido como um sucesso, e o caso de um continente

²⁰ Reagan, R. (1983). Evil Empire Speech. In Miller Center. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-8-1983-evil-empire-speech> [Consultado a 21 Nov. 2016].

polvilhado de conflagrações militares que foi gradualmente atenuando esse lado mercurial por forma económica, num quadro de crescente e envolvente integração regional com benefícios comuns (Mitrany, 1948 apud Burchill, 2005:64; Stein, 2008: 203).

Desenvolvendo este argumento, autores como Keohane e Nye sublinham a pertença a instituições internacionais – a primeira das quais a Liga das Nações (Stein, 2008:202) – para a expansão das concepções de interesse nacional dos Estados em prol de maior cooperação à escala maior (Burchill, 2005:64, Sterling-Folker, 2014:114).

Em suma, os liberais acreditam (Burchill, 2005:81) que uma sociedade democrática, onde as liberdades civis sejam protegidas e o mercado livre seja potenciado, tem uma correspondência internacional na criação e manutenção de uma ordem global pacífica.

Com Moravcsik (2008:234) e o seu “novo liberalismo” reforça-se a condição universal da política mundial na sua “Globalização”, dado que os Estados são incentivados por indivíduos e grupos a toda uma gama de actividades (sociais, económicas, culturais) que superam as suas fronteiras.

O autor sublinha os aspectos societais da “dispersão” estatal a nível internacional, constituindo-se assim como o foco da “sua” Teoria das Relações Internacionais Liberal.

A proposta de Moravcsik, do ponto de vista conceptual²¹ apresenta um modelo multicausal do comportamento (preferências e reacções à Globalização) dos Estados, num plano de interdependência e influências, seja através de indivíduos ou grupos (Moravcsik, 2008:235-236, 2010:2).

Destaque-se ainda a obra de G. John Ikenberry, “*After Victory*” (2001) que aborda o estabelecimento da ordem internacional pelos vencedores dos conflitos hegemónicos, e o facto da ordem prevalecente no pós Segunda Guerra Mundial ser liberal e constitucional, pois tal é a natureza dos EUA – um dos vitoriosos, e posterior “*hegemon*” – que ao aceitar constrangimentos institucionais e possibilitar a envolvimento de outras potências, permite o incremento dessa mesma ordem internacional “saudável” (Richardson, 2008:225).

²¹ E apresentando três matizes (Moravcsik, 2008: 234) de teorias Liberais das Relações Internacionais (ideacional, que se liga a concepções de formas desejáveis de ordenamento socioeconómico, político e cultural; comercial, que sublinha a interdependência económica; republicana, que destaca o papel das instituições representativas internas, e as dinâmicas das elites).

Apresentamos ainda no campo liberal a proposição do “*soft power*” – utilizado nas administrações Clinton e Obama – de Joseph Nye (2004) onde mais que os recursos ou capacidades materiais, a relevância de um actor internacional assume-se na habilidade de moldar o comportamento de outros Estados, “atraindo-os”, cooptando-os, de forma persuasiva.

1.5 Construtivismo

O Construtivismo, emergente ainda pouco antes do início do século XXI é hoje um campo de pesquisa consolidado nas Relações Internacionais (Adler, 2013: 112).

É necessário situar o “nascimento” do Construtivismo no ambiente em que se dá parcela do chamado “Terceiro Grande Debate” (Lapid, 1989; Wæver, 1996) entre racionalistas e teóricos críticos na década de 1980, com os segundos a contestarem a noção algo “conservadora” que dominava as Relações Internacionais, e autores como Ashley e Cox a denunciarem a modesta contribuição da teoria em discutir a realidade como “ela é”, possibilitando assim a permanência de certas estruturas de poder e dominação, como conceitos como a “anarquia” e “soberania” (Fierke, 2013: 188; Phillips, 2007:61).

Assim, caberia aos “críticos” a capacitação de uma abordagem que visasse a possibilidade de alternativas emancipatórias (Cox, 1981 apud Phillips, 2007:61).

Adler (2013a: 118) atribui alguns dos créditos que permitiram o nascimento do construtivismo aos que na década de 1970 argumentavam com base em Derrida (1978) e Foucault (1980), abrindo assim o campo a trabalhos menos radicais, identificados como “*middle ground*” (Adler, 1997) e dos quais o autor destaca Richard Ashley (1987), Robert Cox (1981), James Der Derian (1988) e Andrew Linklater (1998).

Reus-Smit (2005: 195) atribui o desenvolvimento do construtivismo a quatro factores: i) O desafio lançado pelos racionalistas aos críticos para irem além do debate teórico, consubstanciando a sua análise; ii) o espaço aberto pelo fim da Guerra Fria²² para explicações alternativas; iii) o aparecimento de académicos na década de 1990 que, ao abrigo da teorização crítica, inovaram na elaboração conceptual e empírica; e iv) o abraçar

²² Chamemos a atenção que se os racionalistas “falharam” no cálculo do final da Guerra Fria; os “críticos” fracassaram na demonstração da “fortaleza” das teorias existentes em manter estruturas de poder.

por parte de académicos conceituados de uma teoria inicialmente marginal elevando-a ao “*mainstream*”.

O Construtivismo cresce da Teoria Crítica das Relações Internacionais (Reus-Smit, 2005: 195), embora se distinga da fase inicial dessa teorização pela sua componente metodológica empírica (Reus-Smit, 2005:195) utilizando, contudo, a construção heterodoxa crítica para constituir a sua base de trabalho.

Jackson e Jones (2011: 104) projectam o passado recente do Construtivismo assente em artigos científicos de Alexander Wendt (1987; 1992) e livros de Friedrich Kratochwil (1989) e Nicholas Onuf (1989), e tendo as suas origens (não na teoria política ou económica, como as contrapartes realista e liberal) em teorias sociais e na filosofia do conhecimento.

Mas o debate entre Construtivistas e Racionalistas (Realistas e Liberais) merece aprofundamento.

Ontologicamente, a divisão é assente em três pontos (Phillips, 2007:62):

Os primeiros, são idealistas e destacam a componente social, enquanto os segundos, materialistas e individualistas. O Construtivismo defende que as estruturas materiais adquirem significado social apenas quando mediadas pelas estruturas intersubjectivas que partilhem significados e entendimentos. Em suma, crenças, expectativas e interpretações interferem nos assuntos internacionais (Hurd, 2008: 301).

Segundo, o Construtivismo realça a relação mutuamente constitutiva entre “agência” e “estrutura”, destacando-se o entendimento de que as concepções, interesses e preferências estatais são consequência e resultado de padrões de práticas sociais que se produzem e reproduzem pelas acções de diversos “agentes”. A frase que melhor explica esta asserção é o título do célebre artigo de Wendt (1992): “*Anarchy is what States make of it*”. Já os racionalistas sustentam que os agentes são analiticamente distintos do “seu” ambiente, sendo que o estudo da política internacional é o estudo da instrumentalização e operacionalização de agentes na determinação de interesses “pré-sociais” que se mantêm constantes ao longo da interacção histórica.

Terceiro, o Construtivismo realça que as normas guiam o comportamento dos Estados, procurando estes fazer corresponder a sua conduta a um comportamento legítimo, e, sendo que as normas exercem um profundo impacto nas acções estatais, auxiliam à construção das identidades e interesses, condicionando as estratégias que perseguem em nome desses interesses. Os racionalistas defendem, ao invés, que o

comportamento dos agentes é guiado somente por uma lógica que tem em consideração as eventuais consequências das suas acções.

Aqui, uma distinção entre a lógica da consequência e a da adequação como estatuídas por March e Olsen (1984) com a primeira no âmbito das interpretações racionalistas, de índole estratégica e visando otimizar interesses face a escolhas, e a segunda a ser lida – em particular com o neo-institucionalismo – no conjunto de regras institucionalizadas em práticas e normas sociais.

Assim, para a abordagem racionalista, os Estados, como actores racionais “egoístas”, seguem interesses ausentes de coordenação social, numa instrumentalização que leva ao conflito ou à cooperação – não pela ausência ou presença de normas – mas pela combinação das capacidades e recursos disponíveis e pelo entendimento efectuado entre os interesses próprios e alheios (Baldwin 1993 apud Phillips, 2007:63).

A divergência entre Racionalistas e Construtivistas deve ainda ser abordada numa contextualização epistemológica e metodológica.

Grande parte dos Construtivistas prefere uma abordagem pós-positivista às Ciências Sociais, dado que a construção social das identidades e interesses dos agentes, e a diversidade de estruturas de significado que podem ser constituídas, impede configurações imutáveis sobre a política internacional (Finnemore e Sikkink 2001: 394 apud Phillips, 2007:63).

O Construtivismo é também uma posição epistemológica (Fierke, 2013: 194), tributária da “viragem linguística”. A epistemologia positivista pressupõe que os objectos existem independentemente do seu significado. Já a epistemologia Construtivista, fruto da hermenêutica subjectiva, baseia-se em pressupostos elaborados por Wittgenstein (1958) e Heidegger (1962) nos quais os factos sociais são constituídos por estruturas de linguagem, atingindo alguma radicalização com a relativização absoluta protagonizada por pós-estruturalistas, como Derrida, e pós-modernistas como Foucault (Adler, 2013: 116, Fierke, 2013: 194).

Os racionalistas, por seu turno, verificam comunalidades suficientes para discernir padrões recorrentes de comportamento estatal que possibilitam aferir – independentemente dos contextos culturais e históricos – generalizações sobre a política internacional com carácter preditivo.

Metodologicamente (Phillips, 2007:63), os racionalistas – na senda da sua epistemologia positivista – utilizam preferencialmente técnicas quantitativas, como a regressão linear ou a teoria dos jogos. Já no campo construtivista é possível aferir a

utilização da maior parte das ferramentas metodológicas disponíveis (Adler, 2013:122), como adoptar a “análise de discurso”, estudos de casos comparativos ou pesquisas etnográficas, por forma a avaliar as dinâmicas que elencam na formulação do comportamento internacional, mais aptas a abordar o estudo da acção humana do que a contraparte neo-positivista (Reus-Smit, 2005:203), tal como defendido por Bull na defesa do método mais clássico, aquando do segundo debate.

Dentro do Construtivismo existem também debates que vão permitindo o desenvolvimento da sua argumentação.

Adler (2013a :113-116) estabelece três ramos construtivistas: modernistas, “*modernist linguistic*” e críticos. Os primeiros, combinam uma hermenêutica objectiva com um interesse “conservador” em compreender e explicar a realidade social – com autores como Martha Finnemore (2003), Peter Katzenstein (1996), John Ruggie (1998), e Alexander Wendt (1999). Os “*modernist linguistic*” – que juntam uma hermenêutica subjectiva com o mesmo interesse cognitivo conservador dos “modernistas” – com nomes como Ted Hopf (2002), Friedrich Kratochwil (1989), Nicholas Onuf (1989), Christian Reus-Smit (1999) e Jutta Weldes (1999). Nos críticos, baseados na hermenêutica Habermasiana e nos efeitos emancipatórios do conhecimento, destacamos Robert Cox (1986), James Der Derian (1987) e Andrew Linklater (1998).

Já Fierke (2013: 194) e Hopf (1998 apud Reus-Smit, 2005: 205) dividem a família construtivista em “convencionais” e “críticos”. Os primeiros distanciam-se das origens da teoria crítica internacional, utilizando uma ontologia intersubjectiva (ligando normas, agentes e estruturas, bem como a constituição mútua das identidades), mas aceitando, contudo, uma epistemologia que tem subsídios positivistas, de forma a trazer a vertente “social” de volta a uma disciplina que lutava com a sua ausência. Os críticos adoptaram algum do conteúdo produzido por Habermas (1984, 1987) na sua crítica da “razão instrumental”, e na preferência pelo interesse cognitivo em posturas emancipatórias.

Para Reus-Smit (2005:199) nos anos 1990 desenvolveram-se três formas de construtivismo: sistémico, “*unit-level*” e holístico. O primeiro manteve a postura neo-realista de se concentrar nas interacções entre actores estatais, como o exemplifica a obra inicial de Alexander Wendt. O segundo foca-se nas relações entre normas sociais internas à comunidade e as identidades e interesses estatais, demonstrando as variações que ocorrem entre Estados, como o fez Peter Katzenstein em “*The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*” (1996).

Finalmente, o construtivismo holístico, tenta agregar o plano internacional mais delineado por Wendt e o ambiente interno de Katzsentein, e atribui destaque às dinâmicas da mudança global, nomeadamente sobre o apogeu e eventual queda da noção de “estado soberano”, interpretada (Reus-Smit, 2005: 201) por John Ruggie e Friedrich Kratochwil.

Assumimos o resumo de Reus-Smit (2005:196) entre “modernistas” e “pós-modernistas” que, não esbatendo as divergências, resume uma concordância em três posturas (Fierke, 2013: 189; Hurd, 2008: 300; Phillips, 2007:60) ontológicas essenciais construtivistas sobre a vida social que se repercutem na esfera internacional:

Primeiro, as estruturas normativas e ideacionais – sistemas partilhados de ideias, valores e crenças exercem poderosa influência na acção política e social – são tão importantes como as materiais (relevante e sublinhada para os neo-realistas na sua componente de poder militar) e estas só adquirem significado pelo conhecimento em que se inserem²³, além de condicionarem o comportamento dos actores políticos.

Segundo, entender como as estruturas não-materiais condicionam as identidades e comportamentos é relevante, porque os mesmos definem interesses, e posteriormente, acções. Como estatuiu Wendt (1992:398): “*Identities are the basis of interests*”. Terceiro, os construtivistas indicam que “agência” e “estrutura” são mutuamente constituídas. Ou seja, as estruturas normativas e materiais condicionam as identidades e interesses dos actores, mas as mesmas não existiriam sem as práticas dos actores (Reus-Smit, 2005: 197).

Alguns construtivistas (Onuf, 1998 apud Fierke, 2013: 194) argumentam que a sua abordagem não é uma “teoria”, antes um enquadramento analítico, embora Jackson e Jones (2011: 104) considerem o Construtivismo como a mais recente e dinâmica teórica das Relações Internacionais, o que nos suporta enquadrá-lo numa das sistematizações paradigmáticas.

Reus-Smit (2005:203) realça que se encontra em Wendt a mais elaborada teorização construtivista, e será essa que visaremos utilizar na definição do que entendemos como a construção anárquica construtivista.

Foi Wendt com “*Social Theory of International Relations*” (1999) que se permitiu “competir” com o volume e as ideias de Waltz, apesar de com isso se ter afastado em larga escala do núcleo-duro construtivista, dada a sua análise sistémica, o tratamento do

²³ O exemplo de Reus-Smit (2005: 196) é o facto de Canadá e Cuba serem vizinhos dos EUA, mas ambos percebidos de forma distinta.

Estado como actor principal e a epistemologia “realista científica” (Reus-Smit, 2005: 202).

As ligações com a Escola Inglesa²⁴ são notórias no volume Wendtiano (Brown e Ainley, 2005: 51), destacando-se as influências de Bull e do seu “*The Anarchical Society*” (1977) que atribui primazia ao actor estatal, mas englobado numa “sociedade internacional”, que se desenvolve com as interações dos Estados, cujas normas de comportamento podem ser aferidas pela lei internacional e pela diplomacia, e não num “sistema internacional” não normativo e meramente recorrente em padrões.

Os Estados desempenham funções e interagem em “anarquia”, mas numa “anarquia societal”, agindo dentro de um sistema de normas criadas e mantidas por eles mesmo, o que também se compadece com o trabalho de Barry Buzan que colhe subsídios – nomeadamente nas reflexões sobre regimes²⁵ – do neo-liberalismo internacional (Brown e Ainley, 2005: 51).

Linklater (Reus-Smit, 2005:204) vislumbra no Construtivismo a possibilidade de se ir mais além na teoria crítica: percebendo como se justificam moralmente as organizações políticas, nomeadamente o Estado soberano. É também Reus-Smit (2005:205) que apela à utilização do Construtivismo numa postura mais ligada a dialogar com argumentações éticas e normativas, por modo a não perder os contributos da teoria crítica internacional, desligada da abordagem mais sistémica protagonizada por Wendt.

Já Adler (2013a: 112) vê o Construtivismo actual, fruto dos múltiplos debates internos, como movimentando-se para mais perto das interpretações críticas, sem, contudo, abarcar de forma “cega” alguns dos argumentos epistemológicos e ontológicos mais radicais.

Se neo-realistas e neo-liberais afastam – na maioria – questões de “identidade” na maneira como a anarquia possibilita ou impede cooperação e conflitualidade, os Construtivistas fazem das questões normativas, quer nas identidades quer até no núcleo da anarquia – que pode não ser ausente de normas – a sua disputa principal ao debate “neo-neo” (Brown e Ainley, 2005:50; Jackson e Jones, 2011: 104).

²⁴ Assim designada pelo trabalho em instituições académicas britânicas (nomeadamente a London School of Economics, e as Universidades de Oxford e Cambridge) no pós Segunda Guerra Mundial de docentes como Martin Wight, Hedley Bull, Adam Watson, R. J. Vincent, James Mayall, Robert Jackson, e mais recentemente Tim Dunne e N. J. Wheeler, bem como Barry Buzan, que se focam na elaboração sobre a “sociedade de Estados” e a “sociedade internacional” (Brown e Ainley, 2005: 50)

²⁵ A que devemos juntar referências a Keohane (1983), Krasner (1983) e Ruggie (1982).

A evolução e consolidação do Construtivismo permitiu desenvolvimentos na teoria das Relações Internacionais, com os factores normativos, históricos e sociais a reintegrarem o debate (Reus-Smit, 2005: 205).

Permitimo-nos um breve resumo do que nos surge como relevante nos três corpos sistémicos expostos e que visamos correlacionar *a posteriori* com o nosso objecto de estudo, a Anarquia.

- Um enquadramento formal em torno de certezas partilhadas: Estado e Anarquia, embora com uma polissemia conceptual, onde expressões idênticas assumem análise, tratamento e consequências diferenciadas.

- O vincar de legitimidade – Seja na “natureza imutável” da realidade (Realismo), na crença do “progresso” e cooperação (Liberalismo) ou na relevância da construção histórica e social (Construtivismo), o estabelecimento de corpos sistémicos é fruto de um prolongado quadro epistemológico e de um laborioso exercício suportado numa caminhada disciplinar diversa, mas que como assinalámos tem convergido para uma síntese.

- Evolução em “respostas” – o “nascimento” e vicejar teórico dá-se em constante diálogo, não sendo escassas as “furiosas” polémicas que ficaram na História da disciplina, embora se prescrite uma crescente “paz paradigmática”.

2. A(s) Anarquia(s)

É a conceptualização da Anarquia (Schmidt, 2013:16) que proporciona uma senda de continuidade e uma identidade discursiva distinta ao campo científico das Relações Internacionais, naquilo que Ashley (1998) classificou como “a problemática anárquica”.

A “Anarquia”, como ausência de governo, mas não indiciando desordem ou caos, como refere Devetak (2012:4), é o princípio constitutivo e organizativo em torno do qual se centra a história da disciplina (Onuf 1989; Schmidt 1998 apud Devetak, 2012:4).

Esta conceptualização anárquica sobressaiu com a leitura de Waltz (1979:103), onde a diferença entre os domínios das políticas nacionais e internacionais são os distintos modos de organização Hierárquico ou Anárquico. O primeiro aponta para as relações entre unidades (ou actores) com linhas definidas de autoridade e obediência; o segundo – do âmbito da política internacional – onde estão ausentes essas mesmas directrizes.

Esta foi a “Grande Divisão”, assim baptizada por Ian Clark (1999 apud Devetak, 2012:3).

Propomos apresentar neste ponto a conceptualização anárquica contemporaneamente²⁶ alicerçada pelas três sistematizações teóricas tidas como paradigmáticas: Realismo, Liberalismo e Construtivismo. Fazemo-lo utilizando o neo-realismo de Waltz, o neo-liberalismo e o construtivismo de Wendt, conforme acima elencados.

2.1 A Anarquia Neo-realista

A anarquia do Sistema Internacional é a primeira assunção dos neo-realistas (Mearsheimer, 2013: 79).

Waltz em *“Theory of International Politics”* (1979) pondera apenas a possibilidade de dois sistemas: hierárquico e anárquico. O primeiro, que estabelece relações de autoridade e subordinação, e a anarquia que se define pela ausência das referidas.

Na argumentação neo-realista, a anarquia assume papel quase central (Donnelly, 2005:31) à semelhança do que Herz referia ser a priorização da anarquia: *“Even in the absence of aggressivity or similar factors”* (1976: 10 apud Donnelly, 2005:35).

O trabalho contemporâneo estrutural, encetado pela obra Waltziana, leva a uma nova centralidade da anarquia, afastando “a natureza humana” realista clássica da leitura analítica (Mearsheimer, 2013:78), e introduzindo a “sobrevivência” das unidades de análise (Estado) como o motivo maior que conduz a estrutura (Donnelly, 2005: 41).

Waltz (Chiaruzzi, 2012:41; Elman, 2007: 13-14) defende que os sistemas são compostos por uma estrutura e as unidades que a compõem.

As estruturas políticas têm três elementos: ordenador (hierárquico ou anárquico); o carácter das unidades (funcionalmente idênticas ou distintas) e a distribuição das capacidades.

Para Waltz (1979:107) a estrutura do Sistema Internacional é definida pela anarquia e pela função idêntica dos Estados (dependem somente de si, em auto-ajuda e visam somente a sobrevivência) e assim, somente as capacidades são diferenciadoras, podendo mudar a polaridade do Sistema Internacional.

²⁶ Cf. Uma breve contextualização histórica da utilização do termo merecerá destaque no Capítulo IV, pp. 109, nomeadamente em Donnelly (2015). Essa colocação no exterior desta secção resulta da atenção que atribuímos à constituição contemporânea anárquica e por considerarmos premente a análise de Donnelly na sua vertente empírica.

As diferenças entre as unidades medem-se consoante os recursos e capacidades disponíveis, assumindo as grandes potências impacto transcendente no Sistema Internacional (Donnelly, 2005: 35).

O Sistema Internacional é baseado na auto-ajuda, e definido pela procura de segurança, obrigando os Estados a perscrutarem as intenções alheias, numa lógica que resulta na emergência da balança de poder, que acaba por ser “a” teoria do sistema internacional (Brown e Ainley, 2005:42-43).

O realismo estrutural classifica o Sistema Internacional consoante a sua polaridade (uni, bi, multipolar), sendo que a mudança na sua natureza ocorre quando o número de pólos se altera por força da alteração das capacidades materiais das unidades (Lebow, 2013: 67).

As configurações sistémicas são produzidas pela balança de poder (Chiaruzzi, 2011:42), que funciona como um mecanismo automático para Waltz, resultante das interações estatais em ambiente anárquico, levando a um equilíbrio uma vez que as “grandes potências” tendem a ter uma leitura “*status quo*” que leva a tal resultado.

O aparecimento de guerras pode ser fruto da leitura que “potências revisionistas” fazem da vontade de coadunar ou refazer o Sistema Internacional tendo em vista os seus interesses, e potências “*status quo*” que pretendem manter a sua posição e evitar a emergência de outros.

Este ciclo é intemporal na leitura realista (Lebow, 2013:67) e pode ser encontrado já em Carr com a apresentação da divisão dos Estados entre os “*have*” e os “*have not*”²⁷ (Chiaruzzi, 2012:39), os primeiros, “privilegiados”, por via dos seus recursos, e os segundos, já que desfavorecidos ou preteridos nos arranjos globais não se coibiriam de pretensões revisionistas da ordem internacional.

Para os realistas (Donnelly, 2005:37), a anarquia e o egoísmo condicionam a cooperação, como elaborado empiricamente no “dilema do prisioneiro”²⁸, no “medo

²⁷ Os “que têm” riqueza e poder e os “que não têm”.

²⁸ Confrontados pela polícia, dois suspeitos de um crime são colocados individualmente perante a hipótese de cooperar ou trair, ignorando o comportamento do parceiro. A escolha racional acaba por ser confessar, embora ambos saibam que poderia ser melhor cooperar, mas evitam assim o pior resultado possível.

Hobbesiano”²⁹ de Butterfield ou no “dilema de segurança”³⁰ de Hertz – embora a cooperação seja possível e presente (Jervis, 1978) – tendo em conta constrangimentos eventualmente causados pela perspectiva de ganhos relativos, dada a hipótese de o outro Estado – em anarquia tido como rival – também ter ganhos.

A anarquia ao impor desconfiança e incerteza, obstaculiza entendimentos mesmo em ambientes não mercuriais, como os sectores comerciais ou económicos, como o demonstra Grieco (1990).

Os neo-realistas supõem que cada Estado se preocupará com ganhos relativos de cooperação, que incidem nomeadamente sobre o facto de os outros Estados poderem – mesmo na dúvida – ganhar mais (Brown e Ainley, 2005:46-47, Burchill, 2005:65; Stein, 2008:210). Isto decorre da preocupação neo-realista com a balança de poder, dada a procura de sinais alheios de vantagem que indiquem eventuais alterações na posição relativa de poder, além da avaliação das tendências de certos Estados se tornarem “*free riders*” – que ganham na cooperação sem contribuir para os custos – da possibilidade de “defraudarem” outros Estados (Burchill, 2005:65), ou pela própria condição estrutural da escassez de recursos (Chiarruzzi, 2011: 44).

Os neo-realistas verificam a anarquia como uma condição imutável que se apresenta a indivíduos e Estados, gerando competição militar e económica (Sterling-Folker, 20014:116).

²⁹ “Imaginando-se fechado numa sala com outra pessoa com quem se tenha estado em desentendimentos no passado, e supondo que cada um tem uma pistola, é possível calcular uma situação em que ambos queiram atirar as pistolas fora, mas é um desafio á inteligência encontrar uma forma de o fazer” (Butterfield, 1949: 89–90 apud Donnelly, 2005:37). Ou seja, “podemos sentir o nosso próprio medo e conhecer as nossas próprias intenções, mas não podemos sentir os medos e conhecer as intenções dos outros” (Booth, 2001: 23).

³⁰ “Dada a incerteza irredutível sobre as intenções dos outros, as medidas de segurança tomadas por um actor são percebidas por outros como ameaçadoras; e os outros também tomam medidas para se protegerem; estes passos são então interpretados pelo primeiro actor como confirmando sua hipótese inicial de que os outros constituem uma ameaça credível; E assim por diante. Assim, a própria segurança pode, muitas vezes inadvertidamente, aumentar a sensação de insegurança em outros Estados. (Snyder 1997: 17).

2.2 A Anarquia Neo-liberal

Os neo-liberais aceitam que os Estados prosseguem os seus interesses em condições de anarquia, que “se mantém como uma constante” (Axelrod e Keohane 1993: 86).

O neo-liberalismo concorda com o neo-realismo estrutural de que a cooperação internacional é difícil de obter num ambiente internacional anárquico, que promove a incerteza e a competição (Sterling-Folker, 2014: 114).

Para Moravcsik (2010:2) tal como no neo-realismo, existem dois pressupostos que subjazem á moderna teoria liberal: A anarquia e a racionalidade.

A teoria neo-liberal compartilha a primeira suposição (anarquia) com quase todas as teorias de Relações Internacionais, e compartilha a segunda suposição (racionalidade) com o neo-realismo.

Em contraste com a “escola” Waltziana, o neo-liberalismo argumenta que desenvolvimentos históricos do século XX tornaram a cooperação internacional relativamente mais fácil – com declínio das teses realistas – e que asseguraram o crescimento das instituições internacionais, permitindo alcançar interesses colectivos e particulares (Sterling-Folker, 2014: 114, 117-118), nomeadamente:

1) O aumento da interdependência em uma variedade de questões globais devido aos modernos avanços tecnológicos e industriais, que estabelece o cenário apropriado para o desenvolvimento de interesses comuns que só pode ser obtido pela cooperação.

A chamada “interdependência complexa” é introduzida por Keohane e Nye em “*Power and Interdependence*” (1977) que configura o fundamental da futura teoria institucionalista neo-liberal (Richardson, 2008: 223). Não procurando “combater” o neo-realismo e afastando propósitos normativos “idealistas liberais”, os autores afirmam um espaço para a cooperação internacional, onde as instituições desempenham um papel relevante na facilitação dessa cooperação (Richardson, 2008:223).

2) A estabilidade hegemónica que os EUA garantiram após a Segunda Guerra Mundial (Ikenberry, 2001) com a edificação de um sistema que garantisse as suas próprias preferências, e onde se inclui a ONU no campo político, o FMI e o BIRD, no plano económico e comercial, no que ficaria designado como o sistema de “*Bretton Woods*”. Comportando-se como “*hegemon*” ordenador, os EUA permitiram assim uma estabilidade global.

No campo neo-realista, a manutenção de um eventual regime económico cooperativo assentava exclusivamente na existência de uma hegemonia disposta a fazer cumprir as regras ao sistema (Richardson, 2008: 223).

A mesma lógica teórica entre neo-realistas e neo-liberais fornece um quadro distinto de análise nas Relações Internacionais para a problemática da cooperação (Richardson, 2008: 224). Autores como Keohane e Axelrod desenvolveram modelos “compartilhados” com o neo-realismo (a já referida anarquia internacional e o egoísmo racional dos Estados) pretendendo comprovar a existência da viabilidade da cooperação.

Começando com *“Power and Interdependence”* (1977), os neo-liberais desafiam o pessimismo realista utilizando suposições neo-realistas (Sterling-Folker, 2014: 116). Estes argumentos seriam desenvolvidos no volume editado por Stephen Krasner³¹, *“International regimes”* (1983), que introduz o conceito de “regimes internacionais” e o aplicou a uma variedade de áreas problemáticas.

O “núcleo-duro” do neo-liberalismo ficou expresso em *“After Hegemony”* de Robert Keohane (1984).

E é entre Keohane e um neo-realista, Joseph Grieco que se estabelecerá um debate que se centra nas respectivas visões de “anarquia” e “cooperação”, com Grieco a expor a discórdia entre os dois campos em *“Anarchy and the Limits of Cooperation”* (1988).

Os neoliberais assumem que os Estados estão essencialmente preocupados com os ganhos absolutos obtidos, dado que vislumbram o potencial dos seus ganhos, não se preocupando com o que outros obtiveram, porque todos ganharam algo, afastando a política internacional de um jogo de “soma-zero”, introduzindo antes um ambiente de segurança propício à cooperação (Burchill, 2005:65).

Reconhecem também os neo-liberais a fragilidade de cooperação em ambientes onde os procedimentos sejam falíveis. Porém, cada vez mais, situações que impactam

³¹ Que destaca o papel que os “regimes internacionais” passaram a desempenhar na estruturação de interacções na esfera internacional. Define regimes como “conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão implícitos ou explícitos em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em determinada área de relações internacionais” (1983, p.3). A operacionalização que Krasner faz destes “regimes” estende-se a áreas que incluem a segurança, o comércio e as finanças, onde através da introdução e institucionalização de princípios, normas e regras, modelam a dinâmica estabelecida baseada na anarquia e “*power politics*”.

O conceito de regimes internacionais foi desenvolvido para capturar, descrever e analisar a totalidade dos esforços cooperativos, suposições e comportamentos em uma determinada área de questão internacional (Sterling-Folker, 2014: 115).

regional e globalmente, desde o terrorismo ao ambiente, levam a acordos baseados em interesses estratégicos comuns e partilhados (Burchill, 2005: 65).

Os neo-liberais têm a anarquia como um “vácuo” que deve ser colmatado com processos e instituições criados pelo Homem.

Ou seja, ao não recusar a leitura do ambiente anárquico externo ao Estado como potencialmente incerto e mercurial permitem-se aplacar essa tendência com a construção de convergências institucionais entre os actores internacionais por forma a dirimir diferendos.

Empiricamente, a comprovação neo-liberal da cooperação é exercida em três teorizações: A paz democrática, o institucionalismo e a interdependência económica (Richardson, 2012: 54).

Doyle (1983, 1986 apud Richardson, 2012: 54) sustenta – contrariamente aos neo-realistas, onde a paz depende do equilíbrio de poder – que o factor crucial é o regime político das grandes potências. O argumento de Doyle é baseado no número crescente de Estados pacíficos que aprenderam a resolver os seus diferendos sem recorrer à violência (Burchill, 2005: 58). Logo, quando as unidades são democráticas, a formatação do Sistema Internacional (uni, bi ou multipolar, com hegemonia ou não) é irrelevante, dadas as evidências que apontam no sentido da ausência de conflitualidade entre democracias.

O institucionalismo, visa desenvolver a temática da relevância das instituições internacionais no âmbito da interdependência complexa. Sendo que os neo-liberais afastam alguma normatividade na sua construção teórica³², as instituições são vistas como subsidiariamente relevantes para a obtenção e manutenção da paz, ao fomentarem cooperação e interesses comuns, num quadro de regras que governam o comportamento do Estado em áreas políticas específicas (Burchill, 2005:64). Este institucionalismo liberal pode ser encontrado em Ikenberry (2001), ao evidenciar que a ordem internacional liberal definida pelos EUA, no pós Segunda Guerra Mundial, funcionou em simultâneo para restringir o poder hegemónico norte-americano (Richardson, 2012:56). Neste sentido, o cumprimento das regras dessas organizações desencoraja a busca restrita dos interesses nacionais (Keohane e Nye, 1977 apud Burchill, 2005:64).

Assim, a anarquia é também mitigada por regimes internacionais e cooperação institucional que trazem elevados níveis de regularidade e previsibilidade para as

³² Apesar de manter uma “fê” relativamente maior na capacidade e na “razão” humana em obterem de forma “progressiva” resultados progressivos no sentido da paz, prosperidade e justiça, o comportamento “idealista” está posto de parte (Sterling-Folker, 2014:115).

Relações Internacionais, sendo que os regimes gerem as expectativas de cada parte para um acordo, onde há um interesse compartilhado (Brown e Ainley, 2005:45), e as instituições assumem o papel de incentivar os hábitos cooperativos, monitorizando o cumprimento e sancionando os incumpridores, aumentando a confiança, a continuidade e a estabilidade num mundo de anarquia não governada (Burchill, 2005: 65).

Longe de representar uma "falsa promessa", como estatui John Mearsheimer (1994), os Estados desenvolveram instituições internacionais³³ para superar barreiras à acção colectiva internacional (Sterling-Folker, 2014: 129). Instituições como a ONU, OMC, FMI, UE, NATO, G20, SCO, a ASEAN entre tantas outras, são instituições em todos os domínios funcionais globais, com recursos físicos, humanos, financeiros (Stein, 2008:201; Sterling-Folker, 2014:115), constituindo a aposta do neo-liberalismo para atenuar, aplacar e mitigar o impacto negativo da anarquia, encontrando na cooperação uma alternativa modelar para os “males” de que padece o Sistema Internacional neo-realista (MacMillan, 2007:24; Sterling-Folker, 2014:115).

2.3 A Anarquia Construtivista

Regra geral, a maioria dos construtivistas partilham com neo-realistas e neo-liberais a definição anárquica do Sistema Internacional, concordando ser este o princípio ordenador – mas não exclusivo – do mesmo (Hurd, 2008: 308; Jackson e Jones, 2011:107).

A condição de anarquia em que se moviam Estados soberanos era um dos conceitos “conservadores” que os teóricos críticos pretendiam superar na década de 1980, na tentativa de “imaginar” alternativas emancipatórias e na capacidade de criticar as estruturas de poder existentes (Phillips, 2007:61).

O Construtivismo realça, contudo, a agência humana e as possibilidades de mudança progressista social como traços distintivos na sua concepção, divergente das duas outras teorizações sistémicas.

Nicholas Onuf (2013:13) considera que a anarquia não é regulada por ninguém em particular, antes por todos em associação, como uma consequência de muitos “actos não coordenados”, numa visão que pressupõe que o Sistema Internacional não é

³³ Aqui é de referir uma importante tendência que alguns teóricos neoliberais atribuem á necessidade de as instituições requerer competência e eficiência administrativa e financeira, para não se tornarem obsoletas e ineficazes (MacMillan 2007:24)

anárquico, por conter um conjunto de regras e instituições que produzem legitimamente normas, apesar de não existir um soberano único.

Com o pós Guerra Fria, a globalização, a unipolaridade norte-americana e a erosão da soberania estatal em certas sociedades pós-coloniais, assiste-se a uma certa dissipação do que hoje é hierárquico e anárquico.

Central no pensamento construtivista (Brown e Ainley, 2005: 49) é a noção da existência de uma distinção entre os “factos materiais” (independentes da acção humana) e os “factos sociais” (que dependem da forma como são criados ou existem por convenções sociais).

Logo, se tratarmos a anarquia como algo objectivo e que somente condiciona a acção estatal, sem ser por esta condicionada, caímos no equívoco de não considerar a “anarquia como aquilo que os Estados fazem dela”, no dizer de Wendt (1992).

Quer o neo-realismo, quer o neo-liberalismo entendem que a cooperação ocorre – se ocorre – em ambiente de anarquia (Brown e Ainley, 2005: 50) de forma indiferenciada sem critério na qualidade dos actores, ou nas eventuais normas que guiem os processos de interacção, no qual o fim (“segurança”) é o mesmo para qualquer dos participantes.

Os construtivistas (Brown e Ainley, 2005:50) contestam essas premissas: por um lado, consideram que as identidades importam (unidades tidas como idênticas têm diferentes percepções e relações face a outras similares); por outro, a anarquia pode possibilitar diferentes construções dentro dela mesmo, possibilitando até a edificação de normas que a moldem.

Se a estrutura é anárquica na natureza realista e liberal, no construtivismo a “estrutura” anárquica é percebida com processos de interacção e impacto por parte dos agentes que a compõem (Fierke, 2013: 189), formando assim uma realidade internacional socialmente construída e não apenas objecto de “teorias racionais”.

Ontologicamente, os “neo” realistas e liberais tratam os Estados como os actores principais que visam somente a sobrevivência em ambiente de anarquia com diferentes “outcomes” e interacções, levando a que os construtivistas questionem esta ontologia atomista, propondo uma de cariz social (Fierke, 2013:190)

Se para os racionalistas, a estrutura permite a competição e a distribuição das capacidades materiais, constringendo as acções dos actores, para os construtivistas as estruturas além de condicionarem, constituem e são constituídas pelas identidades dos actores (Fierke, 2013: 190).

Como o processo de integração europeia θ parece demonstrar, juntando Estados historicamente inimigos em cooperação de cariz económica, as relações são produto de um processo que se desenvolve de forma mutuamente constitutiva e que abordam não estritamente um “egoísmo racional”, mas circunstâncias políticas, culturais e sociais (Adler, 2013a: 127; Fierke, 2013:191).

Wendt em “*Social Theory of International Politics*” (1999) apresenta diferentes lógicas anárquicas, e a promoção do que considera uma “sociedade anárquica” (Brown e Ainley, 2005: 50; Hurd, 2008: 298), onde se lêem os contributos da “Escola Inglesa” dada a possibilidade de os Estados em ambiente anárquico gerirem interações no que se considera um sistema de normas – criadas pelos próprios Estados – que condiciona o seu comportamento (como a lei internacional ou a diplomacia) e se reflectem também na sua postura interna.

Wendt (1997) estabelece três tipos de anarquia (Hurd; 2008:305; Jackson e Jones, 2011:107) com diferentes tipos de envolvência: Hobbesiana, Lockean e Kantiana. A Hobbesiana, a que corresponde a visão Realista, baseia-se na auto-ajuda e na sobrevivência como “*ultima ratio*”, gerando um ambiente internacional de inimizade e rivalidade. A Lockean, assente na lógica soberana e hierárquica de compromissos e na tomada de decisão de instituições internacionais, com possibilidade de competição e conflitos limitados. A Kantiana, que visa produzir comunidades de segurança, relações imbuídas em ideais pacifistas e através de Estados de Direito, pretende abolir a violência internacional e gerar um novel ambiente “utópico”.

Também a questão da conflitualidade militar é influenciada pela “qualidade social” da anarquia internacional, até pelo facto dos Estados se comportarem dentro dos limites das normas estabelecidas para a guerra (Hurd, 2008:305), que é vista então como uma instituição social, logo, formada por normas, como a Convenção de Genebra ou códigos de conduta militar (Jackson e Jones, 2011:113).

A identificação entre Estados afasta também a possibilidade da conflagração bélica entre eles, formando o que se entende como “comunidades de segurança” (Deutsch et al. 1957; Adler e Barnett, 1998) onde a perspectiva que se tem do “outro” é idêntica á “nossa”, deixando de reflectir nele como “outrem”, permitindo a resolução de eventuais conflitos de forma pacífica (Adler, 2013a: 127; Jackson e Jones, 2011:116).

O estudo desta perspectiva interessa de sobremaneira aos construtivistas como forma de apresentar uma alternativa melhorada à anarquia.

O construtivismo defende que a construção social, processos de socialização e de conteúdos culturais, dentro de um sistema anárquico, produzem variação nos constrangimentos e oportunidades estruturais para as unidades e assim, resulta – ou pode resultar – em consequências distintas nos padrões comportamentais dos Estados, mesmo que formalmente se mantenha a anarquia (Adler, 2013a: 128; Hurd, 2008:308).

Wendt (1997) contudo avança que a anarquia pode ser superada e transformada em “autoridade”, mas em relação a um poder legítimo. Tal sucede através das relações sociais entre os Estados, que aquiescem a uma hierarquia social que é seguida na forma de um poder “justo”, podendo este modelo ser encontrado – para alguns construtivistas – em instituições internacionais (ex.: Conselho Segurança ONU), em práticas como a legislação internacional, ou em actores privados, como os mercados internacionais (Hurd, 2008: 308-309).

Os Estados aqui, aceitam decisões hierárquicas, sobressaindo então a mencionada “autoridade” tida como legítima (Adler, 2013a: 128) e não a contextualização anárquica.

É a chamada “governança sem governo” (Rosenau e Czempiel 1992 apud Jackson e Jones 2011: 114-115) que introduz princípios e normas, que vão sendo partilhados, nas identidades dos actores, como o Banco Mundial ou a OMC, destacando ainda os autores organizações não-governamentais como a Amnistia Internacional.

O construtivismo Wendtiano³⁴ (Hurd, 2008: 309) baseia-se na proposição de que mesmo que o conteúdo da anarquia seja estruturalmente modificável (pela cultura, instituições, identidades ou normas), a condição estrutural do Sistema Internacional como anárquica mantém-se.

As diferentes tipologias e caracterizações anárquicas das teorias sistémicas evidenciadas, reflectem em nosso entendimento, o lastro do pensamento Waltziano e da sua obra maior, *“Theory of International Politics”*.

A exigência de uma elaboração científica disciplinar – de “uma” Teoria das Relações Internacionais – encontra no reducionismo de Waltz, um caminho que permite desenvolvimentos posteriores, a Liberais e Construtivistas.

Ontologias díspares visam superar de forma distinta a conceptualização anárquica, trabalhando-a de modo divergente, mas ao abrigo dessa mesma “entidade” que Waltz fez questão de expor como a diferenciadora por excelência do panorama internacional.

³⁴ Outros construtivistas preferem o desafio da pós-anarquia e abraçam a visão da “sociedade internacional” da “escola inglesa” ou visões ainda mais radicais que permitem o afastar conceptual da “problemática anárquica” baseada, por exemplo, nos direitos humanos (Adler, 2013: 127; Hurd, 2008:309).

A Anarquia “patenteada” em 1979 por Kenneth Waltz inaugura um paradigma comum entre as sistematizações teóricas que se reconhecem como pares e que identificámos historiograficamente.

3. Contestações Teóricas ao Paradigma Anárquico Sistémico

A teoria crítica, os pós-modernistas³⁵ (Ashley e Walker, 1990: 263 apud Bleiker, 2012:97) e os pós-colonialistas (Abrahamsen, 2003: 112; Grovogui, 2013:248) entram nas Relações Internacionais em meados dos anos 1980 no âmbito do chamado “terceiro debate” onde as questões epistemológicas atraíram muitos críticos face às primazias “realista, positivista, estatocêntrica e masculina” (Ashley e Walker, 1990: 263 apud Bleiker, 2012:97).

Ao mencionarmos nesta secção estes corpos de pensamento efectuamos um contraponto às Teorias Sistémicas, tornando-se relevante esta abordagem plural como forma de encetarmos alternativas que se têm estabelecido na Academia, não sem polémica³⁶, mas com frutos na introdução de temas e entendimentos que estavam votados a certo ostracismo e lateralização disciplinar.

Em cada uma das sumarizações sobre estas correntes de pensamento, visamos reconstituir o seu desenvolvimento histórico e caracterizar, teoricamente, o modo como lida com as temáticas elegidas em sede de Relações Internacionais, destacando particularmente as componentes anárquicas e estatais.

Apresentar estas “teorias” é por vezes colocar à prova critérios de taxonomia, até pela interpenetração e envolvimento que se produzem entre os três braços epistemológicos (Teoria crítica; pós-modernismo; pós-colonialismo) que parecem surgir de fontes e materiais convergentes.

Devetak et al. (2012:69) falam de “teorias críticas” que agregam o feminismo, o marxismo e o pós-modernismo, enquanto Zehfuss (2013:147) prefere o enunciado de “trabalho crítico” que partilha “ideias, disposições e objectivos” em três abordagens

³⁵ O Pós-Modernismo situa-se numa ampla área que pode englobar também o pós-estruturalismo, como o referem Burke (2008:359), Devetak (2005b:161), Lawler (2008) e Lawson (2015).

³⁶ As objecções aos três enunciados apostam nas categorizações de metateorização (Shapcott, 2008: 334), “reducionismo radical” e relativização absoluta no caso patente do pós-modernismo (Jarvis, 2002 apud Bleiker, 2012:100) ou na irrelevância das questões de discurso ou de identidade, no pós-colonialismo, para as lutas diárias dos pobres e marginalizados ou dos países e regiões estrangidas económica e comercialmente, antes constituindo uma preocupação das “torres de marfim” intelectuais e académicas (Dirlik, 1994; Williams, 1997 apud Abrahamsen, 2007:120).

distintas a saber: Teoria Crítica, o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo. Já Abrahamsen (2003: 112) e Grovogui (2013:248) colam este último à emergência pós-estruturalista e pós-modernista.

Parece-nos, em suma, que a diferentes projectos de “resistência” intelectual ao “*status quo*” do campo “*neo-neo*”, ao sucesso dos adeptos do pensar “*problem-solving*”, a ligação a movimentos originados fora do tradicional campo disciplinar das Relações Internacionais, uma postura emancipatória e normativa e a observância e dissecação de fenómenos marginalizados nos trabalhos sistémicos, se ligam também dinâmicas históricas que geraram novas leituras, seja a questão colonial francesa, o fim da Guerra Fria³⁷, o 11 de Setembro de 2001 e o papel evolutivo do Estado Soberano.

Sublinhamos que parcela significativa das “ferramentas” de análise com as quais pretendemos elaborar criticamente sobre o nosso objecto de estudo Anárquico, a Teoria Crítica (em particular Gramsci e Cox), o pensamento Foucaultiano e o trabalho da Análise Crítica de Discurso merecerão atenção mais detalhada, em capítulo³⁸ específico.

3.1 Teoria Crítica

Fazemos o nosso périplo na Teoria Crítica³⁹ atendendo à sua génese na Escola de Frankfurt e na “recuperação” posterior que teóricos como Ashley, Cox e Linklater encetaram do pensamento frankfurtiano.

Este vasto e diverso projecto intelectual nasceu na Alemanha de Weimar e é cronologicamente marcado pela inauguração do Institut für Sozialforschung⁴⁰, em 1924 (Devetak et al. 2012: 68; Linklater, 2007: 47), mas pode abarcar vetustas reminiscências no pensamento clássico grego ou nos escritos de Kant e Hegel (Devetak, 2005:138; Jabri, 2008:29; Roach, 2013: 172).

Se a Escola de Frankfurt trabalha nas premissas marxistas como expostas nas “*Teses sobre Feuerbach*”, e na asserção do trabalho “dos filósofos (ser) não somente

³⁷ Vejamos que por exemplo Jim George que considera as Relações Internacionais como uma disciplina da “Guerra Fria” (Burke, 2008:360), exemplificando no “Longo Telegrama” de Kennan (1946) um “casaco de forças” que durante décadas fez criar um cenário interpretativo condicionado entre URSS e EUA (Burke, 2008:364).

³⁸ Cf. Capítulo III – A Hegemonia.

³⁹ Shapcott (2008:329) distingue duas teorias: a “Crítica” da “crítica”, com a primeira a descender da Escola de Frankfurt e a fazer o seu percurso científico na área das Relações Internacionais e a “crítica” a recair no espectro do pós-estruturalismo, algum feminismo e o Realismo Crítico que bebe em Bashkar.

⁴⁰ Instituto para Pesquisa Social. Os mais destacados teóricos incluíram fundadores como Max Horkheimer (1895–1973), Walter Benjamin (1892-1940) e Theodor Adorno (1903–1969), ou outras figuras posteriores como Herbert Marcuse (1898–1979), Jurgen Habermas (1929), e Axel Honneth (1949).

interpretar o mundo, mas modificá-lo” (Devetak et al. 2012: 69; Roach, 2013:173), intenta contudo superar as “limitações” do paradigma produtivo⁴¹ e vê a componente emancipatória de forma “pessimista”, dadas as limitações crescentes de uma era moderna alicerçada na administração eficiente do mundo social, como estatuíram Horkheimer e Adorno (Linklater, 2007: 47; Roach, 2013: 173).

O confronto da teoria crítica Frankfurtiana surge com as tradicionais teorias positivistas e “*problem-solving*”⁴², por estas pretenderem explicar processos sociais, de forma neutral, na realidade *como é apresentada*, com vista a prever o comportamento humano (Devetak, 2005: 139, Shapcott, 2008:329) e a produção de conhecimento para uma mais eficiente administração da sociedade através da “razão instrumental”, dilacerando os ideais Iluministas que viam no desenvolvimento científico (recordemos de Comte) uma forma de melhorar a “condição humana” (Devetak et al. 2012: 69; Linklater, 2007:49).

A Escola de Frankfurt esboça uma filosofia que questiona a vida social e política moderna, através de um método de crítica imanente, pretendendo transcender as “patologias” de dominação (sustentadas no poder) através de mecanismos de transformação social (Devetak, 2005:138; Shapcott, 2008: 331).

Habermas – que irá influenciar decisivamente a teorização crítica da década de 1980 (Devetak et al. 2012: 71) – vem ultrapassar questões cadentes apontadas aos frankfurtianos, tais como: que ideais promover; a eventual degenerescência para outros tipos de dominação; qual o contributo holístico para a epistemologia das Teorias das Relações Internacionais, visando ademais superar as limitações marxistas e o “pessimismo” da Escola de Frankfurt.

⁴¹ Marx e Engels utilizam o “paradigma da produção” para analisarem particularidades dos sistemas sociais e compreender a História, sendo que as forças produtivas (tecnologia) e as relações de produção (entre classes) são o fenómeno essencial pelo qual se apreende a evolução – nomeadamente através da “luta de classes” – dos sistemas políticos e da mudança histórica, e o progresso político é culminado numa nova ordem socialista, com a “libertação” da Humanidade (Linklater, 2007:47). A sua “limitação” é apontada na não explicação do nacionalismo violento das sociedades Fascistas, o eclodir de Estados Totalitários ou o advento da “Guerra Total” (Linklater, 2007:47)

⁴² É Horkheimer (Devetak, 2005: 139, Linklater, 2007: 48) que abre a janela da polemização da Teoria Crítica para com as “teorias tradicionais” em “*The Latest Attack on Metaphysics*” (1937) artigo que a afasta do positivismo, dos seus métodos ligados às ciências exactas de espectro quantitativo que visam prever o comportamento humano, com vista na óptica da Escola de Frankfurt, a uma sociedade disciplinadora e sujeita a ditames burocráticos e que Cox desenvolve posteriormente em “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*” (1981).

O sociólogo e filósofo alemão enquadra no domínio da comunicação⁴³ a verdadeira chave para as sociedades alcançarem uma maior liberdade, almejando atingir a possibilidade de uma “comunidade de comunicação universal”⁴⁴ libertadora de constrangimentos estruturais, assumindo uma ligação às propostas Kantianas (Linklater, 2007: 52).

Assim, o paradigma da produção⁴⁵ marxista é complementado com o comunicacional, que reconhece a transcendência da “acção comunicativa”⁴⁶ para introduzir novas e melhoradas abordagens, possibilidades e realidades sociais.

A primeira fase da Teoria Crítica nas Relações Internacionais (Ashley, Cox e Mark Hoffman) tem a sua prioridade na determinação epistemológica da emergência da estrutura ontológica do Sistema Internacional e na explicação dos seus diferentes e evolutivos formatos (Roach, 2013: 174), dado o modo “naturalista” pelo qual o neo-realismo assume a anarquia e as origens sociais dos interesses e relacionamentos promovidos sistemicamente.

Se a edição Waltziana de 1979 e o neo-realismo de cariz estrutural marcam a resposta dos teóricos críticos ao enunciado “*problem-solving*” adepto de uma parcimónia sistematizadora e do “*status quo*”, ausente de nuances que possibilitem transformação, não se permitindo equacionar os dilemas tidos como “morais” da ordem internacional, também a racionalidade cooperativa do neo-liberalismo não é tida como avanço suficiente, pois somente suplanta a “pura anarquia” por uma mais “evoluída”. Mesmo a visão construtivista é tida como insuficiente⁴⁷, dado que numa perspectiva Habermasiana, não avalia criticamente a evolução racional das normas que operam no Sistema Internacional (Shapcott, 2008:332).

⁴³ Numa interacção comunicativa, os participantes estão ligados por quatro pressupostos: inteligibilidade, verdade, sinceridade e aceitação das normas e valores vigentes na sociedade (Linklater, 2007: 52)

⁴⁴ Refere Linklater (2007:52-53) que Habermas não é um “utópico”, mas um proponente do diálogo e do consenso como formas de substituir relações de dominação, ponderar sobre a legitimidade das instituições, das políticas e das decisões que impactam o quotidiano, promovendo mecanismos de controlo e fiscalização comunitários que transcendam o espaço nacional, permitindo uma cidadania também ela de cariz universalista.

⁴⁵ Habermas (Linklater, 2007:51; Roach, 2013: 174-7) refere que o Marxismo eleva a importância do trabalho e da produção, mas degrada a importância das interacções, através das quais se negocia na sociedade os necessários princípios de coexistência.

⁴⁶ Numa temática que será recuperada recentemente pelo trabalho de Axel Honneth com desenvolvimentos sobre a “teoria do reconhecimento” e suas questões sobre como os conflitos dela derivados explicam fontes de conflitos nas RI.

⁴⁷ Mesmo que autores como Price e Reus-Smit (1998:288) argumentem ser o Construtivismo “suficientemente crítico”.

Assim, Richard Ashley (Zehfuss, 2013:147) antes de ingressar no campo do pós-modernismo, é um dos primeiros a introduzir o pensamento Habermasiano dos interesses cognitivos⁴⁸, num artigo de 1981⁴⁹, aludindo ao facto de neo-realismo e neo-liberalismo serem enquadramentos aptos a explicar o mundo do ponto de vista funcional das Grandes Potências⁵⁰, através de uma ontologia objectiva, que impede a remoção de estruturas de dominação (Devetak et al. 2012: 70-1).

É, contudo, o pensamento de Robert Cox que marca aquilo que podemos considerar como a entrada de “uma” Teoria Crítica nas Teorias das Relações Internacionais.

A principal influência de Cox⁵¹ é Antonio Gramsci (Devetak et al. 2012: 72-3) e a sua reformulação do materialismo histórico, associado ao modo como as ideias e cultura são produzidas e reproduzem a ordem prevalecente, bem como os potenciais contra-hegemónicos no seu interior.

A hegemonia, como entendida por Cox (Devetak et al. 2012: 73), é um modo de dominação no qual um Estado (e as suas elites) liderante no Sistema Internacional cria e mantém uma ordem mundial consistente com a sua ideologia, com o consentimento dos outros Estados, possibilitando uma perspectiva de satisfação dos menos poderosos.

O instituto hegemónico gramsciano, que Cox trabalha de forma precursora nas Relações Internacionais, enfatiza e explica as contradições estruturais que se dão entre o ordenamento internacional e o poder hegemónico estatal (Linklater, 2007:54; Roach, 2013: 177).

Este “neo-gramscianismo”⁵² encontra e pretende a legitimação dos movimentos sociais⁵³ que se verificam sair das contradições enunciadas e situá-los no centro das

⁴⁸ Realça a unidade entre conhecimento e interesse, estando o primeiro ligado a certos interesses que assumem a função de *a priori* do conhecimento (Devetak et al. 2012: 70).

⁴⁹ Não se deve descurar a leitura atenta que Ashley fez também dos trabalhos de Derrida e Foucault (Zehfuss, 2013: 147)

⁵⁰ Se o neo-realismo, ao trabalhar com o sistema *como é*, mais não faz do que o estabilizar, consolidar, já o neo-liberalismo visa “facilitar a suave operação de sistemas políticos internacionais descentralizados” (Keohane, 1984:63 apud Devetak, 2005: 142), facilitando a interacção entre o sistema de Estados e a economia global capitalista.

⁵¹ Cox assume que no seu artigo de 1981 (onde também se estabelece o diferencial analítico entre o “*problem-solving*” e a teoria crítica) nem sequer equacionou a herança frankfurtiana de Horkheimer (Devetak et al. 2012: 69).

⁵² Existem vários autores (Roach, 2013:177) que não concordam com esta colagem ao pensamento gramsciano, como Germain e Kenny (1998) e Ann Showstack-Sassoon (2005).

⁵³ Para Cox (Linklater, 2007:55) os movimentos contra-hegemónicos que com potencial de desafiar as estruturas dominantes eram o “terceiro mundo” dos anos 80, evoluindo posteriormente para verificar em movimentos de cariz global (sindicatos, ONG’s e novos movimentos sociais) essa mesma “função” (Devetak, 2005:153).

estruturas capitalistas para alavancar a transformação das Relações Internacionais (Roach, 2013:177).

Destaquemos, por relevante, uma consideração sobre a “ordem estabelecida”.

Recordando o pensamento marxista de que os Homens fazem a sua História, mas não em condições por eles escolhidas, essa tida ordenação pode e deve ser mutável, inquirida, extirpada do seu dogmatismo e apta a cativar uma reinterpretação⁵⁴ – como Gramsci o efectua superando Marx – emancipatória e transformativa (Devetak, 2005), na lógica do que Ashley (1981:227) registou: “*Securing freedom from unacknowledged constraints, relations of domination, and conditions of distorted communication and understanding that deny humans the capacity to make their future through full will and consciousness*”.

Ademais, para Cox (1981:128) a “teoria é sempre para alguém e com algum objectivo”, ou seja, parte de uma perspectiva ou posicionamento, e vive nas relações sociais que caracterizam a ordem política e ideológica em dado momento histórico, não estando isolada tempo-espacialmente.

Sendo as Teorias das Relações Internacionais, tal como qualquer conhecimento, condicionadas e influenciadas, social, cultural e ideologicamente, cabe à elaboração crítica a revelação destas restrições (Devetak, 2005: 142), visando superar abordagens “conservadoras”, questionando e propondo “escolhas normativas que permitam uma ordem social e política distinta da prevalecente” (Cox, 1986 apud Shapcott, 2008:330).

Essencial na leitura de Ashley, mas particularmente em Cox (no trilho de Gramsci), é a figura do “Estado” e seu refinamento conceptual, indispensável, mas “inexplicável” no neo-realismo, permitindo à teoria crítica a necessidade de desencadear uma “teoria social do Estado” (Devetak, 2005:150) baseando-se em dois factores. Um, onde se estatui que as alterações no equilíbrio militar e geopolítico têm origem em alterações na relação entre trabalho e capital, ou seja, a ordenação internacional funda-se em relações sociais. O segundo que assume o Estado como um produto da História⁵⁵, não sendo possível abstrair-se ou considerar-se antecedente face à mesma.

⁵⁴ Esta reinterpretação integra a crítica imanente de tonalidade Hegeliana, ao invés da ética abstracta como inconformismo ao “natural estado das coisas”, e a tarefa é “iniciar-se no ponto em que estamos” nas palavras de Richard Rorty (Linklater, 1998:77 apud Devetak, 2005: 144), permitindo a exposição das contradições e inconsistências sociais.

⁵⁵ O Estado em suma é para Cox uma construção com várias instituições (Igreja, cultura, sistema de educação, imprensa) que reproduz e reflecte a ordem social hegemónica (Devetak, 2005:152) com repercussões que também se reflectem na ordem internacional.

Cox cuida em analisar as transformações no Sistema Internacional, atestando a Globalização como uma superação do paradigma Westefaliano – a “internacionalização do Estado” – onde a produção e a finança excedem a sociedade e a política, e o Estado assume-se como um “operacional” facilitador da economia capitalista global, gerando consequências de desigualdade, anomia social e crescimento de populismos exclusivistas (Devetak, 2005:152-3).

Mais recentemente, Andrew Linklater desenvolve uma Teoria Crítica das Relações Internacionais pós-marxista, direccionada para a problemática da exclusão⁵⁶ originada pelo moderno sistema de Estados (Zehfuss, 2013: 148). O escocês⁵⁷ destaca a possibilidade do “diálogo democrático” entre povos na era da Globalização, mas alicerça a sua elaboração ideacional em torno do apelo a uma “ética cosmopolita” (enraizada e inspirada no pensamento de Kant, Marx, Habermas e Michael Walzer) numa “sociedade universal de indivíduos livres” que perpassa diferentes comunidades e identidades (Devetak, 2005:146).

Tal arquitectura mira o reforço da liberdade, justiça e igualdade e pretende ser enquadrada em arranjos constitucionais que proporcionem uma ordem internacional “reconstruída” nessas premissas, algo que Linklater vislumbra idealmente no projecto da União Europeia – apesar das suas falhas e momentos de indecisão – como uma experiência transfronteiriça que proporcione menos exclusão, maior tolerância e diferentes tipos de construção política num espaço pós-Westefaliano (Devetak et al. 2012: 71; Roach, 2013: 176).

Do empreendimento teórico crítico, nomeadamente o desempenhado por Cox permitimo-nos destacar a integração e aplicação de propostas Gramscianas que possibilitam uma interrogação à Anarquia, transportando-a para outras dinâmicas e compreensões, diagnosticando a expansão internacional de ideias e recursos, e detendo potencialidades normativas e contra-hegemónicas.

⁵⁶ Linklater (Devetak, 2005: 150, 153-4) destaca que o Estado Moderno, ao “constituir-se” como única forma soberana e sujeito primaz das Relações Internacionais (suportando-se actualmente como refere Shapcott (2008:339) sobre Linklater, em discursos e narrativas “austeritárias e securitárias) elimina qualquer tipo de alternativa à sua conceptualização, encerrando ainda perigos que ultrapassam a sua modalidade civilizacional, como visto no pós 11 de Setembro de 2001, com os EUA e a sua resposta na “Guerra contra o Terrorismo” a incluir potencial anti-civilizacional e anti-sistémico, minando princípios de entendimento global, parte maior deles sustentados durante décadas pelos próprios EUA.

⁵⁷ Linklater (apud Devetak, 2005: 146): *“To be free is ‘to be self-determining or to have the capacity to initiate action. The objective of critical international theory therefore is to extend the human capacity for self-determination”*.

3.2 Pós-Modernismo

O Pós-Modernismo não pretende ser apenas uma crítica à “modernidade” antes um desafio às “realidades” que a compõem⁵⁸.

O pensamento pós-moderno em Relações Internacionais exclui-se de pretensões “teórico-sistémicas”, desenhando antes um exercício variado que projecta compreender como as relações entre causa e efeito no Sistema Internacional podem ser encontradas no “discurso”, e em que relações de poder se estabelece⁵⁹, numa vertente mais determinada em criticar a teoria produzida, realçando as possibilidades de visões alternativas do mundo (Campbell, 2010:235).

Como referem Bleiker (2012: 92) e Burke (2008:359-60) existe uma distinção entre duas abordagens ao “pós-moderno”: Uma que realça um novo período histórico, a pós-modernidade, e outra que sublinha as alternativas nas novas práticas epistemológicas e políticas, o pós-modernismo.

A primeira demonstra a entrada numa época histórica distinta (a pós-modernidade), onde as transformações culturais exercem diferenciação de um período “anterior”, com o impacto da globalização, que possibilita uma “sociedade transparente”, um “êxtase de comunicação”, ou a “alteração da relação entre o tempo e o espaço” (respectivamente, Vattimo, 1992, Baudillard, 1985, Virilio, 1986 apud Bleiker, 2012:93).

Este período é visto de forma ambígua no pensamento pós-moderno.

De forma negativa, para Baudillard (1995) face à progressiva incapacidade de distinguir realidade e virtualidade; mais benevolmente para os que destacam o aprofundamento comercial e as novéis ferramentas comunicacionais, que trazem benefícios globais e a hipotética promoção de uma democracia cosmopolita, como o defende Connolly (2002 apud Bleiker, 2012: 93).

Já o pós-modernismo exime-se de identificar um momento histórico “original”, antes procura formas de compreender e viver a modernidade em moldes mais inclusivos e reflexivos, como o fazem Campbell (1998) e Lyotard (1991), e onde o fundamental

⁵⁸ Até porque como refere James Der Derian (1988:192) “a complexidade e ambivalência (...) do relacionamento humano, mediado (...) na arena internacional, torna evidente que uma única teoria não pode explicar (...) todas as RI”.

⁵⁹ Der Derian (1989:6 apud Devetak, 2005: 167) resume à saciedade que o pós-modernismo se preocupa em expor as “acções intertextuais” que se escondem nas políticas de poder”.

acaba por ser uma crítica ao entendimento que se tem da modernidade (Bleiker, 2012: 93).

Relevantes no pensamento pós-moderno, e com lastro no seu pensar em Relações Internacionais, são Foucault e Derrida⁶⁰, contemporâneos de uma contextualização que abarca a década de 1960 em França, e as questões coloniais argelina e vietnamita.

Foucault (1926-1984), influenciado por Nietzsche (1844-1900), refina o seu método de crítica genealógica, conferindo-lhe o propósito de atender à singularidade dos eventos, afastando-se de uma “grande narrativa” antes problematizando e criticando o que consideramos como “certo”.

A genealogia⁶¹ é uma forma alternativa de história, que evidencia como a sua evolução contribuiu para o mundo em que vivemos, e onde não é plausível identificar origens e significados de forma objectiva, destacando que todo o conhecimento incide sobre dada perspectiva espaço-temporal (Bleiker, 2012:99; Devetak, 2005:163).

Foca-se o filósofo francês na relação entre poder⁶² e conhecimento, concebendo o primeiro como um centro de relações de força estratégica imanentes na sociedade⁶³, intervindo em qualquer tipo de relação, em moldes de panóptico Benthamiano, tornando-se essencial compreender como se manifesta e consolida nas matrizes sociais e políticas do mundo moderno⁶⁴.

A produção de conhecimento, na visão de Devetak (2005b:162), é para Foucault algo mais que uma “tarefa” cognitiva, mas antes um empreendimento político e normativo.

⁶⁰ Aos quais acrescentamos Lyotard (1924-1998) em *“The Postmodern Condition”* (1984) que fala das alterações que desde o século 19 têm marcado a ciência, a literatura e as artes, num contexto de crise de narrativas (socialismo, marxismo, iluminismo) que o próprio autor se encarrega de visar demolir, além de criticar (Bleiker, 2012:97) a tendência moderna para legitimar o conhecimento na construção de uma grande narrativa. Baudrillard (1929-2007) acrescenta as noções de “hiper-realidade” e “simulacro”, estipulando que a realidade mais não é do que uma “rede de imagens e símbolos sem qualquer referência externa, onde o que é representado é uma representação em si mesmo” (Aylesworth, 2013 apud Lawson, 2015). No trilhio das interpretações textuais, vislumbramos também Lacan, Richard Rorty e mesmo o já citado Habermas.

⁶¹ Uma estratégia deste calibre pode ser encontrada nas “perspectivas” face ao 11 de Setembro de 2001: Um acto criminoso? Um acto de guerra ou uma vingança? O choque de civilizações ou uma variação fascista-islamita? O ataque ao World Trade Centre como resposta à política dos EUA no Médio Oriente? (Devetak, 2005: 164-5).

⁶² Como também recorda Barker (2000:27): *“Power is everywhere, not because it is all embracing but because it comes from everywhere”*.

⁶³ Apanágio de Foucault é a sua diluição da própria terminologia de “poder”, nunca concretizada de forma estanque e vista de forma metateórica, não enquadrável em conceptualizações como as de Hobbes ou Weber.

⁶⁴ Como se vislumbra numa das suas obras maiores, *“Discipline and Punish”* (1977), onde Foucault visa investigar como a “prisão” é consistente com a sociedade moderna e as suas formas de entender o “Homem” (Devetak, 2005:162).

Já Derrida (1930-2004), nomeadamente após “*Of Grammatology*” (1976), “lê” o mundo, entendendo-o e concebendo-o como um “texto”⁶⁵, requerendo cariz interpretativo (Devetak, 2005: 168). Este autor centra a sua atenção na relação entre linguagem e conhecimento, utilizando a “desconstrução” como forma de combater o tradicional pensamento binário e hierárquico prevalecente: bom/mau, eu/outro, civilizado/bárbaro, superior/inferior, onde se edifica a significação do que “é” e do “que não é”, conferindo significação positiva e negativa.

A desconstrução tenta verificar valores e relações de poder presentes (implícita ou explicitamente) em textos ou na componente mais ampla do “discurso” (Bleiker, 2012:99), sendo um modo radical de perturbar conceptualizações estáveis (Devetak, 2005:168) onde as “acções intertextuais” são os modos mutuamente constitutivos entre diferentes interpretações na representação e constituição do mundo (Devetak, 2005: 168), visando também deslocar o “centro” tido como origem e retorno de tudo (Derrida, 2001:252-3).

Assim a proposta Derridiana pretende evidenciar as razões históricas e contextuais que permitem tais configurações, dismantelando as estruturas de significado e desentranhando as suas premissas, demonstrando que a “objectividade” é também ela uma construção, não raramente aliada do poder (Edgar e Sedgwick, 1999: 108 – 9).

Em Derrida, além desse questionamento permanente, há algo que nos parece significativo assinalar e sublinhar, até em ligação ao que abordaremos posteriormente, em contexto que apresentará a Análise Crítica de Discurso e a relação que esta efectua entre Linguagem e Poder. Ao lermos “*The Principle of Reason: The University in the eye of its Pupils*” (1983) encontramos um Derrida que não se poupa a criticar e desconstruir a conceptualização do “racional”, e que apresenta já indícios sobre como essa razão é protagonizada e suportada nas instituições universitárias que a visam “proteger” a incursões estranhas ao convencional tecido do conhecimento, não raras vezes pretorianamente envolto em narrativas de poder, que potenciam a exclusão do “anómalo”.

Cabe também encontrar em Derrida (e que mais tarde Cynthia Weber (1998) desenvolve e trata na sua “soberania performativa”) a “ipseidade” que afasta a soberania estatal ou a dos seus representantes, nomeando antes uma legitimidade soberana reconhecida em torno de um “poder” ou “força” original, ou seja afastando-se da presença

⁶⁵ Nomeadamente após “*Of Grammatology*” (1976).

de uma ontologia, mas centrando-se numa arena mítica que fornece “razão” à construção do edifício estatal (Mércier, 2016:3, 6).

As duas estratégias – de Foucault e Derrida – assumem não podermos representar o mundo *tal como é*, dado que a nossa compreensão dos fenómenos sociais e políticos está intimamente ligada ao ambiente cultural, aos valores e à linguagem nos quais nos inserimos.

Já a crítica à edificação do Estado soberano e as suas origens “violentas” é trazida pelas abordagens pós-modernas às Relações Internacionais pelo questionamento e rejeição das “práticas heróicas” que problematizam a anarquia do Sistema Internacional, atribuindo antes ao monopólio de violência estatal⁶⁶ o exercício e consolidação da soberania interna. Nesta abordagem não importa tanto o “*que é*” a soberania, antes como se produz e se institui espacial e temporalmente, e com que consequências, até porque o Estado é visto como “artificial”⁶⁷ tornando-se indispensável apreender a sua eventual “essência” e como se chega à sua normalização (Devetak, 2005: 179, 196).

Assim, interroga-se a unidade estatal como campo que sequestra a totalidade do político⁶⁸, e descerra-se o alargar da “imaginação” da construção política, transformando consequentemente as Relações Internacionais, saindo estas das amarras da narrativa dominante da vitória do “senso comum”⁶⁹ gramsciano.

Como refere Campbell (1996:19 apud Devetak, 2005:181), o arrojo pós-modernista deve constituir-se em criar uma linguagem conceptual que apresente os novos processos e actores na moderna (pós-moderna) política mundial⁷⁰, que passam pela desterritorialização⁷¹ da vida política para desestabilizar o normal paradigma soberano, onde a própria questão das fronteiras⁷² – territoriais, políticas ou simbólicas – se torna

⁶⁶ Como refere Klein (1994:3 apud Devetak, 2005:173), a “violência estratégica é constitutiva dos Estados”.

⁶⁷ As habituais componentes e funções estatais (internas e externas) fornecem a consolidação de um desempenho natural ao Estado, algo não atendível na pesquisa pós-modernista e que leva Devetak (2005b:187) a questionar se atendendo a questões tão diversificadas na modernidade como o “multiculturalismo, a diversidade e interpenetração étnica, os direitos das minorias, as diásporas e os movimentos globais de pessoas, as questões ecológicas, a globalização e a interdependência económica” é possível considerar a figura estatal soberana como uma forma “efectiva” de organização política.

⁶⁸ Na soberania, o soberano define a excepção, a pertença ou não à comunidade política, e isso é “*a essência do político*”, argumenta Agamben na pegada de Carl Schmitt (Devetak, 2005:174), o que nos recorda também o projecto de proporcionar maior capacidade de inclusão da teoria crítica.

⁶⁹ “Senso comum” que no dizer de Smith (1996 apud Bleiker, 2012: 96) é um “acto absoluto de poder político”.

⁷⁰ No âmbito do que Burke (2004:353) indica como uma “paz ética” fora das grilhetas do Estado.

⁷¹ Exemplo disso é a conceptualização efectuada sobre os refugiados e imigrantes que transgridem as fronteiras geográficas (Devetak, 2005:182), de forma a se examinar as possibilidades de inclusão e exclusão estatais.

⁷² A marcação de fronteiras é um acto político com implicações na produção e delimitação do próprio espaço político, onde a separação entre anarquia e soberania marca a divisão de um espaço delimitado

também apanágio do tratamento desta abordagem e na configuração das questões de poder e espaço e suas consequências no seio das Relações Internacionais (Devetak, 2005:175).

Em suma, e face ao tema que dissertamos, os “opponentes” (face ao pós-modernismo) Realistas e Liberais partilham dois paradigmas ontológicos (Burke, 2008:364) que são atacados frontalmente⁷³: O Estado como facto estruturante do Sistema Internacional, e este como anárquico e ingovernável, ao invés das comunidades ordenadas que o compõem.

Richard Ashley⁷⁴ (Devetak, 2005:170) e a sua “desconstrução” da “problemática anárquica” pela sua originalidade e provocação é exemplar.

Inicia o autor, de forma convencional a descrição do Sistema Internacional de acordo com os fundamentos das teorias “*neo-neo*”⁷⁵ para de seguida questionar a evidência das Relações Internacionais serem uma consequência da anarquia.

Ou seja, a oposição entre anarquia e soberania sobressai num contexto em que a soberania é valorizada como ideal regulador, e a anarquia é enquadrada como a negação do mesmo, tendo significado apenas enquanto “antítese” da soberania.

Se a dicotomia entre anarquia e soberania (lembremo-nos de Derrida) se pretende sustentável devem ambas ser mutuamente exclusivas e exaustivas, e as eventuais diferenças no interior dos Estados devem ser convertidas em diferenças *entre* Estados (Devetak, 2005: 170-1).

Ashley dilacera esta interpretação (Burke, 2008:364-5) através da estratégia referida, apontando que a asserção anárquica realista depende de uma ficção alicerçada na edificação de um estado que é simultaneamente factor de ordem, homogeneização e identidade, ausentes das suas fronteiras, tentando assim demonstrar (Devetak, 2005:162) que o “paradigma da soberania” fornece uma disposição epistemológica bem como uma narrativa que conforma a vida política moderna.

ordenado de um campo externo não-domesticado, protegendo assim da violência embora assumindo a violência interna (Devetak, 2005:175-6).

⁷³ Para Devetak (1996:206) as contribuições significativas do pós-modernismo para as Relações Internacionais são a problematização e teorização da soberania estatal e da oposição anarquia/soberania.

⁷⁴ Ashley pode ser lido inicialmente como um “teórico crítico” que evoluiu para a abordagem pós-modernista. Inserimo-lo no “campo” pós-modernista, como Devetak (2005b) para facilitar a leitura da “desconstrução” da “problemática anárquica” por “contraposição” à visão de Robert Cox na vertente da Teoria Crítica.

⁷⁵ Ausência de uma autoridade central e a existência de Estados com território, recursos e que prosseguem os seus interesses.

As Relações Internacionais são então marcadas e condicionadas à nascer com um ferrete onde a soberania lhe é indissociável, tal como é ao Homem e ao Estado, que se desenvolvem em simultâneo.

Bleiker (2012:98) considera a existência de três abordagens diversas que podem sumariar o pensamento pós-moderno nas Relações Internacionais em três ramos desempenhados por autores como Devetak, Campbell e Burke.

Permitimo-nos individualizar Devetak (2009) que identifica quatro características na sua investigação e que são apanágio de qualquer “programa” pós-modernista: a relação entre o poder e o conhecimento; utilização de metodologias pós-positivistas (desconstrução e genealogia); um compromisso crítico conceptual (em torno de “Estado”, “fronteiras”, “violência” e “identidade”) e a necessidade de repensar a relação entre política e ética.

Já Campbell (1998) e Burke (2008) parecem-nos trabalhar numa mesma “frequência”, com o primeiro notoriamente mais ligado ao pós-estruturalismo, mas ambos a fornecerem atenção e crítica a paradigmas únicos de uma certa realidade, legitimidade ou racionalidade.

O empreendimento pós-moderno nas Relações Internacionais não está isento de acusações de “delinquência moral e política” (Devetak, 2005:161) face a polémicas que foi colecionando com as teorias sistémicas.

Sumariando, o Pós-Modernismo é todo um percurso que intenta “subverter” e provocar a disciplina, apresentando interpretações multifactoriais e alternativas plurais a institutos “conservadores” e assumidos desde Westefália, como a Soberania ou a Nação.

3.3 Pós-Colonialismo

O pós-colonialismo expõe e liga o desenvolvimento e consolidação da ordem internacional e suas componentes política e económica a tipos específicos de violência, abordando, como sublinha Grovogui (2013: 248-9), uma “multiplicidade de perspectivas em questões de identidade, cultura e poder”, que reflectem sobre as formas de poder que constroem a autodeterminação.

Existe um legado Foucaultiano (Abrahamsen, 2007:115-7) no pensamento pós-colonial, nomeadamente na centralidade do poder como força relacional consequencial e hegemónica na reprodução do conhecimento. Tal é visível no trabalho de Edward Said, “*Orientalism*” (1978), marco fundacional que inspira o pós-colonialismo, estudando o

papel do Oriente na Europa Ocidental enquanto imagem contrastante, sem a qual não se pode perceber a forma como a cultura europeia vislumbra e “produz” o “outro” (Zehfuss, 2013:163), numa visão política que arquitecta uma oposição binária (Abrahamsen, 2007:115) entre o “familiar” (Ocidente) e o “estranho” (Oriente), até com contornos lidos em Derrida.

O exercício pós-colonial analisa as “relações complexas de poder entre o chamado “Norte” (Ocidente) e o “Sul”, no que Robert Young (Abrahamsen, 2007:113, 122; Zehfuss, 2013: 156) argumenta ser uma “situação de subordinação e desigualdade económica” entre os três continentes não-ocidentais (África, Ásia e América Latina) face à Europa e América do Norte (Young, 2003:6 in Zehfuss, 2013:157).

Abrahamsen (2007:120) identifica o pós-colonialismo como um projecto, em simultâneo, material e cultural, que reconhece a necessária alteração de estruturas de dominação económicas e políticas, promovendo uma concomitante mudança epistemológica e psicológica.

Relevante se torna a utilização do prefixo “pós” que não só assinala o fim do Colonialismo e Imperialismo como “dominações directas”, como destaca a “permanência de situações hegemónicas de poder”, onde além do campo militar e económico, se sublinham as assentes na produção e disseminação de conhecimento (Abrahamsen, 2003:113; Zehfuss, 2013:157).

Digamos que é um marco que finaliza uma relação, sublinhando, contudo, a sua continuidade⁷⁶, superando a cronologia histórica, onde o desenvolvimento e consolidação da ordem internacional liberal e antigas relações coloniais mantêm povos (mesmo após as suas lutas de independência) na esfera dessa dominação, numa teia de continuidade e interdependência⁷⁷.

A Europa através da conquista e colonização intentou, adicionalmente, construir uma História à sua imagem e semelhança, menorizando construções culturais e científicas

⁷⁶ Autores como Spivak (1990) e Bhabha (1994) sublinham vivermos num mundo pós-colonial onde as relações “neo-coloniais” subsistem (Abrahamsen, 2007:114).

⁷⁷ Destaque-se o pensamento de Ashis Nandy (1983 apud Zehfuss, 2013: 161) sobre a “segunda colonização”, que pretende “não conquistar somente os corpos, mas também as mentes”, e é “abraçada” até por muitos dos que combateram a “primeira colonização”, podendo ser exemplarmente encontrada na construção justificativa (discursiva e prática) dos programas de auxílio internacional (Escobar, 1995 apud Abrahamsen, 2007:116), num enquadramento normativo que estipula as regras estatísticas de crescimento, progresso e eficiência eurocêntricas, marcando a diferença entre o racional, democrático e moralmente superior face ao anormal, deficiente e carente “outro”. A propósito Abrahamsen (2007:116) recorda o Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês Jack Straw quando em 2002 se referia ao Ocidente como o “médico” que “prevenia” e “curava” os Estados falhados.

alheias como folclore e mitologia, através também de uma consolidação académica (Trouillot, 1995 apud Grovogui, 2013: 247).

Como desenvolve Grovogui (2006:27 apud Zehfuss, 2013:158), as próprias narrativas disciplinares de Relações Internacionais reflectem um entendimento eurocêntrico e ocidental do “papel, acções e intenções dos actores, agentes e assuntos” que carimbam de forma indelével o Iluminismo e as ideologias subsequentes, com a suposição de que o Ocidente é o “legítimo dispositivo de normas e instituições para a comunidade internacional”, e onde os restantes espaços geográficos, incapazes de produzir um mesmo corpo regulador e de valores, devem-se cingir a obedecer ou acomodar-se.

A promoção da democracia liberal como exclusivo modelo de organização política internacional é uma forma do “Ocidente” se tornar fiel depositário de todo o espectro moderno, ignorando e marginalizando a diferença, além de se apresentar como um exemplo ético universal (Grovogui, 2013: 252; Zehfuss, 2013:159).

A resposta norte-americana aos atentados de 11 de Setembro de 2001 e a consequente “Guerra ao Terror” levou a que o pensamento pós-colonial reforçasse as suas críticas ao “exclusivismo” ocidental, recordando-nos Darby (2004:13) e Pasha (2009 apud Zehfuss, 2013:159) como o Islão surge novamente definido de forma dicotómica, afastado da “modernidade”, não assimilável, perscrutando-se a ideia de superioridade civilizacional ocidental, onde em nome de uma certa ordem internacional liberal e “racional” é plausível coagir e impedir alternativas de organização política, por não modernas.

As chamadas “ordem internacional”, “moralidade internacional” ou “lei internacional” são interligadas a uma perspectiva eurocêntrica (Grovogui, 2013: 256-7), como se vislumbrou na intervenção na Líbia (2011) onde a NATO (“Ocidente”) se proclamou detentora de uma vontade universal (suportada pela Liga Árabe, apesar desta inicialmente propor uma “*no-fly zone*” e rejeitar o envio de tropas ocidentais⁷⁸) através de um mandato do Conselho de Segurança da ONU, mesmo que com a oposição da União Africana.

Nesse contexto, o “Ocidente” interpretou e executou a “lei” que criou e mantém.

⁷⁸ Reuters. (2011). Arab League calls on U.N. to impose Libya no-fly zone. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-libya-arabs/arab-league-calls-on-u-n-to-impose-libya-no-fly-zone-idUSTRE72B1FI20110312> [Consultado a 21 Jun. 2017].

As questões da resistência⁷⁹ e da violência pós-coloniais⁸⁰ corporizam vasto trabalho teórico pós-colonial, como forma de analisar e superar a “normalização” da violência, visando-se um mundo onde os anteriormente subjugados não mais sejam alvo de injustiças e perpetuação de desigualdades e se consigam suplantam categorias raciais/coloniais (Manzo, 1997:104 apud Zehfuss, 2013:161), na construção de um projecto que ofereça bem-estar material e cultural global (Young, 2003: 2).

O Pós-Colonialismo é uma consequência intelectual do desaparecimento físico dos Impérios, pautado por um indispensável repensar de alternativas a estruturas políticas, económicas e culturais tidas como “descendentes” dos Colonialismos.

Os legados Imperiais são ainda expostos a uma reapreciação histórica e identitária, relembrando Nandy (1983:63) que os mesmos são “uma questão de consciência que urge derrotar, em último lugar nas mentes”.

3.4 Alternativas em Geografias variáveis?

A conceptualização da anarquia como núcleo duro das Relações Internacionais surge, como já mencionado, com Kenneth Waltz (1979) que formula a relevância indispensável das Grandes Potências para a edificação de uma teoria universal das Relações Internacionais. O contexto histórico desta asserção e os desenvolvimentos consequentes enfatizam, como destaca Liu (2016:2), a questão do eurocentrismo e, de forma mais vincada, o tratamento da “modernidade internacional como uma emergência endógena e autónoma” ocidental.

Se parte significativa das nossas interrogações se centram na eventual hegemonia discursiva e conceptual em torno do instituto anárquico e da sua prevalência oriunda de certa geografia, seria repreensível não abordarmos a premência da corporização teórica em outras regiões.

Constituindo-se um tema que em si encerraria faculdades para vastos expositivos adicionais, circunscrevemo-nos a uma resenha da literatura tentando discernir alguns pontos caracterizadores de um enquadramento tido como teorizador.

⁷⁹ A “resistência” enquanto vector analítico do pós-colonialismo (Abrahamsen, 2007:119) surge ligada ao hibridismo cultural como forma de assinalar a criatividade e adaptabilidade do “subalterno” gramsciano face ao desafio colonial e às dinâmicas de dominação e continuidade Norte-Sul.

⁸⁰ Tal como a problemática da “identidade” (Abrahamsen, 2007: 115-7) que faz sobressair os impactos culturais e psicológicos do colonialismo sobre os económicos ou políticos.

Tickner e Wæver (2009:16) alertam que uma forma inicial de responder à questão sobre a eventual inexistência de Teorias das Relações Internacionais nas “periferias” é ser essa matéria parte da autoavaliação de cada “comunidade académica” nacional ou regional, até de forma a evitar-se um mesmo preconceito baseado no pressuposto que as construções teóricas estão sequestradas ou confinadas⁸¹ disciplinarmente a certas fronteiras ou significados.

Somos, contudo, tributários, até pela narrativa que visamos, da problematização efectuada por Acharya e Buzan (tal como Chong (2010: 117) e Tadjbakhsh (2010: 176) no mesmo volume) ao assumirem as convencionais Teorias das Relações Internacionais “ocidentais” como portadoras de contornos hegemónicos gramscianos, ao abrigo de um domínio eurocêntrico interpretado consensualmente de forma “inconsciente nas mentes, mesmo que a teoria esteja ou não correcta” (2010:17).

Recolhendo o subsídio dessa problematização e mesmo que disponíveis para complexificar e inserir adicionais comprovações, o trilho intelectual que Acharya e Buzan prosseguem faz menção aos constrangimentos que possibilitaram tal “dominação”, com um caderno de encargos que atravessa as descolonizações desenhadas por “paradigmas” europeus, onde sobressai o lastro estrutural da “sociedade anárquica” e da “soberania Westefaliana” que se fez pender sobre as elites locais, não se vislumbrando o mesmo impacto para com construções ocidentais como a democracia ou os direitos humanos (Acharya e Buzan, 2010:18b).

Visamos, na revisão da literatura sobre Teorias das Relações Ocidentais em “geografias variáveis”, encontrar um denominador comum empenhado em identificar potenciais alternativos ao “*mainstream*” ocidental. Nesse caso, remetemo-nos circunscritamente para os casos Chinês, Indiano e de um modo alargado, ao “Islão” (alertando no caso islâmico para as diversificadas geografias do ponto de vista interpretativo), reconhecendo em Tickner e Wæver (2009:16) e também Acharya e Buzan (2010:225a) a consideração de que é possível detectar trabalho de relevo em autores ligados aos estudos pós-coloniais – efectuado com particular incidência na Índia, África, América Latina e Médio Oriente – como um contributo significativo – e reconhecido – em sede de Relações Internacionais, embora com lastro limitado a nível global.

⁸¹ A este propósito relembramos Hoffmann (1977) e Smith (2000) como contributos na abordagem da discussão das Relações Internacionais como Ciência e disciplina “norte-americana”.

Acharya e Buzan (2010:18b) questionam a propósito se as Teorias das Relações Internacionais convencionais ocupam todo o espaço do conhecimento por serem as “correctas” ou se de facto existe espaço plausível para desenvolvimentos e contributos.

Podem ser vislumbradas fontes teóricas não-ocidentais num conglomerado de tradições clássicas e no pensamento de figuras religiosas, militares e políticas (que pode vir desde Sun Tzu e Kautilya), bem como nos estudos pós-coloniais (Acharya e Buzan, 2010a: 225).

Se Westefália nos configurou (apesar de Osiander (2001) ser um dos proponentes dessa “desmitificação”) uma existência que liga “soberania-igualdade-anarquia”, na lógica Chinesa a ordem mundial é uma hierarquia de ordem social subordinada, como a que se encontrava no sistema tributário tradicional no qual o “Império do Meio” detinha a posição relevante, enquanto que Coreia, Vietname e outros eram subordinados (Wang, 2009:114). Tal é sublinhado por Acharya e Buzan (2010a:226) ao recordarem a cosmovisão confucionista de “*Tianxia*”, desafiadora do princípio “anárquico” e da “igualdade soberana”.

Artigos recentes (Kumar, 2015; Qin, 2016) trabalham já as várias fases e narrativas possíveis de encontrar no interior de uma “Teoria das Relações Internacionais chinesa”, nomeadamente como forma de dialogar com a ascensão da China no cenário internacional, que, contudo, se nos afigura como uma escalada intelectual que visa caracterizar e acomodar diferentes etapas contextuais de “*foreign policy*” e não tanto como corpos sistematizadores autónomos de conhecimento.

Já o caso indiano oferece conceptualizações que adoptam um nacionalismo transcendente das fronteiras territoriais dos Estados-nação, abraça tributos do “poder” espiritual e aloja diversidades sociais, étnicas e tribais (Acharya e Buzan, 2010a:227) apesar de fazer ingressar diferentes camadas, seja em Kautilya, muitas vezes considerado como precursor do realismo de “estilo ocidental”, Tagore tido como desafiador dos conceitos ocidentais de nacionalismo, ou Nehru que perfilhava já conceitos mais “disciplinadores” como a soberania e a não-intervenção (Acharya e Buzan, 2010a:229).

No Islão, o comportamento dos agentes tem como fontes potenciais o Alcorão, *Hadith* (Provérbios do Profeta), *Sunnah* (conduta do Profeta) e *ijtihad* (jurisprudência)⁸². Acresce o trabalho intelectual que inspirou lutas de libertação coloniais (Acharya e Buzan, 2010a:228-9) ou o pensamento ancestral como o do erudito do século XIV, Ibn

⁸² Interpretados com consulta: Oxfordislamicstudies.com. (2017). Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com> [Consultado a 12 Mar. 2017].

Khaldoun (1332 - 1406), para quem o Estado emerge não como resultado da “anarquia do estado natureza”, mas da cooperação humana, baseada na razão, na solidariedade social com ênfase na consciência grupal e na coesão social, interpretada como “*assabiyya*” (Tadjbakhsh, 2010: 190).

A este propósito convém recordar Shani (2008) que introduz conceptualizações críticas ou pós-ocidentais em torno da *Umma* Islâmica⁸³ e da *Khalsa Panth Sikh*⁸⁴, para um cenário disciplinar mais heterodoxo.

Num volume que ultrapassa as geografias que visitámos, Tickner e Wæver (2009) propõem-se “interrogar” social e intelectual as Relações Internacionais, visando compreender como a disciplina e os seus investigadores “entendem” o mundo, apresentando 16 estudos de casos nacionais trabalhados por autores locais⁸⁵.

Assumem Tickner e Wæver (2009: 1-3) que os investigadores desta disciplina estudam um objecto compartilhado de interesse, de diferentes formas em distintas geografias, sublinhando que a teorização gravita em torno de “construções dos Estados Unidos”, destacando ademais a assimetria na produção e reconhecimento de pensamento fora do núcleo norte-americano e escasso diálogo entre perspectivas concorrentes.

Esta nossa sùmula de variações geográficas em torno de um teorizar fora do circuito “ocidental” não permite abranger toda a latitude interpretativa disponível.

No entanto, sublinhamos que o núcleo desta dissertação se centra em torno da construção Anárquica, como saída do neo-realismo Waltziano, encontrando-se esta nos três corpos sistémicos (Realismo, Liberalismo, Construtivismo) que inquirimos e assumem lugar central da nossa investigação crítica.

⁸³ Ultrapassa a conceptualização do Estado-nação, sendo encarada como uma “associação” de sociedades islâmicas, uma comunidade religiosa transnacional, reiterando a universalidade do Islão e a comunidade de crentes (Shani, 2008:729).

⁸⁴ Datada do mesmo século do Tratado de Westefália, apresenta uma sociedade internacional solidária e igualitária, com o conceito de soberania desterritorializado, em algo que pode ser vislumbrado como uma comunidade pós-Westefaliana.

⁸⁵ A edição assume-se no âmbito da Teoria Pós-Colonial e da Sociologia da Ciência (2009:6) de forma a ampliar e descentralizar o conhecimento, indagando também como a teoria “viaja” em diferentes latitudes (Tickner e Wæver, 2009: 16-7). A Sociologia da Ciência (escassamente utilizada na disciplina segundo os autores) examina os mecanismos sociais do universo social dos pesquisadores, visando compreender como diferentes tipos de conhecimento são produzidos em contextos e geografias diversificadas (Tickner e Wæver, 2009:11).

Capítulo II – OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS

Neste segundo andamento dissertativo tomará corpo em primeiro lugar a questão “paradigmática” – e os enunciados de Kuhn, Lakatos e Popper como os que encontraram maior inserção em Relações Internacionais – e a forma como o seu estatuto e aplicação tem surgido em ambiente de Ciências Sociais e mais particularmente na nossa área disciplinar, até por forma a avaliar a edificação de um paradigma (o Anárquico) como entendido nas Teorias “*mainstream*” ou sistémicas.

Adoptamos ademais uma estratégia que visa “*ex aequo*” expor a inserção da Filosofia da Ciência na problemática “paradigmática” em paralelo com os chamados “grandes debates” em território de Relações Internacionais e já abordados historiograficamente em sede de capítulo I⁸⁶.

4 Kuhn, Popper e Lakatos e as Relações Internacionais

Do exposto ao momento, apresentámos a Anarquia como uma continuidade indispensável e paradigmática à pretensão científica dos corpos sistémicos em sede de Teoria das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Construtivismo.

É esta a oportunidade de pormenorizar histórica e substantivamente a conceptualização paradigmática, com o foco na nossa área disciplinar.

O Colóquio Internacional de Filosofia da Ciência⁸⁷ em 1965, realizado em Londres, juntou trabalhos de Thomas Kuhn (1922-1996), Karl Popper (1902-1994), Imre Lakatos (1922-1974) e Paul Feyerabend (1924-1994)⁸⁸.

Em termos de Relações Internacionais, uma conferência deste calibre equivaleria à reunião de autores num espectro que abarcasse de John Mearsheimer a James Der Derian, incluindo também os “convencionais” Waltz, Keohane e Wendt.

Após a revisão da literatura poderíamos utilizar de pronto uma conclusão de Colin Wight⁸⁹ (2009: 40) num capítulo dedicado à matéria: as Relações Internacionais são uma

⁸⁶ Cf. pp 8-12.

⁸⁷ Do qual resultou “*Problems in the Philosophy of Science: proceedings of the International Colloquium on the Philosophy of Science, 1965*” editado por Imre Lakatos e Alan Musgrave (1969).

⁸⁸ Paul Feyerabend (Para alguns “*O pior inimigo da Ciência*”, como se intitulam os ensaios (2000) em sua memória) vê a Ciência como um empreendimento criativo, defendendo uma epistemologia “anárquica” quase comparável à criação artística, onde é sempre proveitoso ir “contra a razão estabelecida”, promovendo ideais de tenacidade na defesa de posições controversas e na proliferação e debate das mesmas (Preston et al. 2000).

⁸⁹ Na senda de Holsti (1985).

disciplina dividida, sendo que essa divisão pode sempre ser ampliada (“como se marca a divisão” ou se a mesma é “desejada”).

Se a historiografia da disciplina nos permite situar – embora de forma incipiente e apta a diferentes narrativas, como veremos – cronologicamente o seu desenvolvimento, a Filosofia da Ciência tem moldado e impactado muitas das discussões no seu interior, até pela pertinente questão (quase transcendente para qualquer disciplina no âmbito das ciências sociais) de ser “considerada” legitimamente científica (Wight, 2009: 23).

A utilização do substantivo “Paradigma” serve na disciplina das Relações Internacionais para organizar e catalogar escolas de pensamento, situar autores no seu interior e apresentar à comunidade académica uma construção que agrega um tecido histórico que permita lastro ao programa científico, bem como aplicações teóricas que tenham, a contento das vertentes quantitativas e qualitativas, consolidação empírica.

Se num dicionário paradigma é definido como “algo que serve de exemplo geral ou de modelo”⁹⁰, num glossário de um manual de Relações Internacionais (Viotti e Kaupi, 2012: 460) assume-se como “um modelo, padrão, ou perspectiva que auxilia a organização e orientação de uma pesquisa”.

A Filosofia da Ciência, como racional do progresso científico, emergiu como um campo de estudos autónomo na década de 30 do século passado.

Antes dessa data, o entendimento do “científico” era baseado em Hobbes, Mill, Hume e Descartes, não faltando quem veja no campo das Relações Internacionais Tucídides como o primeiro “historiador científico” ou mesmo um “positivista” (Gilpin, 1986:306, Bluhm, 1967 apud Wight, 2009:25).

Aproveitaremos contributos de Lake (2013), Tickner e Wæver (2005) e Wight⁹¹ (2009) para visar intercepção a Filosofia da Ciência (nas versões de Kuhn, Lakatos e Popper) com os chamados “grandes debates” encetados em Relações Internacionais, de forma a enriquecer a historiografia disciplinar, e porque é em torno deles que se estabelece uma tentativa de evidenciar progresso científico.

⁹⁰ “paradigma”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/paradigma> [Consultado a 7 de Março de 2017].

⁹¹ Wight (2009:32) faz questão de salientar a relevância da Filosofia das Ciências Sociais, apesar da disciplina preferir a Filosofia da Ciência, referindo autores como Hollis e Smith (1990) que surgem na “viragem pós-positivista” e que utilizam o respaldo de pensadores que trabalham a nível da hermenêutica, como Max Weber e Peter Winch, permitindo um distanciamento de modelos puramente baseados na leitura da Filosofia da Ciência e das Ciências Naturais, apresentando a possibilidade de existirem explicação (baseadas em princípios científicos) ou compreensão (baseada em princípios hermenêuticos), mas não ambas combinadas.

Um primeiro que confronta Idealismo versus Realismo nas vésperas da Segunda Guerra Mundial; de seguida, na década de 1960, opõem-se tradicionalistas com behavioristas; e uma década mais tarde, surge o debate interparadigmático⁹², classificado como a terça parte desta digladição.

Sensivelmente dez anos depois, dá-se a oposição entre aquilo que Keohane classificou como racionalistas e reflexivistas (onde se podem integrar as abordagens pós-modernas) sendo esta refrega incluída na “poeira” que o terceiro debate desencadeou e continuou, não se constituindo para Wæver (2005:9) como um “quarto debate autónomo”⁹³.

O debate interparadigmático (e as suas envolvências) é o mais difícil de tipificar, tantas as versões que podem ser encontradas na literatura (Schmidt, 2013: 15 apud Lake, 2013:570).

Dissequemos então.

No “início não era o verbo”, mas a História.

Melhor, a “pré-história”⁹⁴ das Relações Internacionais (Wight, 2009:26) onde se advogava sem pejo a constituição disciplinar em Ciência, com reminiscências Tucidianas, passando por Hobbes e encontrando no Realismo, por contraposição ao Idealismo do entre guerras, um corolário de “verdade”.

Naquilo que muitos classificam como o “primeiro grande debate” opunham-se idealistas, que propunham um papel activo das instituições na mitigação dos conflitos e na criação de arranjos internacionais progressistas e liberais, a realistas com a sua visão conservadora da natureza humana e da “ordem natural das coisas”, pretendendo identificar pragmaticamente os padrões regulares da política mundial.

Tal como Lake (2001: 569) não tomamos estas duas identidades como ortodoxas e homogéneas e também de acordo com o mesmo autor partilhamos a noção de que o

⁹² Opondo Realismo, Teoria da Interdependência e Neo-marxismo, ou Realismo, Liberalismo e Marxismo ou Realismo, Pluralismo e Estruturalismo (Wæver, 2005:9).

Para Wight (2009:33-35) na senda de Wæver (2005) este “terceiro debate” não é explícito, nem em termos de conteúdo nem em torno dos intervenientes, a que se acrescenta uma confusão terminológica, com autores díspares a abordarem diferentes versões, seja o “debate interparadigmático entre realismo, pluralismo e estruturalismo que visa ir além do positivismo”; “o passo seguinte ao positivismo” ou uma simples “confusão” (Neufeld, 1994; Sylvester, 1993; Wæver, 1996 apud Wight, 2009:33), embora seja genericamente vislumbrado na disciplina como uma fase de reacção pós-positivista (Lapid, 1989: 237) que se inicia a meados dos anos 1980.

⁹³ No que envolveria Neo-realismo, Neo-liberalismo e Construtivismo (Wæver, 1996 apud Lake, 2013:570).

⁹⁴ Como sustenta Wæver (2005:7) em termos de se encontrar uma “justificação” para o pensamento em Relações Internacionais surgem Tucídides, Kautilya ou Maquiavel, num contexto de “quanto mais antigo, melhor”.

Realismo não ganhou esta primeira contenda, até porque essa vitória nunca se consubstanciou e a ocorrer, foi rapidamente desafiada pelos clamores do liberalismo ou institucionalismo neo-liberal.

Há, no entanto, que reconhecer a proeminência que autores como E.H. Carr⁹⁵ e Hans Morgenthau marcaram e ambos os nomes estão ligados ao então vigente Realismo Clássico.

À guisa de recordar o pensamento do germano-americano cabe conferir destaque ao facto de ser considerado um exemplar notável do positivismo que acaba por “evoluir” no sentido contrário, embora os fundamentos dessa caminhada⁹⁶ sejam esclarecidos pelo próprio ao declarar afastar a interferência das “ciências sociais” nas Relações Internacionais, pois as “leis objectivas assentes na natureza humana que regulam a política” são metafísica e biologicamente constrangedoras e determinantes (Wight, 2009:28).

A segunda fase, para Wight (2009:28) ou o segundo debate para Lake (2013:569) – aqui entre tradicionalistas e behavioristas – corresponde à legitimação da ciência no campo das Relações Internacionais e dá-se com o uso sistemático da Filosofia da Ciência nos anos 1960, com o que Vasquez considera a “revolução” behaviorista⁹⁷, onde se pretende avançar com um programa que unisse pesquisas⁹⁸ e tendo como fundamental a agregação de conceitos⁹⁹ positivistas.

O behaviorismo¹⁰⁰ chega às Relações Internacionais depois de já ter efectuado a sua caminhada com sucesso na Ciência Política e outras ciências sociais, e tem como

⁹⁵ Carr indicava que “a ciência da política internacional estava na sua infância”, mas protagonizava o Realismo contra a “outra” alternativa, o idealismo, que considerava como “alquimia” (1946:14 apud Wight, 2009:27).

⁹⁶ Esta análise é verificada desde os trabalhos iniciais com a “viragem” a ocorrer em “*Scientific Man and Power Politics*” (1946) onde ab-roga “o dogma” positivista.

⁹⁷ Nesta fase, salientemos o trabalho de Hedley Bull (Wight, 2009:32) em rejeitar a visão “científica” na leitura das RI.

⁹⁸ Sediada em autores como Deutsch (1953, 1964), Kaplan (1957), Schelling (1960) e Snyder, Bruck e Sapin (1954, 1962) apud Wight, 2009:28.

⁹⁹ Em particular a operacionalização e instrumentalismo.

A primeira compreende a validade de uma teoria assenta em “factos”, onde todos os conceitos científica ou empiricamente a considerar, devem estar definidos operacionalmente.

O instrumentalismo permite lidar com os “não-observáveis”, fazendo com que a conceptualização teórica não esteja em torno da sua verdade ou falsificabilidade, mas sim da sua utilidade teórica, ou seja, as teorias não podem ser tomadas como asserções do que o mundo é, os factos são o que importam e a teoria é a melhor forma.

Kenneth Waltz dedicou um capítulo de “*Theory of International Politics*” (1979) a argumentar pela utilização do instrumentalismo em termos teóricos (Wight, 2009:30).

¹⁰⁰ O behaviorismo distancia-se do Realismo pela leitura evidente de uma visão positivista (Wight, 2009:29).

ponto forte do seu programa identificar categorias de acontecimentos particulares, destacando situações similares para assim extraírem generalizações por indução ou confirmar empiricamente deduções (Singer, 1969 apud Lake, 2013:569).

Os tradicionalistas enfatizam a complexidade da política mundial, o papel da “contingência” e das lideranças na diplomacia, bem como a natureza única de cada momento histórico, onde nenhuma teoria científica pode captar as envolvências de todos os factores nem explicar as múltiplas e possíveis escolhas humanas (Bull, 1969 apud Lake, 2013:569).

Tal como os Realistas no debate anterior declararam o seu triunfo, os behavioristas adoptaram a mesma estratégia para a janela da História.

Concordamos novamente com Lake (2013:570) e com a sua leitura implacável em desafiar este desfecho, mencionando que a tentativa de introduzir a “cientificidade” nas Relações Internacionais já se tinha iniciado com a “Escola de Chicago” nas décadas de 1920 e 1930.

Adicionalmente, o campo tradicionalista manteve arreigado trabalho, evidenciado na “Escola Inglesa” ou na abertura de alas para o aparecimento do Construtivismo e até algumas abordagens reflexivistas.

É no âmbito deste debate que se introduzem as referências a autores como Kuhn, Popper e Lakatos.

Seguiremos uma narrativa orientada ao impacto dos autores na nossa disciplina e que não atenta tanto às particularidades cronológicas dos debates entre os mesmos.

Kuhn, um físico de formação, ao escrever “*The Structure of Scientific Revolutions*” (1970) nunca almejou que os seus intentos fossem apoderados pelas Ciências Sociais, sublinhando até as diferenças entre estas e as “ciências da natureza”, reacção similar à de Lakatos que denunciava até o “lixo pseudointelectual” dos cientistas sociais (Walker, 2010:433).

Para o norte-americano uma determinada época científica é caracterizada por um “paradigma dominante que representa a “ciência normal”¹⁰¹, paradigma esse no qual trabalham a maioria dos investigadores, aceitando as “regulações” e assunções do mesmo, reflectindo-se essa aceitação na forma consensual e coerente como a pesquisa (e também a observação e a compreensão de conceitos e teorias) e os seus resultados se desenvolvem” (Griffiths, 2007: 3; Viotti e Kaupi, 2012:328).

¹⁰¹ Conceito que o próprio Kuhn fez questão explicitar melhor, de forma a superar um conceito monolítico e ultrapassar críticas de “caricatura científica” Loose (2001: 202)

Para Kuhn existem, contudo, períodos de crise e “revolução”¹⁰² científica, nos quais os cientistas se confrontam com problemas (“anomalias”) que não podem ser solucionados no interior do paradigma dominante (Griffiths, 2007:3; Viotti e Kaupi, 2012:327).

Assim, quando as teorias (ou as suas componentes) associadas a um determinado paradigma são desafiadas teórica e empiricamente, os seus proponentes podem ter que as rever, acomodar ou ceder face ao novo paradigma.

Em suma, a ciência normal leva, em ultima instância, ao reconhecimento das crises que abrem espaço ao surgir revolucionário (Loose, 2001:198).

Torna-se aqui necessária uma “mudança de paradigma” e o consolidar de um novo conjunto de princípios que resolvam essas anomalias (Griffiths, 2007:3).

Destaque-se que os paradigmas rivais são incomensuráveis (Loose, 2001:199), ou seja, reconhecendo orientações conceptuais distintas, fazem com que os seus proponentes observem fenómenos de maneira diversa (Loose, 2001:199).

Já Lakatos (1922-1974), investigador da filosofia da matemática e das ciências, prefere a pluralidade de “programas de pesquisa” que permitam abordagens de forma competitiva – “não revolucionária” – afastando-se de certa forma de uma determinação “paradigmática” (Viotti e Kaupi, 2012: 328; P.T. Jackson, 2011: 15).

Rejeitando a visão Kuhniana da incomensurabilidade de teorias distintas (porque ambas podem ser avaliadas normativamente) e afastando-se da tese onde o norte-americano sustenta os episódios revolucionários e sua aceitação como uma quase “conversão”¹⁰³, Lakatos manteve, contudo, que a coexistência “funcional” de dois paradigmas é impraticável (Loose, 2001:202; P.T. Jackson, 2011:15).

A proposta do húngaro é a optimização da reconstrução racional Popperiana através dos programas de pesquisa, com dois elementos: Um que define o que evitar (Heurística negativa, que contem um “núcleo”); outro que indica o que pesquisar (Heurística positiva, com um “cordão de segurança”) (Loose, 2001: 203-4).

O núcleo é constituído por ideias e métodos tidos como irrefutáveis (e.g., a lei de Newton) e o “cordão de segurança” permite a avaliação de “mudanças”, por modo de

¹⁰² Os exemplos que podemos invocar são a passagem dos paradigmas Ptolemaico e Newtoniano para os Coperniciano e Einsteiniano.

¹⁰³ Para Lakatos, Kuhn trata o avanço científico como uma sucessão irracional de episódios de racionalidade (Loose, 2001: 203).

hipóteses, sendo que a competição dos programas de pesquisa assegura a racionalidade e o progresso da ciência.

Diferentemente de Popper, uma ocorrência “falsificadora” não refuta todo um programa de pesquisa, dada a estratégia de protecção ao núcleo fundamental da proposta (Loose, 2001: 204).

Para Lakatos a substituição de teorias (paradigmas na linguagem Kuhniana) é efectuada pela avaliação de metodologias distintas e “rivais”, onde se comparem a reconstrução racional de cada uma face à história da ciência, e aquela que explicar todos os anteriores, bem como “episódios suplementares” é a considerada superior (Loose, 2001:236).

Há contudo quem, como Walker (2010:433) que nos destaca ser surpreendente a “colagem” disciplinar das Relações Internacionais a Kuhn e Lakatos em detrimento do trabalho de Karl Popper na mesma área da Filosofia da Ciência, por dois motivos: O reconhecimento que a disciplina da Ciência Política lhe atribuiu¹⁰⁴; e o seu trabalho com aplicabilidade directa no campo das Ciências Sociais, dado que ao invés de Kuhn e Lakatos, não distingue as ciências exactas das sociais, apontando antes para uma “unidade metodológica” (Walker, 2010:438).

Considera Walker (2010:438) que a marginalização do trabalho do austro-britânico se deve à equivocada classificação do autor no campo do “positivismo lógico” ou “falsificacionismo” (rejeitado por Kuhn apud Loose, 2001:199).

O sistema Popperiano pressupõe “tentativa-erro” (falsificação) permitindo desafios teóricos que ensejam sair da “zona de conforto” paradigmática, que apenas limita a investigação, acolhendo assim diversidade metodológica e teórica, o que na visão de Walker (2010:439) é o caminho indicado para o modelo a defender nas Relações Internacionais e Ciência Política.

A concepção de indeterminação (falsificacionismo) significa não se atingirem certezas absolutas através da indução, tornando-se necessário procurar observações que “falsifiquem” as teorias apresentadas, de forma a avançar no exercício de resposta a problemas, permitindo-se que a ciência progrida na direcção da verdade, não de uma verdade irrefutável, antes uma conjectura não refutada.

¹⁰⁴ A American Political Science Association atribuiu a Popper o prémio “Benjamin Lippincott” em 1976 pela sua “*The Open Society*” e fez parte (juntamente com Hannah Arendt e Louis Hartz) dos primeiros homenageados por “publicarem trabalho significativo e duradouro” na área da Ciência Política (Walker, 2010:433-4).

É um processo de reconstrução racional, onde o progresso científico é uma sequência de conjecturas, hipóteses e refutações (Loose, 2001: 203).

Para se chegar a uma proposição científica em Popper é necessário demonstrar a sua falsificabilidade, ou seja, demonstrar que empiricamente é falsa (Viotti e Kaupi, 2012:327), enquanto que Kuhn considera que deve ser “ignorado” e Lakatos que se “afaste” tudo o que esteja fora do paradigma dominante (Walker, 2010:436-438).

Sublinhe-se que Popper reconhece a necessidade de um enquadramento paradigmático, só que o mesmo não se pode arvorar em prisão, pois mais não faria do que condenar a ciência a “morrer¹⁰⁵”.

Para Popper, nem o núcleo Lakatosiano é inviolável ao escrutínio nem nenhum paradigma Kuhniano pode estar irreduzível a alternativas (Walker, 2010:439).

Como salienta Walker (2010:437-9) os alicerces construídos por Kuhn e Lakatos apontam para uma incomensurabilidade e especialização que limitam o pluralismo teórico, nomeadamente em Relações Internacionais.

A incomensurabilidade, onde “qualquer discussão racional consequente é impossível salvo se os participantes partilharem um sistema comum de suposições ou princípios básicos” (Walker, 2010:439).

A especialização que visa promover o conhecimento e sólido enquadramento em dada área de estudos faz com que o cientista seja avesso a criticar o mesmo.

Há, contudo, que referir não nos ser indiferente o potencial positivo que o caminho da especialização tem implicado como forma de possibilitar uma dinâmica de conhecimento mais focalizada e apta a desenvolvimentos pertinentes.

Em Kuhn algum do desfecho do progresso da ciência é formalizado em “guerras paradigmáticas”, enquanto a abordagem Popperiana (Walker, 2010:440) permite polémicas menos “sanguíneas” e mais frutíferas consequências, dado que a discussão e o desacordo entre proponentes de teorias distintas são essenciais para a descoberta científica.

Contudo, e apesar das propostas diferenciadas dos três autores, o mítico “debate interparadigmático” realiza-se já na sombra da “hegemonia” Kuhniana, que molda toda a disciplina¹⁰⁶ (Wight, 2009:30).

¹⁰⁵ Cabe ao cientista ser “(...) crítico, desafiante, quebrar a barreira da normalidade (...) não pensando na impressão que cause, mas sim em ser bem entendido” (Walker, 2010:438-9).

¹⁰⁶ Apesar de Wight não ser favorável à conceptualização “paradigmática” (Wight, 2009:30).

Isto apesar de assinalarmos como irónico que alguém que brindou as ciências sociais como enquadradas numa fase “pré-paradigmática” seja tão comumente utilizado na área, e em particular pelas Relações Internacionais (Schmidt, 2013:11; Wight, 2009:31), como o mencionam Tickner e Wæver (2009: 12) reconhecendo ser Kuhn o Filósofo da Ciência mais destacado na disciplina.

Regressando à cronologia dos “grandes debates”, entramos nas “Relações Internacionais contemporâneas”, ou a terceira das fases (ou dos “debates” de Wæver e Lake), onde o filósofo da ciência norte-americano era simultaneamente utilizado pelos que defendiam uma abordagem científica e por aqueles que pretendiam uma crítica à mesma, pois o enquadramento paradigmático de Kuhn parece servir a todos: Aos “tradicionalistas” que podem assim estar “ímmunes” a críticas e desenvolver trabalho diferente dentro do seu paradigma; e aos “dissidentes”, que ambicionam ser os “revolucionários”, que almejam estabelecer um novo paradigma (Wight, 2009:31), na linha da incomensurabilidade indicada por Kuhn e que caracteriza aquilo que Steve Smith (1992, 1996 apud Wight, 2009:31) descreve como a hipótese da própria “teoria crítica” conviver com a “*mainstream*”, desde que em “mundos diferentes”.

Esta terceira peleja nas Relações Internacionais é para Lake (2013:570) uma continuação da primeira, embora exista quem a veja (considerando mesmo como o “quarto” ou “quinto” debate) como contrapondo os “positivistas” (como sucessores dos behavioristas) aos “reflexivistas”¹⁰⁷.

E mais do que uma continuação de um debate “histórico” é para Lake (2013:570-571) a evidência da fragmentação da disciplina em múltiplas identidades, cada uma visando afirmar a sua proeminência teórica, até pelo fim da Guerra Fria¹⁰⁸ que veio questionar “estruturas objectivas”.

Lembre-mos que é na chamada “fase contemporânea” das Relações Internacionais que se introduzem a Teoria Crítica, o Pós-modernismo e Pós-estruturalismo e a teoria social¹⁰⁹ (leia-se “Construtivismo” nas Relações Internacionais)

¹⁰⁷ Lake não concorda com as classificações de positivistas e reflexivistas, considerando mesmo assim que os primeiros se constituíram como o “*mainstream*” das Relações Internacionais (2013: 570).

¹⁰⁸ A este propósito relembramos a “falha” comumente apontada ao Neo-realismo por não “antecipar” o fim da Guerra Fria (como recordava Charles Kegley (1993) no seu discurso como presidente da ISA e igualmente apontado em diferentes trabalhos como Gaddis (1993); Koslowski e Kratochwil (1994); Kratochwil (1993); Lebow (1994); Risse-Kappen e Lebow (1993); Rosecrance e Stein (1993) todos indicados por William Wohlforth (1995) quando tenta fornecer uma “argumentação” no âmbito do “Realismo Clássico e da Hegemonia realista” (Wohlforth, 1995: 126) como resposta à referida omissão Realista, como forma de evidenciar a “riqueza” do Realismo (Wohlforth, 1995:92) que não podia ser circunscrito à proposta Waltziana e afastar assim a sua tão propalada “morte anunciada”.

¹⁰⁹ Aos quais Lake (2013: 570) acrescenta o feminismo.

como “tentativas” de superar o positivismo (Wight, 2009: 32), partilhando algumas posições normativas do idealismo, enquanto que outras eram versões “sociais” do Realismo (Lake, 2013:570).

A Teoria Crítica não afasta o positivismo¹¹⁰, apenas a ligação deste a qualquer tentativa de catapultar o conhecimento científico como “arma” da razão instrumental, além de pugnar pela inserção de uma agenda emancipatória.

Já o Pós-modernismo e o Pós-estruturalismo são “corpos difíceis” de categorizar (Wight, 2009:34).

O primeiro chega a ser considerado como “externo” às ciências sociais (Katzsentein, Keohane e Krasner apud Wight, 2009: 35) e peca por não ter avançado uma epistemologia (Wight, 2009: 35).

O pós-estruturalismo emerge de uma crítica ao estruturalismo e à sua tentativa de desenvolver uma ciência objectiva de estruturas sociais numa forma de identificar e descrever cientificamente os princípios sobre os quais determinada actividade pode ser explicada, como o fez – sem atender a uma metateoria – Waltz no seu Realismo estrutural, no dizer de Wight (2009:34).

Também o Construtivismo é chamado a esta mescla de proponentes, e Wight (2009: 36) fala de alguma contradição e “nível de confusão” na argumentação Wendtiana que agrega “Realismo Científico”¹¹¹ (que não é positivista) e o “racionalismo científico de Popper” apesar do autor alemão se afirmar “positivista”, o que é uma posição simultaneamente inatendível.

O paradigma como desenvolvido por Kuhn e como interpretado por cada “facção” das Relações Internacionais (apesar das “guerras interparadigmáticas”, que deveriam equivaler à inexistência de “ciência normal”, acrescentamos) tem sido adoptado genericamente.

Nas Relações Internacionais, lembra-nos Schmidt (2013:11) já foram “paradigmas” o Realismo (que ainda permanece), mas também outros: Idealismo (Vasquez, 1988); behaviorismo¹¹² (Lijphart, 1974); “*world politics*” de Keohane e Nye

¹¹⁰ Habermas e Linklater também fazem ingressar o positivismo nas suas pesquisas (Wight, 2009:33).

¹¹¹ Steve Smith fala do Realismo Científico como epistemologia e Wight (2009:35) esclarece ser uma filosofia da ciência que não privilegia determinada utilização epistemológica. Bashkar e outros realistas científicos (como o próprio Colin Wight) arguem não poder ser utilizado somente um método, ou uma epistemologia, dado que nenhum é passível de captar toda a realidade a investigar.

¹¹² A propósito de Lijphart, Griffiths (2007:3) considera-o “pioneiro” em vislumbrar os grandes debates da disciplina em moldes paradigmáticos, considerando como paradigmas a “soberania estatal” e o seu corolário a “anarquia internacional”, sendo que por consequência o Realismo tinha uma presença tão determinante que se arvorava em paradigma, dado ser a teoria que marcava a discussão, colocava as

(1972); neo-marxismo (Holsti, 1985), “um paradigma para a política global” (Mansbach e Vasquez, 1981); e o pluralismo (Little, 1996).

Existe também quem, como Viotti e Kauppi (2012: 328), destaque ser questionável se o campo das Relações Internacionais está suficientemente “desenvolvido” para permitir uma discussão em torno de paradigmas. Walker (2010) é igualmente contrário à utilização do programa definido por Kuhn, pelo ainda insuficiente alcance de requisitos científicos na área de Relações Internacionais, pois os autores propõem um paradigma estabelecido de forma demasiado “conservadora, rígida e especializada”.

Este mapa que tentou, em simultâneo, englobar a questão paradigmática de Kuhn (e as propostas e respostas de Lakatos e Popper) e a forma como a Filosofia da Ciência se repercute nos debates disciplinares não esquece, contudo, que para uma maioria da comunidade que englobamos, as Relações Internacionais estão de facto organizadas em torno de paradigmas.

Concordamos com Schmidt (2013:16) ao sublinhar que a conceptualização com maior continuidade no pensamento da disciplina é a anárquica, algo que já Dickinson (1926 apud Schmidt, 2013:16) vislumbrava nas causas da guerra e paz e nas relações entre Estados soberanos.

Já a nível “paradigmático” estamos na linha de Steve Smith (1989:8) para quem o Realismo apesar dos vários obituários permanece dominante.

Apesar da leitura poder ser considerada algo datada (antes do fim da Guerra Fria que tanta reconfiguração introduz nas discussões desta nossa disciplina), consideramos que um conceito como a “anarquia” bebe da interpretação Realista (estrutural) que a permitiu transformar-se em corolário disciplinar, à semelhança de um paradigma como interpretado em sede das Relações Internacionais, extraído das premissas de Kuhn.

Aqui, permitimo-nos um salto analítico na senda do mesmo autor (Smith, 1989:14) que considera “o Realismo dominar as Relações Internacionais porque a

questões, determinava os conceitos, metodologias, e apontava a direcção das pesquisas (Griffiths, 2007:3, Schmidt, 2013:11). A leitura dúbia do que considera Lijphart mais relevante (e até pelo que já referimos na distinção entre behaviorismo e Realismo) pode ser enquadrada em Vasquez (2004: 41) que equaciona as próprias questões de Lijphart em considerar de facto o behaviorismo como paradigma.

disciplina se desenvolveu num determinado país com um determinado conjunto de questões em termos de política externa”¹¹³.

Stephen Walt em artigo online¹¹⁴ (2011) actualiza esta questão, questionando-se sobre a escassez de “grandes teorias” – que promovam debate internacional – fora do eixo transatlântico.

O autor responde a dois tempos. Não se afasta dos volumes referidos de Hoffmann (1977) e de Smith (1989) quando destaca o impacto das grandes potências na disciplina, e como condicionam recursos e temáticas aos assuntos que lhes são relevantes e próximos, influenciando nos programas de pesquisa na “periferia”, além de assinalar o peso e magnitude do mercado académico e editorial altamente competitivo do universo anglo-saxónico; e introduz uma abordagem de cariz “ideológico”, alertando que o exercício e estudo das Ciências Sociais num modelo de investigação plural é condicionado em sociedades autoritárias (aponta os exemplos russo, chinês ou saudita).

Smith (1989:21) referia-se aos EUA, acrescentando que a sua agenda de política externa domina o estudo das Relações Internacionais no mundo¹¹⁵¹¹⁶ por se também assenhorear do Realismo (com a comunidade académica largamente financiada e projectada no “*soft power*” norte-americano) no interior dos EUA.

Devem-se aqui destacar os alertas de Griffiths (2007:3) sobre a consideração “paradigmática” a recair no Realismo, até pelas suas várias interpretações e “*nuances*”.

Contudo, mesmo as teorias¹¹⁷ que rivalizam com o(s) paradigma(s), tal como o indicámos anteriormente, navegam na mesma frequência de edificação inicial, a soberania dos Estados e a anarquia internacional, embora com distinções ontológicas, epistemológicas e metodológicas.

¹¹³ Remete-nos aqui para Stanley Hoffmann (1977) para quem “as Relações Internacionais são uma disciplina norte-americana”, atestando como motivos as questões específicas de política norte americana e a forma como a teoria foi desenvolvida e criada no tecido universitário dos EUA.

¹¹⁴ Walt, S. (2011). Is IR still ‘an American social science’? In Foreign Policy. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/06/06/is-ir-still-an-american-social-science> [Consultado a 18 Jan. 2017].

¹¹⁵ Também Holsti (apud Smith, 1989:18) sublinhava que a literatura da especialidade de cariz norte-americano dominava a um tal ponto que “a teoria internacional mal existe fora da esfera anglófona”.

¹¹⁶ Ponto igualmente abordado por Tickner e Wæver (2009).

¹¹⁷ A este propósito Lake (2013:568, 573, 576) aponta a abordagem de Sil and Katzenstein (2010) como uma proposta “*mid-level theory*” que pode avançar em contornos de ecletismo e progressismo, mais interessada em endereçar assuntos específicos da política internacional, não existindo unidades de análise primordiais, antes metodologias que se testam para avançar explicações empíricas e que visam “funcionar” no mundo real, dando como exemplo o trabalho em torno da “teoria da paz democrática”, com diferentes interpretações e avanços ora normativos ora institucionais.

E apesar de Kuhn nunca ter pretendido que as Ciências Sociais utilizassem a sua conceptualização, e mesmo que a sua abordagem paradigmática possa filosoficamente ser equivocada (Loose, 2001:200), quer cientistas políticos quer estudiosos das Relações Internacionais procuram incessantemente uma legitimação ou orientação metateórica na sua obra¹¹⁸ (Walker, 2010:433).

No final deste escorço pretendemos concordar com David Lake (2013:568) ao referir que os três “grandes debates” nada resolveram em definitivo, pois todos permanecem, além das partes continuarem mais interessadas em fazer vencer as suas assunções, transformando os diferentes programas em “quase-religião”, apesar de em nosso entender se fazer passar uma imagem de se viver um período de “paz paradigmática”, ou “tréguas intranquilas”, no dizer de Dunne et al. (2013: 416).

A visão paradigmática nas Relações Internacionais transformou-se na introdução de uma noção simplificada e sistematizada da realidade reduzindo-a a um conjunto de proposições sobre a qual a maioria concorda, embora diversificada posteriormente em torno de diferentes ontologias, epistemologias e metodologias, como se diferentes “tribos” falassem de uma mesma coisa, com linguagens diferentes.

Esta polissemia pode ser encontrada em torno do nosso objecto central, a anarquia, que, contudo, se permite permanecer como elemento realizador de continuidade indispensável, e até de razão de ser das teorias sistémicas como nos permitimos evidenciar no capítulo I.

¹¹⁸ Walker integra também Karl Popper nesta busca de legitimação pelas ciências sociais. Para efeitos de destaque da “problemática paradigmática” permitimo-nos omitir no parágrafo a sua referência.

CAPÍTULO III - A HEGEMONIA

Após verificarmos a ampla concordância anárquica entre as três teorias sistémicas (Realismo, Liberalismo e Construtivismo) e procedermos ao estabelecimento de um percurso que permitiu indagar sobre a sua vinculação enquanto “paradigma”, seguimos agora à identificação, utilização e burilamento do conceptual Hegemónico, como introduzido por Gramsci e reconceptualizado em sede de Relações Internacionais através de Robert Cox.

Se visamos a identificação de um conceito como hegemónico (ideacional) colhemos ademais o trabalho de refinamento efectuado por Michel Foucault e pela “escola” da Análise Crítica de Discurso, em torno da abordagem que conecta Poder, Conhecimento e Linguagem, e dos desdobramentos que se podem aquilatar nos planos académico e editorial científico.

Visaremos ainda uma breve contextualização da preponderância da língua inglesa no campo científico e pedagógico.

Em cada uma das parcelas abordamos percursos, programas e críticas.

5. A Hegemonia Gramsciana

O historiador TJ Jackson Lears (1985: 567) escreveu que não lhe interessava transformar “Gramsci no Marxista que podemos convidar para casa”¹¹⁹, não ignorando a sua visão revolucionária.

Assinale-se, porém, ser possível recolher relevantes contributos teóricos do autor italiano sem abraçar de forma acrítica o seu pensamento.

Antonio Gramsci e a sua cooptação ao pensamento em Relações Internacionais já foram aflorados nestas páginas, embora não tenhamos detalhado a complexidade na qual a sua epistemologia é por vezes enquadrada, senão vejamos: Gill (1993: 2) e Jubas (2010:225) destacam a não existência de “uma” escola gramsciana, nem uma interpretação consensual do autor e dos seus pensamentos “fragmentados” e “contraditórios”, antes “*clusters*” de trabalho, em diferentes disciplinas e geografias; enquanto Lears (1985: 568) alerta para o edifício teórico “volumoso e caótico”.

¹¹⁹ No original: “*The Marxist you can take home to mother.*”

O pensamento original do autor nascido na Sardenha recai, analiticamente, na tentativa de compreensão do “sucesso” das sociedades capitalistas das décadas de 1920 e 1930, na estruturação de uma resistência ao Fascismo, na conceptualização do Estado e sua relação com a sociedade civil – as ligações entre política, ética e ideologia e o “modo de produção” – a criação de formas alternativas de Estado e de sociedade alicerçadas nas classes trabalhadoras, não se verificando a existência de uma qualquer teorização sistemática em matérias internacionais (Cox, 1993:49; Linklater, 1990:152).

Como adiantado, e para efeitos de “particularizar” o relevante, interessa-nos fazer recair na Hegemonia a nossa atenção, tornando-se, contudo, impraticável isolar a mesma do conjunto da obra de Gramsci, recordando como Ives (2004:2) que até à obra do italiano, o termo “hegemonia” era quase que limitado ao significado da predominância de uma nação em relação a outras.

Mas aqui surge-nos a necessidade de alertar, como McNally (2009:187-8), face a uma não concordância sobre a própria interpretação hegemónica concebida pelo sardenho, que é vista ora como uma nova relação em sociedades modernas através do consenso e da coerção; ora como uma estreita narrativa por uma ascendência ideológica da sociedade civil; ora incluída como uma essência de base classista e económica.

Pormenorizando este tridente, vejamos que Ludwig (2009: 95) menciona, na época anterior à edição de *“Os Cadernos da Prisão”*, a utilização por Gramsci de hegemonia como uma estratégia política ligada ao proletariado, enquanto na obra a refere como descrição da “praxis” da classe dominante, mas também como instrumento do exercício de poder do Estado moderno.

Thomas (2009; 58-60), por seu turno, vê três etapas na construção da conceptualização hegemónica dentro dos mesmos *“Cadernos”*: Uma primeira que se refere à aliança de classe entre o proletariado e outros grupos explorados, contra a opressão do capital; a segunda distingue a liderança do proletariado face aos seus aliados *versus* a ditadura que é necessária exercer sobre e contra os inimigos de classe; a terceira asserção é aquela que oferece a conceptualização mais alargada (e última) de hegemonia.

Aquela que merecerá o nosso interesse é a utilizada e compreendida como a derradeira, e que no dizer de Linklater (1990:152) sustenta para o autor italiano o “segredo” da sobrevivência do capitalismo, resumindo-se a mesma como uma complexa mistura de coerção e consenso, com os interesses dominantes a permitirem as demandas das forças sociais subordinadas.

E quais as origens desta “construção”?

A teorização gramsciana deriva da análise de períodos históricos e também das lutas pessoais, como atestam a militância no Partido Comunista Italiano e a sua participação na Terceira Internacional (Cox, 1993: 49).

Se o italiano não se afasta radicalmente de Marx e Lenine, destacando a base económica, supera, contudo, esse caminho, de forma a reconhecer a relativa autonomia da superestrutura, que é impactada pela cultura e identidades (Moolakkattu, 2009: 440-1; Stoddard, 2007:201), além de superar o “bloco histórico” e a noção de classe marxista (Lears, 1985:571). Tal permitiria, no dizer de Cox (1993:56), adoptar um “materialismo histórico”, embora distinto do que Gramsci classificava como “historicismo económico”, que considerava uma visão e interpretação reducionistas da história.

Abrindo uma janela de exercício comparativo teórico – enquanto Marx (e a Escola de Frankfurt, posteriormente) vislumbram a integração de redes sociais em formatos de opressão e subordinação, com a violência do Estado a ser exercida face aos que recusam participar nas relações capitalistas de produção – Gramsci e os seus sucessores introduzem complexidade com a leitura do consentimento de indivíduos e classes na aceitação de normas e valores de um sistema que lhes pode ser antagónico (Stoddard, 2007:200-1).

Cox (1993:50-52) dissecar a caminhada da hegemonia Gramsciana e os seus dois trilhos iniciais: Um primeiro oriundo dos debates da referida Terceira Internacional (*Komintern*)¹²⁰; e um segundo resultante da leitura que Gramsci faz de Maquiavel, onde o autor italiano do século XV se preocupa em encontrar uma liderança e uma base social para a unificação italiana, e que permite ao seu conterrâneo transportar ideias (“depurando” o florentino, assinalamos) para o século XX visando encontrar explicações e alternativas face ao fascismo e capitalismo.

Fundamental nesta digressão é o entendimento que Gramsci tem sobre o Estado e a sua assunção num complexo aparato que agrega, integralmente, as actividades práticas e teóricas através das quais a classe dominante mantém o seu domínio, e que possibilita a conquista do consentimento activo sobre aqueles que governa (Gramsci, 1971 apud Bieler e Morton, 2004: 92) ou, no entender de Augelli e Murphy (1993: 129), uma “característica” social que se constitui pela articulação das sociedades civis e política.

O autor dos “*Cadernos da Prisão*” (Augelli e Murphy, 1993:128-129) vislumbra três níveis sociais: uma superestrutura económica, e duas estruturas que a compõem – a

¹²⁰ Onde se analisa a estratégia da revolução Bolchevique e a criação de um estado socialista soviético, com Lenine a propor o proletariado russo como classe dominante e dirigente (Cox, 1993:51).

sociedade civil e a sociedade política – sendo nestas que o Estado opera a sua hegemonia e estabelece força e consenso.

A sociedade civil consiste nas várias formas de organização voluntária¹²¹, sendo o local de transição da estrutura económica para a sociedade política, onde o interesse de um grupo se alarga para fins mais políticos e “universais”. É assim o reino político primário, onde se estabelece a agregação de interesses, onde as dinâmicas de formação de identidade, ideológica e intelectual nascem e se desenvolvem.

Já a sociedade política¹²² reúne instituições reguladoras, encontrando-se num plano superior, “superior” à sociedade civil.

O trabalho de “unificação” destes diferentes corpos dá-se pela conceptualização Soreliana¹²³ por via do “bloco histórico económico-político” (Filippinni, 2017: 19) não como uma mera aliança, mas uma interpenetração dialéctica que agrega base e superestrutura, na teoria e prática, nos intelectuais e nas massas, descrevendo a capacidade de um “sistema social” se conformar e desenvolver, tendo em consideração a sua estrutura bem como a sua duração.

Para Gramsci (Adamson, 1980:170; Antoniades, 2008: 3-4) são possíveis dois tipos de controlo político: a dominação, que é baseada na coerção; e a hegemonia, suportada no consenso.

Bebendo na narrativa de Maquiavel (Augelli e Murphy, 1993:127-8), Gramsci destaca que se a dominação é característica dos “Estados fracos” onde se reflecte o exercício acrítico e sem consentimento do poder, que é mantido pela força, a chamada hegemonia ética¹²⁴ acarreta a liderança moral e política através de uma classe que universalize normas e valores, estabelecendo uma harmonia política entre os grupos dominante e “subalterno”.

Para Cox (1993:52), Maquiavel elogia e procura o Príncipe “Individual”, Gramsci reconhece o Príncipe “Moderno”, captando a essência Maquiaveliana do poder como centauro, “metade homem metade animal”, numa combinação de consenso e coerção, que

¹²¹ Constituída por instituições culturais, espirituais e sociais, bem como todas as agências que incluam escolas, igrejas, imprensa, associações culturais ou humanitárias (Mayo, 2015: 35).

¹²² Que corresponderia ao que os “Realistas” classificam de Estado (Augelli e Murphy, 1993: 129).

¹²³ Cox (1993:54) e Fillipinni (2017:19) alertam que Sorel nunca utilizou tal terminologia, com Fillipinni a esclarecer-nos que a utilização de “bloco histórico”, embora interpretada por Gramsci via Sorel, deve ser antes tributada a Giovanni Malagodi (1904-1991).

¹²⁴ A hegemonia, quando não é ética, degenerando em fraude, considera-se uma forma de dominação (Augelli e Murphy, 1993:127).

permite a consagração da hegemonia quando o consenso prevalece, fazendo com que a coerção, embora latente, seja aplicada apenas de forma marginal nos casos “desviantes”.

De particular relevo é o facto do edifício hegemónico, nas modernas sociedades industriais, ter necessariamente de ser acompanhado de uma “consciência” dos seus interesses, primeiro e sempre económicos, mas que depois se reflectam na esfera política (Augelli e Murphy, 1993:131) abrangendo outros grupos de forma a alargar a base, no que Stoddart (2007:193) destaca ser a forma pela qual o Estado e a sociedade civil produzem e mantêm consenso nas classes de uma sociedade capitalista, surgindo a hegemonia por “negociação” – e em constante renegociação e legitimação (Moolakkattu, 2009: 441) – e não unilateralmente estabelecida.

Este patamar hegemónico representa um avanço na “consciência de classe”, onde o entendimento não é apenas económico, mas também intelectual, moral e suporta uma cultura comum (Adamson, 1980: 171). Neste sentido, consenso baseia-se em compromissos sociais, permitindo assim que a hegemonia seja também mantida pelo facto dos grupos subalternos se sentirem social e politicamente integrados, num “senso comum” (Ludwig, 2009: 96-97) que apela à participação voluntária.

“Senso comum” interpretado pela relação entre o Estado integral e a vida dos sujeitos, no que Gramsci (Ludwig, 2009:97) descreve como uma unidade social e histórica, com a liderança hegemónica a reconhecer os interesses dos seus “aliados”, as suas motivações e necessidades na economia, respondendo às aspirações que surjam da sociedade civil.

O Estado, no entender de Gramsci – e tendo em consideração as leituras comparativas que faz do caso Russo (“estado fraco” baseado na coerção) e das modernas sociedades capitalistas (“Estados fortes” hegemónicos) – não pode ser atacado frontalmente, devendo o “trabalho” ser então efectuado no largo espectro de instituições¹²⁵ que o rodeiam e de forma mútua elaboram e informam a hegemonia, com uma dinâmica constante entre as elites e os grupos “subalternos”, possibilitando a criação e reformulação dos “blocos históricos” (Lears, 1985:571; Mayo, 2015: 37; Stoddart, 2007:201).

¹²⁵ Aqui entra a distinção que Gramsci faz entre “guerra de posição” e “guerra de movimento”, tal como sublinhado também por Cox (1993:52-3). Como destaca Stoddart (2007:202) a tomada revolucionária dos meios de produção não é uma táctica viável nas modernas sociedades capitalistas e numa sociedade onde a hegemonia substitua a coerção. Assim uma guerra de posição prolongada é mais relevante para desalojar uma classe hegemónica e permitir uma nova hegemonia.

Fazendo uma conexão antecipada com o tema desta dissertação, e que pretendemos ousada, destaquemos a relevância que Gramsci atribui aos intelectuais na representação de ideias e teorias que irão robustecer o seu instituto hegemónico. Para o autor, estas fornecem lastro moral e intelectual nas mais diversas áreas do conhecimento – filosofia, teoria política e económica – de forma a semearem uma concórdia ideacional, onde as aspirações dos grupos coincidam com as da sociedade num todo, gerando uma cosmovisão coerente e assimilando os “outros” para a causa dominante, de forma a impedir o fracasso hegemónico, que se ocasiona quando se ausenta a capacidade crítica, incapaz de produzir alianças e assegurar desenvolvimento económico (Augelli e Murphy, 1993:131-2).

A tal propósito são exemplares os “intelectuais burgueses” que tiveram intervenção determinante na chegada da burguesia a um momento hegemónico (Cox, 1993: 57).

Questão premente para Gramsci era a transformação da mera resistência contra-hegemónica em agência, respondendo com a conceptualização do intelectual orgânico, como expressão elaborada e histórica de tradições, cultura, valores e relações sociais, organicamente ligado à vida proletária (Fischman e McLaren 2005:432).

Essa figura visaria interrogar padrões de pensamento e acção, formando a actividade contra-hegemónica e permitindo o desenvolvimento de um bloco histórico revolucionário (Fischman e McLaren 2005:434).

Tendo o pensamento de Gramsci como prumo, Ives (2004:4) adianta que a interpretação das complexas questões sociais no cerne das convicções e actividades políticas da população em geral, necessita ter em conta a forma como as nossas experiências (culturais, escolares, organizativas, etc.) são organizadas.

Gramsci confere eminente atenção à linguagem, tratando-a como uma questão política, analisando exemplos como a política governamental em torno da linguagem (recursos institucionais disponibilizados para afirmação do papel do Estado nos currículos educacionais e práticas linguísticas diárias) intercepçionam decisivamente o papel (e poder) da cultura no moldar de crenças e comportamentos (Ives, 2004:5-7), que determinam (e reforçam essa determinação) a constituição da nossa subjectividade por forças que nos são externas (Ives, 2004:8).

Relevamos adicionalmente o papel da escola na sua função educativa positiva e “consensual” (até em contraposição aos Tribunais com função negativa e “coerciva”) no “interior” do relacionamento hegemónico, que não se assume somente como ético, mas

também pedagógico (Fischman e McLaren 2005:427) pois como Gramsci (1971: 350) fez questão de sublinhar:

“toda a relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”.

Se Gramsci trabalha com as ferramentas do seu tempo e da sua condição de cativo, inserimos parte do arsenal Foucaultiano (Antoniades, 2008:11-2) no destaque suplementar que foi dado à passagem de uma sociedade “disciplinar” para uma sociedade “controlada”¹²⁶, sublinhando a mudança do aparato prisional, militar e escolar onde a presença e participação dos indivíduos era temporal e circunscrita, para uma modalidade mais difusa, em permanente mudança, onde a hegemonia acaba por não ter “cabeça” ou “centro”, passando antes a ser uma condição da própria existência do sujeito¹²⁷.

E isto na sequência da leitura que autores como Jubas (2010: 227) e Lears (1985:569) fazem ao aproximar um Gramsci “*avant la lettre*” com pós-modernismo e pós-estruturalismo¹²⁸, quer na difusão do poder através da sociedade civil e não somente na relação coerciva do Estado, bem como na importância dada à linguagem e aos símbolos e significados legitimadores como fundamentais nas operações de poder, prestígio e hegemonia.

Sublinhamos que a utilização do instituto Hegemónico nesta nossa dissertação é a trabalhada por Gramsci, num contexto e burilação que nos revela maior amplitude, face ao objecto de estudo que desenvolvemos do que a operacionalizada no léxico disciplinar das Relações Internacionais por neo-realistas¹²⁹ e neo-liberais¹³⁰.

¹²⁶ E recordar Deleuze (1992 apud Antoniades, 2008: 11): “Nas sociedades disciplinares começava-se sempre de novo (da escola para o exército, do exército para a fábrica), enquanto que nas sociedades de controlo nunca se termina algo, seja na empresa, no sistema educativo ou nas forças armadas, em estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação”, ou seja a hegemonia opera sem instituições intermediárias, mas antes directamente no sujeito.

¹²⁷ Cf. O mesmo merecerá atenção mais detalhada no ponto 3 deste capítulo: “O Poder no Conhecimento e na Linguagem (Foucault e Análise Crítica de Discurso)”.

¹²⁸ Apesar do afastamento de teóricos destes campos em “afastarem” Gramsci pelo seu “materialismo” (Jubas, 2010:227)

¹²⁹ Destaca-se a “teoria da estabilidade hegemónica” de Gilpin (1981:29 apud Diez et al. 2011:84) onde um “*hegemon*” fornece liderança e credibilidade nas instituições tidas como reguladoras, “premiando” os cumpridores e “penalizando” os infractores, definindo um espaço onde a cooperação é possível, desde que sinalizada e conduzida pelo Estado hegemónico.

¹³⁰ Após o volume de Krasner (1982) e os desenvolvimentos de Keohane (1984; 1989) atenta-se nos “regimes internacionais” e no seu efeito causal independente na política internacional que não se circunscreve à hegemonia, pois o Sistema Internacional pode permanecer funcional através das suas instituições mesmo com declínio do “*hegemon*” (Antoniades, 2008: 3). Ou seja, se a presença daquele é condição edificadora da hegemonia, a mesma pode sobreviver sem a sua presença dirigente.

5.1 A Hegemonia Neo-Gramsciana

O neo-Gramscianismo irrompe nas Relações Internacionais pela mão da teorização crítica, com as bases Gramscianas aliadas à Escola de Frankfurt, e que se pode posteriormente destringir em dois caminhos.

Um seguido por Cox e no qual atentaremos mais à frente, enquanto que outra vertente é inicialmente desenvolvida por Habbermas e continuada em sede específica de Relações Internacionais por Linklater (Moolakkattu, 2009: 440).

Seleccionada que está a conceptualização hegemónica que merece a nossa atenção, tratamos agora de partir à elaboração conceptual que liga Gramsci às Relações Internacionais, pelo lado da teoria crítica, no que se convencionou designar como neo-gramscianismo.

Robert Cox inicia essa teorização num momento em que a crise do petróleo dos anos 1970 impactou no Sistema Internacional, sendo o autor norte-americano inicialmente visto como interpretando uma abordagem essencialmente económica – que depois evoluirá – e que tenta evidenciar as forças sociais aptas a “produzir” história e a oferecer resistência – o potencial contra-hegemónico gramsciano – e alternativa ao Capitalismo (Burnham, 1991:74; Moolakkattu, 2009: 440).

Richard Falk (apud Murphy, 1998: 417) refere que Cox chega a Gramsci como crítica a Wallerstein e ao seu trabalho “historicista” e holístico, apresentando antes uma alternativa não-estatista e aberta à mudança e “descontinuidade”.

Já Burnham (1991:75) e também Bieler e Morton (2004:85) atestam que Cox trabalha na senda de “materialismo histórico transnacional”, onde uma ordem (ou estrutura) estável é o resultado da interacção entre três variáveis autónomas e não determinadas (ideias, instituições e capacidades materiais) e a hegemonia é (ou não) caracterizada pela não utilização de força por parte dos que controlam as instituições, dado que o poder instituído é tido como legítimo.

Para Cox (Cox e Sinclair 1996: 137) a introdução da conceptualização hegemónica no plano internacional visa suplantar a abordagem tradicional das questões da ordem entre Estados, avaliando essa mesma organização dentro da economia mundial como um modo de produção dominante, bem como um conjunto complexo de relações sociais internacionais que liga as diferentes classes de vários países.

Se Gramsci redefine a hegemonia na esfera nacional, Cox eleva-a e apresenta-a à internacional, relacionando o materialismo e o idealismo de forma dialéctica e

complementar, permitindo-se resgatar a “estrutura histórica” de Braudel e a ligação entre filosofia e história de Gramsci (Moolakkattu, 2009: 446).

Há uma premência de se ir além das Relações Internacionais convencionais de forma a integrar a ordem mundial, onde os Estados são apenas um dos componentes (Moolakkattu, 2009: 442, 448) e porque a hegemonia interna tem tendência a consolidar a sua viagem para o exterior, à escala global, para o Sistema Internacional, conectando-se com diferentes realidades nacionais, expandindo e promovendo o seu modo de produção (Bieler e Morton, 2004:93).

Cox utiliza indistintamente e para mais ampla leitura os termos “ordem mundial”, “política global” ou “política económica global” de forma a ligar o doméstico ao global, com “*nuances*” traduzidas nas ideias, instituições e forças produtivas, ultrapassando as teorias positivistas “*problem-solving*” ligadas a seu ver a um reduto racional e liberal que mais não fazem que o apresentar de um “presente contínuo” afastando elementos normativos ou transformativos (Moolakkattu, 2009: 443).

O autor canadiano (1993:60-1) distingue na ordem mundial, quatro períodos distintos de hegemonia desde o século XIX.

O primeiro, britânico¹³¹, compreendido entre 1845 e 1875, e que se manifesta no “*gold standard*”, numa visão contextual de comércio livre, bem como na definição coerciva do equilíbrio de poder na Europa e “periferias”, fazendo esta tríade o seu caminho para uma “universalização”; o segundo, datado de 1875 a 1945 com contestação à referida hegemonia britânica, conduzindo a duas guerras mundiais, ao advento do proteccionismo e abandono da economia internacionalizada, substituída por blocos económicos.

Após a Segunda Guerra Mundial surge o terceiro período (Gill, 1993: 30-33) com os EUA a fundarem e fomentarem uma nova ordem mundial, a “*pax americana*” no entender do teórico crítico, com um corpo doutrinário e institucional ajustado a um mundo mais complexo. Aqui edifica-se todo um projecto hegemónico até à década de 1970 do século XX, com os mecanismos¹³² e agenda criados e suportados pelos EUA através dos quais alicerçou a sua liderança num modelo misto Keynesiano e Fordista, e que sofre alterações com a “mudança estrutural” económica iniciada com a crise petrolífera de

¹³¹ Gill (1993: 42-3) sustenta que a “hegemonia” britânica no século 19 no sentido gramsciano não pode interpretada literalmente, pois não existiu “consenso”, antes condicionalismo expresso do ponto de vista militar e económico.

¹³² FMI, Banco Mundial, ONU, NATO.

1973-74 e o colapso do sistema de “Bretton Woods”, permitindo, contudo, o avançar da internacionalização da produção¹³³ e da internacionalização do Estado (Bieler e Morton, 2004: 94).

Este momento, que se consubstancia entre a terceira e a quarta configuração Coxiana, verificamo-lo como uma época em que a integração e competição económica à escala global cria oportunidades, ameaças e constrangimentos, produzindo uma desterritorialização do capital – atraindo economias periféricas, acarretando reestruturações sociais mundiais, o empobrecimento dos recursos do “terceiro mundo” e um condicionamento relacional internacional estruturado de forma disciplinar, com o capitalismo cosmopolita¹³⁴ – que iria “derrotar” o mito alternativo da utopia soviética – a sedimentar-se num “bloco histórico internacional” (Augelli e Murphy, 1993: 133), primeiro transatlântico, depois trilateral (com o Japão) e no qual as perspectivas Coxianas de resistência (primeiro o “terceiro mundo” e depois os movimentos sociais) não conseguiram oferecer propostas e realidades contra-hegemónicas vitoriosas (Gill, 1993: 30-33).

A quarta etapa da proposta Coxiana mostra sinais de erosão na convencional ordem americana, mas evolui nos anos 1980 para um neo-liberalismo que promove um discurso hegemónico em termos de políticas públicas e desenvolvimento económico (Burbules e Torres, 2000 apud Mayo, 2015:1).

Se Burnham (1991: 77) lê o estado Keynesiano (que se permitiu englobar o capital económico, o Estado e os movimentos sociais e laborais) como um “bloco histórico” triunfante, permitimo-nos acrescentar a “ordem internacional liberal”, como uma continuação que incorporara e persuade as eventuais oposições a aceitarem uma mundividência como legítima e institucional, desencorajando com a força em “*ultima ratio*” para os actores estatais recalcitrantes.

No seu seminal artigo de 1983, Cox (1983: 171 apud Diez et al. 2011:85-6; Gill, 1993:42; Cox, 1987:254 apud Moolakkattu, 2009: 450) postula as características desta Hegemonia:

O estado hegemónico – Estados poderosos que passaram por revoluções económicas e sociais, onde a configuração hegemónica interna é definida por uma classe

¹³³ A transnacionalização do modo de produção resulta na emergência de uma classe transnacional, chegando-se posteriormente à internacionalização do estado (Moolakkattu, 2009: 449-50).

¹³⁴ E ao qual no campo “institucional” e “liberal” seria classificado por John Ruggie (1982) como “*embedded liberalism*”.

dominante – edifica uma ordem, um consenso global, que faz emular as instituições económicas e sociais, culturais, tecnológicas para a “periferia”¹³⁵, de forma que os outros Estados entendam compatível com os seus interesses. Esta hegemonia é suportada num “modo de produção” a nível global, avançando com normas, mecanismos e instituições que permitem o estabelecimento de ligações nas respectivas sociedades civis – englobando Estados e entidades não-estatais – de forma hierarquizada, através das organizações internacionais. Desta forma contribui para a disseminação de um determinado tipo de organização social e cultural, captando elites periféricas e absorvendo ideais contra-hegemónicos, onde as estruturas internas dos “outros” são ajustadas de forma a que cada uma adopte e adapte o “consenso global” às práticas e políticas nacionais.

Gill (1993: 41) não esquece que a concretização deste processo à escala global é complexa e contraditória, dados os desafios que as forças contra-hegemónicas estabelecerão, além da inexistência fáctica de um Estado ou de uma sociedade civil únicas.

Adicionalmente, o sucesso desse “bloco”, como também já referenciado, depende do exercício de liderança intelectual e moral, em termos de ligações de longo-prazo (orgânico) e não de curto prazo (conjuntural) entre as sociedades política e civil (Burnham, 1991:76).

Se Gramsci escapa à conceptualização meramente material, incluindo a dimensão cultural, Cox nas Relações Internacionais burilou e desenvolveu a mesma (Diez et al. 2011:85) pois as três variáveis autónomas – ideias, capacidades materiais e instituições¹³⁶ – interagem reciprocamente na estrutura contribuindo para a sua estabilidade.

Interessa-nos pegar no enunciado teórico do académico canadiano, destacando a componente alargada de hegemonia que ele introduziu, nomeadamente no consenso alargado, manifestado pela aceitação generalizada de ideias, suportadas por recursos materiais e instituições, inicialmente estabelecido pelas forças sociais com destaque no

¹³⁵ Que adopta mais facilmente aspectos económicos e culturais do que os elementos políticos, por não ter passado as etapas do Estado hegemónico (Cox, 1993: 62).

¹³⁶ Cox (Cox e Sinclair, 1996:99) distingue dois tipos de ideias: noções partilhadas sobre a natureza das relações sociais e as imagens colectivas de ordem social que diferentes grupos interpretam e define institucionalização como o meio de estabilizar e perpetuar uma determinada ordem, aproximando-se esta conceptualização do entendimento tido sobre a hegemonia; mas a hegemonia é apenas a “circulação” de ideias, pois como Gramsci enunciou a “hegemonia norte-americana nasceu na “fábrica” numa referência ao Fordismo e ao “material” (Stoddart, 2007: 202).

Estado, mas posteriormente projectado e desatado ao campo internacional (Bieler e Morton, 2004: 87).

Buttigieg num volume de Mayo (2015: xi) destaca que a libertação da opressão começa essencialmente na educação, com a possibilidade de se pensar em liberdade e de forma crítica, apesar de “*Os Cadernos da Prisão*” frisarem mais detalhadamente a relevância da educação de adultos por forma a influir na “consciência de classe” dos trabalhadores (Mayo, 2015: 38).

Mas trazemos este assunto até na senda de Ludwig (2009:98) pelo realçar que este faz ao “Estado educador”, na sua visão de Estado ético, que ao instrumentalizar normas e conhecimento faz com que a aceitação pelo “senso comum” seja requisito que permite agir e interagir na sociedade, transformando “necessidade” e “coerção” em “liberdade” (Ludwig, 2009:98). Também Mayo (2015: 13-4) desenvolve estas asserções, trazendo-nos esta reflexão para o presente, numa época em que a educação passou a ser também um “bem de consumo”.

A bem de um contraditório salutar cumpre incluir as oposições que têm sido efectuadas ao pensamento gramsciano, ora por deslocado, ou criticado por ser datado e ligado a um Marxismo irredutível ou por em contradição estar ausente de rigor marxista (Bieler e Morton, 2004: 99; Jubas, 2010:225).

Se McNally e Schwarzmantel (2009:8) colocam Femia (2009) como crítica maior da utilização de Gramsci na esfera das Relações Internacionais, já Bieler e Morton (2004:100) não esquecem as críticas de Burnham (1991) que menciona o tratamento da hegemonia nos neo-gramscianos como não reconhecendo a característica dominante do “capital” sobre a ideologia. Panitch (1994, 2000) por seu turno aponta o negligenciar das ligações entre o global e o local, enquanto Germain e Kenny (1998: 18) destacam a necessidade de se manter uma coerência na leitura do autor sardenho, apelando à sua rigorosa interpretação¹³⁷, se aplicado na actualidade, e advertindo sobre a leitura dos “Cadernos” em termos de Relações Internacionais, além de sublinharem a complexidade conceptual em se definir hegemonia à escala global.

Onde Gramsci lê o Estado-nação, Cox o Sistema Internacional, nós situamo-nos no tratamento de uma hegemonia ideacional (“cultural”) nos caboucos do edifício da nossa disciplina.

¹³⁷ No que Bieler e Morton chamam de “historicismo austero” (2004:104).

Direccionamo-nos a um primeiro nível, enquadrando a estrutura académica e científica – que antecede os passos intelectuais dos dois autores – e que se torna julgamos, relevante pela inquirição necessária ao impacto que as ideias têm, como “viajam”, expandem e hegemonizam.

A interpretação que nos permitimos ler como hegemónica e baseada no que podemos classificar como “senso comum” disciplinar, consagrou-se na anarquia como operacionalizada por Waltz, e que permitiu a liberais e “construtivistas moderados” partilharem o consenso hegemónico na literatura, da mesma forma que partilham o consenso epistemológico.

A falta ou o fracasso de alternativas (contra-hegemónicas) pode também ser percebida na esfera académica, pretendendo-se apurar e interpretar – através da nossa pesquisa quantitativa – tal, a jusante, recorrendo a uma leitura que não consideramos “independente”, mas que segue no caminho da “*critical theory*” e não da “*problem solving*”.

5.2 O Poder no Conhecimento e na Linguagem

A inserção do pensamento Foucaultiano e da Análise Crítica de Discurso nesta secção foca-se no contributo desses exercícios ao ligar e questionarem práticas discursivas e relações de poder que lhe estão subjacentes, em contextos diversos, do qual sublinhamos a vertente educacional “*lato sensu*”.

Fazemos esta intercepção até como modo de vincar, ilustrar e realçar as asserções utilizadas em Gramsci e Cox, nomeadamente em torno da Hegemonia e da forma como julgamos identificar, mas também interrogar, a constituição e permanência do nosso objecto de estudo anárquico.

5.2.1 Foucault

Foucault fez questão de nos deixar um legado conjunto de provocações e investigações que face aos limites desta dissertação não merecerá a atenção devida, centrando-nos antes na temática assinalada deste subcapítulo.

Num volume dedicado ao seu pensamento (Foucault, 1980) o autor francês aborda as múltiplas relações de poder que se constituem na sociedade, argumentando que as

mesmas não se “estabelecem, consolidam ou implementem, sem a produção, acumulação, circulação e funcionamento de um discurso” (Foucault, 1980:93-4).

O exercício de poder convoca-nos – sem cessar e assumindo um formato institucionalizador e profissionalizante – para a produção da verdade, encontrando-se esta de forma universal em nosso redor, como replicação dos efeitos específicos do poder (Foucault, 1980:94).

A conceptualização do poder em Foucault¹³⁸ (1980: 98) alcança um formato fluído e circular, fazendo dos indivíduos não meros sujeitos passivos, mas elementos da sua articulação e objecto de uma reciprocidade.

A este propósito, Gore (1998:233) salienta que o francês prioriza o seu interesse investigativo na efectivação e inquirição do poder na sua micro-existência¹³⁹, nas suas ramificações “capilares”, que influenciam acções, atitudes, discursos, processos de aprendizagem e vida diária.

Intercepccionando especificamente a realidade pedagógica, Foucault argumenta em “*Discipline and Punish*” (1979) segundo Popkewitz e Brennan (1998:22) que o estabelecimento do “exame” (nas suas extensões clínica, pedagógica, militar, religiosa, urbana, estatística) fornece o enquadramento adequado para as relações de poder/conhecimento características do período moderno¹⁴⁰.

Hoskin (1993:227 apud Popkewitz e Brennan, 1998:22) vai além de Foucault, afirmando que o cerne dessa transformação está na pedagogia, e nas formas de “aprender a aprender”, que alicerçam novas modalidades de “construir o eu”, como Foucault fez questão de referir em “*The Order of Things*” (1973) em relação à disciplinas como a filologia, biologia e economia política, num espaço “crítico-interpretativo”, “técnico-científico” e “racional-económico” (Hoskin, 1993:280 apud Popkewitz e Brennan, 1998:22), que fornecem um modo enraizado (pelo poder) de produção do saber central no mundo moderno.

Popkewitz e Brennan (1998:13) assinalam que o currículo se conceptualiza como parte de um campo discursivo através do qual os sujeitos da escolaridade são construídos

¹³⁸ Esse exercício é efectuado no núcleo das “genealogias” de instituições correctivas e disciplinares que Foucault visitou, e adicionalmente no panorama escolar.

¹³⁹ Como aliás se denota no alerta para se superar a análise do “campo limitado da soberania” Hobbesiana (Foucault, 1980:102) quando se estuda o poder, apelando antes ao estudo das técnicas e tácticas de dominação.

¹⁴⁰ O Estado moderno virá a consolidar-se no aparato institucional em torno do poder religioso, técnicas diplomático-militares e forças de segurança, como Foucault expressa nas conferências no Collège de France em 1977-78 sob o tema “Sécurité, Territoire, Population” (2004).

como indivíduos, permitindo assim auto-regular, disciplinar e provar a extensão e consolidação da soberania estatal.

Simola et al. (1998:78) destacam que os mesmos currículos formam a verdade oficial sobre o ensino, configurando o que se entende como ensino e ciência adequados.

A nível educacional e pedagógico Foucault, segundo Gore (1998:233-4), observou que a “disposição espacial, regulamentações, organização de actividades” e todo o edifício construído em torno da forma e processos de aprendizagem é sinónimo de uma interligação “recursos-comunicação-poder”.

A este propósito, cumpre assinalar o trabalho de Lynn Fendler (1998) ao traçar as genealogias – desde Platão, passando por São Tomás de Aquino, Descartes, Kant – do que se entende como “sujeito educado” e as diversas formas de procurar e questionar conhecimento, da autonomia supervisionada até à “racionalidade massiva”.

Foucault operacionaliza em torno das tecnologias da verdade – conhecimento, subjectividade e poder – o exame necessário à produção da verdade (Simola et al. 1998: 65), sublinhando os constrangimentos que se criam na vertente discursiva, com o elencar de “regras discursivas”, “rituais verbais”, “grupos doutrinários” ou “palavras proibidas” (Simola et al. 1998:65-7) que regulam e preservam o acesso ou estabelecem os assuntos a explorar, mediados por relações de poder, pois como salienta Foucault (1980:100) é no “discurso que o poder e o conhecimento se unem”.

É em torno dos “regimes de verdade” que Foucault (1980: 109-33) indica que cada sociedade introduz e estabelece tipos de discurso “que aceita e marca como verdade, bem como os mecanismos e institutos que distinguem o que se constitui como verdade (...), as técnicas e os procedimentos para a adquirir e o estatuto daqueles que são encarregues de a determinar”.

Consideramos que em torno da disciplina das Relações Internacionais se estabeleceu um “regime de verdade” – que visaremos tentar validar empiricamente no capítulo seguinte – em torno das teorias sistémicas (num lastro vincadamente positivista e “ocidental”) e nomeadamente em redor da Anarquia como ponto fulcral no acesso.

Tal como fizemos face a Gramsci, assumimos – e não na sua plenitude, confessamos – as críticas ao pensamento de Foucault.

Como Gore (1998:247) faz questão de sublinhar, encontra-se em Donnelly (1992) o assinalar a Foucault da não pormenorização adequada do desenvolvimento da sociedade disciplinar moderna – nomeadamente no generalizar da noção panóptica que permite um exercício pessimista determinista.

Blacker (1998:348-56) resume as “omissões” indicadas a Foucault em torno da aparente incapacidade daquele em contribuir com sugestões positivas, o facto de o francês beneficiar de estatuto académico numa instituição de ensino (Sorbonne) ou das múltiplas críticas às contradições das suas genealogias.

Mas Foucault, com a configuração do “intelectual específico” fornece um poderoso contributo – positivo e ético, a nosso ver, face às lacunas que lhe são vislumbradas – para o exercício intelectual e científico.

Essa figura surge como distinção do “intelectual universal” habitual nos três últimos séculos, arquetipamente fora dos circuitos do poder e pugnando por uma lei ideal, como Locke, Rousseau, Jefferson, Marx (Blacker, 1998:358).

O “intelectual específico” Foucaultiano é observado no “especialista” – tendo como exemplo os cientistas nucleares das décadas de 1940 e 1950 – que longe de ter impacto circunstanciado, e face às novas configurações do poder e conhecimento, acarreta e carrega um ampliado ónus de responsabilidade (Blacker, 1998:358).

E como caracterizar esta “nova” figura?

Blacker (1998:359) destaca os princípios de “eficácia” e “honestidade” como estruturantes para Foucault elencar o “intelectual específico” como proeminente face ao “universal”.

Como Foucault (1983:187 in Blacker, 1998:359) afirmou em uma entrevista: “as pessoas sabem o que fazem; frequentemente sabem porque fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem”.

A “eficácia” lê-se na competência científica face a campos cada vez mais particulares de conhecimento (Blacker, 1998: 359-60) e a “honestidade” integra dois factores: i) consideração às consequências da prática teórica e ii) persistência na sustentação de uma consciência ética e de constante “autovigilância” na prática e no interior do “regime” poder/conhecimento.

Em suma, é possível colher em Foucault um diagnóstico da ligação que se estabelece entre conhecimento e poder num relacionamento difuso e complexo com regras de acesso; a verificação da institucionalização da “escola” numa miríade de configurações e relações de poder e a figura do “intelectual específico” como um actor ético que nos permite apresentar um modo de estar com potencialidades contra-hegemónicas.

Como o pensador francês salientou:

“(Ser crítico) não é uma questão de dizer que as coisas não são correctas. É uma forma de libertar o pensamento e tentar modificá-lo: mostrar que as coisas não são tão evidentes como se acreditava e discutir a sua aceitação. Praticar crítica é uma questão de tornar as acções fáceis difíceis” (Foucault, 1988: 154-5)

5.2.2 Análise Crítica de Discurso

Ruth Wodak (2001: 4-6) traça as origens da Análise Crítica de Discurso num encontro realizado na Universidade de Amesterdão, em 1991, que durante dois dias juntou académicos como Fairclough, Kress, van Dijk, van Leeuwen¹⁴¹ e a própria Wodak, permitindo expor diferenças teóricas e metodológicas e encontrar semelhanças numa espécie de agenda comum¹⁴².

Foi uma edição especial de “*Discourse and Society*” (1993) que agregou as várias “correntes” e permite a institucionalização do que Wodak (2001:4) classifica como um “paradigma” na linguística, onde antes se vislumbrava uma fragmentação de autores que trabalhavam de forma plural temas conexos.

Mas o que influenciava esta elaboração?

Na década de 1970 atribui-se nova relevância à linguagem como prática social com diferentes impactos contextuais, afastando-se da investigação meramente ligada à linguística em torno de aspectos formais, pragmáticos e sociolinguísticos¹⁴³ (Wodak, 2001: 5).

Rogers et al. (2005:367) destacam três “tradições” que se associam a esta “viragem” nas Ciências Sociais, respectivamente encontrada nos estudos de discurso¹⁴⁴, pós-estruturalismo feminista¹⁴⁵ e linguística crítica¹⁴⁶.

¹⁴¹ Wodak (2001:4) recorda a existência à época de um conjunto plural de abordagens que pode ser encontrado em torno de obras como “*Discourse and Society*” (1990) de van Dijk, “*Language and Power*” de Norman Fairclough (1989), “*Language, Power and Ideology*” de Ruth Wodak (1989) e o primeiro livro de Teun van Dijk sobre o racismo, “*Prejudice in Discourse*”(1984).

¹⁴² Seguiu-se um programa Erasmus de intercâmbio entre docentes e investigadores e vários projectos comuns onde Wodak (2001: 4) não esquece a ausência inicial de congéneres alemães, devido à utilização maioritária da língua inglesa nas conferências, embora particularize o trabalho desenvolvido por autores como Utz Maas e Siegfried Jaeger.

¹⁴³ Wodak (2001:5) citando Kress (1990:84-97) relembra a contribuição para esta “viragem” do trabalho protagonizado por investigadores da Universidade de East Anglia na década de 70.

¹⁴⁴ Destacando obras de Benveniste (1958) (1971), Derrida (1974), Foucault (1969) (1972), Pecheux (1975).

¹⁴⁵ Autores como Butler (1990) Davies (1993).

¹⁴⁶ Os estudos efectuados por Fowler, Hodge, Kress e Trew (1979), Halliday e Hasan (1989), Hodge e Kress (1979) (1993), Pecheux (1975), Pennycook (2001), Willig (1999).

van Dijk (1993:251) assinala influências várias na abordagem crítica da linguagem e da comunicação¹⁴⁷, perscrutando reminiscências Aristotélicas no campo “liberal”, enquanto que Marxistas ou neo-marxistas reinterpretam a obra do autor de “*O Capital*”, protagonizadas pela Escola de Frankfurt (Adorno, Benjamim) e mais tarde por Jurgen Habermas, na incorporação do gramscianismo como realizado por Stuart Hall (1981), e o tronco comum mas ricamente diversificado dos trabalhos de Althusser (1971), Foucault (1980) e Pêcheux (1982), permitindo-nos destacar até como forma de ligar a leitura desta secção a componente Derridiana como já efectuada no ponto dedicado ao Pós-modernismo¹⁴⁸ e que liga discurso e poder.

A utilização que fazemos da Análise Crítica de Discurso não é “metodológica”, antes interessada num contínuo epistemológico que iniciámos em Gramsci, prosseguimos com a Teorização Crítica em Relações Internacionais nomeadamente sob a obra Coxiana, e mencionámos em Foucault, em redor do poder, da hegemonia e que agora pode ser intercepçionada numa alínea mais específica que visa enquadrar poder, conhecimento e discurso (este num significado amplo).

Sublinhemos a propósito Habermas (1977:259 apud Wodak, 2001:2) quando escreveu que “a linguagem é também um meio de dominação e força social. Serve para legitimar as relações de poder organizado”. E esse enquadramento está bem patente em todo o enunciado que baptizou esta abordagem.

Rogers et al. (2005: 367-371) e Wodak (2001: 10) dissecam cada uma das componentes assinaladas.

A “análise” não ignora os vastos programas e ferramentas analíticas criadas por cada perspectiva na realização das suas pesquisas.

Muito do trabalho efectuado passa, contudo, pelo enquadramento da tríade composta por Fairclough (1995: 96) que: Primeiro, descreve as relações entre textos, interacções e práticas sociais; depois pela interpretação da configuração das práticas discursivas; e concluindo, em terceiro lugar, com a explicação do porquê e de como tais práticas sociais são constituídas e/ou transformadas. Nesta abordagem interagem, assim, a análise textual (falada ou escrita), a prática discursiva e a prática sociocultural.

A vertente “crítica” é oriunda de um trajecto já por nós trabalhado em sede da Escola de Frankfurt, Pós-modernismo e pensamento pós-colonial que se encontram – apesar de algumas e irreconciliáveis diferenças – nas assunções do conhecimento ser

¹⁴⁷ No que Wodak (2001:1) classifica como “Linguística Crítica”.

¹⁴⁸ Cf. pp.45-50.

mediado por relações de poder historicamente constituídas, onde os factos nunca são neutros, e a sustentação hegemónica é feita num misto de coerção e consenso.

O “discurso” é definido como o uso da linguagem como prática social, que se “movimenta” na formação e reflexão do mundo social (como salientam Fairclough e Wodak (1997 apud Rogers et al. 2005: 370): o discurso é ideológico e tem valor constitutivo social e cultural) onde a linguagem não é considerada imparcialmente, dada a sua envolvimento em formações políticas, sociais, económicas, religiosas e culturais, não alijando a sua responsabilidade emancipatória e uma solidariedade explícita para com os que são alvo de injustiças e desigualdades.

Para Wodak (2001: 2) a Análise Crítica de Discurso é a abordagem linguística crítica que considera a unidade discursiva textual – falada ou escrita - como unidade básica de comunicação, considerando discursos institucionais e políticos que testemunhem relações de conflito.

van Dijk (1993: 252) indica-nos que a Análise Crítica de Discurso deve trabalhar essencialmente nas dimensões do discurso que patenteiem abuso do poder, injustiça e desigualdade, cabendo aos seus intérpretes assumir uma posição sociopolítica explícita, de forma a pugnam por “mudança” através da compreensão crítica, privilegiando “dar voz” aos que mais sofrem, em termos de dominação e desigualdade, e tendo como “alvos” as elites que legitimam ou sustentam desigualdades e injustiças.

Apesar das várias agendas que se podem encontrar na Análise Crítica de Discurso, Fairclough (1995:93) esclarece e concebe um caminho ao endereçar a necessidade de uma teoria do poder e de como a mesma pode ser transposta para o trabalho em Análise Crítica de Discurso, e para tal utiliza Gramsci.

Se a hegemonia gramsciana que é utilizada na sua argumentação já foi por nós explanada, cumpre destacar, contudo, que o académico da Universidade de Lancaster reforça estar nesse instituto teórico a malha que possibilita à classe dominante o controlo sobre as instituições da sociedade civil (educação, trabalho, família, lazer etc.) sendo esta “protegida” pela “armadura da coerção” (Forgacs, 1988: 235).

Para Fairclough (1995: 94-5), Gramsci estabelece uma relação dúplice do discurso com a hegemonia, à uma pela utilização de práticas discursivas para tal concretização; em segundo, pela edificação e manutenção (embora considerando os potenciais contra-hegemónicos) de uma hegemonia cultural “universal”.

Ou seja, a Análise Crítica de Discurso inclui parte do pensamento gramsciano nas suas premissas de trabalho, o que nos parece cativante e necessariamente abre caminho

para um detalhar mais aprofundado, como suporte teórico da nossa temática, do relacionamento já mencionado entre poder e discurso.

Para a Análise Crítica de Discurso (Wodak e Meyer, 2009, 5-6) o discurso – utilização da linguagem na fala e na escrita - é uma forma de "prática social", implicando uma relação dialéctica entre um determinado evento discursivo e a(s) situação(ões), instituição(ões) e estrutura(s) sociais que a enquadra e molda, de forma mútua.

É entendimento da Análise Crítica de Discurso que os discursos são usos relativamente estáveis da linguagem e que servem a organização e estruturação da vida social.

A linguagem é entendida também como “ferramenta cultural” (Rogers et al. 2005:36) que medeia relações de poder e privilégio em interacções sociais, instituições e corpos de conhecimento.

Ou seja, o discurso é socialmente constitutivo e condicionado, sustentando e reproduzindo o “*status quo*” social ou servindo para inaugurar transformações.

Assim, verificamos a relevância que assume mutuamente a questão do “poder” e das práticas discursivas.

Destaca Wodak (2009:9) a centralidade da conceptualização do poder e a forma como o uso da linguagem por parte das elites¹⁴⁹ é responsável na existência de desigualdades ou na (re)produção de dominação social, no abuso de um grupo sobre outros e na forma como os dominados resistem.

Wodak (2009:9) indica-nos várias teorizações sobre o poder.

A Weberiana¹⁵⁰ (1980) como imposição da vontade numa relação social mesmo contra resistências; a de French e Raven (1959) que destacam a alteração do comportamento de um actor como resultado das acções de outro; Blau (1964) e Emerson (1962, 1975) realçam que o poder de um actor varia em função da dependência dos outros em relação a ele; e vários autores de “origens” diferentes adequam-no como um elemento sistémico, constitutivo e característico da sociedade (Foucault, 1975 e Giddens, 1984) às quais acrescentamos a versão não tão linear Dahliana (1957: 203) que nos remete para “A ter poder sobre B de forma a levá-lo a fazer algo que não faria de outro modo”.

¹⁴⁹ Elites não tidas como “vilãs” de uma história simplista, mas como portadoras de um acesso único ao discurso público (van Dijk, 1993: 280)

¹⁵⁰ Num outro artigo Wodak (2011: 37) complementa com mais rigor esta definição Weberiana, incluindo os três tipos de autoridade Weberiana: legal-racional, carismática e tradicional.

Wodak (2009:10) é tributária da leitura Foucaultiana de poder, não só pela relevância do francês como uma das reminiscências intelectuais da Análise Crítica de Discurso, mas porque a componente textual é encarada como manifestação estrutural da acção social, numa época em que o poder é essencial nas dinâmicas de controlo das sociedades modernas, permanecendo, contudo, na maior parte das vezes, latente.

Num sentido mais gramsciano, interessa-nos o trabalho desenvolvido em torno da dominação e do discurso dominante por van Dijk (1993:255) que quando aceite com consentimento dos dominados assume a designação de “hegemonia”, recordando-nos que poder e dominação são mutuamente organizados e institucionalizados, recaindo até no reino da consensualização e “normalidade”.

Relevante é a investigação do poder social – não individual – que se baseie no acesso e controlo privilegiado a recursos socialmente valorizados (riqueza, posição, educação) (van Dijk, 1993: 254), poder social esse que faz sobressair relações de diferença nas estruturas sociais (Wodak, 2001:11).

O controlo pode-se dar no acesso ou na cognição (van Dijk, 1993:254), quer limitando a liberdade de acção alheia (através da força e mecanismos de violência legítima) no primeiro caso, quer pela influência na acção, de forma mais efectiva e “moderna”, através de estratégias de persuasão ou manipulação, que giram em torno do consenso gramsciano, acrescentamos.

O discurso e a comunicação são monitorizados pela cognição social¹⁵¹ (van Dijk, 1993: 257) entendida como conjunto de processos e estruturas mentais que compõem todos os processos de construção de sentido, que medeia os níveis macro e micro da sociedade, o discurso e a acção, o indivíduo e o grupo, e permite conectar dominação e discurso, de forma contextual.

A (re)produção discursiva do poder resulta das cognições sociais dos “poderosos”, enquanto as estruturas discursivas resultam em cognições sociais nos “outros”. Ou seja, em ambos os casos lidamos com relações entre discurso e cognição e nos dois as estruturas discursivas têm papel mediador crucial, sendo o meio de reprodução simbólico do domínio.

Destacamos ainda dois temas abordados pela Análise Crítica de Discurso, a tecnologização do discurso e o que nos permitimos designar de “iconoclastia metodológica”.

¹⁵¹ E que partilha conhecimento, atitudes, ideologias, normas e valores (van Dijk, 2001: 113).

Fairclough (1995:104) à distância de 22 anos adivinhava uma tendência nas universidades britânicas sobre um certo “policiamento” – controlos, correcções e sanções – em estratégias que passavam por maximizar a eficiência e enquadrar o conhecimento científico em certos parâmetros. A isto chamou-lhe de tecnologização do discurso (1995: 101) na senda da biopolítica Foucaultiana, que passa pela “aliança” entre as ciências sociais e as estruturas de poder - vendo no “liberalismo” uma racionalidade política absoluta – relacionando-se intimamente com o conhecimento, e onde existe uma pressão para a padronização das práticas discursivas.

Os cientistas sociais¹⁵², com acesso privilegiado a informação científica e aptos à disseminação da mesma, e as instituições de ensino que protagonizam tais acções (palestras, seminários, enquadramento de investigação) assumem uma espécie de comunidade com códigos próprios, validação interna e que assim devem também merecer uma análise crítica dos eventuais relacionamentos entre discurso e poder, até a um nível mais micro, como é o nosso intuito, designado para a teorização do edifício anárquico como baluarte de uma disciplina.

Em torno desta tecnologização discursiva, podemos acrescentar as comunidades epistémicas e a problematização que delas efectuou Theun van Dijk (2014:147-9), como o conhecimento partilhado entre grupos específicos de actores sociais regularmente envolvidos numa interacção específica e cujos membros compartilham objectivos globais, indicando o autor holandês entre outros (famílias, clubes) o exemplo de departamentos universitários.

Nestas comunidades¹⁵³ o conhecimento, as regras e procedimentos que lhe estão associados são adquiridos e validados através do discurso e da comunicação entre a comunidade, que regra geral é definida hierarquicamente. Ou seja, o discurso, a interacção e a prática social são necessariamente semelhantes e exclusivas, porque quem deseja participar activamente como membro competente da mesma, tem que seguir um mesmo “código”, até na senda do que já antes identificámos em Fairclough à distância de mais de duas décadas.

¹⁵² Como Fairclough (1995:103) escreveu, “que carregam uma aura de verdade”.

¹⁵³ Para van Dijk (2014:151-2) as comunidades epistémicas são espaço-temporalmente variáveis (o conhecimento avança) e atentam a uma especialização e competência que pode ser validada através de testes ou provas, o que caracteriza diferentes tipos de discursos subjacentes à legitimação da aquisição e difusão de conhecimento.

Fulcral ao nosso compromisso de acompanhar algum do pensamento da agenda diversificada que a Análise Crítica de Discurso tem desfiado é o que classificamos como “iconoclastia metodológica” com a qual van Dijk (2001:95-8) nos brinda: “A Análise Crítica de Discurso pode ser conduzida e combinada com qualquer abordagem e subdisciplina nas ciências humanas e sociais”, isto depois de frisar bem que não existem métodos fechados, e muito menos um método “van Dijk”.

O holandês faz questão de reforçar que a Análise Crítica de Discurso é uma perspectiva crítica de trabalhar academicamente, concentrada em problemas sociais, e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso do poder ou dominação.

Se van Dijk declara o seu “enviesamento” por uma explícita definição da posição sociopolítica do investigador assume, por outro lado, as “regras” da teorização da Análise Crítica de Discurso proporcionarem “elegância e sofisticação”, fundamentação empírica, relevância e acessibilidade, ou seja, desprovida de esoterismos inúteis.

Também nos é relevante o facto do autor assinalar que a Análise Crítica de Discurso não é um “método”, antes uma vertente disciplinar que enfatiza que para cada estudo deve ser feita uma análise teórica completa de uma questão social, de modo a poder seleccionar o que analisar e relacionar a nível do discurso e das estruturas sociais, destacando que os métodos concretos de pesquisa dependem do contexto da investigação académica a realizar. Este mesmo ecletismo instrumental é assinalado por Ruth Wodak (2011: 32-4) ao referir que a Análise Crítica de Discurso deve dialogar e ser “uma teoria em síntese mutante de outras teorias”.

A Análise Crítica de Discurso permite-nos não só sublinhar o exercício Foucaultiano – actualizá-lo no campo mais estrito do discurso alargado – bem como encontrar técnicas que nos possibilitem uma crítica ao nosso objecto de estudo, que repetimos, se joga em torno da Hegemonia anárquica como paradigma de uma determinada construção disciplinar que funciona numa lógica de “regime de verdade”.

5.2.3 A Hegemonia da Língua Inglesa

Na primeira parte do século 20 a linguagem científica era a alemã¹⁵⁴.

Como já tivemos ocasião de analisar em sede da Historiografia disciplinar¹⁵⁵, após a Segunda Guerra Mundial o lado vencedor “ocidental” conduziu à criação de uma ordem internacional guiada pelos Estados Unidos.

Não só pelo impacto da sua intervenção directa no conflito, bem como pela conjugação de factores como a dinâmica demográfica, uma economia em plena produção, o aparato militar (com monopólio nuclear), mas também pela manutenção intacta das suas infraestruturas científicas e industriais fruto de uma geografia favorável, os EUA constituíam-se como os guias dessa novel ordenação internacional.

Os “campus” norte-americanos constituíram um íman para cientistas e estudantes, a que numa tendência de êxito e promoção intelectual se somaram o forte investimento governativo e privado no tecido universitário, a interligação indústria-ciência-ensino, que o eclodir da Guerra Fria fez expandir, pela necessidade de constante competição e superação tecnológica face a Moscovo.

Os Estados Unidos (e por consequência a comunidade de língua inglesa) constituíram-se como dominantes no panorama científico internacional, com a configuração e desenvolvimento de planos curriculares à escala internacional a ser baseado numa estruturação norte-americana¹⁵⁶.

Altbach (2007: 3608) indica que a língua inglesa domina as Ciências e a instrução, sendo utilizada nos diferentes sistemas académicos nacionais como forma de promover a “internacionalização” e a “competição” universitária¹⁵⁷.

Na vertente científica, a “hegemonia” da língua inglesa é ainda verificada no poder das publicações, reuniões científicas e consequentemente no estabelecimento de agendas de pesquisa (Altbach, 2007:3609).

¹⁵⁴ Packalén, S. (2005) The Idealised and Naturalistic View of Reality: Early 20th Century German Literature Laureates. In Nobelprize.org. Nobel Media AB. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/themes/literature/s-packalen2/ [Consultado a 30 de Junho de 2017].

¹⁵⁵ Cf. pp.8-12.

¹⁵⁶ Um dos exemplos é o “MBA” (Master of Business Administration) inicializado nos EUA para responder a especificidades do desenvolvimento económico norte-americano, tornando-se qualificação padrão a nível global (Altbach, 2007:3609).

¹⁵⁷ Existem mais estudantes a aprenderem inglês na China do que na Grã-Bretanha (Altbach, 2007:3608).

A configuração deste terceiro capítulo pretendeu constituir-se como argumentário maior na nossa tentativa de “cercar” a Anarquia – “consensual” e sistémica – como conceptualização hegemónica nas Relações Internacionais, estabelecendo normas de acesso e quase regulação na disciplina.

Urge contudo validar empiricamente – e não apenas “provocar” teoricamente – a asserção.

CAPÍTULO IV – O CONTRIBUTO EMPÍRICO E A PESQUISA QUANTITATIVA

No quarto segmento desta dissertação, e antes de endereçarmos a nossa pesquisa, identificamos novamente o que consideramos como o trilho reflectido na revisão da literatura e que fomos subsumindo nos capítulos anteriores:

i. a consolidação do paradigma anárquico, como arquitectado por Kenneth Waltz (1979), como forma prioritária da configuração disciplinar e definição do Sistema Internacional, incontestável para neo-realistas, neo-liberais e construtivistas “*mainstream*” (apesar de causas e consequências diferenciadas, como destacámos), sendo que o conceptual anárquico é o factor que proporciona uma continuidade especifica ao campo científico das Relações Internacionais.

ii. a existência de uma historiografia disciplinar baseada em “grandes debates”, onde se consagrou uma síntese “neo-neo” em torno de uma interpretação racionalista.

iii. a explanação de uma narrativa científica paradigmática e hegemónica, a nosso ver, como forma de organizar a disciplina, sustentada com a utilização da estruturação Kuhniana.

6.1 Metodologia

Estas asserções merecem atenção e questionamento, e assim tratamos de apurar se encontram correspondência empírica.

A pesquisa quantitativa que desenvolvemos assenta na recolha padronizada de informação de acordo com variáveis pré-definidas, tendo como objectivo uma explicação do objecto.

Utilizamos para tal uma base de dados de referências bibliométricas (“*Publish or Perish*”) que visa determinar os trabalhos mais citados por “escola de pensamento”.

Atenderemos face aos resultados, às seguintes questões que foram sendo equacionadas no percurso teórico que efectuámos nos capítulos anteriores:

- Qual a perspectiva sistémica/epistemológica utilizada.
- Nacionalidade e linguagem utilizada (verificando se prevalência “ocidental” e da língua inglesa)

- Ano da publicação da 1ª edição (atentando se “ante” ou “pós” o volume Waltziano de 1979)

Ou seja, a concordância em torno da primazia positivista, sistêmica e ocidental e temporalmente influenciada pela obra Waltziana será questionada, visando pesquisar se encontramos validação – até como forma de pôr à prova a nossa argumentação – no que pretendemos uma variedade mais alargada de dados, replicada facilmente por qualquer investigador.

E isto no seguimento de Mearsheimer e Walt (2013:445) – certamente tendo em vista uma postura racionalista – que não se coíbem de expressar que os padrões empíricos necessitam sempre de uma explicação teórica, endereçada anteriormente e que aqui assume um formato crítico nas nossas conclusões.

6.2 O Software “Publish or Perish”

O software utilizado, “*Publish or Perish*”, foi criado e desenvolvido por Anne-Wil Harzing, professora de Gestão Internacional da Universidade de Melbourne, em 2006.

Teve como intuito verificar o impacto da sua produção académica aquando do concurso para uma promoção departamental universitária (Puplett, 2012), e foi assim baptizado assim face à tendência generalizada e global de considerar o trabalho educativo académico como “sequestrado” de certa forma por essa mesma expressão.

A disseminação e desenvolvimento do aplicativo – que está na sua versão mais recente 5.28.5718 datada de 23 Maio de 2017 – permite que a mesma possa ser descarregada gratuitamente para sistemas operativos Windows (Microsoft), Linux ou OS (Intel) e funcionando com qualquer ligação à World Wide Web.

Tal como Harzing referiu em entrevista online¹⁵⁸ em 2012, o software permite “múltiplas finalidades”, que passam pela pesquisa por “temas”, “autores”, “anos de publicação”, servindo para uma adequada “revisão da literatura”, além de indicadores como número de publicações, citações totais, citações por artigo, citações por autor e índice de Hirsch, permitindo pesquisas e apresentação de resultados em qualquer língua.

¹⁵⁸LSE Blog (2012) Five minutes with Anne-Wil Harzing. Impact of Social Sciences. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/51912/1/blogs.lse.ac.uk-Five_minutes_with_AnneWil_Harzing_An_Italian_newspaper_used_Publish_or_Perish_to_compare_the_academic.pdf [Consultado a 20 Abr. 2017].

Destaque-se a gratuidade e amplitude desta ferramenta, ao invés de serviços que implicam subscrição paga como a *Web of Science*¹⁵⁹ ou o *Scopus*¹⁶⁰ (Chadegani et al. 2013).

6.3 Considerações técnicas

O software “Publish or Perish” é uma interface que lê resultados disponibilizados por duas plataformas: “*Google Scholar*” e “*Microsoft Academic Search*”.

A sua generalização deve-se à divulgação efectuada online pela London School of Economics e utilização da imprensa italiana na comparação de desempenhos académicos entre Ministros dos governos Berlusconi e Monti (2012) (Harzing, 2012), tendo estendido o seu alcance a Universidades como Harvard, Stanford, MIT, Oxford, Cambridge e o Institut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD) (Harzing, 2017).

A autora não se furta a apontar constrangimentos que podem surgir em circunstâncias como a multi-autoria, a análise de artigos para livros, a possibilidade de serem lidas “auto-citações” e mesmo imprecisões nos dados de base do Google (Puplett, 2012).

Contudo, uma análise macro do teor efectuado por nós, parece-nos livre de erros sistemáticos – como Harzing (2012, 2017) faz questão de destacar – que possam obstaculizar à sua utilização.

O “*Publish or Perish*” passa por ser uma “máscara” informática dos resultados contidos no “*Google Scholar*”, permitindo ao utilizador um manancial de tratamento e interacção.

Sendo o “*Google Scholar*” a “fonte” na qual o software “*Publish or Perish*” bebe e apresenta informações, há que fazer referência à sua validade.

O “*Google Scholar Metrics*”¹⁶¹ é uma ferramenta que permite avaliar a visibilidade e impacto de artigos em publicações académicas, constituindo-se como um dispositivo que sistematiza números de referências bibliométricas de artigos, livros e publicações académicas.

¹⁵⁹ Detida actualmente pela Clarivate Analytics.

¹⁶⁰ Propriedade da Elsevier.

¹⁶¹ Google Scholar (2017). Disponível em: <https://scholar.google.pt> [Consultado a 25 Abr. 2017].

Winter et al. (2014: 1562) e Orduna-Malea et al. (2015: 932) sublinham a expansão retrospectiva na cobertura da literatura científica, e a capacidade de a prazo – pela sua gratuidade e facilidade de utilização – superar o “*Web of Science*” e “*Scopus*”.

6.4 Considerações éticas

Nesta dissertação fizemos incluir em cada capítulo uma crítica proporcionada pela literatura aos temas e autores em análise.

Assim julgamos curial acompanhar a nossa pesquisa de alertas direccionados para as “escolhas” metodológicas efectuadas, por estas poderem indiciar concordância com a própria hegemonia que visamos expor e criticar.

Poderá resultar alguma perplexidade a utilização de um aplicativo concebido por uma académica australiana – agora docente na Universidade de Middlesex – baseado num motor de pesquisa desenvolvido pela *Google*, uma multinacional tecnológica, além da nossa pesquisa ser baseada na língua inglesa.

Respondemos em dois tempos, o primeiro pela nossa própria limitação linguística (mas não dos resultados oferecidos pela aplicação) e o segundo por não termos vislumbrado ferramentas que permitam maior “democratização” no acesso, replicação e transparência da pesquisa e resultados.

De igual forma – e visando até a correlação crítica que fomos estabelecendo no percurso desencadeado – reconhecemos que a “fonte” da qual bebemos os resultados está interligada de forma indirecta a um universo que deve ser sumariamente nomeado e analisado: o das publicações académicas¹⁶².

Tal como Hoffman (1977), Schmit (1998) e Walt (2011) convergem no diagnóstico, existe um domínio norte-americano e ocidental nas Relações Internacionais.

Buranyi (2017)¹⁶³ e McGuigan e Russell (2008:36) recordam-nos como um relatório do Deutsche Bank em 2005 classificou este sector económico: “um bizarro esquema de pagamento em triplicado”, onde o Estado financia a maioria da pesquisa e adquire o produto editado.

¹⁶² Existem publicações académicas e científicas com centenas de anos, mas foi Robert Maxwell (1923-1991) e a sua Pergamon Press (hoje parte da Elsevier, pertencente ao grupo RELX) que generalizou e “comercializou” o modo moderno de editar, promover e vender conhecimento científico (Cox, 2002).

¹⁶³Disponível em Buranyi, S. (2017) Is the staggeringly profitable business of scientific publishing bad for science?. In The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2017/jun/27/profitable-business-scientific-publishing-bad-for-science> [Consultado a 28 Jun. 2017].

Exemplificando com uma investigação que analisou 45 milhões de documentos indexados na *Web of Science* entre 1973 e 2013, Larivière et al. (2015:8) concluem que no caso particular das Ciências Sociais, quatro multinacionais (Reed-Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer, Taylor & Francis) assumem mais de 70 por cento das citações.

Ou seja, se tecnicamente julgamos adequada a nossa investigação, “criticamente” teremos que apontar esta especificidade para que a nossa apreciação seja eticamente correcta.

E fazemo-lo em dois pontos, que julgamos fazerem o mercado editorial científico funcionar como um condicionamento, um outro “regime de verdade”.

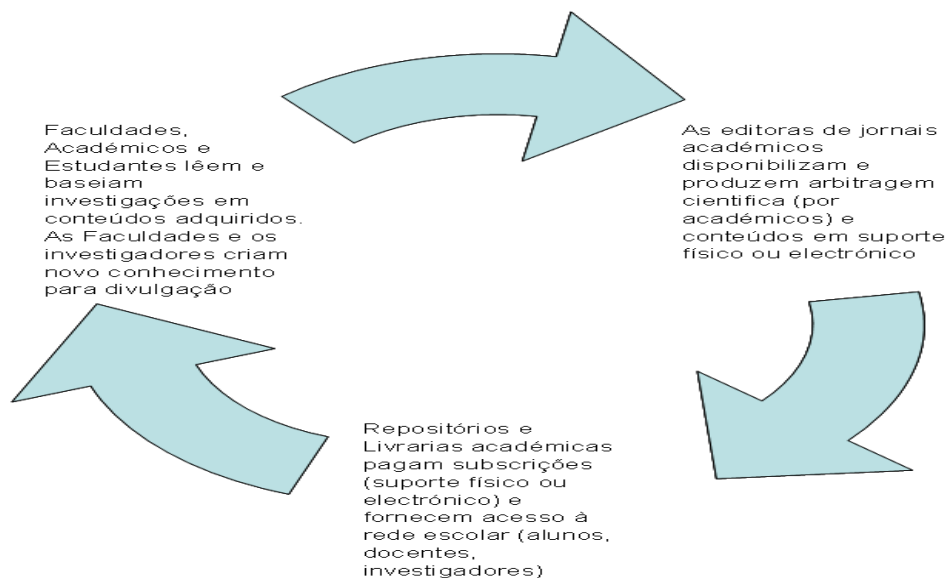
i. Economicamente, é um sector económico desigual, um verdadeiro oligopólio.

Mesmo com o eclodir da era digital, um pequeno número de empresas obtém lucros na ordem média dos 30 a 40 por cento¹⁶⁴, devido à peculiaridade sectorial, onde os autores disponibilizam bens sem compensação financeira e os consumidores (leitores) não entram no processo de compra (Larivière et al. 2015: 15).

ii. Cientificamente, os custos envolvidos e a hegemonia protagonizada pelos integrantes do oligopólio impedem a entrada de novos “*players*” no mercado; vive-se uma cultura de promoção e exigência da publicação como prova e paradigma de “excelência” do sistema de ensino e de I&D e constituem-se “regras de acesso” às publicações neste encadeamento económico e científico apresentado, e que culmina nas referências bibliométricas como evidência do “sucesso”.

Em suma, estabeleceu-se um circuito altamente competitivo nas mais diversas áreas científicas (Camargo, 2014:8) que estabelecem crivo financeiro para o seu acesso numa dinâmica que se identifica da seguinte forma:

¹⁶⁴ Segundo números citados em Camargo (2014: 9) as despesas das bibliotecas norte-americanas com a aquisição de periódicos científicos aumentou 273 por cento entre 1986 e 2004. Só o valor das dedicadas à Medicina aumentou 41,8 por cento entre 2005 e 2009.



Fonte: McGuigan e Russell (2008).

Não pretendemos apresentar um preconceito simplista face às empresas citadas e seria intelectualmente desonesto esquecer a manutenção de milhares de empregos; publicações históricas e decisivas no conhecimento; recepção e análise de milhões de artigos anuais; e a sistematização na disponibilização de informação.

6.5 Parametrização e Resultados da pesquisa

i. Motor de Pesquisa: *Google Scholar*; ii. Hiato temporal: 1945-2016; iii. Palavras-chave de pesquisa: dois segmentos distintos, um que agrega o termo “anarchy” a que juntamos cada uma das teorias apresentadas no capítulo 1 (sistémicas e “não-sistémicas) e uma outra pesquisa que após “anarchy” acrescenta “International Relations” e novamente cada uma das teorias.

Um exemplo da Primeira Pesquisa (na tabela e Anexos identificada como Pesquisa 1) seria apurar quais os resultados mais citados de livros, publicações, artigos, etc, editados entre 1945 e 2016, através da pesquisa por “Anarchy Realism”, enquanto que a segunda (na tabela e Anexos identificada como Pesquisa 2) seria “Anarchy International Relations Liberalism”.¹⁶⁵

¹⁶⁵ No Anexo B (que integra os resultados completos) estão diferenciados os dois tipos de pesquisa (1 e 2).

Esta estratégia pretendeu refinar os eventuais resultados que pudessem ser atribuídos a outras áreas afins de Ciências Sociais que utilizam indiscriminadamente alguns dos mesmos termos.

Salientamos que esta pesquisa foi padronizada e repetida durante cinco meses – Janeiro a Maio de 2017 – de forma a avaliarmos eventuais constrangimentos e monitorizarmos o evoluir das citações.

Qualquer pesquisa efectuada devolve até 1000 resultados¹⁶⁶, o que não nos permitiria uma dissecação qualitativa das obras, sendo assim dado destaque aos 25 resultados com mais citações em cada uma das pesquisas.

Tabela 1 – Autores, título, ano de referência da citação e primeira edição

Pesquisa1	Pesquisa2	Média	Autor	Título	Ano	1ª ed.
16295	16310	16303	K.Waltz	Theory of international politics	2010	1979
n/a	12980	12980	H.Morgenthau	Power among Nations: The struggle for power and peace	1948	1948
11987	11995	11991	M.Keck, K.Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014	1998
8491	8491	8491	A.Wendt	Social theory of international politics	1999	1999
n/a	8433	8433	H.Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	2012	1977
6274	6278	6276	A.Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992	1992
6209	6212	6211	M.Finnemore, K.Sikkink	International norm dynamics and political change	1998	1998
5388	5392	5390	B.Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008	1983
5222	5226	5224	K.Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959	1959
5161	5162	5162	E.H.Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946	1939
5080	n/a	5080	R.J.C.Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	2005	1994
4766	4772	4769	R.Gilpin	The political economy of international relations	2016	1987
n/a	4732	4732	S.Krasner	International regimes	1983	1983
n/a	3864	3864	S.Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999	1999
3842	3852	3847	J.Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994	1994
3588	3587	3588	R.J.C.Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016	2001
3406	3406	3406	A.Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993	1993
3392	3395	3394	J.Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990	1990
3317	3318	3318	J.Fearon	Rationalist explanations for war	1995	1995
n/a	3296	3296	J.Mbembé	On the postcolony	2001	2000
3198	3171	3185	R.Kaplan	The coming anarchy	1994	1994
3032	3036	3034	B.Buzan, O.Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003	2003
n/a	3004	3004	D.Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992	1998
2956	2956	2956	C.Beitz	Political theory and international relations	1979	1979
2854	2855	2855	R.H.Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993	1993
*Original: "De La Postcolonie: Essai Sur L'imagination Politique Dans l'Afrique Contemporaine. Les Afriques" (2000), Paris: Karthala. A 23 de Junho de 2017 tinha 430 citações, utilizando mesmo método de pesquisa.						
n/a - não foram contabilizados resultados desta obra nos termos da pesquisa 1						

Seguidamente, e atendendo aos 21 autores que são referidos, analisamos:

¹⁶⁶ O total das tabelas resultantes da pesquisa pode ser encontrado em Anexos.

Tabela 2 – O posicionamento teórico e epistemológico

Autor	Título	1ª ed.	"Escola Pensamento"	Epistemologia
K.Waltz	Theory of international politics	1979	Neo-Realista	Racionalista
H.Morgenthau	Power among Nations: The struggle for power and peace	1948	Realista Clássico	Tradicionalista
M.Keck, K.Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	1998	Construtivismo	Racionalista
A.Wendt	Social theory of international politics	1999	Construtivismo	Racionalista
H.Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	1977	Escola Inglesa	Racionalista
A.Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992	Construtivismo	Racionalista
M.Finnemore,K.Sikkink	International norm dynamics and political change	1998	Construtivismo	Racionalista
B.Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	1983	Escola Inglesa/Copenhaga	Reflexivista
K.Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959	Neo-Realista	Racionalista
E.H.Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1939	Realismo Clássico	Tradicionalista
R.J.C.Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	1994	Pós-colonialismo	Pós-positivista
R.Gilpin	The political economy of international relations	1987	Neo-Realista	Racionalista
S.Krasner	International regimes	1983	Neo-Realista	Racionalista
S.Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999	Neo-Realista	Racionalista
J.Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994	Neo-Realista	Racionalista
R.J.C.Young	Postcolonialism: An historical introduction	2001	Pós-colonialismo	Pós-positivista
A.Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993	Liberal	Racionalista
J.Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990	Neo-Realista	Racionalista
J.Fearon	Rationalist explanations for war	1995	Liberal	Racionalista
J.Mbembé	On the postcolony	2000	Pós-colonialismo	Pós-positivista
R.Kaplan	The coming anarchy	1994	Neo-Realista	Racionalista
B.Buzan,O.Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003	Escola Inglesa/Copenhaga	Reflexivista
D.Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1998	Pós-modernismo	Pós-positivista
C.Beitz	Political theory and international relations	1979	Liberal	Racionalista
R.H.Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993	Pós-modernismo	Pós-positivista

Gráfico 1 – A Nacionalidade

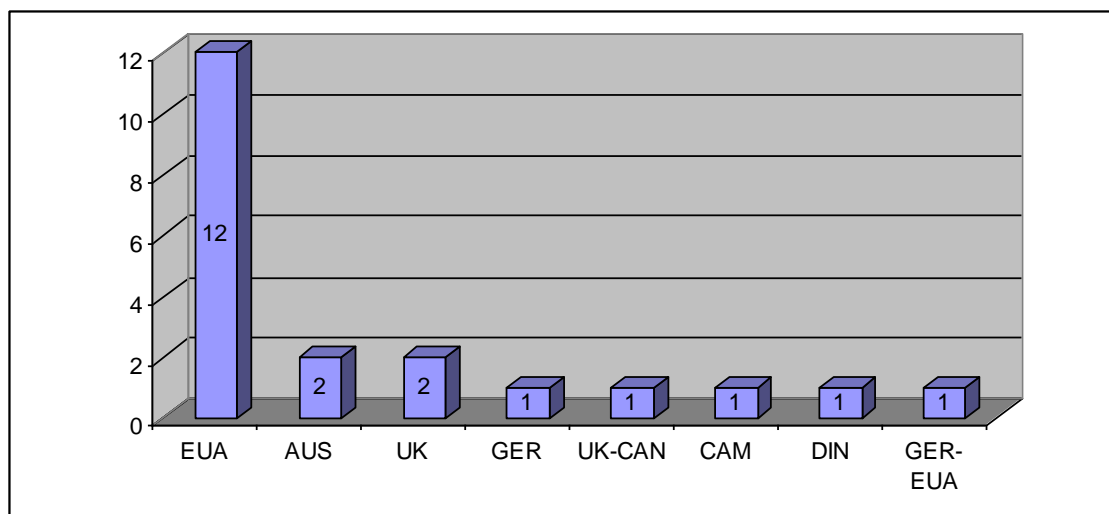


Gráfico 2 – Língua em que publicaram

A resposta apurada aqui não necessita de uma visualização gráfica. 100% dos resultados indica a língua inglesa. O único original (Mbembé, 2000) escrito e editado inicialmente numa língua distinta (Francês) tem apenas 430 citações na sua versão gaulesa, face às 3 296 da edição inglesa.

Gráfico 3 – Colocação universitária aquando da 1ª edição

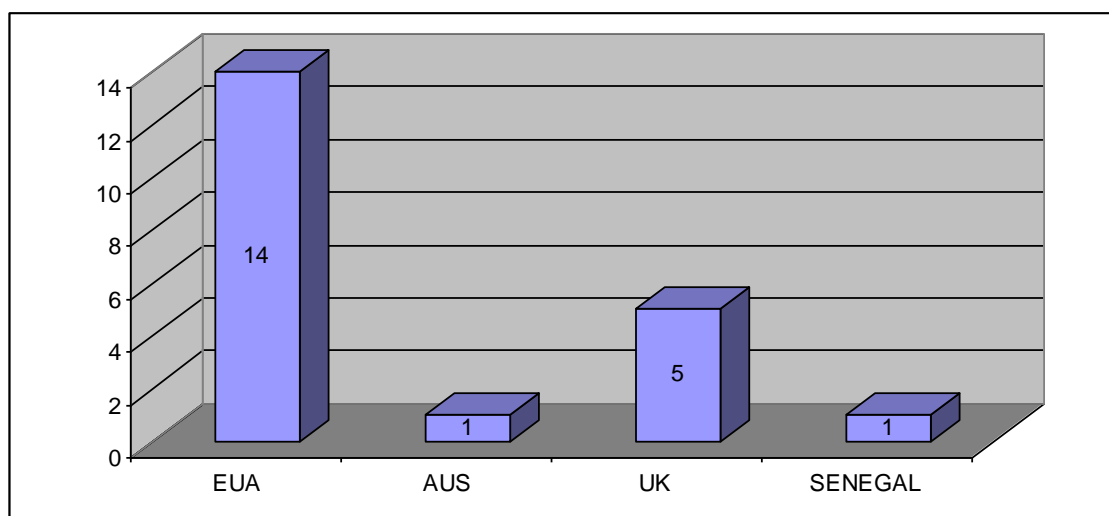
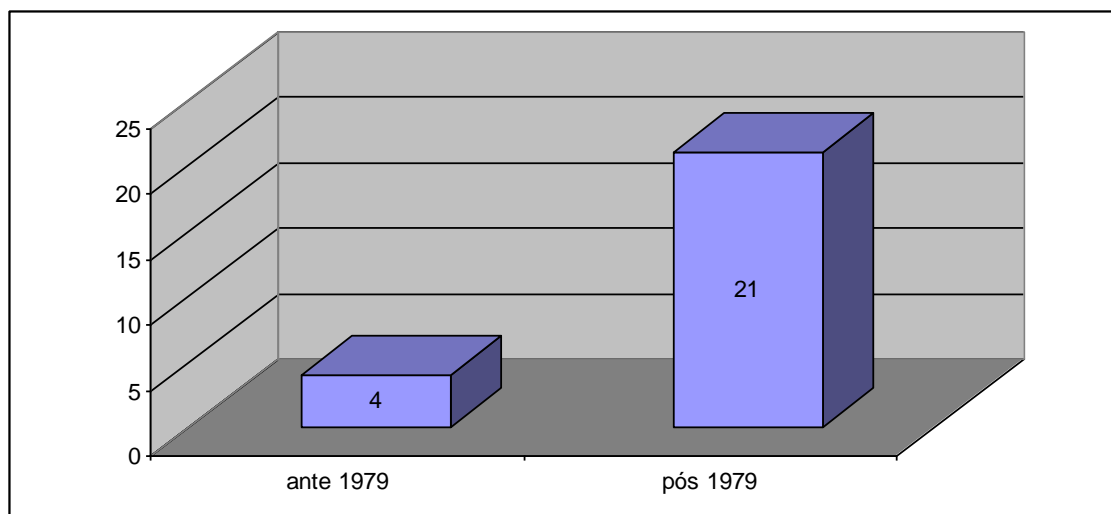


Gráfico 4 – Período Temporal



Das 25 obras analisadas, efectuadas por 21 académicos, destacamos as seguintes conclusões:

20 dos autores são “ocidentais”, dos quais 12 norte-americanos; 20 trabalhavam em departamentos universitários de três países anglo-saxónicos (14 nos EUA, cinco no Reino Unido e um na Austrália); 21 das obras são posteriores ao volume Waltziano e 100 por cento dos resultados com mais referências foram publicados em Inglês.

Expondo estes dados à conjugação crítica que fizemos no Cap. II – englobando trabalhos de Gramsci, Cox, Foucault e da Análise Crítica de Discurso – conseguimos avaliar as propostas sistémicas – e a construção anárquica que estabeleceram em torno das configurações Waltzianas – invocadas no Cap. I, em torno do Realismo, Liberalismo e Construtivismo como Hegemónicas.

6.6 Pesquisas adicionais

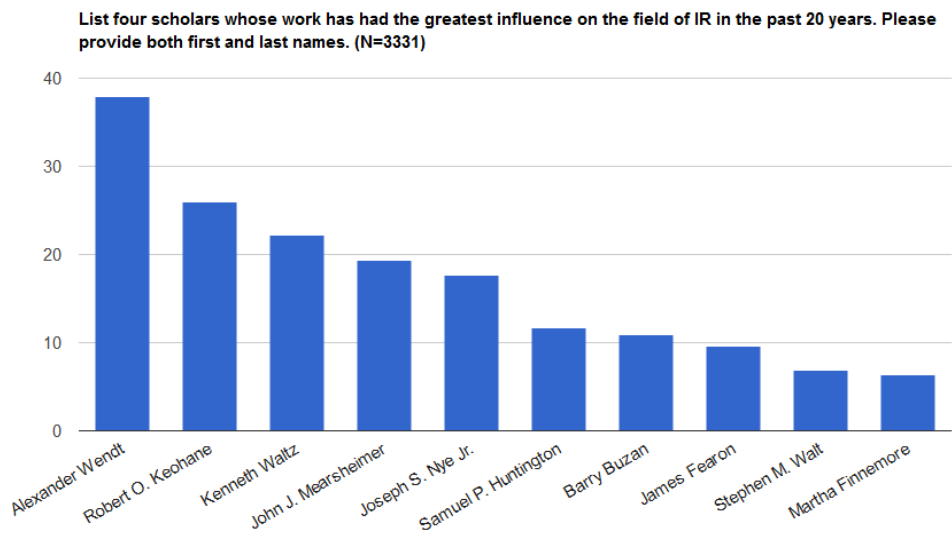
Além da nossa pesquisa, e de forma a introduzir contraditório e ampliar a literatura recente, utilizamos os resultados de um Inquérito – “Teaching, Research & International Policy”¹⁶⁷ realizado desde 2006 pelo Institute for the Theory and Practice of International Relations pertencente à Faculdade William & Mary, localizada em Williamsburg (EUA) – efectuado a académicos de Relações Internacionais sediados em 31 países¹⁶⁸ onde visamos respostas a questões relacionadas com autores de referência, epistemologia e metodologia, além de tentarmos adicionalmente abordar o impacto que a língua e a geografia têm.

Recorremos adicionalmente a duas outras investigações, Biersteker (2009) e Maliniak et al. (2011) – estes últimos os investigadores principais do estudo TRIP – que analisam a realidade específica dos EUA, embora salientemos serem investigações de pequena escala e um artigo de Donnelly (2015) que traça uma análise temporal e substantiva à utilização do termo “anarquia”.

¹⁶⁷ Maliniak, D. [et al.] (2014) TRIP 2014 Faculty Survey. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations. Disponível em: <https://trip.wm.edu/charts> [Consultado a 1 Nov. 2016].

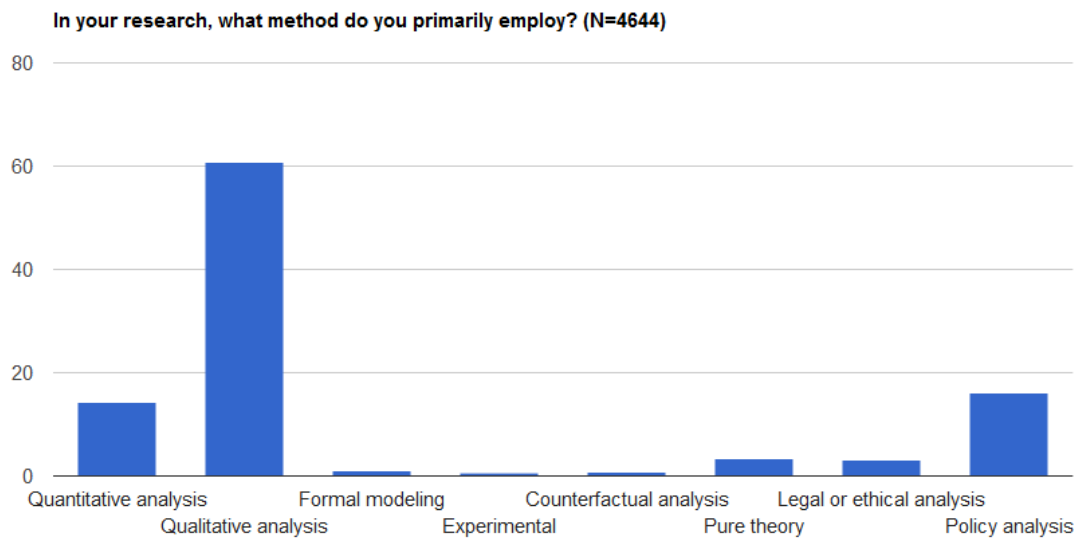
¹⁶⁸ Os 31 países participantes: África (África do Sul), América Central e Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México), América do Norte (Canadá e EUA), Ásia (Hong-Kong, Índia, Japão, Singapura, Taiwan), Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Reino Unido, Suécia, Suíça), Médio Oriente (Israel), Oceânia (Austrália e Nova Zelândia) e Turquia, além de um efectuado para a região Escandinava no seu todo. Em: Maliniak, D. [et al.] (2014) TRIP 2014 Faculty Survey. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations. Disponível em: <https://trip.wm.edu/charts> [Consultado a 1 Nov. 2016].

Gráfico 5



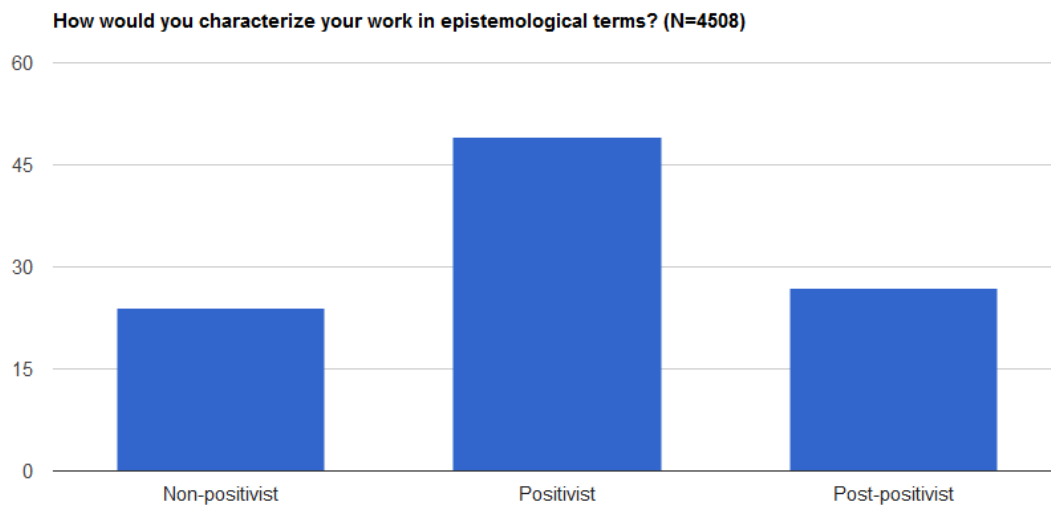
Fonte: Maliniak et al. (2014).

Gráfico 6



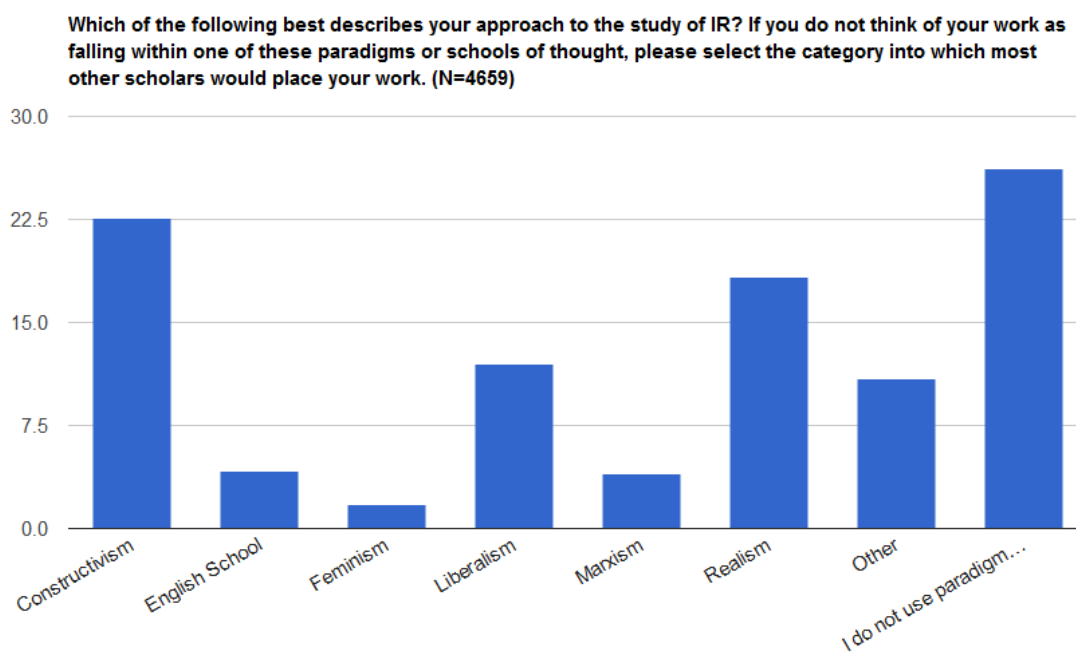
Fonte: Maliniak et al. (2014).

Gráfico 7



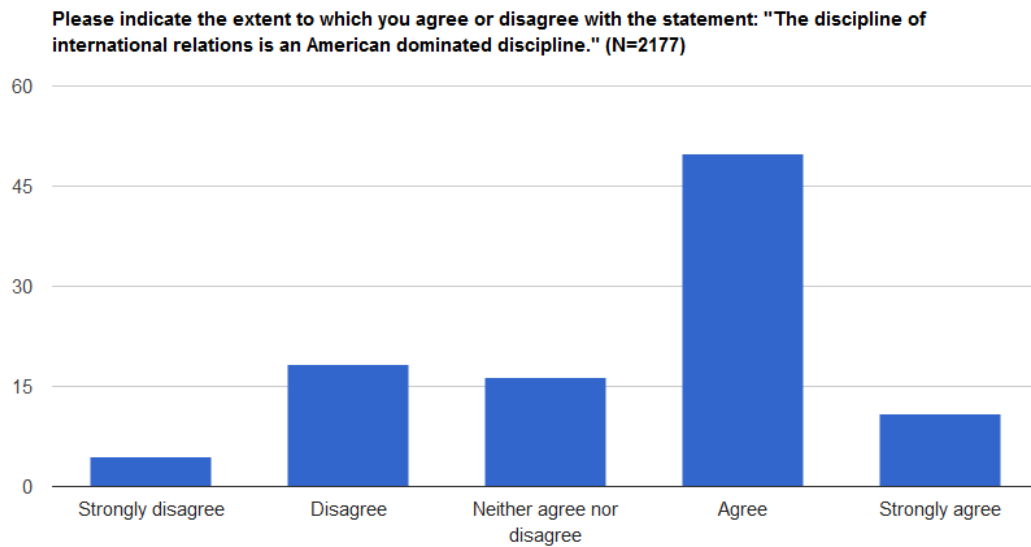
Fonte: Maliniak et al. (2014).

Gráfico 8



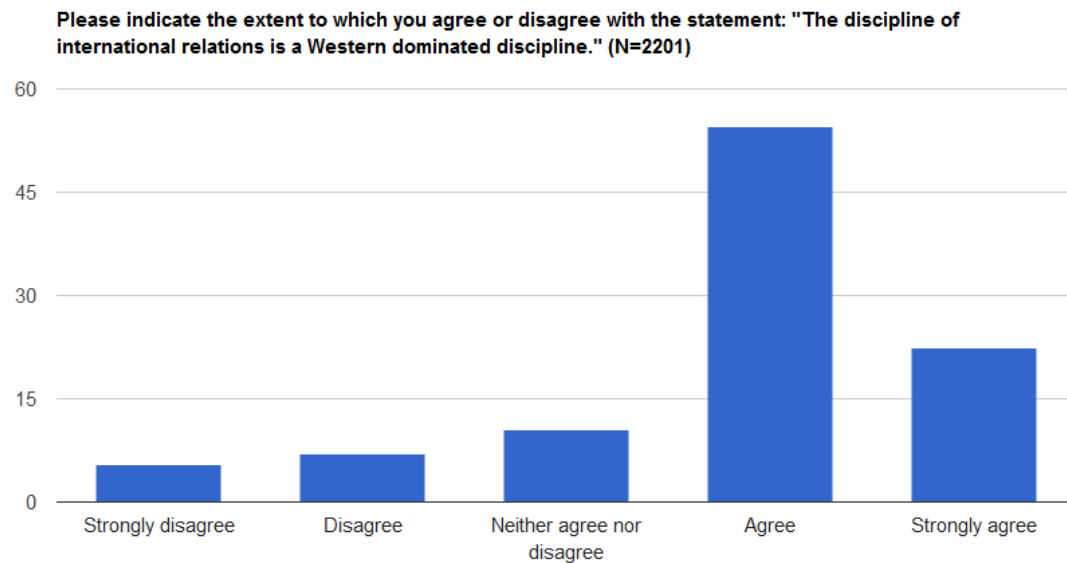
Fonte: Maliniak et al. (2014).

Gráfico 9



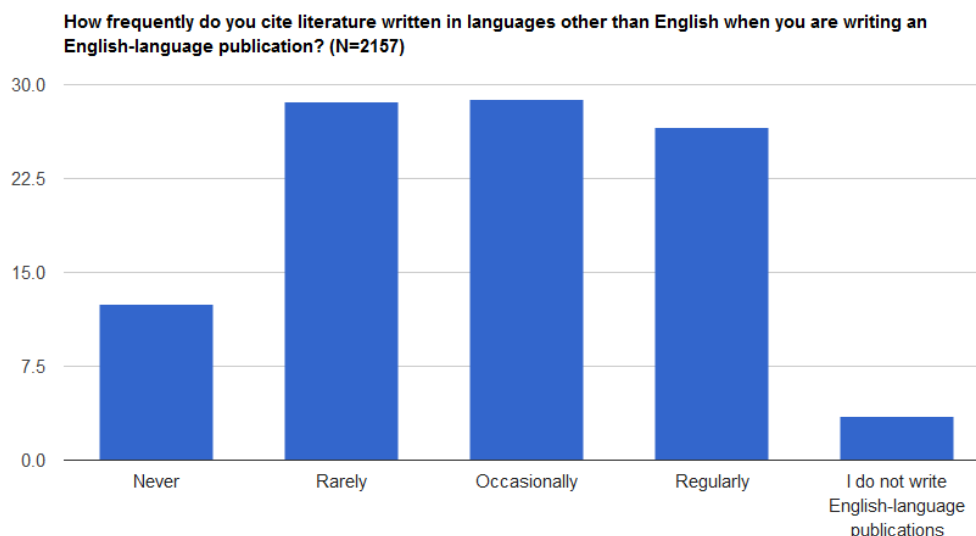
Fonte: Maliniak et al. (2014).

Gráfico 10



Fonte: Maliniak et al. (2014).

Gráfico 11



Fonte: Maliniak et al. (2014).

Permitimo-nos aqui verificar e validar uma predominância na utilização acadêmica de autores de epistemologia racionalista, apesar dos acadêmicos inquiridos preferirem na sua pesquisa o emprego de métodos qualitativos (60,81 por cento), e “mesmo” que se classifiquem epistemologicamente como quase maioritariamente positivistas (49 por cento).

A preferência por uma das abordagens sistêmicas é notória (52,95 por cento) e ainda de forma de mais vincada se vislumbra a concordância sobre o “domínio” da disciplina pela mundividência norte-americana (60,82 por cento) e “ocidental” (76,91 por cento), como se reflecte no reconhecimento da utilização – nula (12,42), rara (28,65) e ocasional (28,84) – de outras línguas que totaliza 69,91 por cento dos inquiridos.

Biersteker (2009:312) actualiza a investigação conduzida em conjunto com Hayward Alker (1984) onde efectuava um levantamento da bibliografia recomendada a alunos de Doutoramento em Relações Internacionais nas dez principais universidades dos Estados Unidos¹⁶⁹, concluindo que (2009:320) os departamentos são predominantemente racionalistas e positivistas (69 por cento), e praticamente todas as obras foram originalmente escritas em inglês, e a maioria delas por homens nos últimos dez a 15 anos.

¹⁶⁹ Este “ranking” elenca Yale, Harvard, Princeton, Stanford, Berkeley, Chicago, Michigan, Columbia, UCSD, MIT. O cálculo das “dez principais” foi efectuado calculando uma média baseada nos rankings disponíveis (Biersteker, 2009:314).

O autor (2009:317) verifica que Kenneth Waltz e Robert Keohane estão presentes nas dez e Alexandre Wendt em sete, 94 por cento das leituras são de autores que fizeram a maioria ou toda a sua carreira nos EUA e 95 por cento das obras foram publicadas originalmente nos EUA.

Maliniak et al. (2011: 437-8) seguem uma outra estratégia, utilizando uma base de dados que agrega e discrimina artigos publicados em doze¹⁷⁰ revistas especializadas (de 1980 a 2006) e em três inquéritos universitários realizados em campus dos EUA, ao abrigo do Teaching, Research, and International Policy (TRIP).

Concluem (Maliniak et al. 2011: 444-61) pelo aumento de artigos não paradigmáticos (30 por cento em 1980 e 50 por cento em 2006); a proporção decrescente de artigos “realistas” (média de 15 por cento); a proeminência do liberalismo e do construtivismo (este após a década de 1990); a presença de quase 90 por cento dos artigos analisados ser de orientação epistemológica positivista.

Os dois estudos, sobre duas realidades distintas, academia e publicações, sustentam-nos a consolidação hegemónica de um “regime de verdade” em torno das teorias sistémicas, epistemologia positivista e divulgação em língua inglesa.

Se Epistemologias, autores de referência, geografias e influência temporal são relevantes, abordemos agora uma contextualização directa sobre o nosso objecto de estudo anárquico.

Fazemo-lo utilizando Donnelly (2015) e a análise efectuada a 207 livros dedicados a Política Internacional e Relações Internacionais, publicados entre 1895 e 2013, indagando utilização, utilização média e percurso histórico do conceito anárquico.

O autor indica que antes de 1979 (ano da obra Waltziana que nos continua a servir de “fronteira temporal”) o número médio de referências a “anarquia” ou “anárquica” era de duas, enquanto que pós 1979 é de 24 (Donnelly, 2015:394).

Ainda segundo Donnelly, em “*The Twenty years crisis*” de Carr (1939), “*American Diplomacy*” de Kennan (1951) e “*A World Restored*” de Kissinger (1957) encontram-se duas referências em cada um dos livros para o termo e nenhuma das sete

¹⁷⁰ As publicações foram parametrizadas de acordo com “rankings” de impacto configurados em Garand e Giles (2003): *American Political Science Review*, *American Journal of Political Science*, *British Journal of Political Science*, *European Journal of International Relations*, *International Organization*, *International Security*, *International Studies Quarterly*, *Journal of Conflict Resolution*, *Journal of Peace Research*, *Journal of Politics*, *Security Studies*, *World Politics*. Publicações com impacto maior nos rankings como “*Foreign Affairs*” e a “*Foreign Policy*”, não foram incluídas, por não serem “peer review” (Maliniak et al. 2011: 441).

edições de *“Politics among Nations”* (1948) de Morgenthau contém uma entrada de índice sobre a anarquia (Donnelly, 2015:395).

Em *“Scientific Man versus Power Politics”* (1946) e *“In Defense of the National Interest”* (1951), Morgenthau utiliza “anarquia internacional da nossa era” respectivamente uma e duas vezes indicando “desordem” como a maioria dos autores do período pré-1979¹⁷¹ (Donnelly, 2015:395-6).

Donnelly (2015: 410-1) encontra 20 definições distintas de anarquia¹⁷², atribuindo tal à conceptualização anárquica alargada na disciplina, como variável explicativa.

Se Mearsheimer (2006:234) indica que Dickinson “inventou o conceito de anarquia internacional”, estamos de acordo, contudo com Donnelly (2015:398) ao diagnosticar o objecto de estudo de Dickinson como a “anarquia europeia”, num sistema de Estados, que “independentes e armados” (Donnelly, 2015:398) contribuem para a deflagração de conflitos, onde a “tradição e o sistema Europeu” são fulcrais responsáveis (Dickinson, 1917 [1916], 78 in Donnelly, 2015:398)

Igualmente abordando os Estados soberanos – e Ocidentais – que interagem num sistema de Estados, reflectem autores como Schuman (1933), Spykman (1942) e Gulick (1943) (Donnelly, 2015:399).

Ou seja, a soberania impõe-se a uma perspectiva anárquica como entendida e utilizada hoje¹⁷³.

Donnelly (2015: 416) que não se furta à crítica da supremacia do anarcocentrismo Waltziano, considera que *“Power Politics”* de Wight (1946), *“Diplomatic Investigations”* (1966) de Wight e Butterfield, *“Perception and Misperception in International Politics”* (1976) de Robert Jervis e *“The Anarchical Society”* de Hedley

¹⁷¹ Autores como Fenwick (1934) e Hill (1911) utilizam a conceptualização anárquica como contraponto jurídico à soberania do Estado (Donnelly, 2015:396). Outra utilização da anarquia indicava as “relações internacionais” que se experimentavam na época medieval, pela ausência de Estados soberanos (Walsh, 1922; Hodges, 1931 apud Donnelly, 2015:396).

¹⁷² Kaplan (1957) introduz a anarquia internacional como um dos resultados de uma guerra bipolar, caso ambos os contendores estejam exauridos (o outro é a constituição de um sistema internacional hierárquico), Zimmern (1936) e Hinsley (1963) referem as conferências internacionais no século XIX como contraponto à “anarquia” vivenciada no século XVIII; Angell (1921), Niebhur (1932) e Lippmann (1915) apresentam como fontes da anarquia, o nacionalismo, a vontade de poder e o atraso dos estados fracos, respectivamente; Mary Parker Follett (1920) introduz anarquia como “diferença não organizada” (Donnelly, 2015:397).

¹⁷³ Para Donnelly (2015:400) encontra-se em Philip Kerr e no seu *“Pacifism is not enough”* (1935) a utilização mais próxima da conceptualização anárquica actual, referindo-se à “anarquia dos Estados soberanos” e à “anarquia inerente à soberania do Estado”, além de se furta à utilização de uma conceptualização jurídico-histórica do Estado, embora a “sua” anarquia tenha por consequência um pessimismo e belicismo inerente.

Bull (1977) foram indispensáveis precursores da obra Waltziana, até pelo abraçar do racionalismo sócio-científico (2015:400).

Sobre a anarquia, Donnelly (2015) assinala a relevância do ano de 1979 como a erupção – devido a Waltz – da conceptualização tal como a entendemos hoje, marcando um aumento das referências médias de duas (antes de 1979) para 24.

Se classificamos os resultados da nossa pesquisa como evidências do que consideramos estatuir uma Hegemonia ideacional, a que podemos adicionar factores como a nacionalidade, a colocação profissional, a epistemologia racionalista, a marca pós-1979 e a edição em língua inglesa, julgamos que a junção das investigações e conclusões de Biersteker (2009), Donnelly (2015) e Maliniak et al. (2011; 2014) nos permitem estabelecer uma concordância ao redor do percurso que visámos.

A Anarquia como ponto central de uma teoria geral da política internacional, como em Waltz (Donnelly, 2015: 401) molda, condiciona e regula o acesso à discussão disciplinar.

Mais preponderância assumiu pela sua constituição enquanto critério de delimitação analiticamente neutro (Donnelly, 2015: 401), ou seja, não apenas sufragada pelo Neo-Realismo, mas por todos os que pretendessem fazer “ciência” de forma adequada, regulando e condicionando o acesso, ou determinando o que é de facto “válido” (Keohane, 1998).

Gayatri Spivak (2016) refere que fazer crítica “não é apenas destruir. É também construir”¹⁷⁴.

Esta citação ilustra uma forma de nos libertarmos dos constrangimentos que surgem no apontar de lacunas (ou de certezas indiscutíveis) aos diferentes corpos teóricos.

O caminho que visámos nesta dissertação iniciou-se com a identificação das teorias sistémicas e das respectivas leituras anárquicas, não desafiadoras do essencialismo Waltziano.

Percorreu “pensamentos” que visaram competir com esse mesmo axioma e apresentou um conjunto Crítico de argumentos que intenta expor a permanência e continuidade de um conceito que se alcandorou a paradigma, a Anarquia, como estatuída por Kenneth Waltz em 1979.

¹⁷⁴ Paulson, S. (2016) Critical Intimacy: An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak, In Los Angeles Review of Books. Los Angeles Review of Books. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/critical-intimacy-interview-gayatri-chakravorty-spivak> [Consultado a 28 Abr. 2017].

Encontrámos na pesquisa empírica a validação do arsenal sistémico, racionalista e “ocidental” que exhibe uma faceta hegemónica Gramsciana e disciplinar Foucaultiana que assume, providencia e serve de regra de acesso e regime de verdade, consensualizando e naturalizando conhecimento.

CONCLUSÃO

O conceito anárquico mantém-se como Waltz o configurou em 1979, apesar das quase quatro décadas da sua elaboração e de vários fenómenos:

- i. Políticos: O Fim da Guerra Fria (1991) e incertezas na polaridade sistémica; a expansão da União Europeia como construção transnacional original; o 11 de Setembro de 2001 (que não constituindo uma viragem assinalável, forneceu rupturas na ordem internacional aquando do mandato George W. Bush); a capacidade disruptiva de actores não estatais (terrorismo, criminalidade internacional organizada e cibercrime); questões ideológicas, religiosas, culturais e identitárias que reentraram no panorama cívico, político e eleitoral quotidiano.
- ii. Económico-Financeiros: as crises financeiras e das dívidas soberanas após 2008; o desenvolvimento tecnológico e da automação;
- iii. Ambientais: O impacto da acção humana nas alterações climáticas e na biodiversidade, não conhecendo fronteiras;

A Anarquia Waltziana resistiu a investidas teóricas várias e à “espuma dos dias”, parecendo naturalizar-se.

Depois do empreendimento teórico e empírico esboçado, sugerimos o regresso ao “básico”, recentrando a nossa atenção em Waltz.

A autonomia disciplinar alcançou-se com a determinação da Guerra e da Paz num ambiente sem soberano central, com distribuição desigual de poder e tendo a sobrevivência como lógica racional de actuação.

Estas premissas foram estatuídas por Kenneth Waltz (1979) que Ken Booth (2013) considera como o “Darwin” das Relações Internacionais.

Tal como Waltz nos recorda em *“Theory of International Politics”* (1979) o objectivo é uma teoria, “útil”, composta por “assunções”, e “capacidade explicativa universal”, em detrimento de “verdadeira”, “factual” e atenta a “particularidades” (pp. 117-8).

Assim – e curiosamente colhendo o contributo de Rousseau, como patente em *“Man, The State and War”* (1959) – Waltz visa distanciar-se de Morgenthau e das considerações acerca da natureza humana e da mera ocorrência da violência, diferencia a

“foreign policy” da teorização sistémica e avança para uma distinção entre nacional e internacional, baseada na hierarquia e na anarquia respectivamente, e na diferenciação funcional entre unidades no sistema, privilegiando os Estados na arena internacional, como refere Waltz (1979: 102-4; 120-2).

Os Estados são “unidades equivalentes”, que apesar de distintos em poder e capacidade de executar tarefas, se assumem como funcionalmente idênticos (Waltz, 1979: 96).

Pugnando pela economia e clareza conceptuais – de aproximação à realidade e “reducionistas” – Waltz, valendo-se de analogias e terminologias microeconómicas – faz face à impossibilidade de cooperação em Estados reféns do “dilema do prisioneiro” num ambiente de auto-ajuda e onde se torna imperativo a prossecução dos interesses nacionais.

Esta é a “virtude” da anarquia, por obrigar os Estados – nomeadamente as grandes potências – a interagirem visando a estabilidade sistémica, desde que não se alterem a anarquia e a polaridade (Waltz, 1979: 88-91; 105-15; 161).

“A política nacional é o domínio da autoridade, da administração e da lei. A política internacional do poder, da luta, e da acomodação. O plano internacional é proeminentemente político. O nacional é descrito como hierárquico, vertical, centralizado, heterogéneo, directo, o internacional anárquico, horizontal, descentralizado, homogéneo, indirecta e mutuamente adaptável” (pp. 113).

Para Waltz – e na sua pegada, neo-realistas como Mearsheimer – é “irrelevante” perscrutar a condução dos destinos da Alemanha Nazi ou dos dois contendores da Guerra Fria.

Em qualquer das situações a estrutura do sistema internacional faria compelir às mesmas tomadas de decisão, independentemente dos contornos dos regimes e seus líderes.

Na nossa área disciplinar a ambição da cientificidade, sentida desde os primórdios, levou a que o volume Waltziano de 1979 introduzisse e marcasse um ponto de viragem histórico, com a configuração anárquica – que vem diferenciar o Sistema Internacional – a alcançar uma presença hegemónica.

Waltz oferece uma “microteoria” com valor universal, onde a guerra é consequência da anarquia internacional e de constrangimentos ou transformações nas estruturas, distanciando-se da “perversa” natureza humana que até então dominava a “política entre as Nações”.

Aqui encontramos resposta para a nossa primeira questão, sobre a necessidade conceptual.

E a resposta é positiva.

Waltz desenha e define a Teoria das Relações Internacionais, autonomizando-a, com a determinação da anarquia internacional, ausência de um soberano que sirva de “polícia” global.

Mas se alcança este passo, consegue em simultâneo – não pela sua obra convenhamos, mas pela inserção dessa construção numa estrutura disciplinar abraçada pela Hegemonia – constranger e condicionar uma anarquia que desde então se tem constituído como um paradigma inamovível, que consideramos erigido sem adjectivação, porosidade e caracterização.

Ou seja, a anarquia tem funcionado a dois tempos como uma “*black box*” e um “*cadavre exquis*”.

Inicialmente, porque se a anarquia é caracterizada em contraposição à hierarquia, não se assume nas suas eventuais diferenciações internas e funcionais, mesmo sabendo do cuidado Waltziano em nos condicionar tal acesso, pelos seus alertas de reducionismo e necessidade conceptual.

Segundo, porque permite que cada escola de pensamento ou autor lhe introduza “variações”, não esquecendo tal como no jogo surrealista, que qualquer que seja o desfecho, o início é traçado por Waltz.

É na conjugação destas duas “realidades” que se dá e permite uma continuidade como explicação de uma disciplina.

Nessa continuidade, e indubitavelmente, na sua edificação e consolidação, na sua capacidade de incluir ou não incluir respostas, vislumbramos então mais do que um paradigma (que o é), mas uma Hegemonia que totaliza, naturaliza e condiciona um discurso científico.

Ou seja, parte significativa deste pequeno contributo reside na dúvida que nos habita na atribuição de tamanha importância a uma conceptualização – a Anarquia – tida como axiomática, um “processo de selecção natural”.

A Anarquia é o diferencial desta disciplina, onde existem causas e consequências com diferentes significados, consoante as teorias sistémicas identificadas.

E como nos permitimos identificá-la como hegemónica?

A três tempos, valendo-nos de Gramsci, Cox e do *tandem* Foucaultiano e da Análise Crítica de Discurso e reduzindo a noção estrutural nacional e internacional dos

dois primeiros a uma conexão académica ou pedagógica, onde consideramos se joga a “nossa” anarquia.

A capacidade de uma ideia (Anarquia) se “consensualizar” através do “discurso”, ligando conhecimento e poder, criando “regimes de verdade”, instituindo “regras de acesso”, regulando, esboçando e legitimando relações de poder num contexto de interações sociais, instituições e corpos de conhecimento.

Num plano mais alargado, a própria edificação do sistema de ensino e da sua projecção no plano de publicações à escala internacional incrementou de igual forma uma dominação – novamente por consenso – de uma cosmovisão sistémica, ocidental e positivista.

Vislumbramos em teorias como o Pós-Modernismo ou o Pós-Colonialismo, além da própria Teoria Crítica, corpos de pensamento que intentaram responder contra-hegemonicamente.

A capacidade de “coerção” – ou um “consenso mais assertivo” – foi suficiente para, como verificado empiricamente, impedir o desalojar da hegemonia ideacional construída.

Esta assertividade pode ser verificada em realidades como o mercado editorial e suas condicionantes, as pressões actuais em torno da publicação como evidência de “realização académica”, a forma disciplinar como o sistema de ensino se organiza ou a língua que se convencionou como “universal”.

A hegemonia intelectual, tal como a Coxiana, “viaja” para o exterior, conectando-se com diferentes realidades nacionais, expandindo e promovendo o seu modo de produção, no caso, ideacional.

A anarquia Waltziana é recepcionada como válida a nível global – mesmo partindo de uma leitura Rousseauiana e limitada à Europa, sublinhemos – porque a disciplina que a estuda e promove a consegue emular e disseminar em qualquer ambiente, consensualizando-a, através da expansão intelectual e institucional ocidental, identificada quantitativamente, que se constitui como ferramenta poderosa deste desiderato consensual.

Uma teoria é uma ferramenta, uma construção mental que procura fazer sentido de abstracções e de dados empíricos, onde diferentes teorizações procuram organizar o mundo que nos rodeia.

É apanágio desta nossa disciplina a constituição de diferentes ontologias, epistemologias e metodologias que em suma abarcam também sistemas de valores diferenciados.

Mas se discussões sobre cooperação entre Estados ou intervenções humanitárias são recorrentes e comuns, a natureza da anarquia é algo que reside em marginais e quase “esotéricas” fracções da disciplina, mesmo que se constitua a origem de tudo.

Iniciámos esta dissertação com a narrativa que sustenta o percurso histórico e intelectual das teorias que se assumem como corpos sistémicos relevantes, Realismo, Liberalismo e Construtivismo.

São estes que “naturalizam” – de forma distinta, sublinhamos novamente – o conceito.

Fornecemos o necessário contraditório que cronológica e epistemologicamente procurou – contra-hegemonicamente e sem “sucesso”, acrescentamos – desafiar o “saber instituído”, em torno da Teoria Crítica, Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo, visando também interrogar as eventuais construções teóricas efectuadas em geografias distintas.

Privilegiámos a identificação de pontos em comum no nosso objecto de estudo, a Anarquia, e como a mesma se oferece como elo de ligação entre os três corpos sistémicos “*mainstream*”, fazendo-se valer como peça fundamental e denominador comum intra-teórico, e marca de distinção da disciplina.

Introduzimos a tríade em torno da qual esboçámos a identificação (e crítica) do nosso objecto de estudo como Hegemónico, Gramsci, Cox e uma conjugação disposta a expor a ligação de poder e conhecimento, interpretada por Foucault e contributos da Análise Crítica de Discurso.

Julgamos ter evidenciado empiricamente (falha comumente apontada aos “críticos”) a comprovação dessa mesma hegemonia.

Martin Wight escreveu que “um dos encantos das Relações Internacionais é – mais do que qualquer outra das Ciências Sociais – a sua aproximação à Ficção Científica (1991: 50).

Se a nossa costela “realista” nos impede de sonhar com utopias, a nossa interpretação do “intelectual específico” que Foucault introduz, é um programa que agrega desafios, conhecimento e ética, e onde acreditamos ser possível construir interrogações a este paradigma conceptual anárquico, mas sobretudo ao que tentámos exhibir, ou seja, a sua vinculação a uma Hegemonia disciplinar, muitas vezes assumida –

até por quem intenta criticá-la – mas raras vezes evidenciada ou indagada nos seus alicerces e relações.

Se conseguimos almejar uma resposta em duas frentes (necessidade conceptual, mas erigida em paradigma e consequentemente como Hegemonia reguladora) fazemo-lo pela necessidade de desafiar conceptualizações firmadas – não só pelo “prazer de substituir o velho pelo novo” – redescobrimo-as, da mesma forma não aceitando o novo “apenas porque sim”, antes visando vislumbrar o seu percurso.

A Anarquia contemporânea tida como indispensável na disciplina é assim uma urdidura recente e contingente que de forma hegemónica e paradigmática se naturalizou, consensualizou e expandiu globalmente com o trabalho Waltziano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Abrahamsen, R. (2003) African Studies and the Postcolonial Challenge. *African Affairs*. 102, pp. 189–210.
- Abrahamsen, R. (2007) «Postcolonialism». In Griffiths, M (ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century, An introduction*, Londres: Routledge. pp.111-122.
- Acharya, A. (2008) «Theoretical Perspectives on International Relations in Asia». In Shambaugh, D.; Yahuda, M. (eds). *International Relations in Asia*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers. pp. 57-82.
- Acharya, A.; Buzan, B. (2010a) «On the possibility of a non-Western international relations theory». In Acharya, A.; Buzan, B. (eds). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*. Nova York: Routledge. pp. 221-238.
- Acharya, A.; Buzan, B. (2010b) «Why is there no non-Western international relations theory? An introduction». In Acharya, A.; Buzan, B. (eds). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*. Nova York: Routledge. pp. 1-25.
- Adam, F. (2014) *Measuring National Innovation Performance*. Heidelberg: Springer.
- Adamson, W. (1980) *Hegemony and revolution*. Berkeley: University of California Press.
- Adler, E. (1997) Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, 3(3), pp.319-363.
- Adler, E. (2013a) «Constructivism in International Relations: Sources, Contributions, and Debates». In Carlsnaes, W. [et al]. *Handbook of International Relations*, 2ª ed. Londres: SAGE Publications. pp. 112-144.
- Adler, E. (2013b) «Resilient Liberal International Practices». In Dunne, T.; Flockhart, T. (eds). *Liberal World Orders*. Oxford: Oxford University Press. pp. 53-68.
- Adler, E.; Barnett, M. (1998) *Security communities*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alker, H; Biersteker, T. (1984) The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist of International Savoir Faire. *International Studies Quarterly*. 28 (2), 121-142.
- Altbach, P. (2007) The Imperial Tongue: English as the Dominating Academic Language. *Economic and Political Weekly*. 42(36), pp. 3608-3611.
- Aron, R. (1966) *Peace and War: A Theory of International Relations*. Garden City: Doubleday.
- Ashley, R. (1981) Political Realism and Human Interests. *International Studies Quarterly*. 25 (2), 204-236.
- Ashley, R. (1984) The Poverty of Neorealism. *International Organization*. 38 (2), pp. 225-286.
- Ashley, R. (1987) The Geopolitics of Geopolitical Space: Toward a Critical Social Theory of International Politics. *Alternatives*. 12(4), pp. 403-434.
- Ashley, R. (1988) Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique. *Millennium: Journal of International Studies*. 17(2), pp. 227-262.
- Ashworth, L. (2013) *A history of international thought*. Nova York: Routledge.
- Augelli, E.; Murphy, C. (1993) «Gramsci and International Relations: A General Example from Recent US Policy Towards the Third World». In Gill, S. (ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 127-147.
- Axelrod, R.; Keohane, R. (1985) Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. *World Politics*. 38(1), pp.226-254.

- Aydinli, E.; Mathews, J. (2009) «Turkey, towards homegrown theorizing and building a disciplinary community». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds). *International Relations Scholarship around the World*, Nova York: Routledge. pp. 208-222.
- Barasuol, F.; Silva, A. (2016) *International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 59(2), pp. 1-20.
- Barker, P. (2000) *Michel Foucault, an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Behera, N. (2010) «Re-imagining IR in India». In Acharya, A.; Buzan, B (eds). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*, Nova York: Routledge. pp. 92-116.
- Beyer, A. (2017) *International Political Psychology*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Bieler, A.; Morton, A. (2001) *The Gordian Knot of Agency—Structure in International Relations*. *European Journal of International Relations*. 7(1), pp.5-35.
- Bieler, A.; Morton, A. (2004) *A critical theory route to hegemony, world order and historical change: neo-Gramscian perspectives in International Relations*. *Capital & Class*. 28(1), pp.85-113.
- Biersteker, T. (2009) «The parochialism of hegemony, Challenges for “American” International Relations». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds). *International Relations Scholarship around the World*, Nova York: Routledge. pp. 308-327
- Blacker, D. (1998) «Intellectuals at Work and in Power: Toward a Foucaultian Research Ethic». In Popkewitz, T.; Brennan, M. (eds). *Foucault's Challenge, Discourse, Knowledge, and Power in Education*, Nova York: Teachers College Press. pp. 348-368.
- Bleiker, R. (2012) «Postmodernism». In Devetak, R. [et al]. *An Introduction to International Relations*, 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 91-102.
- Booth, K. (2001) *Teorias e Práticas da Segurança no Século XX: Sequência Histórica e Mudança Radical, Nação e Defesa*. 99(2), pp 19-50.
- Brown, C.; Ainley, K. (2005) *Understanding International Relations*. 3ª ed. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Brown, C.; Ainley, K. (2009) *Understanding international relations*. 4ª ed. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Bull, H. (1972) *International Relations as an Academic Pursuit*. *Australian Outlook*. 26(3), pp.251–265.
- Bull, H. (1977) *The Anarchical Society. A Study of Order in World Politics*. Londres: Macmillan
- Burchill, S.; Linklater, A. (2005) «Introduction». In Burchill, S. [et al]. *Theories of International Relations*, 3ª ed. Nova York: Palgrave Macmillan. pp. 1-28.
- Burchill, S. (2005) «Liberalism». In Burchill, S. [et al]. *Theories of International Relations*, 3ª ed. Nova York: Palgrave Macmillan. pp. 55-83.
- Burnham, P. (1991) *Neo-Gramscian Hegemony and the International Order*. *Capital & Class*. 15(3), pp.73-92.
- Burke, A. (2008) «Postmodernism». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford: Oxford University Press. pp. 359-377.
- Buzan, B.; Lawson, G. (2015) *The global transformation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B.; Little, R. (2010) «The historical expansion of international society», In Denemark, R. (ed.). *The International Studies Encyclopedia*, Wiley-Blackwell e International Studies Association. pp. 59-76.

- Camargo, K. (2014) Big Publishing and the Economics of Competition, *American Journal of Public Health*. 104(1), pp. 8–10.
- Campbell, D. (1998) Why Fight: Humanitarianism, Principles and Post-Structuralism. *Millennium: Journal of International Studies*. 27(3), pp.497-521.
- Campbell D., (2010). «Poststructuralism». In Dunne T. [et al]. *International relations theories*, 2^a ed. Oxford: Oxford University Press. pp. 213-237.
- Carr, E.H. (1939) *The Twenty Years' Crisis: 1919–1939*. Londres: Macmillan
- Carta, C. (2016) Gramsci and The Prince: Taking Machiavelli outside the realist courtyard?. *Review of International Studies*. 43(2), pp.345-366.
- Chadegani, A. [et al]. (2013) A Comparison between Two Main Academic Literature Collections: Web of Science and Scopus Databases. *Asian Social Science*. 9(5), pp. 18-26.
- Checkel, J. (2013) «Theoretical Pluralism in IR: Possibilities and Limits». In Carlsnaes, W. [et al]. *Handbook of International Relations*, 2^a ed. Londres: SAGE Publications. pp. 220-242.
- Chiaruzzi, M. (2012) «Realism». In Devetak, R. [et al]. *An Introduction to International Relations*, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 35-47.
- Chilton, P.; Wodak, R. (2005) *New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity*. Amsterdam: John Benjamins.
- Chong, A. (2010) «Southeast Asia: Theory between modernization and tradition?», In Acharya, A.; Buzan, B. (eds.). *Non-Western International Relations Theory, Perspectives on and beyond Asia*. Nova York: Routledge. pp. 117-144
- Constantinou, C. (1994) Diplomatic Representations...or Who Framed the Ambassadors?. *Millennium: Journal of International Studies*. 23(1), pp.1-23.
- Cox, B. (2002) The Pergamon phenomenon 1951-1991: Robert Maxwell and scientific publishing. *Learned Publishing*. 15(4), pp.273-278.
- Cox, R. (1981) Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*. 10(2), pp.126-155.
- Cox, R. (1983) Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. *Millennium: Journal of International Studies*. 12(2), pp.162-175.
- Cox, R. (1993) «Gramsci, Hegemony, and International Relations: An Essay in Method». In Gill, S. (ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press. pp.49-66.
- Cox, W.; Nossal, K. (2009) «The “crimson world”, The Anglo core, the post-Imperial non-core, and the hegemony of American IR». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 287-307.
- Cox, R.; Sinclair, T. (1996) *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahl, R.A. (1957). The concept of power. *Behavioral Science*. 2 (3), pp. 201–215.
- Der Derian, J. (1988) Introducing Philosophical Traditions in International Relations. *Millennium: Journal of International Studies*. 17(2), pp.189-193.
- Der Derian, J. (1991) *On diplomacy*. Oxford: Blackwell.
- Derrida, J. (1976) *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Derrida, J. (1978) *Writing and Difference*. Londres: Routledge
- Derrida, J. [et al]. (1983) *The Principle of Reason: The University in the Eyes of Its Pupils*. *Diacritics*. 13(3), p.3-20.

- Deutsch, K. [et al]. (1957) Political community and the North Atlantic area. Princeton: Princeton University Press.
- Devetak, R. (1996) «Postmodernism». In Burchill, S.; Linklater, A. (eds.). Theories of International Relations. Nova York: St. Martin's Press. pp. 179-209
- Devetak, R. (2005a) «Critical Theory». In Burchill, S. [et al]. Theories of International Relations, 3^a ed. Nova York: Palgrave Macmillan. pp.137-160.
- Devetak, R. (2005b) «Postmodernism». In Burchill, S. [et al]. Theories of International Relations, 3^a ed. Nova York: Palgrave Macmillan. pp.161-187.
- Devetak, R. (2012) «An Introduction to International Relations: The origins and changing agendas of a discipline». In Devetak, R. [et al]. An Introduction to International Relations, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-20.
- Devetak, R.; [et al]. (2012) «Marxism and Critical Theory». In Devetak, R. [et al]. An Introduction to International Relations, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 62-75.
- Diez, T.; [et al]. (2011) Key concepts in international relations. Londres: SAGE
- Donnelly, J. (2005) «Realism». In Burchill, S. [et al]. Theories of International Relations, 3^a ed. Nova York: Palgrave Macmillan. pp. 29-54.
- Donnelly, J. (2008) «The ethics of Realism». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). The Oxford Handbook of International Relations. Oxford: Oxford University Press. pp. 150-162.
- Donnelly, J. (2015) The discourse of anarchy in IR. International Theory. 7(3), pp.393-425.
- Dunne, T. [et al]. (2013) The end of International Relations?. European Journal of International Relations. 19(3), pp. 405-425.
- Dunne, T.; Schmidt, B. (2008) «Realism». In Baylis, J.; Smith, S. (eds.). The Globalization of World Politics, 2^a ed. Nova York: Oxford University Press. pp.141-161.
- Edgar, A.; Sedgwick, P. (1999) Key Concepts in Cultural Theory. Hoboken: Taylor & Francis Ltd.
- Elman, C. (2007) «Realism». In Griffiths, M. (ed.). International Relations Theory for the Twenty-First Century, An introduction. Londres: Routledge. pp. 11-20.
- Fairclough, I.; Fairclough, N. (2012) Political Discourse Analysis. Nova York: Routledge.
- Fairclough, N. (1989) Language and power. Londres: Longman.
- Fairclough, N. (1992) Discourse and Social Change. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Fairclough, N. (1995) Critical discourse analysis. Nova York: Longman
- Fairclough, N. (2001) The Dialectics of discourse. Textus. 14(2), pp. 231-242.
- Fendler, F. (1998) «What Is It Impossible to Think? A Genealogy of the Educated Subject». In Popkewitz, T.; Brennan, M. (eds.). Foucault's Challenge, Discourse, Knowledge, and Power in Education. Nova York: Teachers College Press. pp., 39-63.
- Fernandes, A.H. (2012) A Anarquia Internacional. Crítica de um mito realista. Relações Internacionais. 36, pp.87-104.
- Fierke, K. (2013) «Constructivism». In Dunne, T. [et al]. International Relations Theories, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 187-204.
- Filippini, M. (2017) Using Gramsci. Londres: Pluto Press.
- Finnemore, M. (1996) National Interests in International Society. Ithaca: Cornell University Press.

- Finnemore, M. (2003) *The Purpose of Intervention*. Ithaca: Cornell University Press.
- Fischman, G.; McLaren, P. (2005) Rethinking Critical Pedagogy and the Gramscian and Freirean Legacies: From Organic to Committed Intellectuals or Critical Pedagogy, Commitment, and Praxis. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*. 5(4), pp.425-447.
- Forgacs, D. (1988) *A Gramsci reader*. Londres: Lawrence and Wishhart.
- Foucault, M. (1977) *Discipline and punish: the birth of the prison*. Harmondsworth: Penguin.
- Foucault, M.; Gordon, C. (eds.). (1980) *Power/knowledge*. Nova York: Harvester Wheatsheaf.
- Foucault, M.; [et al]. (1988) *Politics, philosophy, culture: Interviews and Other Writings, 1977-1984*. Nova York: Routledge.
- Foucault, M.; Sennellart, M. (eds.). (2004) *Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Gallimard.
- Friedrichs, J. (2004) *European approaches to international relations theory*. Nova York: Routledge.
- Fukuyama, F. (1992a) The End of History. *National Interest*, 16, pp. 3-18.
- Fukuyama, F. (1992b) *The End of History and the Last Man*. Nova York: Free Press.
- Gaddis, J. (1992) International Relations Theory and the End of the Cold War. *International Security*. 17(3), p.5-58
- Gallarotti, G. (2010) *Cosmopolitan power in international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- George, J. (2012) «International Relations Theory in an Age of Critical Diversity». In Devetak, R. [et al]. *An Introduction to International Relations*, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 22-34.
- Germain, R.; Kenny, M. (1998) Engaging Gramsci: international relations theory and the new Gramscians. *Review of International Studies*. 24(1), pp.3-21.
- Gill, S. (ed.). (1993) *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gilpin, R. (1981) *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goldstein, J.; Pevehouse, J. (2013) *International relations*. 10^a ed. Boston: Pearson Longman.
- Gore, J. (1998) «Disciplining Bodies: On the Continuity of Power Relations in Pedagogy». In Popkewitz, T.; Brennan, M. (eds.). *Foucault's Challenge, Discourse, Knowledge, and Power in Education*. Nova York: Teachers College Press. pp. 231-252.
- Gramsci, A. (1980) *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el estado moderno*. Madrid: Ediciones Nueva Madrid.
- Gramsci, A. [et al]. (1971) *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. Nova York: International Publishers.
- Grieco, J. (1988) Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism. *International Organization*. 42(3), p.485-508
- Grieco, J. (1990) *Cooperation among nations*. Ithaca, NY.: Cornell University Press.
- Griffiths, M. (2007) *International relations theory for the twenty-first century*. Londres: Routledge.
- Griffiths, M.; O'Callaghan, T. (2002) *International Relations: the key concepts*. Nova York: Routledge.

- Grovogui, S. (2013) «Postcolonialism». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press; pp.247-265.
- Habermas, J. (1984) *The Theory of Communicative Action*, Vol.1. Boston: Beacon Press
- Habermas, J. (1987) *The theory of communicative action*, Vol. 2. Cambridge: Polity Press.
- Hall, J.; Schroeder, R. (2006) *An anatomy of power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Henn, M. [et al]. (2006) *A short introduction to social research*. Londres: Sage.
- Hoffmann, S. (1977) «An American Social Science: International Relations». In Holton, G. [et al]. *Discoveries and interpretations - studies in contemporary scholarship*. Cambridge, Mass: American Academy of Arts and Sciences. pp. 41-60.
- Holsti, K.J. (1985) *The dividing discipline: hegemony and diversity in international theory*. Boston: Allen & Unwin.
- Holzgrefe, J. (1989) The origins of modern international relations theory. *Review of International Studies*. 15(1), pp.11-26.
- Hopf, T. (2002) *Social construction of international politics*. Ithaca, NY.: Cornell University Press.
- Hurd, I. (2008) «Constructivism». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, pp. 298-316.
- Inoguchi, T. (2009) «Japan, Korea, and Taiwan, Are one hundred flowers about to blossom?». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 86-102.
- Ives, P. (2004) *Language and hegemony in Gramsci*. Londres: Pluto Press.
- Ikenberry, G.J. (2001) *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major War*. Princeton: Princeton University Press.
- Jabri, V. (2008) «Reflections on the study of International Relations». In Salmon, T.; Imber, M. (eds.). *Issues in International Relations*, 2^a ed. Londres: Routledge. pp. 11-32.
- Jackson, P.T. (2011) *The conduct of inquiry in international relations*. Londres: Routledge.
- Jackson, P.T.; Jones, J. (2012) «Constructivism». In Devetak, R. [et al]. *An Introduction to International Relations*, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 103-118.
- Jervis, R. (1978) Cooperation Under the Security Dilemma. *World Politics*. 30(2), pp. 167-214.
- Jubas, K. (2010) Reading Antonio Gramsci as a Methodologist. *International Journal of Qualitative Methods*. 9(2), pp.224-239.
- Kant, I. [et al]. (eds.) (1996) [1798]. *Anthropology From A Pragmatic Point Of View*. Carbondale, Ill.: Southern Illinois University Press.
- Kaplan, R. (1993) The hegemony of English in science and technology. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*. 14(1-2), pp.151-172.
- Katzenstein, P. (1996) *The culture of national security: Norms and Identity in World Politics*. Nova York: Columbia University Press.
- Kegley, C. (1993) The Neoidealist Moment in International Studies? Realist Myths and the New International Realities: ISA Presidential Address March 27, 1993 Acapulco, Mexico. *International Studies Quarterly*. 37(2), p.131-146.
- Keohane, R.; Nye, J. (1977) *Power and interdependence*. Boston: Little, Brown and Company.
- Keohane, R. (1982) The demand for international regimes. *International Organization*. 36(2), pp.325-355.

- Keohane, R. (1984) *After hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- Keohane, R.; Nye, J. (1972) *Transnational relations and world politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Keohane, R.; Nye, J. (1987) Power and Interdependence revisited. *International Organization*. 41(4), p.725-753.
- Klein, B. (1988) Hegemony and strategic culture: American power projection and alliance defence politics. *Review of International Studies*. 14(2), p.133-148.
- Koslowski, R.; Kratochwil, F. (1994) Understanding change in international politics: the Soviet empire's demise and the international system. *International Organization*. 48(2), p.215- 247.
- Krasner, S. (ed.) (1983) *International regimes*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kratochwil, F. (1989) *Rules, Norms, and Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kratochwil, F. (1993) The embarrassment of changes: neo-realism as the science of Realpolitik without politics. *Review of International Studies*. 19(1), p.63-80.
- Krippendorff, E. (1989) «The Dominance of American Approaches in International Relations». In Dyer, H.; Mangasarian, L. (eds.). *The Study of International Relations, The State of the Art*, Nova York: Palgrave Macmillan e *Journal of International Studies*, pp. 207-214.
- Kristensen, P.; Nielsen, R. (2013) Constructing a Chinese International Relations Theory: A Sociological Approach to Intellectual Innovation. *International Political Sociology*. 7(1), pp.19-40.
- Kuhn, T. (1970) *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kuru, D. (2016) Who f(ounded) IR: American philanthropies and the discipline of International Relations in Europe. *International Relations*. 31(1), pp.42-67.
- Lakatos, I.; Musgrave, A. (eds.) (1968) *Problems in the philosophy of science*. Amsterdam: North-Holland Pub. Co.
- Lake, D. (2008) «The State and International Relations». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, pp. 41-61.
- Lake, D. (2013) Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. *European Journal of International Relations*. 19(3), pp.567-587.
- Lapid, Y. (1989) The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*. 33(3), p.235-254.
- Lawler, P. (2008) «The Ethics of Postmodernism». In Reus-Smit, C.; Snidal, S. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. pp. 378-390.
- Lawson, S. (2015) *Theories of international relations*. Cambridge: Polity Press.
- Lears, T. (1985) The Concept of Cultural Hegemony: Problems and Possibilities. *The American Historical Review*. 90(3), pp.567-593
- Lebow, R. (1994) The long peace, the end of the cold war, and the failure of realism. *International Organization*. 48(02), p.249-277.
- Lebow, R. (2008) *A Cultural Theory of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lebow, R. (2013) «Classical Realism». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press. pp. 59-76.

- Lebow, R.; Risse-Kappen, T. (1995) *International Relations Theory and the End of the Cold War*. Nova York: Columbia University Press.
- Levy, J. (2013) «Interstate War and Peace». In Carlsnaes, W. [et al]. *Handbook of International Relations*, 2^a ed. Londres: SAGE Publications, pp. 581-606.
- Lijphart, A. (1974) *International Relations Theory: Grand Debates and Lesser Debates*. *International Social Science Journal*. 26 (1), pp. 11-22.
- Linklater, A. (1989) *Beyond realism and Marxism*. Nova York: St. Martin's Press.
- Linklater, A. (1998) *Transformation of Political Community*. Cambridge: Polity Press.
- Linklater, A. (2005) «The English School». In Burchill, S. [et al]. *Theories of International Relations*, 3^a ed. Nova York: Palgrave Macmillan, pp. 84-109.
- Linklater, A. (2007) «Critical Theory». In Griffiths, M. (ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century, An introduction*. Londres: Routledge. 47-59.
- Liu, T. (2016) *Teaching IR to the Global South: Some Reflections and Insights*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 59(2), pp.1-16
- Liu, X. (2016) *Anarchy in the East: Eurocentrism, China-centred geopolitics and uneven and combined development*. *International Politics*. 53(5), pp.574-595.
- Losee, J. (2001) *A historical introduction to the philosophy of science*. 4^a ed. Oxford: Oxford University Press.
- Ludwig, G. (2009) *Governing gender: The integral state and gendered subjection*. In McNally, M; Schwarzmantel, J. (eds.). *Gramsci and global politics. Hegemony and resistance*. New York, NY: Routledge. pp. 93–106.
- Lyotard, J. (1984) *The Postmodern Condition*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Lyotard, J. (1991) *The Inhuman: Reflections on Time*. Cambridge: Polity Press.
- MacMillan, J. (2007) «Liberal Internationalism». In Griffiths, M. (ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century, An introduction*. Londres: Routledge. pp. 21-34.
- Mansour, I. (2016) *A Global South Perspective on International Relations Theory*. *International Studies Perspectives*. 1(1), pp.2-3.
- Maliniak, D. [et al]. (2011) *International Relations in the US Academy*. *International Studies Quarterly*. 55(2), pp.437-464.
- Mann, M. (1986-2013) *The Sources of Social Power*. 4 vols. Cambridge: Cambridge University Press
- March, J.; Olsen, J. (1984) *The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life*. *American Political Science Review*. 78, pp. 734–749.
- Mayo, P. (2015) *Hegemony and education under Neoliberalism, Insights from Gramsci*. Nova York: Routledge.
- McNally, M.; Schwarzmantel, J. (2009) *Gramsci and Global Politics, Hegemony and resistance*. Nova York: Routledge.
- Mearsheimer, J. (1994) *The False Promise of International Institutions*. *International Security*. 19(3), pp. 5-49
- Mearsheimer, J. (2001) *The tragedy of Great Power politics*. Nova York: Norton
- Mearsheimer, J. (2013) «Structural Realism». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 77-93.
- Mearsheimer, J.; Walt, S. (2013) *Leaving theory behind: Why simplistic hypothesis testing is bad for International Relations*. *European Journal of International Relations*. 19 (3), pp. 427-457.

- Mendes, P. (2013), A invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e a Política das RI. Cepese Working Papers, pp.1-38.
- Mercier, T. (2016) Resisting Legitimacy: Weber, Derrida, and the Fallibility of Sovereign Power. *Global Discourse*. 6(3), pp.374-391.
- Milner, H. (1991) The assumption of anarchy in international relations theory: a critique. *Review of International Studies*. 17(1), pp.67-85
- Mishra, M. (2016): Kautilya's Arthashastra: Restoring its Rightful Place in the Field of International Relations, *Journal of Defence Studies*. 10(2), pp. 77-109.
- Moolakkattu, J. (2009) Robert W. Cox and Critical Theory of International Relations. *International Studies*. 46(4), pp.439-456.
- Moravcsik, A. (2008) «The New Liberalism». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, pp. 234-254.
- Morera, E. (1990) Gramsci's Historicism. Nova York: Routledge.
- Morgenthau, H. (1946) *Scientific Man vs. Power Politics*. Chicago: Chicago University Press.
- Morgenthau, H. (1948) *Politics among nations*. Nova York: Knopf.
- Murphy, C. (1998) Understanding IR: understanding Gramsci. *Review of International Studies*. 24(3), pp.417-425.
- Nandy, A. (1983) *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self Under Colonialism*. Nova Deli: Oxford University Press.
- Neumann, I.; Wæver, O. (1997) *The future of international relations*. Londres: Routledge.
- Nola, R. (1998) Knowledge, discourse, power and genealogy in Foucault. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*. 1(2), pp.109-154.
- Nye, J. (1994) *Soft Power*. Nova York: Public Affairs
- O'Hagan, J. (2002) *Conceptualizing the West in international relations*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave.
- Orduna-Malea, E. [et al]. Methods for estimating the size of Google Scholar. *Scientometrics*. 104(3), pp. 931-949.
- Ofuho, C. (2009) «Africa, Teaching IR where it's not supposed to be». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*, Nova York: Routledge. pp. 71-85.
- Onuf, N. (1989) *World of our making*. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press.
- Onuf, N. (1997) «A Constructivist Manifesto». In Burch, K.; Denemark, A. (eds.). *Constituting International Political Economy*. Boulder, Co: Lynne Rienner. pp. 7-17.
- Onuf, N. (2013) *Making Sense, Making Worlds: Constructivism in Social Theory and International Relations*. Hoboken, NJ.: Taylor and Francis.
- Osiander, A. (2001) Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth. *International Organization*. 55(2), pp.251-287.
- Panitch, L. (1994) «Globalization and the State». In Panitch, L.; Milliband, R. (eds.). *The Socialist Register: Between Globalism and Nationalism*. Londres: Merlin. pp. 60-93.
- Panitch, L. (2000) The New Imperial State. *New Left Review*. 2(2), pp.5-20.

- Patton, P.; Smith, T. (eds.) (2001) Jacques Derrida: Deconstruction engaged: the Sydney seminars. Sydney: Power Publications.
- Philips, A. (2007) «Constructivism». In Griffiths, M. (ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century, An introduction*. Londres: Routledge. pp. 60-74.
- Popkewitz, T.; Brennan, M. (1998) «Restructuring of Social and Political Theory in Education: Foucault and a Social Epistemology of School Practices». In Popkewitz, T.; Brennan, M. (eds.) *Foucault's Challenge, Discourse, Knowledge, and Power in Education*. Nova York: Teachers College Press. pp. 3-38.
- Preston, J. [et al]. (2000) *The worst enemy of science? Essays in Memory of Paul Feyerabend*. Nova York: Oxford University Press.
- Proudhon, P. [et al]. (1994) [1840]. *What is Property*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Puchala, D. (2003) *Theory and History in International Relations*. Nova York: Routledge.
- Qin, Y. (2007) Why is there no Chinese international relations theory?. *International Relations of the Asia-Pacific*. 7(3), pp.313-340.
- Rengger, N.; Thirkell, B. (2007) *Critical International Relations Theory after 25 years*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Reus-Smit, C. (2005) «Constructivism». In Burchill, S. [et al]. *Theories of International Relations*, 3ª ed. Nova York: Palgrave Macmillan. pp. 188-212.
- Richardson, J. (2008) «The Ethics of Neoliberal Institutionalism». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. pp. 222-233.
- Richardson, J. (2012) «Liberalism». In Devetak, R. [et al]. *An Introduction to International Relations*, 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 48-61.
- Rigueira, P. (2012) *Relações Internacionais como disciplina. Relações Internacionais*. 36, pp. 23-46.
- Roach, S. (2013) «Critical Theory». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3ª ed. Oxford: Oxford University Press. pp. 171-186.
- Rogers, R. [et al]. (2005) *Critical Discourse Analysis in Education: A Review of the Literature*. *Review of Educational Research*. 75 (3), pp. 365-416.
- Ruggie, J. (1982) International regimes, transactions, and change. *International Organization*. 36(2), pp. 379-415.
- Ruggie, J. (1998) What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*. 52(4), pp.855-885.
- Russett, B. (2013) «Liberalism». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3ª ed. Oxford: Oxford University Press. pp. 94-113.
- Ryan, A. (2006) «Post-Positivist Approaches to Research». In Antones, M. [et al]. *Researching and Writing your thesis: a guide for postgraduate students*. Maynooth : NUI Maynooth. pp. 12-26.
- Said, E. (1978) *Orientalism*. Londres: Penguin.
- Sariolghalam, M. (2009) «Iran, Accomplishments and limitations in IR». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 158-171.
- Schenoni, L.; Escudé, C. (2016) *Peripheral Realism Revisited*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 59(1), pp.1-18.

- Schmidt, B. (1998) *The Political Discourse of Anarchy*. Albany: State University of Nova York Press.
- Schmidt, B. (2013) «On the History and Historiography of International Relations». In Carlsnaes, W. [et al]. *Handbook of International Relations*, 2^a ed. Londres: SAGE Publications, pp. 3-28.
- Schoeman, M. (2009) «South Africa, Between history and a hard place». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 53-70.
- Schweller, R. (1999) Forum: Fantasy theory. *Review of International Studies*. 25(1), pp. 147-150.
- Sergounin, A. (2009) «Russia, IR at a crossroad»s. In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 223-241.
- Shani, G. (2008) Toward a Post-Western IR: the Umma, Khalsa Panth, and critical international relations theory. *International Studies Review*. 10, pp. 722-34.
- Shapcott, R. (2008) «Critical Theory». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. pp. 327-345.
- Showstack Sassoon A. (2005) «Intimations of a Gramscian approach to global civil society». In Germain, R.; Kenny, M. (eds). *The Idea of Global Civil Society: Politics and Ethics in a Globalizing Era*. London: Routledge. pp. 35–46.
- Sil, R.; Katzenstein, P. (2010) *Beyond paradigms*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Simmola, H. [et al]. (1998) «A Catalog of Possibilities: Foucaultian History of Truth and Education Research». In Popkewitz T.; M. Brennan, (ed.). *Foucault's Challenge, Discourse, Knowledge, and Power in Education*. Nova York: Teachers College Press. pp. 64-90.
- Slaughter, A. (2011) «International Relations, Principal Theories». In Wolfrum, R. (ed.). *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, Vol. 6. Nova York: Oxford University Press. pp.129-157.
- Smith, S. (1987) Paradigm Dominance in International Relations: The Development of International Relations as a Social Science. *Millennium: Journal of International Studies*. 16(2), pp.189-206.
- Smith, S. (1989) «Dominance in International Relations: The Development of International Relations as a Social Science». In Dyer, H.; Mangasarian, L. (eds.). *The Study of International Relations, The State of the Art*. Nova York: Palgrave Macmillan e *Journal of International Studies*. pp. 3-27.
- Smith, S. (2000) The Discipline of International Relations: Still an American Social Science?. *The British Journal of Politics and International Relations*. 2(3), pp.374-402.
- Smith, S. (2008) «Six Wishes for a More Relevant Discipline of International Relations». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. pp. 725-732.
- Smith, S. (2013) «Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press. pp. 1-9.
- Snyder, G. (1997) *Alliance politics*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
- Stein, A. (2008) «Neoliberal Institutionalism». In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. pp. 201-221.
- Stein, R.; Rosecrance, A. (1993) *The Domestic Bases of Grand Strategy*. Ithaca, N.Y: Cornell University Press.
- Sterling-Folker, J. (2013) «Neoliberalism». In Dunne, T. [et al]. *International Relations Theories*, 3^a ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 114-131.

- Stoddart, M. (2007) *Ideology, Hegemony, Discourse: A Critical Review of Theories of Knowledge and Power*. *Social Thought and Research*. 28, pp.191-225.
- Sutch, P.; Elias, J. (2007) *International Relations: The Basics*. Londres: Routledge
- Tadjbakhsh, S. (2010) «International relations theory and the Islamic worldview». In Acharya, A.; Buzan, B. (eds.). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*. Nova York: Routledge. pp. 174-196.
- Tickner, A. (2009) «Latin America, Still policy dependent after all these years?». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 32-52.
- Thomas, P. (2009) *The Gramscian moment*. Boston: Brill.
- Tsygankov, A. (2008) *Self and Other in International Relations Theory: Learning from Russian Civilizational Debates*. *International Studies Review*. 10(4), pp.762-775.
- Tsygankov, A.; Tsygankov, P. (2010) «Russian Theory of International Relations». In Denmark, R. (ed.). *International Studies Encyclopedia*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell Publishers. pp. 6375-6387.
- Turton, H. (2015) *International relations and American dominance*. Londres: Routledge.
- Van Dijk, T. (1985) *The handbook of discourse analysis*. 4 vols. Londres: Londres Academic Press.
- Van Dijk, T. (1989) *Discourse and literature*. Amsterdam: John Benjamins.
- Van Dijk, T. (1993) *Principles of Critical Discourse Analysis*. *Discourse & Society*. 4(2), pp.249-283.
- Van Dijk, T.A. (2001) «Multidisciplinary CDA: A Plea for Diversity». In Wodak, R.; Meyer, M. (eds.). *Methods of Critical Discourse Analysis*, Londres: Sage. pp. 95–120.
- Van Dijk, T. (2008) *Discourse and power*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Van Dijk, T. (2014) *Discourse and knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press
- Vasquez, J. (1998) *The Power of Power Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vasquez, J. (2004) *The Power of Power Politics*. 2ª. ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Villani, A. (2001) *Filosofia da ciência e ensino da ciência: uma analogia*. *Ciência & Educação*. 7(2), pp.169-181.
- Viotti, P.; Kauppi, M. (2012) *International Relations Theory*, 5ª ed. Boston: Longman
- Wæver O. (1996) «The rise and fall of the inter-paradigm debate». In Smith, S. [et al]. *Positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 149-185.
- Wæver, O. (2005) «The constellation of securities in Europe». In Rosenau, J.; Aydinli, E. (eds.). *Globalization, security, and the nation-state: paradigms in transition*. Nova York: State University of Nova York Press. pp. 151-174.
- Walker, T. (2010) *The Perils of Paradigm Mentalities: Revisiting Kuhn, Lakatos, and Popper*. *Perspectives on Politics*. 8(2), pp.433-451.
- Walt, S. (1998) *International Relations: One World, Many Theories*. *Foreign Policy*. 110, p.29-46
- Waltz, K. (1959) *Man, the state, and war*. Nova York: Columbia University Press.
- Waltz, K. (1979) *Theory of international politics*. Nova York: McGraw-Hill.
- Waltz, K. (1991) *America's Model for the World? A Foreign Policy Perspective*. *Political Science and Politics*. 24(4), pp. 667-670.

- Wang, Y. (2009) «China, Between copying and constructing». In Tickner, A.; Wæver, O. (eds.). *International Relations Scholarship around the World*. Nova York: Routledge. pp. 103-119.
- Weber, C. (1998) Performative States. *Millennium: Journal of International Studies*. 27 (1), pp. 77-95.
- Weiss, G.; Wodak, R. (eds.) (2003) *Critical Discourse Analysis*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Weldes, J. (1999) *Constructing national interests*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wendt, A. (1987) The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*. 41(3), pp.335-370.
- Wendt, A. (1992) Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*. 46(2), pp.391-425.
- Wendt, A. (1999) *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wight, C. (2009) «Philosophy of Social Science and International Relations». In Carlsnaes, W. [et al]. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications. pp. 23-51.
- Wight, M. (1991) *International Theory: The Three Traditions*. Leicester: Leicester University Press.
- Wight, M. (1995) *Power politics*. 3^a ed. Londres: Leicester University Press.
- Winter, J.; Zadpoor, A.; Dodou, D. (2014) The Expansion of Google Scholar Versus Web of Science: A Longitudinal Study. *Scientometrics*. 98 (2), pp. 1547-1565.
- Wodak, R. (2009) «Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. In Wodak, R.; Meyer, M. (eds). *Methods for Critical Discourse Analysis*. 2^a ed., Londres: Sage. pp. 1-33.
- Wodak, R. (2011) *The discourse of politics in action*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Wodak, R. (2015) «Critical Discourse Analysis, Discourse-Historical Approach». In Tracy, K. (ed.). *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction*. pp. 1-14.
- Wodak, R.; Meyer, M. (2001) *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage.
- Wodak, R.; Meyer, M. (2009) *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2^a ed. Londres: Sage.
- Wohlforth, W. (1995) Realism and the end of the Cold War. *International Security*, 19(3), pp.91–129.
- Wohlforth, W. (2008) «Realism. In Reus-Smit, C.; Snidal, D. (eds.). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. pp. 131-149.
- Young, R. (2003) *Postcolonialism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Zehfuss, M. (2013) «Critical Theory», Poststructuralism, and Postcolonialism. In Carlsnaes, W. [et al]. *Handbook of International Relations*, 2^a ed. Londres: SAGE Publications. pp. 145-169.

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS ONLINE

"anarquia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/anarquia> [Consultado em 5 Nov. 2016].

"anarquia", in Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora. Infopédia, Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/anarquia> [Consultado em 1 Nov. 2016].

"anarquia", in Figueiredo, C. (1913) Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Dicionário Aberto. Disponível em: <http://www.dicionario-aberto.net/dict.pdf> [Consultado a 1 Nov. 2016].

"paradigma", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/paradigma> [Consultado a 7 de Março de 2017]

Antoniades, A. (2008) From 'Theories of Hegemony' to 'Hegemony Analysis' in International Relations. In 49th Annual Convention of the International Studies Association. Disponível em: http://sro.sussex.ac.uk/2175/1/Hegemony_in_International_Relations_AA_ISA_%2829.pdf [Consultado a 8 Mai. 2017].

Bieler, A.; Morton, A. (2003) Theoretical and Methodological Challenges of neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy. In International Gramsci Society Disponível em: http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/bieler_morton.shtml [Consultado a 25 Fev.2017]

Booth, K. (2017) Requiem for a Realist. In Foreign Policy. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2013/05/16/requiem-for-a-realist> [Consultado a 16 Jun. 2017].

Buranyi, S. (2017) Is the staggeringly profitable business of scientific publishing bad for science?. In The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2017/jun/27/profitable-business-scientific-publishing-bad-for-science> [Consultado a 28 Jun. 2017].

Dunleavy, P. (2011) The Research Excellence Framework is lumbering and expensive. For a fraction of the cost, a digital census of academic research would create unrivalled and genuine information about UK universities' research performance. In Impact of Social Sciences. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2011/06/10/ref-alternative-harzing-google-scholar> [Consultado a 11 Jun. 2017].

Google Scholar (2017). Disponível em: <https://scholar.google.pt> [Consultado a 25 Abr. 2017].

Harzing, A. (2016). Publish or Perish. Harzing.com. Disponível em: <http://www.harzing.com/resources/publish-or-perish> [Consultado a 20 Out. 2016].

Harzing, A. (2017) How to use Publish or Perish effectively?. <https://harzing.com>. Disponível em: https://harzing.com/download/ahss_aft_usecases.pdf [Consultado a 14 Fev. 2017].

Kumar, S. (2015) Theorising Chinese International Relations and Understanding the Rise of China: A Preliminary Investigation. In ISA Global South Caucus Conference. Singapore. Disponível em:

<http://web.isanet.org/Web/Conferences/GSCIS%20Singapore%202015/Archive/31650e-de-d07e-41a9-aafd-62808c765cbb.pdf> [Consultado a 13 Fev. 2017].

Larivière, V.; Haustein S.; Mongeon, P. (2015) The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. In PLoS ONE 10(6): e0127502. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502> [Consultado a 30 Mar. 2017].

LSE Blog (2012) Five minutes with Anne-Wil Harzing. In Impact of Social Sciences. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/51912/1/blogs.lse.ac.uk-Five_minutes_with_AnneWil_Harzing_An_Italian_newspaper_used_Publish_or_Perish_to_compare_the_academic.pdf [Consultado a 20 Abr. 2017].

Maliniak, D. [et al.] (2014) TRIP 2014 Faculty Survey. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations. Disponível em: <https://trip.wm.edu/charts> [Consultado a 1 Nov. 2016].

McGuigan, G.; Russell, R. (2008) The Business of Academic Publishing: A Strategic Analysis of the Academic Journal Publishing Industry and its Impact on the Future of Scholarly Publishing. In Electronic Journal of Academic and Special Librarianship, 9 (3). Disponível em:

http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan_g01.html

[Consultado a 15 Mar 2017].

Moravcsik, A. (2010) Liberal Theories of International Relations: A Primer. Disponível em: www.princeton.edu/~amoravcs/library/primer.doc [Consultado a 29 Nov. 2016].

Oxfordislamicstudies.com. (2017) Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com> [Consultado a 12 Mar. 2017].

Packalén, S. (2005) The Idealised and Naturalistic View of Reality: Early 20th Century German Literature Laureates ". In Nobelprize.org. Nobel Media AB 2014. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/themes/literature/s-packalen2/ (Consultado a 30 Jun. 2017)

Paulson, S. (2016) Critical Intimacy: An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. In Los Angeles Review of Books. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/critical-intimacy-interview-gayatri-chakravorty-spivak> [Consultado a 28 Abr. 2017].

Puplett, D. (2012) Book Review: The Publish or Perish Book. In Impact of Social Sciences. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/01/14/book-review-the-publish-or-perish-book/> [Consultado 21 Abr. 2017].

Qin, Y. (2016) Recent Developments toward a Chinese School of IR Theory. In E-International Relations. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2016/04/26/recent-developments-toward-a-chinese-school-of-ir-theory/> [Consultado a 29 Jan. 2017].

Reagan, R. (1983). Evil Empire Speech. In Miller Center. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-8-1983-evil-empire-speech> [Consultado a 21 Nov. 2016].

Reuters. (2011). Arab League calls on U.N. to impose Libya no-fly zone. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-libya-arabs/arab-league-calls-on-u-n-to-impose-libya-no-fly-zone-idUSTRE72B1FI20110312> [Consultado a 21 Jun. 2017].

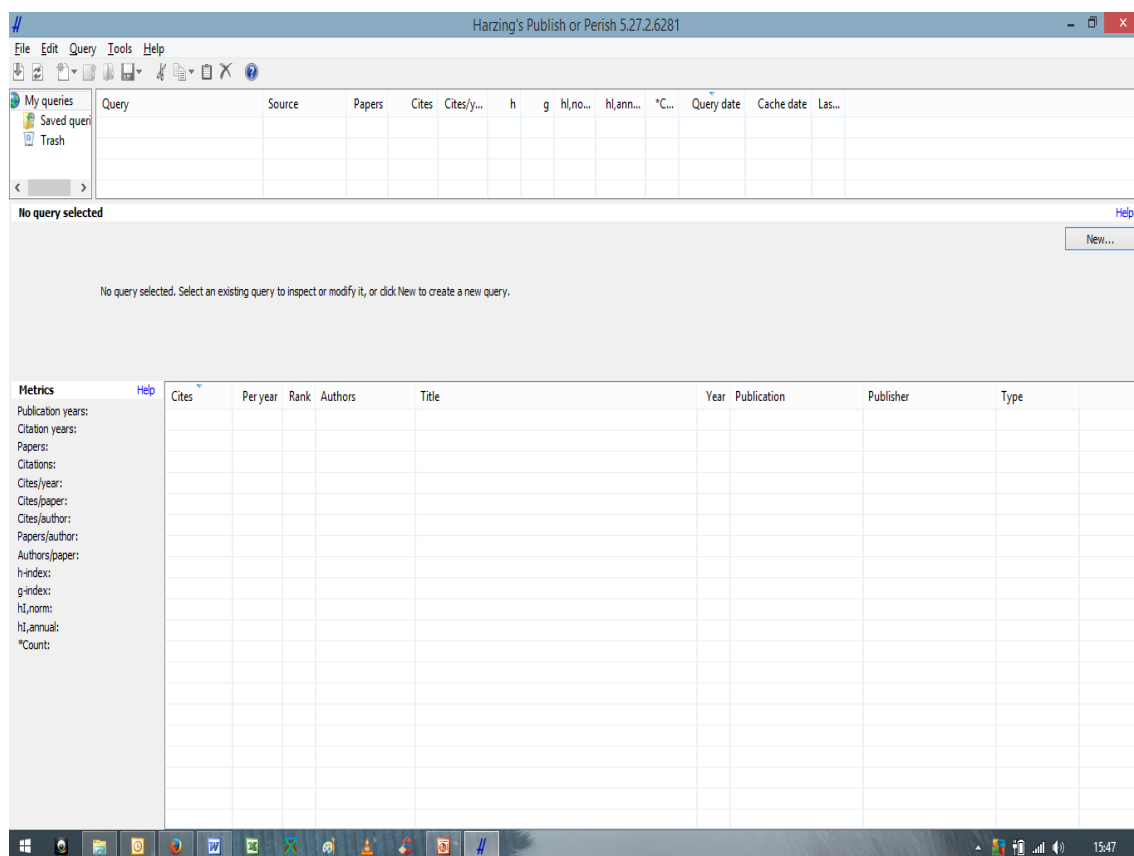
Walt, S. (2011) Is IR Still “An American Social Science”? In Foreign Policy. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/06/06/is-ir-still-an-american-social-science/> [Consultado a 18 Jan. 2017].

Walt, S. (2014) How to Get a B.A. in International Relations in 5 Minutes. In Foreign Policy. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2014/05/19/how-to-get-a-b-a-in-international-relations-in-5-minutes/> [Consultado a 30 Out. 2016].

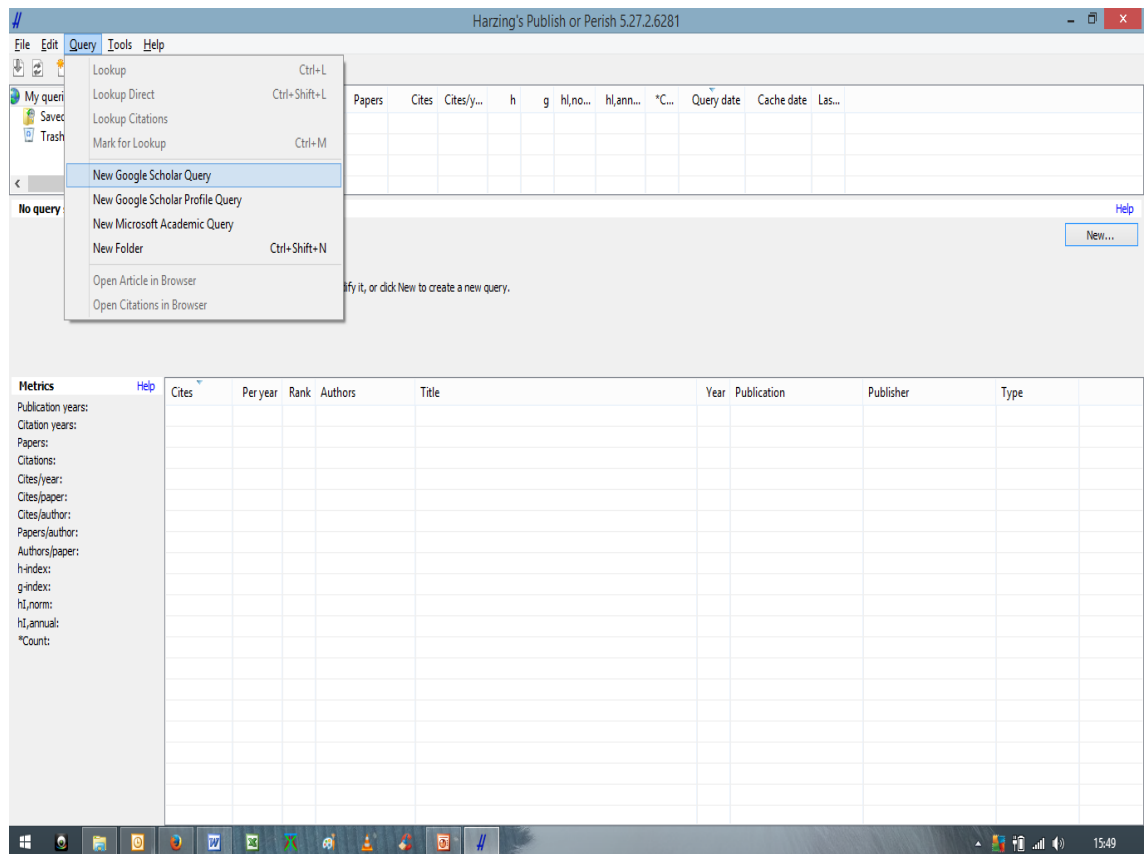
ANEXOS

A - Replicar pesquisa no software “Publish or perish”

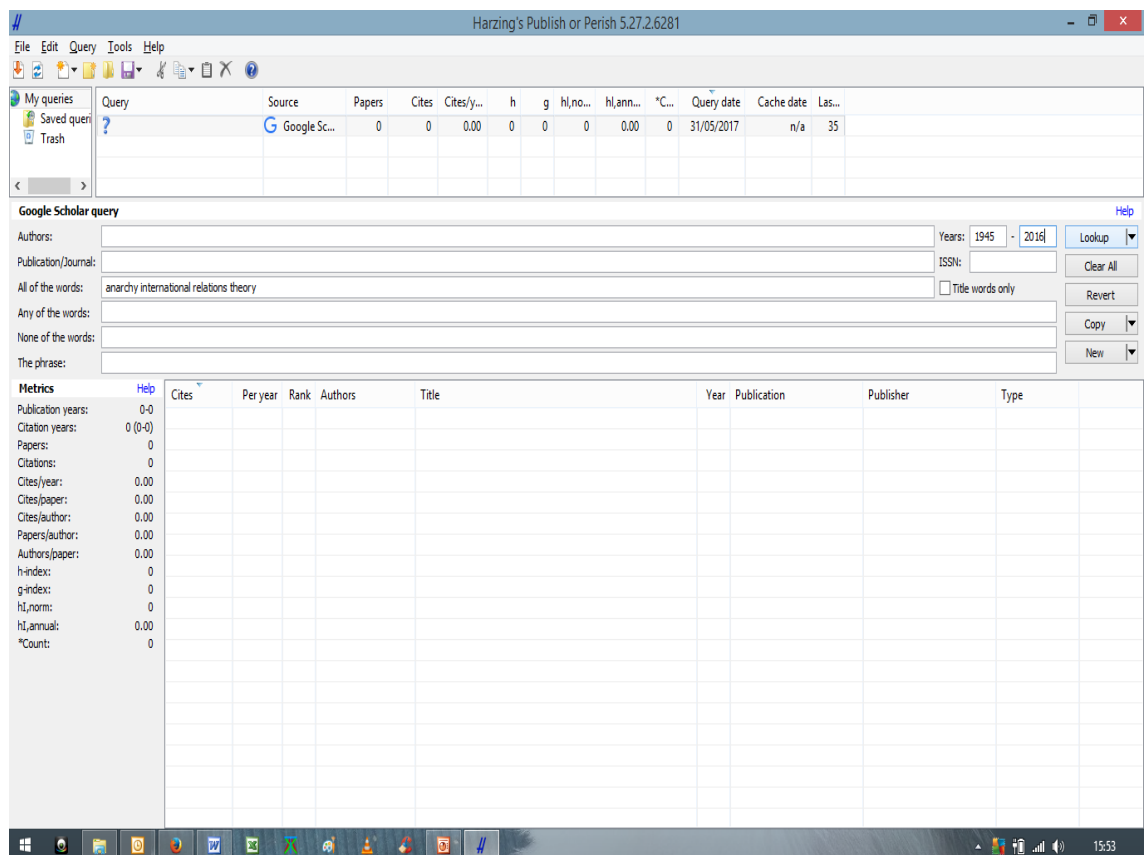
1 – Rosto de página online do software



2 – Seleção de pesquisa



3 – Definição da pesquisa (e.g. “anarchy international relations theory”)



4 – Progresso da pesquisa (até aos 1000 resultados)

Harzing's Publish or Perish 5.27.2.6281

File Edit Query Tools Help

My queries: Saved queries Trash

Query: anarchy international relations theory Source: Google Scholar

Papers: 40 Cites: 41567 Cites/y: 1093.87 h: 40 g: 40 hl, no.: 39 hl, ann.: 1.03 *C: 36 Query date: 31/05/2017 Cache date: n/a Las: 35

Google Scholar query

Authors: Years: 1945 - 2016 Lookup

Publication/Journal: ISSN: Clear All

All of the words: anarchy international relations theory Title words only Revert

Any of the words: Copy

None of the words: New

The phrase:

Metrics Help

Publication years: 1979-2016 Cites: 41567 Per year: 251.56* Rank: 28 Authors: A Wendt

Citation years: 38 (1979-2017) Papers: 40 Cites/year: 1093.87 Cites/paper: 1039.18 Cites/author: 38202.74 Papers/author: 33.92 Authors/paper: 1.48 h-index: 40 g-index: 40 hl, norm: 39 hl, annual: 1.03 *Count: 36

Query in Progress

Please wait while the query is being processed.

Querying anarchy international relations theory from 1945 to 2016 [Google Scholar]

40 out of maximum 1000 results so far; limiting the request rate...

Estimated time remaining: 3:12

Current request: 8/4/2rpm 2/10m 2/h 2/4h 5178 total

Overall progress: 8/4/2rpm 2/10m 2/h 2/4h 5178 total

Neorealism and its Critics 1986

The promise of constructivism in international relations the... 1998 International security MIT Press

Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate 1993 Columbia University Press

The territorial trap: the geographical assumptions of interna... 1994 Review of international p... Taylor & Francis

Introduction to international relations: theories and approac... 2015 books.google.com

International relations: one world, many theories 1998 Foreign policy JSTOR

International law and international relations theory: A new g... 1998 American Journal of Inter... JSTOR

Theories of international relations 2013 books.google.com

Delegation and agency in international organizations 2006 books.google.com

Absolute and Relative Gains in International Relations Theory. 1991 American Political Scienc... Cambridge Univ Press

Exploring the nature of the beast: international relations the... 1996 JCMS: Journal of Commo... Wiley Online Library

International law and international relations theory: a dual a... 1993 The American Journal of L... JSTOR

International relations theory and the end of the Cold War 1992 International Security JSTOR

5 – Pesquisa Completa e pronta a exportar para formato Excel

Harzing's Publish or Perish 5.27.2.6281

File Edit Query Tools Help

My queries: Saved queries Trash

Query: anarchy international relations theory Source: Google Scholar

Papers: 996 Cites: 446605 Cites/y: 6290.21 h: 318 g: 644 hl, no.: 294 hl, ann.: 4.14 *C: 606 Query date: 31/05/2017 Cache date: 31/05/2017 Las: 0

Google Scholar query

Authors: Years: 1945 - 2016 Lookup

Publication/Journal: ISSN: Clear All

All of the words: anarchy international relations theory Title words only Revert

Any of the words: Copy

None of the words:

The phrase:

Metrics Help

Publication years: 1946-2016 Cites: 446605 Per year: 2333.86* Rank: 226 Authors: KN Waltz

Citation years: 71 (1946-2017) Papers: 996 Cites/year: 6290.21 Cites/paper: 448.40 Cites/author: 384494.42 Papers/author: 875.26 Authors/paper: 1.30 h-index: 318 g-index: 644 hl, norm: 294 hl, annual: 4.14 *Count: 606

As CSV

As CSV with Header

For Excel

For Excel with Header

As BibTeX

As EndNote

As ISI/WoS Export

As JSON

As RIS/RefManager

As APA Reference

As Chicago Reference

As CSIRO Reference

As Harvard Reference

As MLA Reference

As Vancouver Reference

Metrics as CSV

Metrics as CSV with Header

Metrics for Excel

Metrics for Excel with Header

Theory of international politics 2010 books.google.co

Activists beyond borders: Advocacy networks in internation... 2014 books.google.co

Social theory of international politics 1999 books.google.co

Political science and the three new institutionalisms 1996 Political studies journals.sagepub

Anarchy is what states make of it: the social construction of ... 1992 International organization Cambridge Univ

International norm dynamics and political change 1998 International organization Cambridge Univ

People, states & fear: an agenda for international security st... 2008 books.google.co

Man, the state, and war: A theoretical analysis 2001 books.google.co

The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the st... 1946 libarch.nmu.org

The political economy of international relations 2016 books.google.co

The false promise of international institutions 1994 International security JSTOR

Preferences and power in the European Community: a liber... 1993 JCMS: Journal of Commo... Wiley Online Lib

Back to the future: Instability in Europe after the Cold War 1990 International security JSTOR

Rationalist explanations for war 1995 International organization Cambridge Univ

Regions and powers: the structure of international security 2003 books.google.co

Political theory and international relations 1979 books.google.co

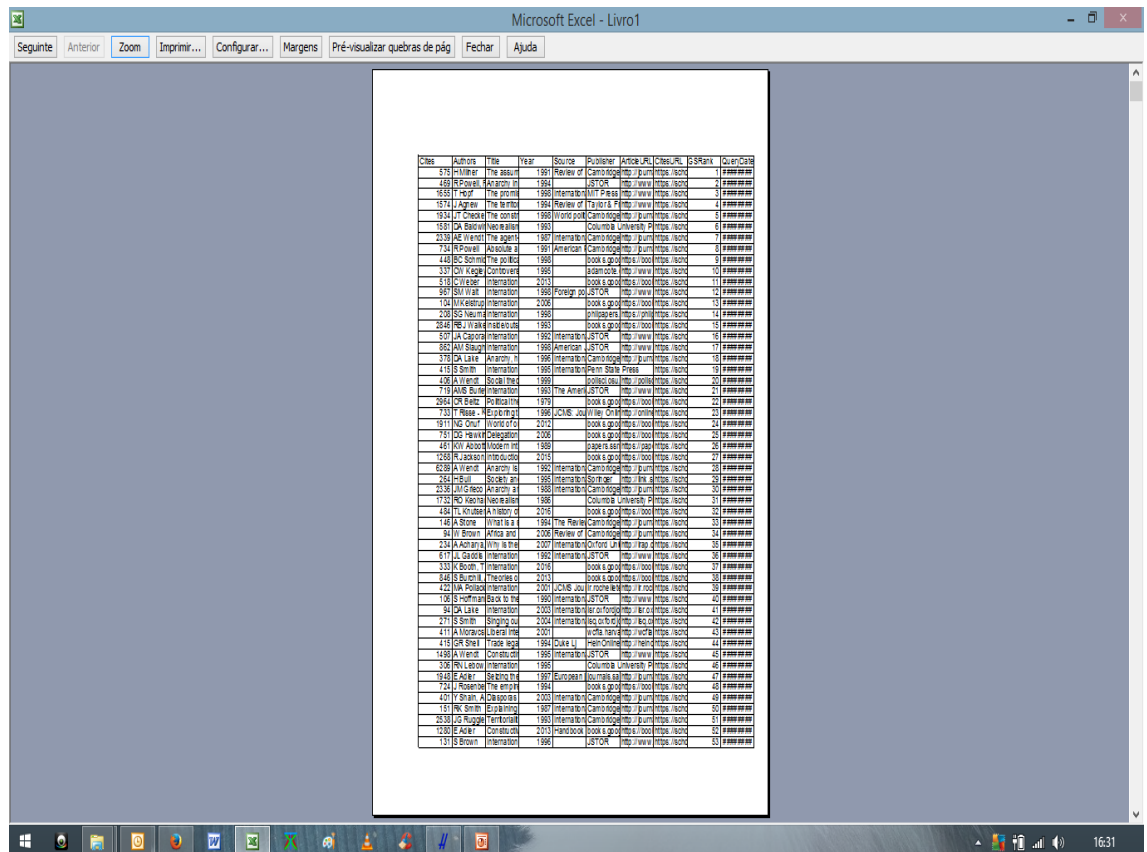
Quasi-states: sovereignty, international relations and the Thi... 1993 books.google.co

Inside/outside: international relations as political theory 1993 books.google.co

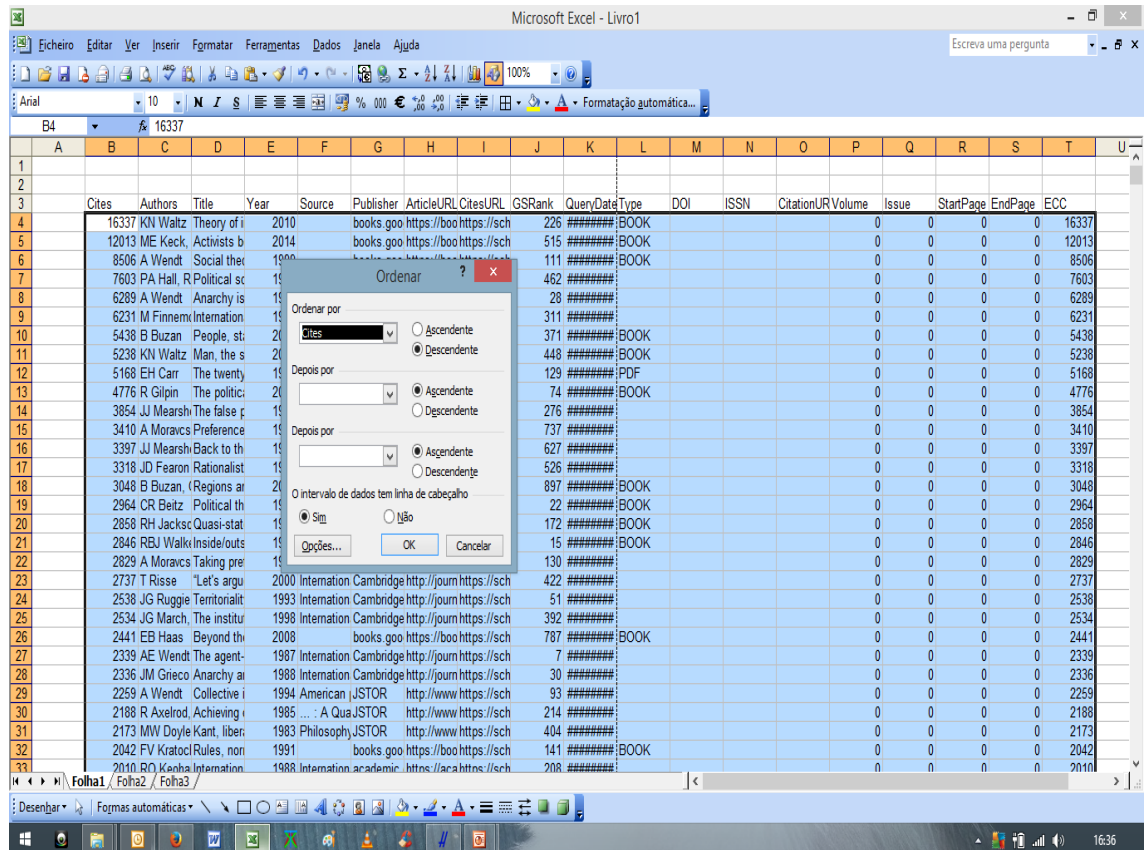
Taking preferences seriously: A liberal theory of internationa... 1997 International organization Cambridge Univ

"Let's argue": communicative action in world politics 2000 International organization Cambridge Univ

6 – Copiar/Colar para tabela Excel



7 – Configuração das colunas para tratamento e análise



8 – Quadro final em Excel com resultados ordenados obtidos

[illegible]

B – QUADRO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Autores com mais de 1000 citações

Identificados por tipo de pesquisa (e.g.. Anarchy+IR Theory) e data

PESQUISA 1 (e.g. Anarchy Realism)			
Pesquisa: Anarchy+IR Theory			
Data: 24.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15498	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11420	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7204	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5895	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5231	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4954	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
4951	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4602	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3309	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
2874	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2861	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2755	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2541	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2458	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2364	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2227	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994

2082	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1975	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1922	SD Krasner	Structural causes and	1982
1903	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1899	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1893	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1888	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1866	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1815	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1785	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1780	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1780	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1723	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1717	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1711	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1711	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1700	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1690	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1663	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1645	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1590	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1507	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1477	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1423	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1380	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1375	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1375	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1369	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1369	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011

1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1331	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1297	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1296	T Nagel	The problem of global justice	2005
1294	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1267	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1261	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1256	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1240	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1223	A Parkhe	“Messy” research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1223	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1223	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1212	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1205	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1203	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1189	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1182	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1178	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1160	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1093	J Donnelly	International human rights	2010
1082	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1058	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1058	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1052	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1049	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1037	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1037	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1030	M Wight	International Theory	1991
1022	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1000	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy Realism			
Data: 24.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano

5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2423	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1824	H Spruyt	The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change	1996
1700	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1663	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1507	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1487	PM Churchland	Scientific realism and the plasticity of mind	1986
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1267	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1205	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1189	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1073	AI Johnston	Cultural realism: Strategic culture and grand strategy in Chinese history	1998
1073	AI Johnston	Cultural realism: Strategic culture and grand strategy in Chinese history	1998
1037	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
Pesquisa: Anarchy Liberalism			
Data: 24.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
17515	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
8024	BR Barber	Strong democracy: Participatory politics for a new age	2003
6535	B Russell	History of Western Philosophy: Collectors Edition	2013
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
3275	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2332	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2146	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2082	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1922	SD Krasner	Structural causes and	1982
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1696	KG Binmore	Game theory and the social contract: just playing	1998
1690	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1663	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1563	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1563	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1507	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1477	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1369	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1340	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1328	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1205	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1071	MW Lewis, K Wigen	The myth of continents: A critique of metageography	1997
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1047	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1037	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1019	MJ Sandel	The procedural republic and the unencumbered self	1984
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
Pesquisa: Anarchy Constructivism			
Data: 24.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1501	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1052	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
Pesquisa: Anarchy Critical Theory			
Data: 24.01.2017			

Citações	Autores	Título	Ano
29782	JS Coleman, JS Coleman	Foundations of social theory	1994
25958	RM Cyert, JG March	A behavioral theory of the firm	1963
25958	RM Cyert, JG March	A behavioral theory of the firm	1963
17515	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
15498	KN Waltz	Theory of international politics	2010
10511	Z Bauman	Liquid modernity	2013
9694	BM Bass, RM Stogdill	Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	1990
9586	HWJ Rittel, MM Webber	Dilemmas in a general theory of planning	1973
9433	JH Ely	Democracy and distrust: A theory of judicial review	1980
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7803	T Eagleton	Literary theory: An introduction	1996
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
4827	RJC Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	2005
4031	SJ Gould	The structure of evolutionary theory	2002
3898	BS Turner	The body and society: Explorations in social theory	2008
3723	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3649	WJT Mitchell	Picture theory: Essays on verbal and visual representation	1995
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3559	CT Mohanty	Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing solidarity	2003
3343	JM Buchanan	The limits of liberty: Between anarchy and Leviathan	1975
3173	M Harris	The rise of anthropological theory: A history of theories of culture	2001
3108	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
3088	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3060	G Ritzer	Sociological theory	1996
2973	E Ostrom	A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997	1998
2916	H Kelsen	General theory of law and state	1945
2874	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2849	LT Hosmer	Trust: The connecting link between organizational theory and philosophical ethics	1995
2844	TJ Scheff	Being mentally ill: A sociological theory	1970
2822	JS Dryzek	Discursive democracy: Politics, policy, and political science	1994
2802	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2796	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2652	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2537	N Fraser	"Post-Socialist'Age	1998

2526	L Hutcheon	A theory of parody: The teachings of twentieth-century art forms	1985
2474	C Barker	Cultural studies: Theory and practice	2003
2337	C Pateman	The disorder of women: Democracy, feminism, and political theory	1989
2313	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2227	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2129	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2084	S Fish	Doing What Comes Naturally: Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary & Legal Studies	1989
2082	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2035	S Lukes	Emile Durkheim, his life and work: a historical and critical study	1985
2027	J Milbank	Theology and social theory: Beyond secular reason	2008
1928	EG Furubotn, S Pejovich	Property rights and economic theory: a survey of recent literature	1972
1917	H Hoang, B Antoncic	Network-based research in entrepreneurship: A critical review	2003
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1879	WG Astley, AH Van de Ven	Central perspectives and debates in organization theory	1983
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1841	TN Gladwin, JJ Kennelly, TS Krause	Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research	1995
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1740	K Dalkir, J Liebowitz	Knowledge management in theory and practice	2011
1721	KE Weick	Theory construction as disciplined imagination	1989
1713	BM Bass, R Bass	The Bass handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	2009
1650	T Eagleton	Criticism and ideology: A study in Marxist literary theory	2006
1615	I Taylor, P Walton, J Young	The new criminology: For a social theory of deviance	2013
1583	DS Madison	Critical ethnography: Method, ethics, and performance	2011
1566	TM Jones, AC Wicks	Convergent stakeholder theory	1999
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1563	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1560	M Shanks, CY Tilley	Re-constructing archaeology: theory and practice	1992
1489	P Selznick	The moral commonwealth: Social theory and the promise of community	1994
1470	RJ Shiller	From efficient markets theory to behavioral finance	2003
1425	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1375	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1362	A Giddens, FR Dallmayr	Profiles and critiques in social theory	1982
1353	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1349	A Bandura	Social cognitive theory of moral thought and action	1991

1347	R Braidotti	Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming	2013
1340	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1324	R Barbour, J Kitzinger	Developing focus group research: politics, theory and practice	1998
1309	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1278	T Luckmann	The invisible religion: The problem of religion in modern society	1967
1265	T Terranova	Free labor: Producing culture for the digital economy	2000
1261	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1223	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1198	D Bannister, F Fransella	Inquiring man: Theory of personal constructs	2013
1197	CL Pearce, JA Conger, EA Locke	Shared leadership theory	2008
1167	V Blasi	The checking value in First Amendment theory	1977
1150	J Storey	Cultural theory and popular culture: An introduction	2015
1133	R Keat, J Urry	Social Theory as Science (Routledge Revivals)	2011
1080	M Shanks, CY Tilley	Social theory and archaeology	1987
1073	RA Posner	Utilitarianism, economics, and legal theory	1979
1059	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
1058	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1052	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1025	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1023	B Fay	Social theory and political practice (RLE social theory)	2014
1021	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1021	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1009	JW Singer	The player and the cards: nihilism and legal theory	1984
Pesquisa: Anarchy Postmodernism			
Data: 24.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3683	S Lash, J Urry	The end of organized capitalism	1987
3088	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3048	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2796	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1676	A Barnard	The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherer lifeways	1998
1676	A Barnard	The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherer lifeways	1998
1517	T Eagleton	The illusions of postmodernism	2013
1353	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000

1193	S Hall	What is this" black" in black popular culture?	1993
1193	S Hall	What is this" black" in black popular culture?	1993
1059	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
Pesquisa: Anarchy Postcolonialism			
Data:			
24.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3344	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
2313	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1985	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1463	H Bhabha	Introduction	2010
1425	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1148	C West	The new cultural politics of difference	1990
1110	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data:			
24.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15624	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11489	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7260	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5275	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4991	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4991	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
4628	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3326	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3289	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3118	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2888	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2882	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2769	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997

2647	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2469	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2373	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2243	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2099	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2083	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1982	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1929	SD Krasner	Structural causes and	1982
1917	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1913	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1907	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1896	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1878	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1830	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1795	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1792	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1735	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1721	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1720	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1713	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1700	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1669	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1661	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1592	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1588	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1520	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1430	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995

1389	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1378	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1378	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1335	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1335	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1305	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1305	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1300	T Nagel	The problem of global justice	2005
1275	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1273	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1263	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1244	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1230	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1227	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1218	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1209	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1208	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1199	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1199	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1183	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1177	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1097	J Donnelly	International human rights	2010
1091	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1068	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1066	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1062	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1056	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1056	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1046	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1043	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1040	M Wight	International Theory	1991
1031	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy Realism			

Data: 24.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1831	H Spruyt	The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change	1996
1713	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1669	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1588	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1520	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1495	PM Churchland	Scientific realism and the plasticity of mind	1986
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1275	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1218	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1208	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1081	AI Johnston	Cultural realism: Strategic culture and grand strategy in Chinese history	1998
1043	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
Pesquisa: Anarchy Liberalism			
Data: 24.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
17600	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
8062	BR Barber	Strong democracy: Participatory politics for a new age	2003
6571	B Russell	History of Western Philosophy: Collectors Edition	2013
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
3289	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2357	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2157	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2099	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2083	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1929	SD Krasner	Structural causes and	1982
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1705	KG Binmore	Game theory and the social contract: just playing	1998
1700	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1669	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1588	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1579	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1520	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1378	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1346	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1338	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1076	MW Lewis, K Wigen	The myth of continents: A critique of metageography	1997
1066	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1052	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1043	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1024	MJ Sandel	The procedural republic and the unencumbered self	1984

Pesquisa: Anarchy Constructivism

Data pesquisa: 24.02.2017

Citações	Autores	Título	Ano
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1782	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1511	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1199	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1069	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999

Pesquisa: Anarchy Postcolonialism

Data:24.02.2017

Citações	Autores	Título	Ano
----------	---------	--------	-----

3374	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
2480	M Todorova	imagining the Balkans	2009
2323	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1997	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1468	H Bhabha	Introduction	2010
1431	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1150	C West	The new cultural politics of difference	1990
1127	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013

Pesquisa: Anarchy Postmodernism

Data:24.02.2017

Citações	Autores	Título	Ano
3699	S Lash, J Urry	The end of organized capitalism	1987
3096	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3061	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2820	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1687	A Barnard	The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherer lifeways	1998
1527	T Eagleton	The illusions of postmodernism	2013
1364	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1327	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1204	S Hall	What is this "black" in black popular culture?	1993
1065	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997

Pesquisa: Anarchy Critical Theory

Data: 24.02.2017

Citações	Autores	Título	Ano
cites	authors	title	year
29964	JS Coleman, JS Coleman	Foundations of social theory	1994
17600	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
15624	KN Waltz	Theory of international politics	2010
10632	Z Bauman	Liquid modernity	2013
9760	BM Bass, RM Stogdill	Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	1990
9675	HWJ Rittel, MM Webber	Dilemmas in a general theory of planning	1973
9455	JH Ely	Democracy and distrust: A theory of judicial review	1980
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7850	T Eagleton	Literary theory: An introduction	1996
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
4855	RJC Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	2005
4053	SJ Gould	The structure of evolutionary theory	2002

3919	BS Turner	The body and society: Explorations in social theory	2008
3751	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3672	WJT Mitchell	Picture theory: Essays on verbal and visual representation	1995
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3366	JM Buchanan	The limits of liberty: Between anarchy and Leviathan	1975
3190	M Harris	The rise of anthropological theory: A history of theories of culture	2001
3123	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
3096	G Ritzer	Sociological theory	1996
3096	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
2997	E Ostrom	A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997	1998
2935	H Kelsen	General theory of law and state	1945
2882	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2863	LT Hosmer	Trust: The connecting link between organizational theory and philosophical ethics	1995
2855	TJ Scheff	Being mentally ill: A sociological theory	1970
2825	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2820	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2663	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2647	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2553	L Hutcheon	A theory of parody: The teachings of twentieth-century art forms	1985
2552	N Fraser	"Post-Socialist'Age	1998
2502	C Barker	Cultural studies: Theory and practice	2003
2348	C Pateman	The disorder of women: Democracy, feminism, and political theory	1989
2323	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2243	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2140	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2099	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2088	S Fish	Doing What Comes Naturally: Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary & Legal Studies	1989
2043	J Milbank	Theology and social theory: Beyond secular reason	2008
2043	S Lukes	Emile Durkheim, his life and work: a historical and critical study	1985
1940	H Hoang, B Antoncic	Network-based research in entrepreneurship: A critical review	2003
1933	EG Furubotn, S Pejovich	Property rights and economic theory: a survey of recent literature	1972
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1882	WG Astley, AH Van de Ven	Central perspectives and debates in organization theory	1983
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1859	TN Gladwin, JJ Kennelly, TS Krause	Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research	1995
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1747	BM Bass, R Bass	The Bass handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	2009
1733	KE Weick	Theory construction as disciplined imagination	1989
1620	I Taylor, P Walton, J Young	The new criminology: For a social theory of deviance	2013
1604	DS Madison	Critical ethnography: Method, ethics, and performance	2011
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1579	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1577	TM Jones, AC Wicks	Convergent stakeholder theory	1999
1567	M Shanks, CY Tilley	Re-constructing archaeology: theory and practice	1992
1500	P Selznick	The moral commonwealth: Social theory and the promise of community	1994
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1490	RJ Shiller	From efficient markets theory to behavioral finance	2003
1464	DA Farber, PP Frickey	Law and public choice: a critical introduction	1991
1431	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1378	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1367	A Giddens, FR Dallmayr	Profiles and critiques in social theory	1982
1367	A Giddens, FR Dallmayr	Profiles and critiques in social theory	1982
1364	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1359	R Braidotti	Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming	2013
1356	A Bandura	Social cognitive theory of moral thought and action	1991
1346	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1327	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1286	T Terranova	Free labor: Producing culture for the digital economy	2000
1267	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1230	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1210	CL Pearce, JA Conger, EA Locke	Shared leadership theory	2008
1170	V Blasi	The checking value in First Amendment theory	1977
1160	J Storey	Cultural theory and popular culture: An introduction	2015
1136	R Keat, J Urry	Social Theory as Science (Routledge Revivals)	2011
1083	M Shanks, CY Tilley	Social theory and archaeology	1987
1069	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1065	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
1062	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985

1030	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1024	B Fay	Social theory and political practice (RLE social theory)	2014
1024	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1009	JW Singer	The player and the cards: nihilism and legal theory	1984
1002	M Poster	Cyberdemocracy: Internet and the public sphere	1997
1000	RA Shweder, RA LeVine	Culture theory: Essays on mind, self and emotion	1984
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 24.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15712	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11561	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8163	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7313	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6044	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5977	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5312	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5292	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5026	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5020	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4645	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3670	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3339	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3306	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3136	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2911	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2889	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2784	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2776	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2688	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2660	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2478	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2453	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2384	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2322	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2249	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2244	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2188	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994

2111	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2090	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1990	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1939	SD Krasner	Structural causes and	1982
1931	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1925	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1916	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1907	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1892	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1875	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1841	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1833	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1802	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1801	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1743	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1733	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1729	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1725	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1715	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1675	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1673	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1597	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1595	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1588	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1525	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1507	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1435	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1426	A Wendt	Constructing international politics	1995
1398	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1382	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1381	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1349	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1341	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1336	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1315	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1308	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998

1306	T Nagel	The problem of global justice	2005
1286	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1285	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1269	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1248	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1232	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1229	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1229	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1222	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1212	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1209	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1207	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1191	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1102	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1100	J Donnelly	International human rights	2010
1072	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1071	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1068	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1062	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1058	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1054	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1049	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1045	M Wight	International Theory	1991
1035	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999

Pesquisa: Anarchy Realism

Data: 24.03.2017

Citações	Autores	Título	Ano
6044	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5977	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5292	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2784	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2453	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2244	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1839	H Spruyt	The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change	1996
1725	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1675	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1595	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1525	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1497	PM Churchland	Scientific realism and the plasticity of mind	1986
1426	A Wendt	Constructing international politics	1995
1349	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1286	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1229	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1222	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1086	AI Johnston	Cultural realism: Strategic culture and grand strategy in Chinese history	1998
1049	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
Pesquisa: Anarchy Liberalism			
Data: 24.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
17665	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
8105	BR Barber	Strong democracy: Participatory politics for a new age	2003
6603	B Russell	History of Western Philosophy: Collectors Edition	2013
6044	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
3306	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2377	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2244	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2188	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2170	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2111	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2090	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1939	SD Krasner	Structural causes and	1982
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1833	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1715	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1712	KG Binmore	Game theory and the social contract: just playing	1998
1595	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1593	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1525	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1507	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1381	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1352	M Arnold	Culture and anarchy	2006

1347	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1088	MW Lewis, K Wigen	The myth of continents: A critique of metageography	1997
1071	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1049	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1025	MJ Sandel	The procedural republic and the unencumbered self	1984
Pesquisa: Anarchy Constructivism			
Data: 24.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8163	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6044	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5292	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2188	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1875	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1793	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1588	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1520	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1426	A Wendt	Constructing international politics	1995
1349	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1207	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1080	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy Postmodernism			
Data: 24.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3705	S Lash, J Urry	The end of organized capitalism	1987
3112	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3068	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2829	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1701	A Barnard	The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherer lifeways	1998
1538	T Eagleton	The illusions of postmodernism	2013
1368	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1348	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1215	S Hall	What is this "black" in black popular culture?	1993

1076	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
Pesquisa: Anarchy Postcolonialism			
Data: 24.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3409	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
2497	M Todorova	imagining the Balkans	2009
2344	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2322	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2012	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1477	H Bhabha	Introduction	2010
1441	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1154	C West	The new cultural politics of difference	1990
1143	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy Critical Theory			
Data: 24.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
30155	JS Coleman, JS Coleman	Foundations of social theory	1994
26225	RM Cyert, JG March	A behavioral theory of the firm	1963
17665	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
15712	KN Waltz	Theory of international politics	2010
10721	Z Bauman	Liquid modernity	2013
9836	BM Bass, RM Stogdill	Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	1990
9775	HWJ Rittel, MM Webber	Dilemmas in a general theory of planning	1973
9475	JH Ely	Democracy and distrust: A theory of judicial review	1980
8163	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7888	T Eagleton	Literary theory: An introduction	1996
7722	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
6044	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5622	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
4882	RJC Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	2005
4069	SJ Gould	The structure of evolutionary theory	2002
3939	BS Turner	The body and society: Explorations in social theory	2008
3790	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3704	WJT Mitchell	Picture theory: Essays on verbal and visual representation	1995
3670	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3640	CT Mohanty	Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing solidarity	2003
3382	JM Buchanan	The limits of liberty: Between anarchy and Leviathan	1975
3199	M Harris	The rise of anthropological theory: A history of theories of culture	2001
3148	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013

3120	G Ritzer	Sociological theory	1996
3112	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3014	E Ostrom	A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997	1998
2954	H Kelsen	General theory of law and state	1945
2889	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2879	LT Hosmer	Trust: The connecting link between organizational theory and philosophical ethics	1995
2869	TJ Scheff	Being mentally ill: A sociological theory	1970
2853	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2829	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
2784	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2688	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2675	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2660	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2582	L Hutcheon	A theory of parody: The teachings of twentieth-century art forms	1985
2569	N Fraser	"Post-Socialist'Age	1998
2539	C Barker	Cultural studies: Theory and practice	2003
2358	C Pateman	The disorder of women: Democracy, feminism, and political theory	1989
2344	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2322	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2249	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2244	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2188	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2155	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2111	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2093	S Fish	Doing What Comes Naturally: Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary & Legal Studies	1989
2055	J Milbank	Theology and social theory: Beyond secular reason	2008
2052	S Lukes	Emile Durkheim, his life and work: a historical and critical study	1985
1957	H Hoang, B Antoncic	Network-based research in entrepreneurship: A critical review	2003
1936	EG Furubotn, S Pejovich	Property rights and economic theory: a survey of recent literature	1972
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1889	WG Astley, AH Van de Ven	Central perspectives and debates in organization theory	1983
1875	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1866	TN Gladwin, JJ Kennelly, TS Krause	Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research	1995
1833	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1803	K Dalkir, J Liebowitz	Knowledge management in theory and practice	2011
1793	BM Bass, R Bass	The Bass handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	2009
1747	KE Weick	Theory construction as disciplined imagination	1989

1670	T Eagleton	Criticism and ideology: A study in Marxist literary theory	2006
1631	DS Madison	Critical ethnography: Method, ethics, and performance	2011
1626	I Taylor, P Walton, J Young	The new criminology: For a social theory of deviance	2013
1593	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1592	TM Jones, AC Wicks	Convergent stakeholder theory	1999
1588	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1572	M Shanks, CY Tilley	Re-constructing archaeology: theory and practice	1992
1509	RJ Shiller	From efficient markets theory to behavioral finance	2003
1507	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1506	P Selznick	The moral commonwealth: Social theory and the promise of community	1994
1467	DA Farber, PP Frickey	Law and public choice: a critical introduction	1991
1441	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1426	A Wendt	Constructing international politics	1995
1382	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1377	A Bandura	Social cognitive theory of moral thought and action	1991
1374	A Giddens, FR Dallmayr	Profiles and critiques in social theory	1982
1368	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1365	R Braidotti	Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming	2013
1352	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1349	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1348	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1340	R Barbour, J Kitzinger	Developing focus group research: politics, theory and practice	1998
1298	T Terranova	Free labor: Producing culture for the digital economy	2000
1295	T Luckmann	The invisible religion: The problem of religion in modern society	1967
1271	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1232	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1227	CL Pearce, JA Conger, EA Locke	Shared leadership theory	2008
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1173	V Blasi	The checking value in First Amendment theory	1977
1168	J Storey	Cultural theory and popular culture: An introduction	2015
1139	R Keat, J Urry	Social Theory as Science (Routledge Revivals)	2011
1091	R Banham	Theory and design in the first machine age	1980
1086	M Shanks, CY Tilley	Social theory and archaeology	1987
1080	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1080	RA Posner	Utilitarianism, economics, and legal theory	1979
1076	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
1068	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1032	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1028	B Fay	Social theory and political practice (RLE social theory)	2014

1028	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1010	JW Singer	The player and the cards: nihilism and legal theory	1984
1006	M Poster	Cyberdemocracy: Internet and the public sphere	1997
1005	RA Shweder, RA LeVine	Culture theory: Essays on mind, self and emotion	1984
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
16158	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11899	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8419	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7520	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6223	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6158	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5460	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5370	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5183	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5120	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4735	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3807	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3380	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3377	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3272	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2984	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2936	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2828	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2826	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2784	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2716	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2522	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2514	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2419	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2371	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2315	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2238	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2164	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2150	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983

2025	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1989	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1978	SD Krasner	Structural causes and	1982
1966	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1960	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1938	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1934	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1930	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1914	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1911	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1877	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1865	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1831	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1796	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1783	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1780	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1765	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1758	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1745	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1713	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1640	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1620	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1561	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1552	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1459	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1434	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1409	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1396	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1358	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1354	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1348	T Nagel	The problem of global justice	2005
1337	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1335	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1325	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1313	SM Walt	The renaissance of security studies	1991

1307	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1272	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1267	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1267	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1259	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1247	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1246	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1246	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1242	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1234	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1231	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1222	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1141	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1122	J Donnelly	International human rights	2010
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1098	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1091	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1089	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1085	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1074	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1071	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1065	M Wight	International Theory	1991
1060	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1015	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1005	PG Cerny	Globalization and the changing logic of collective action	1995
Pesquisa: Anarchy Realism			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
6223	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6158	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5370	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3807	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2828	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2514	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988

1930	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1890	H Spruyt	The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change	1996
1780	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1713	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1571	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1561	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1514	PM Churchland	Scientific realism and the plasticity of mind	1986
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1325	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1272	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1267	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1114	AI Johnston	Cultural realism: Strategic culture and grand strategy in Chinese history	1998
1074	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
Pesquisa: Anarchy Liberalism			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
17963	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
8419	A Wendt	Social theory of international politics	1999
8268	BR Barber	Strong democracy: Participatory politics for a new age	2003
6745	B Russell	History of Western Philosophy: Collectors Edition	2013
6223	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
3377	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2454	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2238	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2217	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2164	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2150	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2150	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1930	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1877	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1618	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1561	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1552	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1412	M Arnold	Culture and anarchy	2006

1396	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1391	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1131	MW Lewis, K Wigen	The myth of continents: A critique of metageography	1997
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1074	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1054	MJ Sandel	The procedural republic and the unencumbered self	1984
1015	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
Pesquisa: Anarchy Constructivism			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8419	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6223	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5370	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2238	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1930	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1914	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1841	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1640	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1571	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1267	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1234	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1148	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy Postmodernism			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3745	S Lash, J Urry	The end of organized capitalism	1987
3172	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3111	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2891	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
1930	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1736	A Barnard	The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherer lifeways	1998
1577	T Eagleton	The illusions of postmodernism	2013

1499	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1381	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1271	S Hall	What is this "black" in black popular culture?	1993
1087	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
Pesquisa: Anarchy Postcolonialism			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3554	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
2577	M Todorova	imagining the Balkans	2009
2442	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2053	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1532	H Bhabha	Introduction	2010
1470	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1193	C West	The new cultural politics of difference	1990
1180	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy Critical Theory			
Data: 24.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
30909	JS Coleman, JS Coleman	Foundations of social theory	1994
26638	RM Cyert, JG March	A behavioral theory of the firm	1963
17963	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
16158	KN Waltz	Theory of international politics	2010
10976	Z Bauman	Liquid modernity	2013
10976	Z Bauman	Liquid modernity	2013
10777	BM Bass, RM Stogdill	Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	1990
10044	HWJ Rittel, MM Webber	Dilemmas in a general theory of planning	1973
9541	JH Ely	Democracy and distrust: A theory of judicial review	1980
8419	A Wendt	Social theory of international politics	1999
8110	T Eagleton	Literary theory: An introduction	1996
7859	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
6223	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5746	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
5048	RJC Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	2005
4137	SJ Gould	The structure of evolutionary theory	2002
4024	BS Turner	The body and society: Explorations in social theory	2008
3942	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3878	WJT Mitchell	Picture theory: Essays on verbal and visual representation	1995
3868	CT Mohanty	Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing solidarity	2003

3807	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3420	JM Buchanan	The limits of liberty: Between anarchy and Leviathan	1975
3268	M Harris	The rise of anthropological theory: A history of theories of culture	2001
3245	G Ritzer	Sociological theory	1996
3226	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
3157	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3095	E Ostrom	A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997	1998
3036	H Kelsen	General theory of law and state	1945
2977	LT Hosmer	Trust: The connecting link between organizational theory and philosophical ethics	1995
2939	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2932	TJ Scheff	Being mentally ill: A sociological theory	1970
2911	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2891	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
2828	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2784	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2734	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2719	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2691	L Hutcheon	A theory of parody: The teachings of twentieth-century art forms	1985
2631	N Fraser	"Post-Socialist'Age	1998
2623	C Barker	Cultural studies: Theory and practice	2003
2440	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2406	C Pateman	The disorder of women: Democracy, feminism, and political theory	1989
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2315	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2238	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2212	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2177	BM Bass, R Bass	The Bass handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	2009
2164	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2135	J Milbank	Theology and social theory: Beyond secular reason	2008
2125	S Fish	Doing What Comes Naturally: Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary & Legal Studies	1989
2005	H Hoang, B Antoncic	Network-based research in entrepreneurship: A critical review	2003
1959	EG Furubotn, S Pejovich	Property rights and economic theory: a survey of recent literature	1972
1930	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1925	WG Astley, AH Van de Ven	Central perspectives and debates in organization theory	1983
1915	TN Gladwin, JJ Kennelly, TS Krause	Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research	1995
1914	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1884	K Dalkir, J Liebowitz	Knowledge management in theory and practice	2011

1877	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1877	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1838	DS Madison	Critical ethnography: Method, ethics, and performance	2011
1799	KE Weick	Theory construction as disciplined imagination	1989
1715	T Eagleton	Criticism and ideology: A study in Marxist literary theory	2006
1643	I Taylor, P Walton, J Young	The new criminology: For a social theory of deviance	2013
1640	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1618	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1618	TM Jones, AC Wicks	Convergent stakeholder theory	1999
1602	M Shanks, CY Tilley	Re-constructing archaeology: theory and practice	1992
1552	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1552	RJ Shiller	From efficient markets theory to behavioral finance	2003
1534	P Selznick	The moral commonwealth: Social theory and the promise of community	1994
1500	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1473	DA Farber, PP Frickey	Law and public choice: a critical introduction	1991
1470	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1449	A Bandura	Social cognitive theory of moral thought and action	1991
1416	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1409	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1399	A Giddens, FR Dallmayr	Profiles and critiques in social theory	1982
1398	R Braidotti	Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming	2013
1382	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1349	T Terranova	Free labor: Producing culture for the digital economy	2000
1342	T Luckmann	The invisible religion: The problem of religion in modern society	1967
1327	CL Pearce, JA Conger, EA Locke	Shared leadership theory	2008
1292	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1267	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1247	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1226	J Storey	Cultural theory and popular culture: An introduction	2015
1148	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1145	R Keat, J Urry	Social Theory as Science (Routledge Revivals)	2011
1116	R Banham	Theory and design in the first machine age	1980
1104	M Shanks, CY Tilley	Social theory and archaeology	1987
1099	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1087	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
1053	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995

1049	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1042	B Fay	Social theory and political practice (RLE social theory)	2014
1031	M Poster	Cyberdemocracy: Internet and the public sphere	1997
1026	RA Shweder, RA LeVine	Culture theory: Essays on mind, self and emotion	1984
1013	JW Singer	The player and the cards: nihilism and legal theory	1984
1008	BF Walter	The critical barrier to civil war settlement	1997
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
16295	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11987	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7579	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6274	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6209	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5388	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5222	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5161	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4766	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3842	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3406	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3392	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3317	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
3032	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2956	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2854	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2842	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2821	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2732	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2537	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2530	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2434	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2335	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2326	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2248	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2181	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2164	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983

2038	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
2002	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1988
1985	SD Krasner	Structural causes and	1982
1981	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1971	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1959	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1948	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1943	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1931	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1918	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1906	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1878	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1840	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1822	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1796	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1789	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1776	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1774	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1760	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1727	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1655	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1646	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1623	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1570	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1567	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1492	A Wendt	Constructing international politics	1995
1474	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1439	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1416	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1414	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1398	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1365	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1359	T Nagel	The problem of global justice	2005
1358	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1347	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1342	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1334	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1323	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998

1323	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1285	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1273	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1269	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1260	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1259	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1257	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1250	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1242	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1242	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1238	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1236	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1144	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1133	J Donnelly	International human rights	2010
1107	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1104	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1100	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1096	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1087	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1085	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1078	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1072	M Wight	International Theory	1991
1064	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1041	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1025	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1011	PG Cerny	Globalization and the changing logic of collective action	1995
1005	RO Keohane	Reciprocity in international relations	1986
Pesquisa: Anarchy Realism			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
6274	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6209	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5388	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2842	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2530	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2326	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988

1943	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1899	H Spruyt	The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change	1996
1789	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1727	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1646	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1570	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1519	PM Churchland	Scientific realism and the plasticity of mind	1986
1492	A Wendt	Constructing international politics	1995
1414	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1285	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1238	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1121	AI Johnston	Cultural realism: Strategic culture and grand strategy in Chinese history	1998
1085	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
Pesquisa: Anarchy Liberalism			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
18097	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
8325	BR Barber	Strong democracy: Participatory politics for a new age	2003
6810	B Russell	History of Western Philosophy: Collectors Edition	2013
6274	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
3392	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2478	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2326	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2248	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2232	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2181	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2164	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1943	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1906	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1727	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1715	KG Binmore	Game theory and the social contract: just playing	1998
1646	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1641	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1570	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1567	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1438	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1401	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1398	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1238	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1137	MW Lewis, K Wigen	The myth of continents: A critique of metageography	1997

1104	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1085	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1079	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1058	MJ Sandel	The procedural republic and the unencumbered self	1984
1025	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
Pesquisa: Anarchy Constructivism			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6274	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5388	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
2248	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1943	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1931	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1865	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1655	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1583	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1492	A Wendt	Constructing international politics	1995
1414	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1242	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1163	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1041	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy Postmodernism			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3773	S Lash, J Urry	The end of organized capitalism	1987
3198	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3123	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2919	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
1943	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1746	A Barnard	The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherer lifeways	1998
1585	T Eagleton	The illusions of postmodernism	2013
1524	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1391	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1281	S Hall	What is this "black" in black popular culture?	1993

1098	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
Pesquisa: Anarchy Postcolonialism			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3588	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
2591	M Todorova	imagining the Balkans	2009
2463	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2062	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1546	H Bhabha	Introduction	2010
1491	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1200	C West	The new cultural politics of difference	1990
1194	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy Critical Theory			
Data: 24.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
31129	JS Coleman, JS Coleman	Foundations of social theory	1994
26878	RM Cyert, JG March	A behavioral theory of the firm	1963
18097	R Nozick	Anarchy, state, and utopia	2013
16295	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11090	Z Bauman	Liquid modernity	2013
10852	BM Bass, RM Stogdill	Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	1990
10189	HWJ Rittel, MM Webber	Dilemmas in a general theory of planning	1973
9566	JH Ely	Democracy and distrust: A theory of judicial review	1980
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
8173	T Eagleton	Literary theory: An introduction	1996
6274	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5080	RJC Young	Colonial desire: Hybridity in theory, culture and race	2005
4173	SJ Gould	The structure of evolutionary theory	2002
4058	BS Turner	The body and society: Explorations in social theory	2008
3992	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3941	WJT Mitchell	Picture theory: Essays on verbal and visual representation	1995
3842	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3437	JM Buchanan	The limits of liberty: Between anarchy and Leviathan	1975
3291	M Harris	The rise of anthropological theory: A history of theories of culture	2001
3287	G Ritzer	Sociological theory	1996
3238	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
3198	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3120	E Ostrom	A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997	1998

3059	H Kelsen	General theory of law and state	1945
2999	LT Hosmer	Trust: The connecting link between organizational theory and philosophical ethics	1995
2958	TJ Scheff	Being mentally ill: A sociological theory	1970
2956	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2938	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2921	P Cilliers, D Spurrett	Complexity and post-modernism: Understanding complex systems	1999
2842	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2821	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2751	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2735	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2715	L Hutcheon	A theory of parody: The teachings of twentieth-century art forms	1985
2660	N Fraser	"Post-Socialist" Age	1998
2650	C Barker	Cultural studies: Theory and practice	2003
2463	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2425	C Pateman	The disorder of women: Democracy, feminism, and political theory	1989
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2335	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2326	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2253	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2227	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2222	BM Bass, R Bass	The Bass handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications	2009
2181	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2164	J Milbank	Theology and social theory: Beyond secular reason	2008
2137	S Fish	Doing What Comes Naturally: Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary & Legal Studies	1989
2106	S Lukes	Emile Durkheim, his life and work: a historical and critical study	1985
2036	H Hoang, B Antoncic	Network-based research in entrepreneurship: A critical review	2003
1975	EG Furubotn, S Pejovich	Property rights and economic theory: a survey of recent literature	1972
1943	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1938	WG Astley, AH Van de Ven	Central perspectives and debates in organization theory	1983
1931	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1925	TN Gladwin, JJ Kennelly, TS Krause	Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research	1995
1922	K Dalkir, J Liebowitz	Knowledge management in theory and practice	2011
1906	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1867	DS Madison	Critical ethnography: Method, ethics, and performance	2011
1819	KE Weick	Theory construction as disciplined imagination	1989
1655	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1653	I Taylor, P Walton, J Young	The new criminology: For a social theory of deviance	2013
1641	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002

1628	TM Jones, AC Wicks	Convergent stakeholder theory	1999
1622	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1613	M Shanks, CY Tilley	Re-constructing archaeology: theory and practice	1992
1567	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1563	RJ Shiller	From efficient markets theory to behavioral finance	2003
1544	P Selznick	The moral commonwealth: Social theory and the promise of community	1994
1525	R Whittemore, SK Chase, CL Mandle	Validity in qualitative research	2001
1492	A Wendt	Constructing international politics	1995
1491	R Selden	A reader's guide to contemporary literary theory	1993
1474	DA Farber, PP Frickey	Law and public choice: a critical introduction	1991
1465	A Bandura	Social cognitive theory of moral thought and action	1991
1437	M Arnold	Culture and anarchy	2006
1418	R Braidotti	Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming	2013
1416	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1414	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1406	A Giddens, FR Dallmayr	Profiles and critiques in social theory	1982
1392	JH Goldthorpe	On sociology: Numbers, narratives, and the integration of research and theory	2000
1370	T Terranova	Free labor: Producing culture for the digital economy	2000
1355	T Luckmann	The invisible religion: The problem of religion in modern society	1967
1349	CL Pearce, JA Conger, EA Locke	Shared leadership theory	2008
1297	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1250	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1248	J Storey	Cultural theory and popular culture: An introduction	2015
1242	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1191	V Blasi	The checking value in First Amendment theory	1977
1163	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1161	R Keat, J Urry	Social Theory as Science (Routledge Revivals)	2011
1110	M Shanks, CY Tilley	Social theory and archaeology	1987
1108	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1098	D Kellner	CULTURE AND MEDIA	1997
1095	RA Posner	Utilitarianism, economics, and legal theory	1979
1060	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1059	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1050	B Fay	Social theory and political practice (RLE social theory)	2014
1035	RA Shweder, RA LeVine	Culture theory: Essays on mind, self and emotion	1984
1032	M Poster	Cyberdemocracy: Internet and the public sphere	1997
1015	JW Singer	The player and the cards: nihilism and legal theory	1984
1014	BF Walter	The critical barrier to civil war settlement	1997

PESQUISA 2 (e.g. Anarchy International Relations Realism)			
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 25.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15498	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11420	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7204	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5895	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5231	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4954	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
4951	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4602	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3309	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3275	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3091	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2874	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2861	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2755	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2458	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2423	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2364	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2227	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2082	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985

2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1975	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1922	SD Krasner	Structural causes and	1982
1903	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1899	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1893	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1888	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1866	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1815	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1785	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1780	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1723	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1717	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1711	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1700	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1690	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1663	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1645	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1590	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1507	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1477	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1423	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1380	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1375	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1369	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1331	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1329	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1297	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1296	T Nagel	The problem of global justice	2005
1294	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1267	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999

1261	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1256	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1240	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1223	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1223	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1212	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1205	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1203	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1189	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1182	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1178	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1160	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1093	J Donnelly	International human rights	2010
1082	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1065	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1058	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1052	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1049	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1037	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1037	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1030	M Wight	International Theory	1991
1022	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1000	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Realism			
Data: 25.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
12493	H Morgenthau, PA Nations	The struggle for power and peace	1948
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5895	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4951	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4602	R Gilpin	The political economy of international relations	2016

4562	SD Krasner	International regimes	1983
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2874	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2755	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2458	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2423	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2227	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1975	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1922	SD Krasner	Structural causes and	1982
1893	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1888	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1815	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1785	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1780	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1763	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1723	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1711	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1700	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1690	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1663	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1645	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1590	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1507	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1477	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1369	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011

1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1297	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1256	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1189	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1182	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1181	PM Haas	Saving the Mediterranean: The politics of international environmental cooperation	1990
1178	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1093	J Donnelly	International human rights	2010
1082	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1065	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1037	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1030	M Wight	International Theory	1991
1026	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1000	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999

Pesquisa: Anarchy IR Liberalism

Data: 25.01.2017

Citações	Autores	Título	Ano
11420	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5895	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5631	J Rawls	The law of peoples: with, the idea of public reason revisited	2001
4951	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4649	JS Dryzek	Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations	2000
4602	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4562	SD Krasner	International regimes	1983
4227	PC Schmitter	Still the century of corporatism?	1974
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3309	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3275	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2874	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2861	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2755	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997

2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2541	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2423	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2364	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2332	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2243	A Hourani	Arabic thought in the liberal age 1798-1939	1962
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2146	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2082	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2064	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1922	SD Krasner	Structural causes and	1982
1903	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1899	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1893	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1888	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1843	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1815	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1801	P Malanczuk	Akehurst's modern introduction to international law	2002
1785	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1763	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1723	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1717	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1700	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1690	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1663	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1507	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1501	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1494	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1477	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1438	M Koskenniemi	The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law 1870–1960	2001

1423	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1380	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1375	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1369	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1331	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1329	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1328	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1299	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1297	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1296	T Nagel	The problem of global justice	2005
1294	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1267	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1261	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1256	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1223	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1212	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1205	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1189	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1185	R Kagan	Power and weakness	2002
1182	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1178	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1131	OR Young	International governance: Protecting the environment in a stateless society	1994
1082	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1080	JH Carens	Aliens and citizens: the case for open borders	1987
1073	C Layne	The unipolar illusion: Why new great powers will rise	1993
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1047	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1037	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1030	M Wight	International Theory	1991
1026	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1000	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Constructivism			
Data: 25.01.2017			

Citações	Autores	Título	Ano
8135	H Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	2012
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5895	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2861	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2541	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2423	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2364	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1903	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1888	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1866	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1780	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1763	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1723	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1501	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1299	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1256	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1182	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1178	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1082	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1026	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012

Pesquisa: Anarchy IR Postmodernism			
Data: 25.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5541	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
4850	P Lather	Getting smart: Feminist research and pedagogy with/in the postmodern	1991
3679	SD Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999
3088	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3048	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2874	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2572	DW Orr	Ecological literacy: Education and the transition to a postmodern world	1992
2458	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1669	M Kaldor	Global civil society: An answer to war	2013
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1563	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1444	A Linklater	The transformation of political community: ethical foundations of the post-Westphalian era	1998
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1229	R Cooper	The breaking of nations	2011
1185	R Kagan	Power and weakness	2002
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1000	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Postcolonialism			
Data: 25.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3344	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
3062	JA Mbembé	On the postcolony	2001
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1985	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1110	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
Pesquisa: Anarchy IR Critical Theory			

25.01.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15498	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11420	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8020	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7646	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
7204	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6230	B Buzan, O Wæver, J De Wilde	Security: a new framework for analysis	1998
5952	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5895	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5541	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
5231	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5207	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4954	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
4951	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4602	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3723	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3627	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3108	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
2973	E Ostrom	A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997	1998
2874	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2874	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2861	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2822	JS Dryzek	Discursive democracy: Politics, policy, and political science	1994
2802	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2752	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2652	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2648	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2634	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2537	N Fraser	"Post-Socialist'Age	1998
2458	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2426	O Wæver	Securitization and desecuritization	1993
2423	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2364	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2286	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2227	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2218	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988

2161	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2129	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2082	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
1975	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1922	SD Krasner	Structural causes and	1982
1899	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1893	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1888	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1879	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1852	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1843	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1824	H Spruyt	The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change	1996
1815	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1802	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1785	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1780	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1763	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1723	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1711	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1700	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1690	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1583	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1563	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1563	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1501	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1494	M Koskeniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1477	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1467	P Chilton	Analysing political discourse: Theory and practice	2004
1405	A Wendt	Constructing international politics	1995
1375	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1334	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1331	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1329	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1306	RK Ashley	The poverty of neorealism	1984
1297	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1294	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1261	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993

1261	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1256	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1233	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1223	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1205	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1203	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1189	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1188	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1182	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1160	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1155	J Bartelson	A genealogy of sovereignty	1995
1093	J Donnelly	International human rights	2010
1086	LH Malkki	Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things	1995
1082	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1065	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1065	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1058	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1052	J Heron, P Reason	A participatory inquiry paradigm	1997
1037	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1025	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1021	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1015	PR Viotti, MV Kauppi	International relations theory	2012
1000	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15624	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11489	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7260	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5275	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4991	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4991	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
4628	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3326	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993

3289	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3118	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2888	B Buzan, O Waeuver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2882	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2769	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2647	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2469	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2373	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2243	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2099	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2083	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1982	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1929	SD Krasner	Structural causes and	1982
1917	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1913	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1907	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1896	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1878	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1830	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1795	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1792	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1735	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1721	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1720	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1713	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1700	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1669	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986

1661	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1592	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1588	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1520	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1430	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1389	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1378	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1378	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1335	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1335	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1305	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1305	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1300	T Nagel	The problem of global justice	2005
1275	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1273	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1263	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1244	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1230	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1227	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1218	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1209	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1208	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1199	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1199	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1183	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1177	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1097	J Donnelly	International human rights	2010
1091	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1068	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1066	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1062	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1056	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977

1056	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1046	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1043	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1040	M Wight	International Theory	1991
1031	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Realism			
Data: 25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
12561	H Morgenthau, PA Nations	The struggle for power and peace	1948
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4991	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4628	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4584	SD Krasner	International regimes	1983
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2882	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2769	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2469	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2243	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2083	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1982	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1929	SD Krasner	Structural causes and	1982
1917	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1907	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1896	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998

1830	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1795	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1782	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1735	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1721	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1713	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1669	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1661	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1592	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1588	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1520	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1378	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1305	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1263	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1208	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1199	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1183	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1091	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1068	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1066	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1043	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1040	M Wight	International Theory	1991
1033	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Liberalism			
Data: 25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
11489	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5650	J Rawls	The law of peoples: with, the idea of public reason revisited	2001

4991	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4676	JS Dryzek	Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations	2000
4628	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4584	SD Krasner	International regimes	1983
4253	PC Schmitter	Still the century of corporatism?	1974
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3326	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3289	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2888	B Buzan, O Waeber	Regions and powers: the structure of international security	2003
2882	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2769	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2647	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2556	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2373	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2357	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2254	A Hourani	Arabic thought in the liberal age 1798-1939	1962
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2157	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2099	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2083	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1929	SD Krasner	Structural causes and	1982
1917	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1913	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1907	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1896	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1860	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1830	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1808	P Malanczuk	Akehurst's modern introduction to international law	2002
1792	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997

1782	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1735	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1720	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1713	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1700	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1669	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1588	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1520	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1511	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1510	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1445	M Koskenniemi	The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law 1870–1960	2001
1430	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1389	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1378	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1378	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1338	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1335	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1335	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1310	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1305	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1305	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1300	T Nagel	The problem of global justice	2005
1275	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1273	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1263	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1227	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1218	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1208	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1199	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1199	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1188	R Kagan	Power and weakness	2002

1183	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1135	OR Young	International governance: Protecting the environment in a stateless society	1994
1091	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1086	JH Carens	Aliens and citizens: the case for open borders	1987
1078	C Layne	The unipolar illusion: Why new great powers will rise	1993
1066	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1052	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1043	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1040	M Wight	International Theory	1991
1033	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Constructivism			
Data: 25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8179	H Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	2012
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2888	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2647	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2556	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2373	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1917	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1896	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1795	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1782	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1735	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998

1511	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1310	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1263	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1199	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1199	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1183	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1091	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1033	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
Pesquisa: Anarchy IR Postcolonialism			
Data:25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3374	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
3099	JA Mbembé	On the postcolony	2001
2421	U Beck	Cosmopolitan vision	2006
2323	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1997	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1342	RI Rotberg	When states fail: causes and consequences	2010
1127	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy IR Postmodernism			
Data:25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5592	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
4871	P Lather	Getting smart: Feminist research and pedagogy with/in the postmodern	1991
3707	SD Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999
3096	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3061	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2894	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2585	DW Orr	Ecological literacy: Education and the transition to a postmodern world	1992
2469	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1678	M Kaldor	Global civil society: An answer to war	2013
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1579	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1447	A Linklater	The transformation of political community: ethical foundations of the post-Westphalian era	1998
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1234	R Cooper	The breaking of nations	2011
1188	R Kagan	Power and weakness	2002
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Critical Theory			
Data: 25.02.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15624	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11489	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8101	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7689	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
7260	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6007	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5938	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5592	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
5275	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5252	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
4991	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4991	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
4628	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3751	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3650	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3123	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
2894	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2888	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2882	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2827	JS Dryzek	Discursive democracy: Politics, policy, and political science	1994
2825	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2772	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2670	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2663	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2647	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000

2552	N Fraser	“Post-Socialist’Age	1998
2469	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2438	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2373	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2309	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2243	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2236	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2176	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2140	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2099	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
1982	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1929	SD Krasner	Structural causes and	1982
1913	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1907	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1896	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1891	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1865	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1860	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1830	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1817	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1795	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1792	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1782	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1735	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1721	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1713	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1700	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1579	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1579	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1511	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1510	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1491	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1415	A Wendt	Constructing international politics	1995
1378	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1340	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1335	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999

1335	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1311	RK Ashley	The poverty of neorealism	1984
1305	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1273	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1267	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1263	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1239	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1230	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1212	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1209	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1208	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1199	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1199	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1177	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1098	LH Malkki	Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things	1995
1097	J Donnelly	International human rights	2010
1091	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1068	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1066	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1062	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1046	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1030	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1024	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1004	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 25.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
15723	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11575	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8171	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7316	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6048	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5982	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5315	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5298	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5029	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5022	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4649	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3676	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994

3340	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3307	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3139	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2917	B Buzan, O Waeber	Regions and powers: the structure of international security	2003
2891	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2787	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2779	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2691	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2662	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2479	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2454	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2385	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2250	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2246	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2189	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2112	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2093	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1991	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1941	SD Krasner	Structural causes and	1982
1931	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1924	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1917	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1906	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1895	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1877	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1841	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1835	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1803	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1802	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1745	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1733	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1729	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1726	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1716	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982

1675	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1673	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1599	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1596	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1589	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1525	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1511	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1435	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1425	A Wendt	Constructing international politics	1995
1399	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1382	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1381	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1350	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1342	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1336	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1317	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1309	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1308	T Nagel	The problem of global justice	2005
1286	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1286	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1271	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1247	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1232	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1231	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1231	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1223	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1212	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1211	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1208	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1191	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1103	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1101	J Donnelly	International human rights	2010
1073	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1072	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1068	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1063	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009

1059	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1054	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1049	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1046	M Wight	International Theory	1991
1041	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Realism			
Data: 25.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
12628	H Morgenthau, PA Nations	The struggle for power and peace	1948
8171	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6048	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5982	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5298	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5022	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4649	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4600	SD Krasner	International regimes	1983
3676	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2891	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2787	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2779	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2691	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2479	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2454	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2250	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2246	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2189	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2093	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1991	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1941	SD Krasner	Structural causes and	1982
1917	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1906	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1877	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1841	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1835	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012

1803	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1802	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1795	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1745	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1733	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1726	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1716	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1675	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1673	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1599	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1596	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1589	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1525	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1511	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1425	A Wendt	Constructing international politics	1995
1381	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1350	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1317	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1271	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1223	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1211	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1191	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1185	PM Haas	Saving the Mediterranean: The politics of international environmental cooperation	1990
1103	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1101	J Donnelly	International human rights	2010
1073	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1072	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1049	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1048	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1046	M Wight	International Theory	1991
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Liberalism			
Data: 25.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
11575	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8171	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6048	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992

5982	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5680	J Rawls	The law of peoples: with, the idea of public reason revisited	2001
5022	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4706	JS Dryzek	Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations	2000
4649	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4600	SD Krasner	International regimes	1983
4276	PC Schmitter	Still the century of corporatism?	1974
3676	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3340	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3307	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2917	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2891	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2787	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2779	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2691	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2662	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2564	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2454	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2385	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2381	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2268	A Hourani	Arabic thought in the liberal age 1798-1939	1962
2246	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2189	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2171	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2112	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2093	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1941	SD Krasner	Structural causes and	1982
1931	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1924	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1917	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1906	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1877	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1869	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1841	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1835	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1814	P Malanczuk	Akehurst's modern introduction to international law	2002

1802	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1795	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1745	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1729	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1726	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1716	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1675	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1596	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1589	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1525	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1519	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1517	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1511	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1454	M Koskenniemi	The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law 1870–1960	2001
1435	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1425	A Wendt	Constructing international politics	1995
1399	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1382	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1381	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1350	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1348	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state–theoretical perspective	2002
1342	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1336	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1320	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1317	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1309	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1308	T Nagel	The problem of global justice	2005
1286	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1286	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1271	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1231	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1231	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1223	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1211	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1208	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005

1191	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1191	R Kagan	Power and weakness	2002
1139	OR Young	International governance: Protecting the environment in a stateless society	1994
1103	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1091	JH Carens	Aliens and citizens: the case for open borders	1987
1086	C Layne	The unipolar illusion: Why new great powers will rise	1993
1072	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1060	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1049	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1048	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1046	M Wight	International Theory	1991
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Constructivism			
Data: 25.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8223	H Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	2012
8171	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6048	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5982	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5298	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3676	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2917	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2691	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2662	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2564	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2454	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2189	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1931	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1906	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1895	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1877	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1835	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1803	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1795	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1745	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999

1589	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1519	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1425	A Wendt	Constructing international politics	1995
1271	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1211	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1208	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1191	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1103	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1048	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
Pesquisa: Anarchy IR Postmodernism			
Data: 25.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8171	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6048	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5628	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
4897	P Lather	Getting smart: Feminist research and pedagogy with/in the postmodern	1991
3723	SD Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999
3118	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3068	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2921	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2787	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2598	DW Orr	Ecological literacy: Education and the transition to a postmodern world	1992
2479	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1877	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1685	M Kaldor	Global civil society: An answer to war	2013
1593	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1589	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1456	A Linklater	The transformation of political community: ethical foundations of the post-Westphalian era	1998
1425	A Wendt	Constructing international politics	1995
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1237	R Cooper	The breaking of nations	2011
1191	R Kagan	Power and weakness	2002
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999

Pesquisa: Anarchy IR Postcolonialism			
Data: 25.03.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3413	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
3138	JA Mbembé	On the postcolony	2001
2347	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2014	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1345	RI Rotberg	When states fail: causes and consequences	2010
1144	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy IR Critical Theory			
Data: 25.03.2017			
cites	authors	title	year
15723	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11575	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8171	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7725	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
7316	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6048	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5982	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5628	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
5315	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5298	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5029	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5022	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4649	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3793	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3676	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3149	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
2921	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2917	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2891	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2850	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2842	JS Dryzek	Discursive democracy: Politics, policy, and political science	1994
2787	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2691	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2675	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2662	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000

2479	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2454	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2385	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2327	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2250	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2246	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2189	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2155	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2112	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
1991	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1924	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1917	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1906	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1897	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1877	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1869	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1841	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1835	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1803	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1802	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1795	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1745	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1733	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1726	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1716	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1596	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1593	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1589	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1519	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1517	M Koskeniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1511	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1425	A Wendt	Constructing international politics	1995
1382	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1350	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1342	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1336	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993

1317	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1317	RK Ashley	The poverty of neorealism	1984
1286	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1271	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1271	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1248	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1232	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1223	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1214	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1212	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1211	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1208	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1185	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1109	LH Malkki	Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things	1995
1103	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1101	J Donnelly	International human rights	2010
1073	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1072	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1068	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1054	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1033	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1028	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1008	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999

Pesquisa: Anarchy IR Theory

Data: 25.04.2017

Citações	Autores	Título	Ano
16167	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11906	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8421	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7530	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6232	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6163	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5468	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5377	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5181	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5036	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4740	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3811	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3383	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993

3381	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3275	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
2989	B Buzan, O Waeuver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2939	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2829	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2826	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2783	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2719	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2523	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2506	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2421	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2318	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2242	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2165	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2149	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2026	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1991	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1981	SD Krasner	Structural causes and	1982
1965	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1960	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1940	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1934	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1929	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1917	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1911	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1886	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1865	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1831	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1798	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1790	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1785	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1765	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1756	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1748	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993

1714	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1642	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1620	CT Mohanty	Thrid World Women and the Politics of Feminism	1991
1561	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1556	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1459	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1435	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1408	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1396	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1358	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1354	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1348	T Nagel	The problem of global justice	2005
1338	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1335	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1325	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1316	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1309	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1273	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1268	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1267	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1259	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1247	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1247	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1245	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1244	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1234	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1231	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1222	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1142	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1122	J Donnelly	International human rights	2010
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1099	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1090	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1090	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009

1085	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1076	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1071	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1067	M Wight	International Theory	1991
1061	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1016	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1006	PG Cerny	Globalization and the changing logic of collective action	1995
Pesquisa: Anarchy IR Realism			
Data: 25.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
12922	H Morgenthau, PA Nations	The struggle for power and peace	1948
8421	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6232	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6163	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5377	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5036	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4740	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4698	SD Krasner	International regimes	1983
3811	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2939	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2829	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2826	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2783	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2523	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2506	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2318	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2242	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2149	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2026	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1991	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1981	SD Krasner	Structural causes and	1982
1960	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1940	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1929	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1917	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1911	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1886	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1865	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1843	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1831	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1798	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1790	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1785	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1756	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1748	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1714	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1642	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1620	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1561	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1556	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1396	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1335	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1309	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1273	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1268	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1244	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1231	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1204	PM Haas	Saving the Mediterranean: The politics of international environmental cooperation	1990
1142	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1122	J Donnelly	International human rights	2010
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1076	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1074	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1067	M Wight	International Theory	1991
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1016	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
Pesquisa: Anarchy IR Liberalism			
Data: 25.04.2017			

Citações	Autores	Título	Ano
11906	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8421	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6232	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6163	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5761	J Rawls	The law of peoples: with, the idea of public reason revisited	2001
5036	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4789	JS Dryzek	Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations	2000
4740	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4698	SD Krasner	International regimes	1983
4346	PC Schmitter	Still the century of corporatism?	1974
3811	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3383	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3381	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
2989	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2939	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2829	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2826	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2783	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2719	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2640	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2506	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2459	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2421	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2332	A Hourani	Arabic thought in the liberal age 1798-1939	1962
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2242	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2218	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2165	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2149	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
1991	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1981	SD Krasner	Structural causes and	1982
1965	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1960	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1940	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1929	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1917	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998

1911	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1908	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1886	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1848	P Malanczuk	Akehurst's modern introduction to international law	2002
1843	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1831	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1798	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1785	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1765	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1756	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1714	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1642	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1571	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1561	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1556	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1541	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1484	M Koskenniemi	The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law 1870–1960	2001
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1459	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1435	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1408	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1396	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1391	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1358	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1354	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1352	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1348	T Nagel	The problem of global justice	2005
1338	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1335	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1325	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1316	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1309	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1273	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1268	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1267	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992

1247	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1244	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1234	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1231	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1205	R Kagan	Power and weakness	2002
1160	OR Young	International governance: Protecting the environment in a stateless society	1994
1142	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1117	JH Carens	Aliens and citizens: the case for open borders	1987
1104	C Layne	The unipolar illusion: Why new great powers will rise	1993
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1076	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1074	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1072	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1067	M Wight	International Theory	1991
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1016	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1006	PG Cerny	Globalization and the changing logic of collective action	1995
1001	S Gill	American hegemony and the Trilateral Commission	1991
Pesquisa: Anarchy IR Constructivism			
Data: 25.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8421	A Wendt	Social theory of international politics	1999
8385	H Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	2012
6232	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6163	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5377	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3811	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2989	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2783	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2719	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2506	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2421	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2242	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1960	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1940	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002

1934	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1929	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1917	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1886	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1865	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1843	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1798	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1642	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1571	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1309	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1268	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1244	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1234	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1231	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1142	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1074	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
Pesquisa: Anarchy IR Postmodernism			
Data: 25.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8421	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6232	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5746	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
5075	P Lather	Getting smart: Feminist research and pedagogy with/in the postmodern	1991
3829	SD Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999
3157	RD Kaplan	The coming anarchy	1994
3112	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
2986	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2829	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2689	DW Orr	Ecological literacy: Education and the transition to a postmodern world	1992
2523	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1929	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1917	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1722	M Kaldor	Global civil society: An answer to war	2013
1642	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998

1620	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1469	A Linklater	The transformation of political community: ethical foundations of the post-Westphalian era	1998
1268	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1259	R Cooper	The breaking of nations	2011
1205	R Kagan	Power and weakness	2002
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Postcolonialism			
Data:25.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3554	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
3266	JA Mbembé	On the postcolony	2001
2442	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2053	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1384	RI Rotberg	When states fail: causes and consequences	2010
1180	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy IR Critical Theory			
Data: 25.04.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
16167	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11906	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8421	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7859	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
7530	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6232	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6163	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5746	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
5468	R Jervis	Perception and misperception in international politics	2015
5377	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5181	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5036	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4740	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3942	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3811	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3208	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
2989	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2986	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992

2939	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2911	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2885	JS Dryzek	Discursive democracy: Politics, policy, and political science	1994
2829	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2783	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2736	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2719	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2631	N Fraser	"Post-Socialist'Age	1998
2523	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2506	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2421	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2372	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2318	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2312	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2242	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2212	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2165	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2026	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
1991	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1989
1981	SD Krasner	Structural causes and	1982
1965	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1940	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1929	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1917	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1911	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1908	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1886	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1865	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1843	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1831	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1798	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1790	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1785	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1756	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1642	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1637	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993

1620	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1571	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1556	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1541	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1481	A Wendt	Constructing international politics	1995
1408	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1405	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1358	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1354	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1342	RK Ashley	The poverty of neorealism	1984
1335	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1316	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1309	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1292	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1273	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1268	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1247	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1245	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1244	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1237	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1234	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1222	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1149	LH Malkki	Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things	1995
1142	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1122	J Donnelly	International human rights	2010
1101	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1099	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1090	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1085	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1053	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995
1049	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1037	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1016	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1008	BF Walter	The critical barrier to civil war settlement	1997
Pesquisa: Anarchy IR Theory			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
16310	KN Waltz	Theory of international politics	2010

11995	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7590	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6278	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6212	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5392	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5226	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5162	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4772	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3852	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3406	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3395	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3318	JD Fearon	Rationalist explanations for war	1995
3036	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2956	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2855	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2844	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2825	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2735	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2538	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2532	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2438	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2338	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2331	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2253	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2181	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2164	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2039	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
2011	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1988
1985	SD Krasner	Structural causes and	1982
1977	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1972	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1960	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1949	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1945	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997

1935	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1919	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1908	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1879	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1841	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1823	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1802	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1790	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1777	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1776	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1762	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1731	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1656	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1649	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1622	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1576	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1569	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1495	A Wendt	Constructing international politics	1995
1478	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1440	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1416	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1415	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1402	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1365	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1360	T Nagel	The problem of global justice	2005
1359	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1349	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1344	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1333	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1326	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1286	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1274	AH Halsey, JM Ridge, AF Heath, AH Halsey	Origins and destinations	1993
1271	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1262	J Agnew, S Crobridge	Mastering space: hegemony, territory and international political economy	2002
1261	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1260	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1250	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993

1243	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1243	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1242	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1236	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1146	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1133	J Donnelly	International human rights	2010
1108	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1107	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1100	A Watson	The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis Reissue with a new introduction by Barry Buzan and Richard Little	2009
1097	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1090	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1086	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1079	RH Jackson, CG Rosberg	Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood	1982
1072	M Wight	International Theory	1991
1065	M Taylor	Anarchy and cooperation	1977
1043	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1025	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1011	PG Cerny	Globalization and the changing logic of collective action	1995
1007	RO Keohane	Reciprocity in international relations	1986
Pesquisa: Anarchy IR Realism			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
12980	H Morgenthau, PA Nations	The struggle for power and peace	1948
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6278	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6212	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5392	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5162	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4772	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4732	SD Krasner	International regimes	1983
3852	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
2956	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2855	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2844	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2825	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2538	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2532	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998

2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2338	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2331	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2253	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2164	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2039	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
2011	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1988
1985	SD Krasner	Structural causes and	1982
1972	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1960	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1945	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1935	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1919	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1908	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1866	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1841	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1802	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1790	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1776	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1762	BR Posen	The security dilemma and ethnic conflict	1993
1731	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1656	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1649	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1622	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1576	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1569	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1495	A Wendt	Constructing international politics	1995
1415	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1402	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1344	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1333	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1326	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1286	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1261	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1243	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1242	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986

1146	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1133	J Donnelly	International human rights	2010
1107	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1097	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1086	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1072	M Wight	International Theory	1991
1043	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1025	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
Pesquisa: Anarchy IR Liberalism			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
11995	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6278	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6212	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5791	J Rawls	The law of peoples: with, the idea of public reason revisited	2001
5162	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4826	JS Dryzek	Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations	2000
4772	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
4732	SD Krasner	International regimes	1983
4372	PC Schmitter	Still the century of corporatism?	1974
3852	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3406	A Moravcsik	Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach	1993
3395	JJ Mearsheimer	Back to the future: Instability in Europe after the Cold War	1990
3036	B Buzan, O Wæver	Regions and powers: the structure of international security	2003
2956	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2855	RH Jackson	Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World	1993
2844	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2825	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2735	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2658	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2532	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2480	F Zakaria	The rise of illiberal democracy	1997
2438	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2360	A Hourani	Arabic thought in the liberal age 1798-1939	1962
2331	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988

2253	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2230	MW Doyle	Liberalism and world politics	1986
2181	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2164	MW Doyle	Kant, liberal legacies, and foreign affairs	1983
2011	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1988
1985	SD Krasner	Structural causes and	1982
1977	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1972	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1960	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1945	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1935	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1923	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1919	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1908	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1866	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1853	P Malanczuk	Akehurst's modern introduction to international law	2002
1841	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1823	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1790	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1777	KN Waltz	The emerging structure of international politics	1993
1776	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1731	RO Keohane	Neorealism and its Critics	1986
1656	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1649	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1585	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1576	DA Baldwin	Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate	1993
1569	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1568	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1498	M Koskenniemi	The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law 1870–1960	2001
1495	A Wendt	Constructing international politics	1995
1478	JG Ruggie	Multilateralism: the anatomy of an institution	1992
1440	KW Abbott, RO Keohane, A Moravcsik...	The concept of legalization	2000
1416	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1415	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1402	R Keohane	Neoliberal Institutionalism	2011
1401	B Jessop	Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective	2002
1365	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1360	T Nagel	The problem of global justice	2005

1359	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1359	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1349	B Jessop	The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development	1998
1344	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1333	WC Wohlforth	The stability of a unipolar world	1999
1326	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1323	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1286	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1271	E Adler, PM Haas	Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program	1992
1261	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1243	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1243	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1242	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1209	R Kagan	Power and weakness	2002
1167	OR Young	International governance: Protecting the environment in a stateless society	1994
1146	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1132	JH Carens	Aliens and citizens: the case for open borders	1987
1107	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1095	J Boli, GM Thomas	World culture in the world polity: A century of international non-governmental organization	1997
1086	JS Nye	Understanding international conflicts	1999
1079	PG Cerny	Paradoxes of the competition state: The dynamics of political globalization	1997
1078	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
1072	M Wight	International Theory	1991
1043	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1025	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1011	PG Cerny	Globalization and the changing logic of collective action	1995
1009	S Gill	American hegemony and the Trilateral Commission	1991
1007	RO Keohane	Reciprocity in international relations	1986
Pesquisa: Anarchy IR Constructivism			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
8433	H Bull	The anarchical society: a study of order in world politics	2012
6278	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6212	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5392	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
3852	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994

3036	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
2825	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2735	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2658	PJ Katzenstein	The culture of national security: Norms and identity in world politics	1996
2532	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2438	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2253	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
1972	HH Koh, A Chayes, AH Chayes, TM Franck	Why do nations obey international law?	1997
1960	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1949	NJ Wheeler	Saving strangers: Humanitarian intervention in international society	2000
1945	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1935	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1908	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1879	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1866	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011
1823	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1656	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1585	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1495	A Wendt	Constructing international politics	1995
1359	A Acharya	Constructing a security community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order	2014
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1261	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1243	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1243	M Finnemore, WR Scott, JW Meyer, GM Thomas...	Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism	1996
1146	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1078	CW Kegley, SL Blanton	World Politics: Trend and Transformation, 2016-2017	2015
Pesquisa: Anarchy IR Postmodernism			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
6278	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
5783	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995
3864	SD Krasner	Sovereignty: organized hypocrisy	1999
3171	RD Kaplan	The coming anarchy	1994

3125	PM Rosenau	Post-modernism and the social sciences: Insights, inroads, and intrusions	1991
3004	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2844	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2705	DW Orr	Ecological literacy: Education and the transition to a postmodern world	1992
2538	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
1945	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1935	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1656	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1641	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1495	A Wendt	Constructing international politics	1995
1484	A Linklater	The transformation of political community: ethical foundations of the post-Westphalian era	1998
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1267	R Cooper	The breaking of nations	2011
1209	R Kagan	Power and weakness	2002
1043	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
Pesquisa: Anarchy IR Postcolonialism			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
3587	RJC Young	Postcolonialism: An historical introduction	2016
3296	JA Mbembé	On the postcolony	2001
2463	L Gandhi	Postcolonial theory: A critical introduction	1998
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2064	A Hoogvelt	The History of Capitalist Expansion	1997
1400	RI Rotberg	When states fail: causes and consequences	2010
1194	J McLeod	Beginning postcolonialism	2013
Pesquisa: Anarchy IR Critical Theory			
Data: 25.05.2017			
Citações	Autores	Título	Ano
16310	KN Waltz	Theory of international politics	2010
11995	ME Keck, K Sikkink	Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics	2014
8491	A Wendt	Social theory of international politics	1999
7902	J Habermas	Legitimation Crisis Pa Txt	1975
7590	PA Hall, RCR Taylor	Political science and the three new institutionalisms	1996
6278	A Wendt	Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics	1992
6212	M Finnemore, K Sikkink	International norm dynamics and political change	1998
5783	R Robertson	Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity	1995

5392	B Buzan	People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era	2008
5226	KN Waltz	Man, the state, and war: A theoretical analysis	1959
5162	EH Carr	The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations	1946
4772	R Gilpin	The political economy of international relations	2016
3992	M Woolcock, D Narayan	Social capital: Implications for development theory, research, and policy	2000
3852	JJ Mearsheimer	The false promise of international institutions	1994
3249	JB Thompson	Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication	2013
3036	B Buzan, O Waever	Regions and powers: the structure of international security	2003
3004	D Campbell	Writing security: United States foreign policy and the politics of identity	1992
2956	CR Beitz	Political theory and international relations	1979
2938	P Norris	Critical citizens: Global support for democratic government	1999
2896	JS Dryzek	Discursive democracy: Politics, policy, and political science	1994
2844	RBJ Walker	Inside/outside: international relations as political theory	1993
2825	A Moravcsik	Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics	1997
2752	S Best, D Kellner	Postmodern theory: Critical interrogations	1991
2735	T Risse	"Let's argue!": communicative action in world politics	2000
2538	JG Ruggie	Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations	1993
2532	JG March, JP Olsen	The institutional dynamics of international political orders	1998
2438	EB Haas	Beyond the nation state: Functionalism and international organization	2008
2396	J Baylis, S Smith, P Owens	The globalization of world politics: an introduction to international relations	2013
2338	AE Wendt	The agent-structure problem in international relations theory	1987
2331	JM Grieco	Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism	1988
2253	A Wendt	Collective identity formation and the international state	1994
2227	D Held	Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas	1980
2181	R Axelrod, RO Keohane	Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions	1985
2039	FV Kratochwil	Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs	1991
2011	RO Keohane	International institutions: Two approaches	1988
1977	KW Abbott, D Snidal	Hard and soft law in international governance	2000
1960	JG Ruggie	Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation	2002
1945	E Adler	Seizing the middle ground: constructivism in world politics	1997
1935	JT Checkel	The constructive turn in international relations theory	1998
1923	E Adler, M Barnett	Security communities	1998
1919	P Gourevitch	The second image reversed: the international sources of domestic politics	1978
1908	NG Onuf	World of our making: rules and rule in social theory and international relations	2012
1879	B Koremenos, C Lipson...	The rational design of international institutions	2001
1866	R Gilpin	Global political economy: Understanding the international economic order	2011

1841	A Hasenclever, P Mayer, V Rittberger	Theories of international regimes	1997
1823	MN Barnett, M Finnemore	The politics, power, and pathologies of international organizations	1999
1802	HV Milner	Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations	1997
1790	KN Waltz	Structural realism after the Cold War	2000
1776	SD Krasner	Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables	1982
1656	T Hopf	The promise of constructivism in international relations theory	1998
1649	J Goldstein, RO Keohane	Ideas and foreign policy: an analytical framework	1993
1641	C Hay	Political analysis: a critical introduction	2002
1622	CT Mohanty	Third World Women and the Politics of Feminism	1991
1585	JG Ruggie	What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge	1998
1569	J Agnew	The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory	1994
1568	M Koskenniemi	From apology to utopia: the structure of international legal argument	2006
1495	A Wendt	Constructing international politics	1995
1416	F Kratochwil, JG Ruggie	International Organization: A State of the Art on an Art of the State	1986
1415	RO Keohane, LL Martin	The promise of institutionalist theory	1995
1365	PB Evans, HK Jacobson, RD Putnam	Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics	1993
1359	AC Cutler, V Haufler, T Porter	Private authority and international affairs	1999
1351	RK Ashley	The poverty of neorealism	1984
1344	R Aron	Peace and war: a theory of international relations	2003
1326	KW Abbott, D Snidal	Why states act through formal international organizations	1998
1323	SM Walt	The renaissance of security studies	1991
1297	AM Burley, W Mattli	Europe before the Court: a political theory of legal integration	1993
1286	G Rose	Neoclassical realism and theories of foreign policy	1998
1277	E Adler	Constructivism in international relations: sources, contributions, and debates	2013
1261	R Jackson, G Sørensen	Introduction to international relations: theories and approaches	2016
1260	RO Keohane	The demand for international regimes	1982
1250	A Parkhe	"Messy" research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures	1993
1243	JT Checkel	International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework	2005
1242	KA Oye	Cooperation under anarchy	1986
1236	MW Doyle, N Sambanis	International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis	2000
1161	LH Malkki	Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things	1995
1146	I Hurd	Legitimacy and authority in international politics	1999
1133	J Donnelly	International human rights	2010
1108	D Snidal	The limits of hegemonic stability theory	1985
1107	S Haggard, BA Simmons	Theories of international regimes	1987
1097	RJ Vincent	Human rights and international relations	1986
1090	JD Fearon	Bargaining, enforcement, and international cooperation	1998
1063	K Dowding	Model or metaphor? A critical review of the policy network approach	1995

1059	T Brewer	Marxist theories of imperialism: a critical survey	2002
1043	A Klotz	Norms in international relations: The struggle against apartheid	1999
1025	JG Ruggie	Continuity and transformation in the world polity: Toward a neorealist synthesis	1983
1015	BF Walter	The critical barrier to civil war settlement	1997